

28

maio 2010

fms

Cadernos **MARISTAS**



Instituto
do
Irmãos
Maristas

ÍNDICE DE MATERIAS

■ EDITORIAL	_____
André Lanfrey, fms.....	3

■ ESTUDOS	_____
-----------	-------

Temos vinho novo. Necessitamos de odres novos?	
Juan Miguel Anaya, fms.....	5

Da Associação à Congregação. Dos Estatutos da sociedade dos Irmãos às Constituições da ordem	
André Lanfrey, fms.....	31

Uma mesma causa: Pompallier et Champagnat (I)	
Frederick Mc Mahon, fms.....	55

Repercussão da Canonização de Marcelino Champagnat num ex-aluno marista	
Aureliano Brambila, fms.....	87

■ ENCONTRO DOS RAMOS MARISTAS	_____
----------------------------------	-------

Intermaristas: síntese	
André Lanfrey, fms - Alois Greiler, sm.....	95

Introdução ao Encontro intermarista de 24 de junho de 2009	
André Lanfrey, fms	95

A Sociedade de Maria e a Família marista ampliada: dois modelos nas origens	
Alois Greiler, sm	101

A Sociedade de Maria como Ordem inacabada	
André Lanfrey, fms.....	115
Uma Árvore com vários ramos. Perspectivas sobre as origens maristas e as tradições	
M. Emerentiana Cooney, smsm.....	139
Jeanne-Maire Chavoin no coração da Sociedade de Maria	
Myra Niland, sm.....	147

■ IN MEMORIAM

Irmão Gabriel Michel (1920-2008)	
Alain Delorme, fms.....	161
Irmão Alexandre Balko: genial e controvertido	
Manuel Mesonero, fms.....	173

FMS CADERNOS MARISTAS

Nº 28 ANO XX 2010

Responsável pela redação:

Comissão do Patrimônio

Diretor técnico:

AMEstaún, fms

Colaboradores

neste número:

André Lanfrey, fms
Alois Greiler, sm
Alain Delorme, fms
Juan Miguel Anaya, fms
Manuel Mesonero, fms
Aureliano Brambila, fms
M. Emerentiana, smsm
Myra Niland, sm

Tradutores:

Virgílio J. Balestro, fms
Aloísio Kuhn, fms

Revisão:

Aloísio Kuhn, fms

EDITORIAL

André Lanfrey, fms

Uma das funções dos « Cadernos Maristas » é a de 'registrar a memória' de acontecimentos referentes a grupos e indivíduos que entram na história dos Irmãos Maristas. Por isso, o artigo do Irmão Brambila evoca os dez anos da canonização de Champagnat, para os antigos alunos maristas do México. Aliás, faz pouco, ocorreu a morte do Irmão Gabriel Michel, no dia 17 de novembro de 2008, aos 89 anos, e a do Irmão Alexandre Balko, no dia 31 de janeiro de 2009, outro pioneiro da pesquisa marista. É justo que este número 28 dos "Cadernos Maristas" lhes preste homenagem pela voz dos Irmãos Mesonero e Alain Delorme, em particular, em atenção ao espírito e à vida desses Irmãos. Anexamos a isso o verdadeiro testamento espiritual e intelectual do Ir. Balko, redigido por ele mesmo, alguns meses antes de seu falecimento, a pedido do Ir. Henri Réocreux.

Este número nos recorda também que a pesquisa marista não se limita

aos Irmãos, mas se une à toda a Sociedade de Maria. Daí o interesse do artigo do Ir. Mac Mahon, evocando as relações Champagnat - Pompallier. Além disso, as atas do pequeno encontro dos vários ramos maristas - ocorrido em Roma, no mês de junho, em torno do tema: "O que é a sociedade de Maria?" - permitiram uma frutuosa colaboração entre os pesquisadores dos vários ramos da Sociedade e colocaram em evidência que essa consagrada expressão não é tão clara ou bem compreendida quanto alguns pensam.

Os Irmãos Anaya e Lanfrey, o primeiro por um inteligente artigo baseado no direito canônico, e o segundo, com objetivos mais históricos, focalizaram sobretudo a sociedade dos Irmãos Maristas que, no século XIX, evoluiu acentuadamente do estatuto de Associação ao de Congregação religiosa, sempre se imaginando parte integrante de uma Sociedade de Maria, considerada mais ou menos como uma ordem.

TEMOS VINHO NOVO. NECESSITAMOS DE ODRES NOVOS?

Anaya Juan Miguel, fms

Nossas origens como Pequenos Irmãos de Maria. Constitui leitura a que me dedico com frequência, recordando com nostalgia o imenso bem que me fez a leitura das memórias do Ir. Silvestre, no período do meu noviciado.

Senti o impulso de escrever também alguma coisa. Qual poderia ser a minha contribuição¹ em tais temas? Sublinho que falta uma aproximação às nossas origens que as re-

late com critério exegetico, que não isole o texto do contexto. Que pretendo dizer com isso?

A fundação do Instituto, e de toda a Sociedade de Maria, transcorre num momento histórico em que o paradigma da vida consagrada está mudando². Ao longo dos dois milênios da história da Igreja, a vida consagrada foi ampliando periodicamente os seus paradigmas de autodefinição³. O direito canônico se-

¹ Alguns leitores, especialmente após ter a paciência de ler o artigo, podem fazer-se a mesma pergunta, ou desejar que houvesse resistido à tentação, como deve fazer o bom religioso com certas tentações. A minha contribuição, se é que existe, quisera ser a de uma visão jurídica, que é a correspondente aos estudos de direito canônico que os meus superiores me pediram que fizera e ao atual trabalho como Procurador dos Pequenos Irmãos de Maria. Muitas vezes, as palavras não têm o mesmo significado na linguagem normal e na linguagem jurídica. Por exemplo, em muitos países, consideram-se as Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo como a exemplificação das religiosas; de fato, compõem, o Instituto mais numeroso da Igreja, acima dos jesuítas e dos salesianos, por exemplo. Ainda assim, elas juridicamente não são religiosas, senão membros de uma Sociedade de Vida Apostólica (Cf. *Annuario Pontificio* 2008, *Città del Vaticano* 2008, 1746). Neste artigo tento utilizar as palavras no seu sentido jurídico, embora isto cause estranheza, por estarem habituados ao uso dessas mesmas palavras em linguagem normal, com significado diverso.

² O próprio fato de falar de vida consagrada é anacronismo, se nos referimos ao século XIX, ou outros momentos anteriores a 1983. Este termo é próprio do vocabulário do Código de direito canônico de 1983 (cf. c. 573 606). Para Champagnat, Colin e Francisco provavelmente teria soado estranho. Eles falavam de Ordens, Regulares, Religiosos, Sociedades, Congregações ou Institutos.

³ Cf. G. Rocca, «Per una storia giuridica della vita consacrata», GRUPPO ITALIANO DOCENTI DI DIRITTO CANONICO (ed.), *La vita consacrata nella chiesa*, Milano 2006, 35-69. É interessante o estudo apresentado no Encontro de Estudos XXXII, organizado pelo citado grupo de canonistas. O livro de que se extraiu o artigo é a publicação que recolhe as atas do encontro. Rocca adverte que se ocupa sobretudo do Ocidente, de onde se originou a maior variedade de formas e estruturas jurídicas. Estabelece as seguintes etapas: (1) Busca um denominador comum de gênero, do segundo ao oitavo século. (2) Primeira classificação em espécies, com as regras de Santo Agostinho e de São Bento, século VIII e IX. (3) De duas Regras, ou espécies, a três regras, com os santos Agostinho, Bento e Basílio; e de três Regras para as Religiões aprovadas, séculos IX XIII, com os Concílios Lateranenses. (4) O primeiro denominador comum

que a vida, de modo que, como o Espírito Santo continua atuando na Igreja, o direito sempre reconhece imperfeitamente a realidade da vida e a santidade dos membros da Igreja.

Assim, do ponto de vista jurídico, podemos falar da questão da variedade de expressões de vida consagrada dos primeiros séculos, na identificação desse estilo de vida com a vida monástica. No seu momento, os monges tiveram de dar lugar aos mendicantes, com o seu estilo de vida completamente diverso da estabilidade beneditina. Pouco depois, a proliferação de fundações de clérigos regulares leva a identificar a vida consagrada com aqueles que têm por denominador comum a profissão religiosa com votos solenes.

O século XIX vê surgir um número impressionante de congregações ou sociedades *seculares* de votos simples, que levam à identificação da vida consagrada com a profissão dos votos públicos (Código de 1917). Recentemente, na metade do século XX, assistimos à aprovação formal dos Institutos seculares e à sua inclusão entre as formas de vida consagrada. O Código de 1983 fala de novas formas de vida consagrada

(Cf. 605), das quais a Santa Sé já aprovou diversas⁴. Em algumas delas, por exemplo, podem viver numa mesma comunidade homens e mulheres, ou se admitem vínculos de consagração para pessoas casadas que mantêm a sua vida matrimonial⁵.

Parece-me que, para muitos de nós, na hora de ampliar os nossos conhecimentos das origens maristas, pode ser útil entender melhor o contexto da mudança de paradigma, no atinente à definição de vida consagrada que se produz no século XIX.

Com essa luz convém rever, de modo sucinto, os nossos primeiros cem anos de história. Por fim, podemos perguntar-nos: Tudo isto terá alguma coisa que ver com a nossa atual situação? Até certo ponto, temos de aprender da nossa história para viver melhor as mudanças a que assistimos neste nosso tempo? Nestes dias tive a oportunidade de ler diversos comentários e artigos sobre as.

Proponho-me, pois, estudar neste artigo três pontos sucessivos.

1. A mudança de paradigma produzida pela aparição dos Institutos de votos simples.

do gênero: Regular = religioso e voto solene; estados de perfeição, séculos XIII XIX. (5) O segundo denominador comum do gênero: a Religião e o Religioso do Código de 1917. (6) Caminhando para novas espécies, de 1947 a 1983. (7) O terceiro denominador comum do gênero: a Vida Consagrada do Código de 1983.

⁴ Annuario Pontificio 2008, Città del Vaticano, 1748 1749.

⁵ Se bem que se deva ter em conta que o número 62 de *Vita consecrata* estabelece que "não podem ser compreendidas na categoria específica de vida consagrada aquelas formas de compromisso, aliás louváveis, que alguns cônjuges cristãos assumem em associações ou movimentos eclesiais, quando, por desejar levar à perfeição da caridade o seu amor, consagrado já no sacramento do matrimônio, confirmam com voto o dever da castidade própria da vida conjugal e, sem descaso dos seus deveres para com os filhos, professam a pobreza e a obediência" (João Paulo II, Exortação apostólica *Vita consecrata*, 25-3-1996, AAS 88[1996] 436).

2. Alguns pontos fundamentais da história das origens maristas em relação com os Irmãos Maristas.
3. A possível relação do caminho conjunto dos Maristas de Champagnat⁶, Irmãos leigos, no futuro com a mudança de paradigma atual⁷.

1. OS INSTITUTOS DE VOTOS SIMPLES

Desde o século XVI aparecem na Igreja Institutos cujos professos emi-

tem votos simples⁸. Este fato cria diferença capital entre as Ordens, com a sua profissão solene⁹, e os novos Institutos¹⁰, de profissão simples¹¹.

O voto solene marcava claramente a separação do *regular*, único religioso, em face de outras pessoas que não eram religiosos, por não professarem votos solenes. O esquema jurídico da vida religiosa se conformava às exigências do voto solene, somado à clausura para as religiosas¹². A emissão de votos sim-

⁶ Nome utilizado pelos participantes na assembleia da Missão celebrada em Mendes, para referir-se a todas as pessoas chamadas por Deus a seguir e compartilhar o carisma de Marcelino Champagnat, de diferentes maneiras, de acordo com as vocações pessoais (FMS, "Documento da assembleia de Mendes", 2, in *FMS Mensagem* 38[2008],82).

⁷ Estarmos em mudança de paradigma o demonstra até mesmo o interesse pelas novas formas de vida consagrada previstas no c. 605 do vigente Código, ou a realidade dos Movimentos eclesiais de que falo na terceira parte do artigo, ademais da efervescência existente na maioria dos grandes Institutos clássicos, antigas ordens, que comportam movimentos leigos associados; por exemplo, os jesuítas aprovaram, na sua última Congregação Geral de 4-3-2008, um Decreto sobre a colaboração com o centro da Missão; os dominicanos puseram em vigor, em 8-8-2008, Declarações gerais no atinente às Regras das fraternidades leigas de São Domingos.

⁸ A descrição da aparição dos Institutos de votos simples pode ver-se em E. Sastre Santos, *La Vita religiosa*, Milano 1997, 705-871, ou em M. Augé, E. Sastre Santos *Storia della vita religiosa*, Brescia 1988, 442-459.

⁹ A solenidade dos votos depende da vontade positiva da Igreja, que lhes dá a força de inabilitar os atos contrários e, ademais, na perpétua e irrevogável entrega por parte de quem faz o voto. Quem faz o voto solene realiza uma entrega perfeita, que é aceita, em nome de Deus, pelo ministro da Igreja, de modo que a pessoa fica perpetuamente consagrada ao serviço de Deus. Promete-se o uso da coisa prometida e a própria coisa. Entrega-se a Deus o domínio útil e radical, prometem-se os atos e a faculdade deles, de modo que a pessoa fica inábil para os atos contrários que, logicamente, são nulos. (Cf. A. Tabera- G.M. de Antoñana- G. Escudero, *Derecho de los religiosos. Manual Práctico*, Madrid 1968 5, 365-366).

¹⁰ Até o Código de 1917, e mesmo anos depois, estes Institutos serão chamados indistintamente Institutos ou Congregações de votos simples, Congregações seculares ou novos Institutos (Cf. E. Sastre Santos, *El ordenamiento de los institutos de votos simples según las Normas de la Santa Sede (1854 1958). Introducción y textos*, Roma Madrid 1993, 11). Esta obra de Sastre é interessante trabalho de recopilación de material dos arquivos da SCER, que citaremos doravante abreviando o título como *El ordenamiento*. SCER é a sigla correspondente à Sagrada Congregação de Bispos e Regulares, nome do Dicastério encarregado da vida religiosa até 1908. A partir de 1908, passa a chamar-se Sagrada Congregação de Religiosos, ou sigla SCR. As mudanças de nome do Dicastério continuaram depois.

¹¹ O voto simples promete o uso da coisa prometida. Entrega-se o domínio útil, prometem-se os atos dos conselhos, retendo a faculdade dos atos contrários; atos, portanto, válidos. (Cf. A. Tabera G.M. de Antoñana. G. Escudero, *Direito dos Religiosos*, 366).

¹² Sabbarese explica que há proibição absoluta de aprovar novas formas de vida consagrada que não forem estritamente Ordens religiosas como fruto do decreto *de regularibus et monialibus*. (Cf. Concilio de Trento, sessão XXV, Decreto de Regularibus et monialibus, em Instituto per le Scienze religiose di Bologna, *Conciliorum Oecumenicorum Decreta*, Bolonha 1991, 776-784 e as Constituições Apostólicas *Circa pastoralis* (Pio V, Const AP. *Circa pastoralis*, 29-5-1556, em BR, IV, II, 292-294 e *Lubricum vitae genus* (Pio V, Const. AP. *Lubricum vitae genus*, 17-11-1568, em BR, IV, III, 47-48. BR é abreviatura de *Bullarum, diplomatum et privilegiorum sanctorum romanorum pontificum*, Roma 1745. Esses documentos es-

ples, por disposição eclesiástica, não fazia entrar na vida religiosa a quem os emitia¹³.

Antes do século XIX, não existia nenhuma legislação canônica que regulasse a aprovação dessas Congregações de votos simples por parte da Sé Apostólica¹⁴ e, como dissemos, os seus membros não eram considerados verdadeiros religiosos como os Regulares¹⁵.

Ao longo desse século, muitas Congregações de votos simples solicitaram aos Papas algum tipo de reconhecimento. Mais de uma centena, na maioria de mulheres, o conseguiram nos primeiros sessenta anos do século XIX¹⁶.

Por causa dessa multiplicação de novas fundações¹⁷, o cardeal Bizzarri, secretário da SCER, elaborou em 1854, por mandato de Pio IX, um *Met-*

tabeleceram que não se pode falar de estado religioso, se não se cumprem duas características: os votos solenes e, para as monjas, a clausura papal. (L. Sabbarese, *Novas formas de vida consagrada* (can. 605; em Grupo italiano docentes de Direito canônico: A vida consagrada na Igreja, Milão, 2006, 84-86.

¹³ Cf. E. Sastre Santos, *El ordenamiento*, 83. O direito clássico da vida religiosa protegia o radical desprendimento do religioso de tudo o que fosse terreno, com a profissão do voto solene; impunha uma série de cautelas exteriores, que assinalavam a situação a cristãos e não cristãos. As mulheres, ademais, tinham de retirar-se do mundo e viver em clausura. O emitente de voto solene convertia em in-existent os atos contrários aos votos: comprar, vender, casar, iniciar pleito. Pretendia-se refletir a situação de morte para o mundo e vida só para Deus. Pelo contrário, os atos contra os votos simples eram válidos. Tal voto protege e reflete a separação do mundo, necessária ao estado de vida religioso? Eis a dúvida por detrás das dificuldades associadas ao reconhecimento, como religiosos, dos professores de votos simples. (Cf. E. Sastre Santos, *El ordenamiento*, 88-89).

¹⁴ Os Bispos não podiam aprovar, de modo nenhum, a existência de novo Instituto, porque o Concílio Lateranense IV proibira aprovar novas Ordens. (Cf. Concilio Lateranense IV, c. 13, em Instituto de Ciências Religiosas de Bolonha, *Conciliarum Oecumenicorum Decreta*, 242. Os fundadores estão obrigados a obter a aprovação diretamente da Santa Sé, porque o Papa é o único que pode superar a proibição de um Concílio. Alguns Bispos concedem aprovações locais, usando a figura jurídica de associações ou confraternidades, nunca Ordens ou Religiões. A situação muda só quando a SCER publica o *Methodus*; dele falaremos adiante.

¹⁵ Neste sentido, constitui caso excepcional a aprovação dos Passionistas como Instituto de votos simples, ao qual se concede o privilégio de isenção. (Cf. M. Auge; E. Sastre Santos. L. Borriello, História da vida religiosa, 444. Clemente XIV é quem os aprova. (Cf. Clemente XIV, carta *Supremi apostolatus*, 16-12-1769, em BRC, V, 73-79). BRC é a abreviatura de *Bullarii Romani continuatio Summorum Pontificum Benedicti XIV, Clementis XIII, Clementis XIV, Pii VI, Pii VII, Leonis XII et Pii VIII, I-X, Prati 1835-1856*.

¹⁶ A nota da p. 93 de *Acta Sanctae Sedis* (1865) fala de 198 aprovações entre 1800 e 1864. Também pode ver-se A. Bizzarri, *Collectanea in usum Secretariae Sacrae Congregationis Episcoporum et Regularium*, Roma 1885-2, 487-488. O volume Bizzarri abreviaremos doravante como Bizzarri. Na revista *Analecta Juris Pontificii*, 5, 1861, 52-103; 147-217; 1885; 388-422; 26, 1886-1887, 954-977: encontramos artigos que descrevem as Congregações seculares aprovadas e o processo seguido para tal, com luxo de detalhes.

¹⁷ A conjuntura histórica do século XIX apresenta-se favorável em extremo para estes novos Institutos de votos simples, porque a geografia se dilata e, com ela, se dilatam as necessidades de presença da Igreja e as possibilidades e oportunidades de exercer as obras de misericórdia. Essa expansão força a mudança de mentalidade e de esquema jurídico para a vida religiosa. Os novos Institutos são a resposta da vida da Igreja às condições do século XIX: sociedade liberal, revolução demográfica e industrial, questão social. Exercitar as obras de misericórdia em tal sociedade e trabalhar no campo missionário da Igreja só seria possível para religiosas de votos simples. (Cf. E. Sastre Santos, *El ordenamiento*, 20.85). Em relação com o nosso próprio nascimento de Pequenos Irmãos de Maria, convém situar a nossa história no contexto do extraordinário florescimento de novas Congregações, dedicadas ao ensino, que surgem na França nos primeiros anos do século XIX. Excelente estudo histórico desse período é o livro de P. Zind, *Les nouvelles Congrégations de Frères enseignants en France de 1800-1830*, Saint-Genis-Laval 1969.

*hodus*¹⁸ para tais aprovações. O texto foi aprovado pelo Papa e foi enviado a todos os bispos do mundo em 1861.

Desde essa data, a vida de um novo Instituto passava por dois períodos: o primeiro, sob a tutela do Bispo diocesano do lugar da fundação; o segundo, sob a tutela da Sede Apostólica, quando consegue o *Decretum laudis*, ao qual seguiam o decreto de aprovação e a aprovação das suas Constituições, alguns anos depois¹⁹.

Ainda assim, na doutrina oficial da Igreja, incluindo documentos de Papas e da Cúria Romana, vocábulos como *religião*, *religioso*, *estado religioso* e *regular* se referiam a uma mesma e única realidade até o final do século XIX, e indicavam unicamente as Ordens de votos solenes e os seus membros²⁰, enquanto os novos Institutos, que eram centenas no fim do século XIX, eram chamados Institutos ou Congregações seculares e não se lhes reconhecia o caráter religioso²¹.

Mesmo assim, em 1896, a Sagrada Congregação de Bispos e Regulares, ante a realidade das centenas de Ins-

titutos de votos simples que haviam surgido na Igreja, escrevia:

“Os modernos Institutos, em que se emitem unicamente votos simples, não devem reivindicar para si o nome de religiões, pelo que os seus membros não devem chamar-se religiosos”²².

Verdade é que alguns juristas, desde o decênio 1850-1860, haviam começado a distinguir o vocábulo *religioso* do *regular* e consideravam os Institutos de votos simples possuidores de todos os elementos essenciais, com o seu estilo e forma de vida, caracterizados por ritmo de oração, vida comum, ascética, hábito e separação do mundo²³, para que os seus membros pudessem considerar-se religiosos²⁴.

Delineia-se, assim, duplo estado religioso. De um lado, o *estado religioso jurídico*, em relação ao estatuto conforme com o direito canônico. Do outro, o *estado religioso teológico*, em relação ao estatuto moral e aos méritos perante Deus. A doutrina comum admite, nessa época, que os professos de votos simples participam do estado reli-

¹⁸ SCER, *Methodus quae a Sacra Congregatione episcoporum et Regularium servatur in approbandis novis institutis votorum simplicium*, 22-9-1854, em E. Sastre Santos, *El ordenamiento*, 187-189, a fórmula de aprovação de novo Instituto estabelece que é aprovado como Congregação de votos simples, sob o regime ou governo de Superior geral, salva a jurisdição dos Ordinários, como está indicado nos sagrados cânones e Constituições apostólicas.

¹⁹ A esta realidade jurídica, prolongada por vários séculos, dedica-se o estudo de G. Lesage, *L'accession des Congrégations à l'état religieux canonique*, Ottawa 1952, volume de 222 páginas plenas de história e doutrina.

²⁰ J. Gribomont. JMR Tillard, “Religio, Religiosus”, em DIP 7, 1633. DIP refere-se à obra monumental, G. Pellicia, G. Rocca, *Dizionario degli Istituti di perfezione*, I-X, Roma 1974-2003.

²¹ G. Rocca, voto, DIP, 10, 561.

²² SCER, “Animadversiones”, em *Analecta eclesiastica* 4 (1896) 159.

²³ Cf. E. Sastre Santos, *El ordenamiento*, 80-81.

²⁴ Por exemplo, cf. D. Bouix, *Tractatus de jure regularium I, Paris 1857*, 34.

gioso teológico, mas a Igreja, até aqui, não concede ainda que participem do estado religioso jurídico²⁵.

Pelo final do século XIX, vai-se delineando por inteiro o estado jurídico próprio das Congregações de votos simples. Em 1889, o decreto de aprovação de uma comunidade distingue o que poderíamos chamar *três níveis*: as Ordens de votos solenes, que introduzem propriamente no estado religioso; as Congregações religiosas de votos simples; as associações piás, que não emitem senão votos privados²⁶.

Nessa mesma época, em artigo de revista especializada em temas de direito e história, assevera-se que, por serem diversos os fins dos clérigos e dos leigos, cumpre considerar que os clérigos, presentes em Instituto leigo, se dedicam ao serviço espiritual dos leigos, sem acesso ao governo do Instituto e, pelo contrário, os leigos, presentes em Instituto clerical, estão ao serviço dos clérigos e também não têm acesso ao governo²⁷. O primeiro documento oficial que aborda a questão da definição jurídica dos novos Institutos, de nome *carta magna* das Congregações de votos simples, foi a Constituição *Conditae a Christo*, de 1900²⁸.

A Constituição reconhece o poder dos Bispos para erigir, no seu próprio território, um Instituto religioso e produz um esclarecimento da situação jurídica. Elabora-se, de modo definitivo e completo, a diferença de *status* entre um Instituto de direito diocesano e um de direito pontifício. Todas as Ordens de votos solenes consideram-se de direito pontifício. Uma parte das Congregações de votos simples se considera de direito pontifício, com a concessão do *decretum laudis*. O resto permanece de direito diocesano.

Pouco depois, em 1901, publicam-se umas *Normae*²⁹, com 325 artigos; são a codificação das regras seguidas até então pela SCER na aprovação dos novos Institutos de votos simples. O conteúdo se organiza em duas seções. A primeira explica a prática que deve seguir-se para aprovar o novo Instituto e as suas Constituições. Dá informações muito úteis para os Bispos e para os próprios Institutos. A segunda seção propõe o esquema de um modelo de Constituições para um desses novos Institutos. Esta segunda seção abarca os números 42-321, o que dá uma idéia do exaustivo da proposta.

²⁵ Cf. G. Lesage, *L'accession des Congrégations à l'état religieux canonique*, 182-184.

²⁶ SCER, decreto *Ecclesia Catholica*, 11-8-1889, em E. Sastre Santos, *El ordenamiento*, 230.

²⁷ Cf. "Instituts de Frères", *Analecta Juris Pontificiae* 27 (1887-1888) 232-252. Aos leitores familiarizados com a história dos Pequenos Irmãos de Maria estas afirmações vão recordar algumas divergências entre Colin e Champagnat.

²⁸ Leão XIII, Constituição *Conditae a Christo*, 8-12-1900, *Acta Sanctae Sedis* 33 (1900-1901) 341-347. O primeiro capítulo dá a normativa para aquelas de direito diocesano, p. 342-344. O segundo capítulo dá a normativa para aquelas de direito pontifício, p. 344-347.

²⁹ SCER, *Normae secundum quas S. C. Episcoporum et Regularium procedere solet in approbandis novis Institutis votorum simplicium*, 28-6-1901, em E. Sastre Santos, *El ordenamiento*, 266-299.

Conhecido jurista jesuíta vai poder afirmar, depois da publicação desses documentos, que “as Congregações possuem algo que ainda não têm as Ordens: um código moderno de leis gerais que as regulam”³⁰. Pode ser esta uma das razões por que Pio X, na reforma que realiza da Cúria Romana, muda a fisionomia e o nome da Sagrada Congregação de Bispos e Regulares por *Sagrada Congregação de Religiosos*, de modo que o novo Dicastério se ocupa tanto das Ordens de votos solenes como das Congregações de votos simples, mesmo quando estas últimas não estão ainda juridicamente reconhecidas como Religiosos.³¹

Para compreender a situação, no início do decênio seguinte, pode ser interessante transcrever aqui duas citações de 1911, tomadas de dois dos mais fiéis e renomados comentaristas de temas jurídicos relacionados à vida religiosa.

“Sem nada querer tirar do mérito das pessoas que se consagram ao Senhor e se unem a ele com o triplice laço dos votos simples, e reconhecendo que tais pessoas praticam certamente as virtudes religiosas, a Sagrada Congregação, até agora, negas-lhe o uso do vocábulo *regra, religião, mosteiro, monja e profissão*.

Cumpra substituir estas palavras por *constituições, congregações, casas, Irmãs e emissão de votos*. Aceita-se, com certa tolerância, o uso do termo *religioso* ou *religiosa* associado aos Institutos de votos simples, mas os seus membros não são religiosos propriamente ditos”³². “Por Ordem religiosa se entende uma associação aprovada pela Igreja, na qual os membros fazem profissão de tender à perfeição por meio da observância dos três votos solenes de pobreza, castidade e obediência. Sob o nome de Congregação ou Instituto se compreendem as associações de pessoas piedosas que querem tender à perfeição, praticando os três votos simples de pobreza, castidade e obediência, tanto temporários quanto perpétuos”³³.

Unicamente o Código de 1917 reconhece de pleno como religiosos os Institutos de votos simples³⁴. Assim se define o estado religioso:

“Todos hão de ter em grande estima o estado religioso, ou seja, o modo estável de viver em comum, pelo qual os fiéis, ademais dos preceitos comuns, se impõem também a obrigação de praticar os conselhos evangélicos mediante os três votos de obediência, castidade e pobreza (c 487 do Código de 1917).

³⁰ A. Vermeersch, “L’organisation des Instituts religieux à vœux simples d’après un récent document du Saint-Siège”, *Revue théologique française* 6 (1901) 745.

³¹ Cf. Pio X, Constituição Apostólica *Sapienti Concilio*, 29-6-1908, *Acta Apostolicae Sedis* 1 (1909) 11-12. A publicação oficial da santa Sé *Acta Apostolicae Sedis* costuma abreviar-se como AAS.

³² A. Battandier, *Guide canonique pour les constitutions des instituts à vœux simples*, Paris 1911, 43-45.

³³ P. Bastien, *Directoire canonique à l’usage des Congrégations à vœux simples*, Roma 1911-2,9.

³⁴ G. Rocca, voto, em DIP 10, 563.

Nos cânones seguintes se entende, sob o nome de *religião*,

uma sociedade aprovada pela legítima autoridade eclesiástica, na qual os sócios, conforme as leis próprias da mesma sociedade, emitem votos públicos, tanto perpétuos quanto temporários, que se hão de renovar quando expire o prazo pelo qual foram emitidos e, deste modo, tendem à perfeição evangélica (c 488, primeiro do Código de 1917).

São religiosos aqueles que emitiram votos em alguma religião (c 488, sétimo do Código de 1917). O critério diferenciador do estado religioso passa a ser o da emissão de votos públicos, definidos como segue:

“O voto é público, se um Superior eclesiástico legítimo o aceita em nome da Igreja; caso contrário, é privado” (c 1308§ 1 do Código de 1917).

Os votos solenes se distinguem dos votos simples pelos seus efeitos:

“A profissão simples, temporária ou perpétua, torna ilícitos, mas não inválidos os atos contrários aos votos, a não ser quando se haja expressamente determinado o oposto. Pelo contrário, pela profissão solene, os ditos atos são anuláveis e também inválidos” (c 579 do Código de 1917).

Depois da publicação do Código de 1917, as chamadas Congrega-

ções seculares adotam formas jurídicas diversas, dando origem a três formas diferentes e institucionalizadas daquilo que hoje chamamos *vida consagrada*.³⁵

- Institutos de votos simples, isto é, o grupo de Congregações seculares que assumem o esquema de vida religiosa com votos públicos e simples³⁶;
- Sociedades de vida comum, compreendendo o grupo daquelas que têm vida comum e com os seus votos simples primitivos, de caráter privado, ou sem nenhum tipo de votos³⁷;
- e os Institutos seculares, grupo das sociedades que se desprendem da vida comum, pretendendo manter-se como estado de perfeição³⁸.

2. VISÃO JURÍDICA DOS PRIMEIROS CEM ANOS DE HISTÓRIA COMO PEQUENOS IRMÃOS DE MARIA

O artigo das Constituições vigentes dos Pequenos Irmãos de Maria resume os nossos primeiros cinquenta anos de história, dizendo:

³⁵ Cf, E. Sastre Santos, El ordenamiento, 55-61.

³⁶ Regulados, no que lhes corresponde, pelos cc 487-672 do Código de 1917; os cânones citados falam em termos de louvor dos religiosos em geral.

³⁷ Reguladas pelos cc 673-681 do Código de 1917.

³⁸ Não obtiveram o seu reconhecimento oficial, até que Pio XII lhes dá como lei particular a Constituição Apostólica *Provida Mater*, em 2-2-1947, encontrável em AAS 39 (1947) 114-124, completada com o Motu proprio *Primo feliciter*, em 12-3-1948, encontrável em AAS 40 (1948) 283-286.

Marcelino Champagnat fundou, em dois de janeiro de 1817, o Instituto religioso leigo dos Pequenos Irmãos de Maria. Ele o concebeu como ramo da Sociedade de Maria³⁹.

A Santa Sé o aprovou, em 1863, como Instituto autônomo e de direito pontifício. Respeitando o nosso nome de origem, deu-nos outro: Fratres Maristae a Scholis⁴⁰, Irmãos Maristas das Escolas.

Faz muitos anos que os nossos historiadores vêm assinalando as influências que Champagnat recebeu ao conceber o seu projeto dos Pequenos Irmãos de Maria, como res-

posta às necessidades do seu tempo, especialmente a ignorância religiosa e as situações de pobreza da infância e da juventude⁴¹ nos povoados rurais.

Insiro uma citação que sumaria a situação, embora não esgote o tema no pertinente ao clima mental existente na época, entre a maioria das novas fundações dedicadas ao ensino. Champagnat não fica alheio a esse pensamento comum, nem vê inconvenientes em tomar de empréstimo metodologia e organização.

³⁹ A Sociedade de Maria é o projeto concebido por um grupo de seminaristas da diocese de Lyon no começo do século XIX (cf. P. Zind, *Les nouvelles Congrégations*, 118-128. A história das origens da Sociedade de Maria está excelentemente documentada nos quatro vol. da obra J. Coste, G. Lessard, *Origines Maristes*, 1786-1836), I-IV, Roma 1960-1967. Abrevio a Obra com OM. Extrato de dita Obra, com os documentos mais importantes, referentes aos Irmãos de Maria, consta em J. Coste, G. Lessard, *Origines Maristes* (1786-1836). Extratos sobre os Irmãos Maristas, Roma 1985. Abrevio este último vol. Como OM Extraits. A Sociedade pretendia ser Congregação de quatro ramos: sacerdotes, Irmãos, Irmãs, e leigos associados. No *Summarium regularum Societatis Mariae*, apresentado em dezembro de 1833 para obter a aprovação pontifícia, especifica-se: "5. Como se disse anteriormente, a Sociedade, como foi concebida no começo e já se tentava realizar, abrange diversas ordens: primeira, os sacerdotes; segunda, os Irmãos; terceira, as Irmãs; quarta, os leigos que vivem no mundo". (OM, I, 646). A Santa Sé não aprovou o projeto (cf. OM, I, 676-686). Ademais, o projeto foi qualificado de monstruoso pelo cardeal, ao apresentá-lo na Plenária da SCER. ...o seu monstruoso plano, que me parece não ter precedentes na história dos Institutos religiosos. ...Colin, Superior provisório dos companheiros comprometidos com o projeto da Sociedade, que está em Roma, levando a cabo a aprovação pontifícia, também está convencido de que o plano é monstruoso (OM, I, 683). Cada um dos ramos teve de lograr a aprovação como Congregação independente. O primeiro a consegui-la, porque se comprometeu a enviar missionários à Polinésia francesa, foi o ramo dos Padres. (cf. OM, I, 796-814.818-820.833-835.854-857; OM,II, 676-685. Hoje, dia dos Padres Maristas, SM, um IR clerical de direito pontifício. Os Padres Maristas são aprovados pela SCER (cf. Decreto 11-3-1836; em OM, I, 851-853). Pouco depois, aprovação do Papa (cf. Gregório XVI, Carta Apostólica *Omnium Gentium*, 29-4-1836; em *Acta Gregorii Papae XVI*, II, 106-107). De imediato, um dos sacerdotes comprometidos com o projeto, Pompallier (cf. OM, IV, 337-339) é nomeado vigário apostólico da Oceania ocidental (Cf. de Propaganda Fide, decreto de 7-5-1836; em OM, I, 881-882; Gregório XVI, cart. AP. *Pastorale officium*, em 13-5-1836) Pompallier é sagrado Bispo. Recordemos que Champagnat foi o terceiro Padre Marista a emitir os votos, 24-9-1836 (cf. OM, I, 932). Eram votos simples; podiam ser dispensados pelo Superior geral, como indica textualmente *Omnium Gentium*. Não se olvide que tais emitentes eram sacerdotes, já obrigados ao celibato pela ordenação sacerdotal; se abandonassem a Congregação, como sacerdotes continuavam com as obrigações inerentes à ordenação. A aprovação e as condições refletidas nela se parecem com o que hoje seria a aprovação de uma Sociedade Apostólica (cf. c 731-746 do vigente Código, especialmente cc 742-743, para a saída da Sociedade).

⁴⁰ Como vamos citar diversas versões das nossas Constituições, ao longo da nossa história, especifica-se a qual versão corresponde pelo acréscimo do ano da aprovação ao C. Assim, as Constituições vigentes serão C1986. Encontramo-las em FMS, Constituciones y Estatutos, Zaragoza 1987. Foram aprovadas pela Santa Sé em 7-10-1986 (cf. SCRIS, Decreto de aprovação das Constituições, em AFM 31.18.8484). AFM é a abreviação de Archives des Frères Maristes; SCRIS, Sagrada Congregação dos Religiosos e Institutos Seculares.

⁴¹ cf. C1986, 2. Este art. das Constituições termina assim: "Champagnat fundou o Instituto para educar cristãmente as crianças e jovens, em especial os menos afortunados".

“No início do século XIX, os Irmãos das Escolas Cristãs constituíam a referência constante, sobretudo no aspecto pedagógico e organizativo, para as novas Congregações do Ensino. No contexto e situação da escola primária francesa durante a Restauração, os Irmãos das Escolas Cristãs, Grands Frères, se apresentavam como modelos a imitar por aqueles que abraçavam a causa da escolarização popular⁴².

A influência, na Congregação nascente, dos princípios pedagógicos e organizacionais dos Irmãos Lassalistas prolonga-se até o decênio de 1860⁴³.

Resumamos alguns aspectos, pouco conhecidos entre nós, no atinente aos intentos de Champagnat para obter a aprovação ou a autorização eclesiástica, especialmente em relação com a emissão dos votos naqueles primeiros tempos. Apenas em três de março de 1824, Champagnat logra do Arcebispo de Lyon a primeira bênção da sua obra, com a autorização para dar um hábito religioso aos seus Irmãos e a permissão para emitir votos⁴⁴.

Utilizava-se uma fórmula de compromisso com os Pequenos Irmãos de Maria, por cinco anos, que não continha a palavra *voto*, mas o candidato prometia obedecer sem réplica aos Superiores, guardar a castidade e a pôr tudo em comum. Os primeiros votos se emitiram no fim do retiro de 1826. Não eram votos públicos, mas privados⁴⁵.

Ainda se conserva a correspondência do ano de 1829 entre Champagnat e o Arcebispo sobre a renovação de certos votos⁴⁶. Na ata do Conselho Arquiepiscopal de trinta de setembro de 1829 consta a autorização dada a Champagnat para receber os votos dos Pequenos Irmãos de Maria, que devem ser feitos com a cláusula de que serão anulados, se mudar o estado da Sociedade, ou se os emitentes forem dela expulsos⁴⁷. Em outubro de 1829 inicia-se o registro das tomadas de hábito e das profissões em livros específicos: AFM RVE 1 para as tomadas de hábito ou *vestidura*; AFM RVT1 para os

⁴² D. FARNEDA CALGARO, “Guide des Écoles”, 1817-1853, estudo histórico-crítico, Roma 1993, 361. A obra é a tese doutoral em Ciências da Educação, apresentada pelo autor na Pontificia Universidade Salesiana. Estuda as influências dos Irmãos Lassalistas sobre os Maristas, especialmente em pedagogia e organização.

⁴³ Podemos ler um estudo dos principais pontos em que se manifesta essa influência em D. Farneda Calgaro, *Guide des Écoles*, 361-368. As págs. 46-71 apresentam as opções pedagógicas e organizativas iniciais do nosso Instituto, no contexto da proliferação de novas Congregações de Irmãos docentes, surgidas na França no começo do século XIX.

⁴⁴ cf. J. B. FURET, Vida de MC, Edição do Bicentenário, Roma 1989, 121; P. Zind, *Les nouvelles Congrégations*, 220-222; FMS, *Chronologie de l’Institut des Frères Maristes des Écoles*, Roma, 1976, 38. Podemos ler o extrato do Conselho do Arcebispo referente a este assunto, em OM Extraits, 81-82.

⁴⁵ cf. Furet, Vida de MC, 158; OM, Extraits, 137-138.

⁴⁶ Extraits, OM, 149-152.

⁴⁷ cf. Extraits OM, 151. A situação era muito lógica, já que o Instituto não podia ser aprovado em nível diocesano senão como associação, conforme se explicou acima. O arcebispado não podia aprovar a emissão de votos públicos pelos Pequenos Irmãos. Outra questão diferente é como Champagnat e os seus Irmãos entenderam a situação.

votos temporários; AFMP1 para os votos perpétuos⁴⁸. De todos os votos emitidos até outubro de 1836 se diz que foram feitos *secretamente*, o que confirma o seu caráter privado, isto é, não reconhecidos pelo Arcebispo como votos públicos. Depois da aprovação pontifícia dos Padres Maristas, entendida por muitos Irmãos como aprovação da Sociedade de Maria, os Irmãos procedem à emissão ou renovação dos votos mais ou menos publicamente⁴⁹. O Ir. João Batista fala de votos temporários, normalmente emitidos por três anos, e votos perpétuos posteriores⁵⁰. Especifica que, a partir de

1840, os noviços, depois de dois anos de provação, faziam unicamente o voto temporário de obediência, ao qual se acrescentavam os votos de castidade e pobreza na profissão perpétua⁵¹.

Embora Champagnat intentasse reiteradamente obter a autorização necessária para dar estabilidade à sua obra, os seus esforços não lograram a aprovação estatal. Não se lhe preocupa com a aprovação pontifícia da sua Congregação, já que, até a sua morte, ele estava convencido de que os Pequenos Irmãos de Maria são apenas um ramo da Sociedade de Maria⁵². A aprovação es-

⁴⁸ Em AFM RVTI as primeiras profissões temporárias e perpétuas são de 1826-1828, cerca de três anos antes do começo dos registros da cerimônia. Os registros estão compilados à mão; há correções e palavras sobrescritas, sobretudo no começo. Inserimos o que escreveu o Ir. Dominique (nº20592 da base de dados informatizada e que contém as fichas dos Irmãos) dado que se registram 2 profissões na mesma ata: "Eu, infraescrito Irmão Dominique, nascido Benoit Esquis, filho legítimo de Pedro Esquis, vivo, e de Claudine Plachat, falecida; natural da paróquia de Estivareille, vinte anos, certifico e declaro que, pela graça de Deus, fui admitido em 14 de outubro de 1824 na casa de Nossa Senhora de l'Hermitage, noviciado da Sociedade de Maria; em 3 de abril de 1825 tive a honra de ser revestido do santo hábito religioso dos Irmãos da dita Sociedade, depois de tê-lo solicitado humildemente ao R. Pe. Superior, o qual também assina a concessão, e que fiz com a permissão do dito Superior, em 18 de outubro de 1826, na Capela da mencionada casa, antes da comunhão, durante a santa missa, em segredo, mas voluntária e livremente, os três votos de pobreza, castidade e obediência por quatro anos, aos Superiores da mencionada Sociedade de Maria, segundo os seus estatutos e fins; em fé do que subscrevo este ato, em presença do Ir. Francisco e do Ir. João Pedro, que também assinam, em 14 de outubro de 1829, em Nossa Senhora de l'Hermitage". Com letra menor, aparece acrescentado, no fim da última linha do escrito anterior: "Renovei os meus votos por três anos, em nove de outubro de 1830". Constam ainda as assinaturas de Champagnat e dos Irs. Dominique, Francisco e João Pedro (Cf. AFMRVTI, 4). A partir de outubro de 1836, substitui-se o sistema em que cada Ir. escreve e assina uma ata pela lista de todos os Irmãos que fazem ou renovam os votos, no final do retiro geral correspondente (Cf. AFM RVTI, 65-74).

⁴⁹ Cf. OM Extraits, 153; L. di Giusto, *Historia del Instituto de los Hermanos Maristas*, Rosário 2004, 38.

⁵⁰ Cf. J.B. FURET, *Vida de M. Champagnat*, 158. A bula de aprovação dos Irs. Lassalistas previa votos por três anos, renováveis até que o Irmão *completasse vinte e cinco anos* (Cf. Bento XIII, *Bula In Apostolicae Dignitatis Sollo*, § 8, em FSC, *Règles et Constitutions*, 112-113).

⁵¹ "Neste retiro de 1840, os noviços cessaram de emitir os três votos temporários; emitiam apenas o voto simples de obediência, com esta fórmula: Nós, infraescritos Pequenos Irmãos de Maria, declaramos que hoje, 11 de outubro de 1840, depois de haver passado as provas ordinárias e sofrido o exame requerido, fizemos voluntária e livremente o voto simples de obediência, em mãos do Pe. Cholleton, segundo os fins e as Constituições da Ordem, aos Superiores da Sociedade de Maria, com a intenção de viver e de morrer na mencionada Sociedade. Vinte e um noviços emitiram esse voto pelo qual se obrigam a obedecer até à profissão, ou até que se acertasse que não eram adequados para o Instituto" (Ir. Avit, *Abrégé des Annales*, manuscrito conservado em AFM, 231).

⁵² Para as gestões da aprovação estatal, cf. Furet, *Vida de Champagnat*, 177-197.213-220; P. Zind, *Les nouvelles congrégations*, 318-319.414-416). Para comprovar como persistiu até a sua morte em conceber os Irmãos como ramo da Sociedade de Maria, basta ler o Testamento Espiritual (cf. Furet, *Vida*, 242-245).

tatal da Congregação foi conseguida em vinte de junho de 1851, com o decreto n.3072, assinado pelo Presidente da República Francesa⁵³. Pouco depois, Colin, Superior geral dos Padres Maristas, dirige-se ao II Capítulo geral do Instituto, manifestando a sua convicção de que chegou o momento de os Pequenos Irmãos de Maria se governarem por si e de obterem aprovação pontifícia

própria, já que a Santa Sé não admite o projeto da Sociedade de Maria com quatro ramos⁵⁴. A Congregação logrará o *Decretum laudis*, decreto laudatório, em nove de dezembro de 1859⁵⁵. Depois de longo processo de negociação⁵⁶, conseguiu a aprovação pontifícia em nove de janeiro de 1863⁵⁷, com a simultânea aprovação das Constituições⁵⁸ *ad experimentum*, por cinco anos.

⁵³ O texto do decreto pode ser encontrado em G. Michel, *Frère François et la reconnaissance lé-gale des Frères Maristes* (St. Chamond 1991, 69-71). O decreto contém, em anexo, uns estatutos da Associação dos Irmãos Maristas em dezessete artigos. O volume de G. Michel dedica-se por inteiro ao estudo dos trâmites realizados para obter essa aprovação.

⁵⁴ Cf. FMS, *Chronologie de l'Institut*, 111. Foi em 11 de junho de 1852. A intervenção aparece recolhida nas Atas do segundo Capítulo geral, páginas 122-124, que se conservam em AFM 31.02. Esse Capítulo, em sessão posterior de 1854, aprova Constituições e Regras de Governo próprias da Congregação, abreviadas C1854 (cf. FMS, *Constitutions et Règles du Gouvernement de l'Institut des Petits Frères de Marie*, Lyon 1854).

⁵⁵ SCER, Decreto laudatório do Instituto, FMS, 9-12-1859, em *Bizzarri*, 145. A petição de autorização é de 2-2-1858 (cf. AFM 351.110-2) acompanhada de extrato das Regras, conhecido como os vinte artigos fundamentais (cf. A. Brambila, *Patrimoine Spirituel Mariste Législation*. Quelques pièces législatives 1818-1883, Roma 1986, 142-145). Doravante abreviado *Brambila*. Relacionando datas como se indica, vemos como a nossa Congregação foi das primeiras em obter a aprovação segundo o novo *Methodus* de Bizzarri.

⁵⁶ O Decreto laudatório continha a solicitação de que o Arcebispo de Lyon, junto com o Superior geral dos Padres Maristas, preparassem um projeto de Constituições, tendo em conta as observações que a SCER realiza nos vinte artigos fundamentais e em outros documentos do expediente (cf. AFM 350.100-13; parte substancial disso consta em *Bizzarri*, 795-797). O projeto seria submetido a um Capítulo do Instituto. O capítulo se reúne em 1862 e aprova o texto que denominamos C1862 (Cf. FMS, *Constitutions présentées au Saint Siège pour approbation*, em *Brambila*, 146-159). O texto aprovado não incorpora a maioria das observações propostas pela SCER. Diferenças principais: Superior geral vitalício (C1862) em vez de doze anos (SCER); Assistentes gerais eleitos por dez anos, C 1862, em vez de quatro anos (SCER); Capítulos gerais cada dez anos, C1862, em vez de quatro anos, SCER; organização em Províncias governadas por Assistentes gerais, que residiam com o Superior geral (C1862) em vez de Vigários provinciais, residentes na Província (SCER); noviciado de dois anos, um passado na escola, (C1862) em vez de os dois anos passados inteiramente no noviciado (SCER); emissão de voto temporário de obediência no fim do noviciado, feito ao Superior geral e aos seus representantes (C1862) em vez de ser à Santa Sé, ao Superior geral e representantes (SCER). (Cf. FMS, *Chronologie de l'Institut*, 162-163; a. Lanfrey, *Une Congrégation Enseignante, Les Frères Maristes de 1850 à 1904*, Rome 1997, 86-95).

⁵⁷ SCER, Decreto de aprovação de FMS, 9-1-1863; em AFM 351.700-12. O Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas é aprovado como Congregação de votos simples, sob o governo de um Superior geral, ressalvada a jurisdição dos Ordinários.

⁵⁸ FMS, *Constitutions de l'Institut des Petits Frères de Marie*, em Brambila, 146-159. Abreviado C1863. O texto aprovado tem mudanças significativas a respeito daquele apresentado para a sua aprovação (C1862). Não se edita oficialmente. A razão que se aduz para não publicá-lo é que essas mudanças chocam, em face dos estatutos anexos ao decreto de aprovação civil de 1851, e fazem temer conseqüências negativas para a existência da Congregação na França. A política dos Governos gerais, dadas as mudanças que a Santa Sé impôs nas Constituições, é intentar conseguir sucessivas prorrogações *ad experimentum*, até que possam convencer a SCER a aceitar as Constituições propostas pelo Instituto. Recorde-se que os Irs. Lassalistas são o modelo organizativo, além de pedagógico, para os Irs. Maristas; a Bula de Bento XIII, que as aprova, prevê um Superior geral vitalício (§3) e uns Assistentes gerais que vivem com ele e o auxiliam no governo (§4). Cf. Bula de Bento XIII *In Apostolicae Dignitatis Solio*, §§3-4, em FSC, *Règles et Constitutions*, 112.

O tempo da experimentação das Constituições se prorroga com indultos obtidos da SCER em 1876⁵⁹, 1883⁶⁰, 1887⁶¹ e 1893⁶². A aprovação definitiva das Constituições deu-se em 1903⁶³. Após a promulgação do CIC17, o Instituto revisa e adapta as Constituições; logra a sua aprovação em 1922⁶⁴. De toda essa evolução normativa, tão sinteticamente citada, interessa-nos estudar como as sucessivas edições das nossas Constituições refletem o tipo de profissão que realizavam os Pequenos Irmãos no seu tempo.

As Constituições de 1862 estabelecem, após o noviciado, o voto temporário de obediência e, passados alguns anos, seguiam-se os votos perpétuos de pobreza, castidade e obediência:

“O Conselho de admissão aos votos se comporá do Conselho ordinário da Casa do noviciado e de seis Irmãos professores, designados pelo Superior geral, escolhidos, quanto possível, entre os diretores das casas principais.

A este Conselho, presidido pelo Ir. Superior ou seu delegado, cabe a faculdade de admitir ao voto de obediência e aos três votos de religião; entretanto, em algumas circunstâncias, tais como perigo de morte, o Ir. Superior geral, pela sua própria autoridade, poderá admitir a esses mesmos votos aqueles que desejam fazê-los, se julgar que isto lhes é vantajoso e útil ao Instituto.

Quanto ao voto de estabilidade, cumpre ater-se ao modo regular de admissão.

Depois de um ano de noviciado e um ano de prova nas escolas ou empregos manuais, salvo dispensa do Superior geral, os Irmãos poderão ser admitidos ao voto temporário de obediência.

A duração desse voto estende-se até a profissão perpétua, ou até que o Superior geral reconheça

⁵⁹ SCER, Indulto de prorrogação, 12-5-1876, em AFM 352.110-01.

⁶⁰ SCER, Indulto de prorrogação e ordem de publicação das Constituições, 222-1-1883; em AFM353.400-13. O indulto especifica: “as Constituições devem editar-se e serem conhecidas suficientemente entre os Irmãos; eliminam-se exclusivamente os artigos que podem causar prejuízo ao Instituto por parte das autoridades civis”. A edição encontra-se em FMS, *Constitutions de l’Institut des Petits Frères de Marie*, em Brambila, 160-172. Aparecem abreviadas C1883.

⁶¹ SCER. Indulto de prorrogação, 3-10-1887, em AFM, 352.120-01.

⁶² SCER. Idem, 3-5-1893, em AFM 352.130-01.

⁶³ SCER. Aprovação definitiva das Const. 27-5-1903, em AFM 353.400-32. O texto se edita em FMS, *Const. de l’Inst. des Petits Frères de Marie*, Turim, 1906. Abreviado C1903. A mudança política, seguida pelas autoridades do Instituto, se produz pela nova legislação estatal francesa, Combes, que leva à desautorização civil, com a consequente saída da França de mais de quinhentos Irmãos. O governo geral prefere ceder nas questões discutidas com a Santa Sé, para obter a aprovação das Constituições, como forma de apoio à fidelidade em tempo de perseguição e exílio (*Chronologie de l’Institut*, 180-184; A. Lanfrey, *Une Congrégation enseignante*, 142-152). Lanfrey resume a situação com palavras duras: “Assim findaram quarenta anos de disputas com a Santa Sé. Durante quarenta anos, os Superiores, embora manifestando grande devoção ao Papa e submissão incondicional, recusaram obedecer aos representantes da sua administração. Ao mesmo tempo, terminaram com as queixas dos que queriam um governo acorde com o que propunha a Santa Sé. Para não ter de modificar a sua posição domesticaram os Capítulos. Quando tiveram tanta necessidade da Santa Sé a ponto de ter que ceder aos seus desejos, entenderam-se ainda para manobrar sozinhos, de maneira que impuseram ao Capítulo, representante dos Irmãos, a submissão à Santa Sé”. (A. Lanfrey, opus citatum, p. 152).

⁶⁴ SCR, decreto de aprovação das Constituições, 4-4-1922, em AFM 354.111-31. O volume editado é FMS, *Constitutions des Petits Frères de Marie*, Paris-Tournai-Rome, 1930. Abreviado como C1922.

que o sujeito não é apto para o Instituto. Para ser admitido aos votos perpétuos de pobreza, castidade e obediência é preciso ter passado pelo menos cinco anos no Instituto, ter vinte e um anos completados e possuir as qualidades de que fala o artigo 35 já citado⁶⁵.

As Constituições de 1863 mantêm a mesma situação, embora mude a duração do noviciado. Especifica-se que a profissão temporária se renove anualmente por cinco anos:

“O Conselho de admissão se comporá do Conselho ordinário da Casa do noviciado, presidido pelo Irmão Vigário provincial e de seis Irmãos professos, nomeados pelo Ir. Superior geral, escolhidos, quanto possível, entre os diretores das casas principais. Cabe a este Conselho a faculdade de admitir ao voto de obediência e aos três votos de pobreza, castidade e obediência, mas a decisão do Conselho deverá ser confirmada pelo Superior geral. Para a admissão ao voto de estabilidade deve-se seguir o rito regular. Depois de dois anos de noviciado, que deverão passar-se integralmente na casa do Noviciado, os Irmãos serão admitidos ao voto anual de obediência. Este voto será renovado anualmente por cinco anos. No término desse período, os Irmãos devem ser admitidos aos votos simples perpétuos, ou serem despedidos do Instituto⁶⁶.

As Constituições de 1883 repetem o rito acima, mas sem especificar a duração da profissão temporária:

O Conselho de admissão aos votos se comporá do Conselho ordinário da casa do Noviciado, presidido pelo Irmão Assistente (Indulto de 28 de janeiro de 1876), e de seis Irmãos professos nomeados pelo Superior geral, escolhidos, quanto possível, entre os diretores das casas principais. A este Conselho cabe a faculdade de admitir ao voto de obediência e aos três votos de pobreza, castidade e obediência, mas a decisão do Conselho deverá ser confirmada pelo Superior geral. No concernente ao voto de estabilidade, cumpre obedecer ao rito ordinário. Depois de dois anos de noviciado (Rescrito de 22 de janeiro de 1883), os Irmãos serão admitidos ao voto de obediência⁶⁷.

As Constituições de 1903, pelo contrário, indicam profissões anuais e perpétuas dos três votos⁶⁸, como haviam feito e tornado obrigatório as *Normae* de 1901:

Dois meses antes do fim do noviciado, o Ir. Provincial, com o seu Conselho, decidirá se os noviços podem ser admitidos à profissão temporária dos três votos simples de pobreza, castidade e obediência. A admissão terá de ser confirmada pelo Superior geral. Os noviços se preparam à profissão temporária por meio do retiro de dez dias. Tal profissão se fará por um ano; com aprovação do Conselho provincial, se renovará cada ano,

⁶⁵ C1862, 37-39 em Brambila, 152.

⁶⁶ C1863, 35-36 em Brambila, 152

⁶⁷ C1883, 35-36, em Brambila, 165.

⁶⁸ Recordo como causou confusão, no editar as pequenas biografias dos Irmãos beatificados em outubro de 2007 (Cf. FMS Mensagem 36, 2007), a dificuldade de saber, dependendo da data da sua primeira profissão, antes ou depois de 1903, se era questão da profissão do voto de obediência ou da profissão dos três votos.

durante cinco anos. Depois os Irmãos deverão ser admitidos à profissão dos votos simples perpétuos, ou serem despedidos do Instituto. Os Irmãos se prepararão à profissão dos votos simples perpétuos mediante os exercícios de santo Inácio⁶⁹.

A situação é a mesma nas Constituições de 1922, já adaptadas ao Código de 1917:

Pelo menos dois meses antes do fim do noviciado, o Irmão Provincial, com o seu Conselho, decidirá se os noviços podem ser admitidos à profissão temporária. Os noviços se prepararão a esta profissão com retiro de dez dias. Tal profissão se fará por um ano e, com a aprovação do Conselho provincial, se renovará cada ano. O ano dos votos se estende de um retiro anual a outro. Depois de cinco anos de votos temporários, os Irmãos serão admitidos à profissão perpétua ou retornarão à vida secular. Por justos motivos, o Irmão Superior geral poderá prolongar o tempo dos votos temporários, mas não além de um ano; com isso o religioso renovará pela sexta vez a sua profissão temporária. A profissão perpétua será precedida, na medida do possível, pelos exercícios de santo Inácio.⁷⁰

3. ESPAÇO INSTITUCIONAL MAIS AMPLO EM QUE PARTICIPEMOS EM CORRESPONSABILIDADE

“Sabemos que há muito caminho por percorrer, metas por alcançar na busca das autonomias e complementaridades. Participar é poder: poder dizer, poder fazer, poder decidir, ser e estar com os outros; poder ser digno filho e filha de Deus, onde quer que estejamos, poder saber e poder usufruir”⁷¹.

Os nossos documentos mais recentes insistem no apelo de Irmãos e leigos compartilharem a vida⁷². Com isso nos referimos, entre outras coisas, à espiritualidade, missão, formação, diversas formas de associação e comunhão, incremento da corresponsabilidade e reciprocidade⁷³. Para explicar melhor este processo, permito-me tomar de empréstimo o *blog* que o Ir. Pau Fornells, Diretor do Secretariado dos

⁶⁹ C1903, 36-38 em FMS, *Constitutions de l'Institut des Petits Frères de Marie*, Torino, 1906, 17-18.

⁷⁰ C1922, 36-37 em FMS, *Constitutions de l'Institut des Petits Frères de Marie*, Paris-Tournai-Rome 1930, 18-19.

⁷¹ Testemunho de Feno Larrambebe e Mônica Linares para o documento “Em torno da mesma mesa” - A Vocação dos leigos maristas de Champagnat, p.46.

⁷² Em geral falamos de Irmãos e leigos, porque os leigos são 99% do povo de Deus; mas, na realidade, estamos falando de pessoas de todas as vocações da Igreja, até mesmo de outras religiões e convicções. Existem, por exemplo, fraternidades do Movimento Champagnat da Família Marista nas quais participam sacerdotes e religiosas. Conheço uma que inclui habitualmente o Bispo emérito da cidade correspondente.

⁷³ Cf. FMS, “Documento da Assembleia da Missão de Mendes”, em FMS Mensagem 38, 2008, 80-85, especialmente ponto 2; FMS, Água da Rocha, Espiritualidade Marista que brota da tradição de Marcelino Champagnat, Roma, 2007, especialmente a parte “como entender e utilizar este texto” da Introdução; XX Cap. Geral, “Escolhamos a vida”, em FMS, Atas do XX Cap.Geral, Roma 2002, 21-40 (especialmente os nº 26-30, 42.5, 43.10, 44.5-9, 47.2-6, 48.6).

Leigos, mantém na página *web* do Instituto:

“Na Igreja, a missão é única, embora se desenvolva em diversos ministérios. A dignidade e a vocação à santidade são iguais para todos. Já não existem determinados estados de perfeição. A partir daí, origina-se nova relação entre todos os membros da Igreja, o que dá começo a novo ecossistema eclesial (termo usado pelo Ir. Antonio Botana, FSC, no documento *Associados para a Missão Educativa Lassaliana*, cf. WWW.lasalle.org), termo e tema que apenas estão começando a configurar-se e desenvolver-se⁷⁴.

Para mim o elemento prioritário, em toda a definição de vida marista, leiga ou religiosa, está na consciência da própria vocação batismal, isto é, o seguimento de Cristo, vocação que se realiza na adesão apaixonada ao carisma que Deus outorgou à Igreja por mediação de Marcelino e dos primeiros Irmãos. Tudo o mais poderá constituir o passo prévio de conhecimento, interesse, admiração, reconhecimento, colaboração, carinho, nostalgia de tempos gozosamente vividos; ou poderão ser concreções posteriores, como a associação, a possível vinculação jurídica, as formas concretas de viver a missão.

Quando homens e mulheres se sentem fortemente atraídos e fascinados por este estilo de vida espiritual, que Marcelino e os primeiros Irmãos inauguraram, e se sentem identificados com a sua missão - a paixão pela educação cristã de crianças e jovens, em particular os mais abandonados - Deus lhes está propondo que sejam continuadores de tal caminho marista, ele os está convocando a serem maristas, independentemente do seu chamado à vida leiga

ou religiosa. O processo assim se configura: é a vocação batismal que fundamenta e inclui a vocação humana, marista, a vocação leiga, religiosa ou presbiteral⁷⁵.

Este caminho de comunhão implica igualmente continuar crescendo na corresponsabilidade da missão em quaisquer níveis: nas obras, nas províncias e no Instituto. Porque convocados a compartilhar o carisma e a missão, somos chamados a assumir também as responsabilidades a eles inerentes.

Este caminho não está isento de dificuldades, com as tensões implícitas da vida. Ainda assim, devemos percorrê-lo com fé e com esperança, temos de vencer medos e desconfianças de ambas as partes, compreender as necessidades de cada um, ter capacidade de perdão e serenidade de ânimo. Com estas atitudes, a corresponsabilidade irá frutificando cada dia mais na missão marista comum, não apenas relativamente à gestão, senão também à planificação, decisão de estratégias, tomada de opções e presença em novos lugares de missão.

Nascidas da vida, já estão operando, em algumas províncias, novas estruturas compartilhadas de animação, gestão e até mesmo de decisão na missão marista. O discernimento na oração e comunhão nos ajudará a descobrir o que é mais condizente e eficaz, para que, juntos, em igual-

⁷⁴ P. FORNELLS, “Rumo a um novo ecossistema eclesial”, 12-5-2006, 9.55.25, no blog do Irmão em www.champagnat.org

⁷⁵ P. FORNELLS, “Que significa ser leigo marista?” Em 3-11-2006, 8.19.34, em blog do Irmão em WWW.champagnat.org

dade e responsabilidade, respondamos mais e melhor às necessidades das crianças e jovens, e sejamos mais fiéis à missão a que Deus nos convocou⁷⁶.

Como seguidores de Champagnat, dispomos, atualmente, em nível mundial, de duas estruturas eclesiais reconhecidas:

- um Instituto leigo, de direito pontifício, Pequenos Irmãos de Maria⁷⁷, e
- um movimento com estrutura de ordem terceira, isto é, o Movimento

Champagnat da Família Marista⁷⁸.

Esta situação não reflete tudo tão bem como quiséramos, o caminho de comunhão que estamos experimentando e que é dádiva de Deus, porquanto juridicamente a estrutura de ordem terceira aparece subordinada à do Instituto religioso e os membros da ordem terceira aparecem mais relacionados à espiritualidade de Champagnat que à vida e à missão marista⁷⁹.

⁷⁶ Parece-me interessante o encontro realizado na Cidade de Guatemala de 10 a 15 de março de 2009, em que representantes da maioria das Unidades Administrativas do Instituto compartilharam experiências e refletiram juntos acerca da gestão a serviço da Missão e do seu futuro.

⁷⁷ "Denomina-se Instituto leigo aquele que, reconhecido como tal pela autoridade da Igreja, em virtude da sua natureza, indole e fim, tem função própria e determinada pelo Fundador ou por tradição legítima, que não inclui o exercício da ordem sagrada" (c 588 §3). "Um Instituto se chama de direito pontifício, quando foi erigido pela Sé Apostólica ou aprovado por esta mediante decreto formal" (c. 589). "Um Instituto religioso é uma sociedade cujos membros, segundo o direito próprio, emitem votos públicos perpétuos ou temporários, vivendo vida fraterna; os votos temporários renovam-se, ao vencer o prazo" (c 607 § 2). As nossas Constituições reconhecem a participação de alguns bens espirituais do Instituto a pessoas que não professaram. Por exemplo, os noviços, que iniciam a sua vida no Instituto, participam dos bens espirituais da nossa família religiosa. Algumas pessoas podem ser afiliadas ao Instituto; gozam de similares benefícios. (C1986, 8). Está claro, porém, que unicamente são membros do Instituto aqueles que realizaram a profissão religiosa, como reconhece o próprio artigo 8 das Constituições; e indica o c 654: "Pela profissão religiosa os membros abraçam com voto público, para observá-los, os três conselhos evangélicos, se consagram a Deus pelo ministério da Igreja e se incorporam ao Instituto com os direitos e deveres determinados no direito".

⁷⁸ O correspondente Estatuto com que se cria o Movimento diz: "a Família Marista, prolongação do nosso Instituto, é movimento formado por pessoas que se sentem atraídas pela espiritualidade de Marcelino. Os seus membros, afiliados, jovens, pais, colaboradores, antigos alunos amigos, assimilam o espírito do Fundador para poder vivê-lo e irradiá-lo. O Instituto anima e coordena, mediante estruturas apropriadas, as atividades do movimento (c. 303; 677,2; c1986, 164.4). Alguns autores de direito canônico negam que uma ordem terceira possa ser criada por um Instituto sem intervenção específica da Santa Sé, porque os únicos organismos que podem criar associações na Igreja são os Bispos, as Conferências de Bispos e a Santa Sé. Pode-se, ainda assim, argumentar que o Estatuto citado foi estudado pela Santa Sé, no processo de aprovação das Constituições de 1986, sem que se objetasse nada contra a sua existência, coisa que se passou com outros Estatutos; com isso houve, pelo menos, aprovação implícita (Cf. explicações preparadas pelo Ir. Superior geral e seu Conselho no atinente às mudanças existentes entre o texto das Constituições apresentadas pelo Capítulo de 1985 e o texto aprovado pela Santa Sé, que se conservam em AFM 3118-84-08). De fato, o Dicastério para os Religiosos e a Secretaria de Estado assumem sem nenhum problema a certificação como membros das Fraternidades que compomos para algumas pessoas, com vistas a facilitar a obtenção do visto de entrada na Itália, o que supõe reconhecimento de fato da existência do Movimento.

⁷⁹ Basta ler o que dizem os cânones citados no fim de C1986, 164.4: "Chamam-se ordens terceiras, ou com outro nome adequado, aquelas associações cujos membros, vivendo no mundo e participando do espírito de um Instituto religioso, se dedicam ao apostolado e buscam a perfeição cristã sob a direção desse Instituto" (c 303) e ["Os Superiores e demais membros do Instituto] se tiverem associações de fiéis que lhes estejam unidas, ajudem-nas com especial cuidado, a fim de se impregnarem do genuíno espírito de sua família" (c 677 §2).

Necessitamos de refletir sobre qual é a estrutura institucional e jurídica que nos podemos dar para tratar a nossa vida comum, sempre crescente. No que se reporta à missão, em muitos países é relativamente fácil obter para o conjunto das nossas obras uma personalidade jurídica civil que contemple, mesmo em face da lei, a responsabilidade das partes e a participação de que falamos; por exemplo, fundações ou associações de centros educativos.

A fim de que possamos encontrar a estrutura jurídica eclesial que nos permita tornar realidade, com todas as consequências, a nossa partilha de vida, vamos precisar de reflexão mais profunda. Em tal reflexão, algumas considerações de tipo histórico podem iluminar-nos. Podemos recordar que o projeto original da Sociedade de Maria pretendia ser uma Congregação de quatro ramos: sacerdotes, irmãos, irmãs e leigos

associados. A Santa Sé não aprovou esse projeto que, provavelmente, se adiantava em demasia ao tempo.

Estrutura similar a essa proposta está na base da maioria dos movimentos eclesiais atuais que, para o direito canônico, são associações de fiéis⁸⁰, quase todas com núcleo de consagrados, que agrupam pessoas de diversos estados de vida⁸¹. Creio que são iluminadoras as palavras do citado Ir. Botana, sobretudo em ajudar-nos a entender a mudança de paradigma que está a difundir-se nos nossos dias:

No que se refere a compartilhar o carisma, a evolução da linguagem tem sido tímida e reticente, até porque este termo é de mui recente aquisição no linguajar da vida religiosa. Um dos elementos que dificultam a evolução é a excessiva identificação que se faz entre o carisma fundacional e o projeto de vida religiosa propriamente dito. Vejamos a expressão carismas da Igreja.

⁸⁰ Estão reguladas pelos cânones 298-329. Parece-me interessante recolher aqui um cânon que fala sobre a possível pertença de religiosos a associações de fiéis. "Os membros de Institutos religiosos podem inscrever-se nas associações, com licença dos Superiores, conforme a norma do direito próprio" (c. 307§ 3).

⁸¹ Por exemplo, a Obra de Maria, Movimento dos Focolares, é associação católica privada, universal, de direito pontifício, com personalidade jurídica pela norma dos cânones 298-311 e 321-329 do Código de direito canônico (cf. artigo 1 dos Estatutos gerais da Obra de Maria. Segundo tais Estatutos, podem ser membros da Obra os católicos que formam parte de uma das seções, ramos ou movimentos que a compõem. Outros cristãos, membros de outras religiões ou pessoas de convicções não religiosas podem formar parte da Obra de Maria como agregados ou colaboradores (cf. artigos 15-22). Os membros podem ser crianças, jovens que não têm definido ainda a sua vocação, leigos solteiros e casados, seminaristas, diáconos e sacerdotes, cada um com direitos e deveres diversificados pelo seu estado de vida e grau de compromisso. São também membros, mas ligados à Obra de Maria apenas espiritualmente, os membros dos Institutos de vida consagrada, aqueles de sociedades de vida apostólica e os bispos. Para cada seção, ramo ou movimento existem regulamentos particulares (cf. artigos 13-14). Os membros das duas seções são os focolarinos, animadores do Movimento, que vivem em comunidades chamadas focolares e podem ser leigos ou sacerdotes, com votos privados, e também pessoas casadas, que emitem compromissos especiais compatíveis com o seu estado de vida matrimonial (cf. artigo 12). Os Estatutos regulam os órgãos de governo gerais da Obra (cf. artigos 73-114) e outros temas, como os aspetos concretos de organização da vida (cf. 23-72), a natureza, fim e espírito (cf. artigos 1-9). A versão dos estatutos que cito é aquela aprovada pelo Conselho Pontifício para leigos em 15-3-2007. É livro de 117 páginas editado em Roma, em 2007.

O salto mais decisivo na evolução se produz, quando começamos a assumir que o carisma do Instituto ou, mais amplamente, os carismas fundacionais pertencem à Igreja. O passo é difícil. Cumpre separar o conceito carisma fundacional do conceito projeto de vida religiosa ou, se for preferido, carisma de vida religiosa. Mesmo isto não está sempre claro, pois a forma jurídica ou canônica em que se realizou esse projeto nem sempre reflete fielmente a intuição do Fundador, devido à intransigência ou à incompreensão da hierarquia ou dos canonistas. Então se começa a reconhecer o carisma fundacional como “caminho para viver o Evangelho”, ou “modo global de viver o batismo”, que se pode concretizar em diferentes formas de vida cristã.

Neste nível realmente começamos a falar de “partilhar o carisma”. Descobrimos o carisma fundacional como lugar de encontro de religiosos e leigos, como convocação para viver a comunhão para a missão com diferentes identidades cristãs. Assim é como começa o novo modelo de família carismática acorde e em comunhão com a Igreja, entendendo-se como “comunhão de comunidades”.

Veja-se a expressão carismas para o Reino. O passo anterior tem ainda outra ampliação, quando compreendemos que, se o Espírito não fica encerrado nas fronteiras institucionais da Igreja, tampouco os seus carismas. Os carismas fundacionais aspiram a servir a todo o Reino de Deus. Efetivamente, são caminhos de Evangelho; o Evangelho se expande também nas sementes do Verbo (Ad Gentes 11.2; 15.1) que estão presentes em todas as culturas e religiões e conecta com muitas expressões humanas e religiosas para além

da Igreja Católica e das Igrejas cristãs. Com base nesta experiência, as famílias carismáticas começam a sua abertura para incluir pessoas de outras religiões, mesmo não cristãs, que se reconhecem convocadas nesse mesmo carisma que elas identificam com o Fundador, e porque é para elas um caminho para viver mais a fundo a sua própria religião e o seu compromisso com a humanidade.

Os carismas fundacionais apelam à comunhão de diversas formas estáveis de vida cristã, para servirem, juntas, na missão eclesial. As novas famílias carismáticas favorecem essa comunhão para a missão. Dentro da família evangélica, as formas estáveis de vida já não se coordenam em estratos separados e hierarquizados, como era o caso das antigas Ordens: ordem primeira, segunda e terceira. Os seus membros estão animados pelo mesmo carisma e servem na mesma missão. Dessa base comum se integram em projetos de vida e missão: cada membro enriquece o conjunto com os seus próprios carismas particulares, com o seu próprio projeto existencial. A força da família carismática não provém de uma instituição dominante que arrasta as demais, como sucedia em épocas passadas, mas dimana da comunhão entre as diversas instituições e grupos, como comunhão posta a serviço da mesma missão e enriquecida pelos carismas de cada grupo.⁸²

A mesma identidade dos Pequenos Irmãos, como religiosos leigos, é fruto do caminhar histórico do Instituto; *mas poderia ter sido outro*. A nossa identidade é fruto de quase duzentos anos de história, guiada

⁸² A. BOTANA, *Caminos para compartir carisma y Misión en la educación*, 4-5. O texto é um relato preparado por Botana para uma reunião de Superiores e Superiores gerais e delegados de educação das Congregações Religiosas em Roma, realizada em 29-5-2008, na aula magna da Casa-geral dos Irmãos das Escolas Cristãs. Botana ampliou a conferência em caderno de Frontera-Hegian: A. Botana, *Compartir carisma y misión con los laicos*. A Família evangélica como horizonte, Caderno 62 da coleção Frontera-Hegian, Vitoria 2008.

pela mão de Deus. Estou absolutamente convencido da verdade da afirmação no artigo 164 das nossas Constituições: “O nosso Instituto, dom do Espírito Santo à Igreja, é para o mundo uma graça sempre atual”. Não se trata de fazer história ficcional ou renegar os passos que os nossos antecessores deram, senão que temos responsabilidade para com o carisma de Champagnat.⁸³

Neste sentido, pode ser útil recordar o seguinte elenco:

- A vida dos primeiros discípulos de Champagnat pode ser descrita como a de uma associação de mestres catequistas, na qual os primeiros votos se emitiram unicamente no fim do retiro de 1826.
- Aqueles votos eram inicialmente votos privados e deviam ser feitos com a cláusula de que seriam anulados, se mudasse o estado da Sociedade, ou se os emitentes fossem dela expulsos.
- Unicamente a partir de 1836, e asseverado com hesitação, se pode falar de que os nossos Pequenos Irmãos fizeram votos simples, amparando-se na consideração da aprovação pontificia obtida pelos Padres Maristas, entendida por muitos Irmãos como

aprovação de toda a Sociedade de Maria.

- De 1840 a 1903, os Pequenos Irmãos faziam unicamente o voto simples de obediência na profissão temporária, ao passo que os votos de castidade e de pobreza não se emitiam senão na profissão perpétua.
- Os religiosos de votos simples não foram reconhecidos como completamente religiosos senão no princípio do século XX (*Conditae a Christo, 1900, Normae 1901*, Código de direito canônico de 1917); eram considerados anteriormente como membros de associações piás.
- Outros novos institutos, nascidos na mesma época, encontraram a sua identidade, segundo o direito canônico atual, como Sociedades de Vida Apostólica; por exemplo, os Palotinos,⁸⁴ ou institutos seculares, como, por exemplo, os Sacerdotes do Coração de Jesus.⁸⁵

É a nossa tarefa imaginar novos laços e rostos, até mesmo jurídicos, para responder, de maneira mais flexível e vital, ao carisma de Champagnat e à vida marista do século XXI. Quero terminar com outro testemunho de vocação de leigo marista.

⁸³ “A atualidade do carisma de Marcelino Champagnat desafia nosso compromisso, pessoal e comunitariamente, para encarná-lo nas várias situações e culturas. Todos somos responsáveis por essa tarefa” (C1986, 165). “A fidelidade à nossa missão exige atenção contínua aos sinais dos tempos, aos apelos da Igreja e às necessidades da juventude. Essa atenção nos permite adaptar as estruturas e nos impulsiona a tomar decisões corajosas, por vezes, inéditas”. (C1986, 168).

⁸⁴ Cf. *Annuario Pontificio 2008, Città del Vaticano 2008, 1517* (sociedade fundada em 15-8-1815).

⁸⁵ Cf. *Annuario Pontificio 2008, Città del Vaticano 2008, 1513* (sociedade fundada em 2-2-1791).

Sonho com obras maristas em que a pessoa sempre está acima de tudo o mais; em que a missão compartilhada é tão real que se projeta, se trabalha e se decide em comum, com partilha da responsabilidade. Sonho que somos cada vez mais usados em optar pelos menos favo-

recidos. Sonho com uma família de Irmãos e leigos, em que nos damos apoio e nos responsabilizamos juntos no serviço mútuo; em suma, uma família em que Jesus é de verdade o centro da nossa vida.⁸⁶

Só me resta dizer Amém.

BIBLIOGRAFIA

1. Documentos da Cúria Romana

BENEDICTO XIII, Bula *In Apostolicae Dignitatis Solio*, 26 ene. 1725, en FSC, *Règles et constitutions*, Versailles 1852, 109-119.

BENEDICTO XV, *Codex Iuris Canonici*, 27 maio 1917, AAS 10 (1918) Parte II 1-521.

CLEMENTE XIV, Carta *Supremi apostolatus*, 16 dic. 1769, en *Bullarii Romani continuatio Summorum Pontificum Benedicti XIV, Clementis XIII, Clementis XIV, Pii VI, Pii VII, Leonis XII et Pii VIII*, V, Prati 1846, 73-79.

CONCILIO DE TRENTO, Actas, em ISTITUTO PER LE SCIENZE RELIGIOSE DI BOLOGNA,[ed.], *Conciliarum Oecumenicorum Decreta*, Bologna 1991, 660-779.

CONCILIO LATERANENSE IV, Constituições, em ISTITUTO PER LE SCIENZE RELIGIOSE DI BOLOGNA,[ed.], *Conciliarum Oecumenicorum Decreta*, 230-271.

⁸⁶ Testemunho de Ana Sarrate para o documento "Em torno da mesma mesa. A vocação dos leigos maristas de Champagnat", p. 46.

- CONGREGACIÓN DE PROPAGANDA FIDE, Decreto de nombramiento de Monseñor Pompallier, 7 mayo 1836, en *OM*, I, 881-882
- GREGORIO XVI, Carta Apostólica *Omnium gentium*, 29 abr. 1836, em *Acta Gregorii Papae XVI*, II, 106-107.
- , Carta Ap. *Pastorale officium*, 13 maio 1836, em *Acta Gregorii Papae XVI*, II, 109-110.
- JUAN PABLO II, *Codex Iuris Canonici*, 25 ene. 1983, AAS 75 (1983) Parte II 1-324.
- , Exortação apostólica *Vita consecrata*, 25 mar. 1996, AAS 88 [1996] 377-486.
- LEÓN XIII, Constituição *Condita a Christo*, 8 dic. 1900, *Acta Sanctae Sedis* 33 (1900-1901) 341-347.
- Pio V, Const Ap. *Circa pastoralis*, 29 maio 1566, em *Bullarum, diplomatum et privilegiorum sanctorum Romanorum pontificum*, IV, II, Roma 1745, 292-294.
- , Const Ap. *Lubricum vital genus*, 17 nov. 1568, em *Bullarum, diplomatum et privilegiorum sanctorum Romanorum pontificum*, IV, III, Roma 1745, 47-48.
- Pio X, Constituição Apostólica *Sapienti Concilio*, 29 jun. 1908, *Acta Apostolicae Sedis* 1 (1909) 11-12.
- Pio XII, Constituição Apostólica *Provida mater*, 2 feb. 1947, AAS 39 (1947) 114-124.
- , motu proprio *Primo feliciter*, 12 mar. 1948, AAS 40 (1948) 283-286.
- SCER, Decreto de aprovação dos Padres Maristas, 11 mar. 1836, en *OM*, I, 851-853.
- , *Methodus quae a Sacra Congregatione episcoporum et regularium servatur in approbandis novis institutis votorum simplicium*, 22 sep. 1854, em E. SASTRE SANTOS, *El ordenamiento*, 187-189.
- , Decreto laudatorio del Instituto FMS, 9 dic. 1859, en *Bizzarri*, 145.
- SCER, «Animadversiones» en AFM 350.100-13.
- , Decreto de aprovação de FMS, 9 jan. 1863, em AFM 351.700-12.
- , Indulto de prórroga, 12 mayo 1876, em AFM 352.110-01.
- , Indulto de prórroga y orden de publicación de las Constituciones, 22 jan. 1883, em AFM 353.400-13.
- , Indulto de prórroga, 3 oct. 1887, em AFM 352.120-01.
- , Decreto *Ecclesia Católica*, 11 ag. 1889, em E. SASTRE SANTOS, *El ordenamiento*, 230.
- , Indulto de prórroga, 3 mayo 1893, em AFM 352.130-01.

- , «Animadversiones» em *Analecta eclesiástica* 4 (1896) 159.
- , *Normae secundum quas S. C. Episcoporum et Regularium procedere solet in approbandis novis institutos votorum simplicium*, 28 jun. 1901, em E. SASTRE SANTOS, *El ordenamiento*, 266-299.
- , Decreto de aprovação definitiva das Constituições, 27 maio 1903, em AFM 353.400-32.
- SCR, Decreto de aprovação das Constituições, 4 abr. 1922, em AFM 354.111-31.
- SCRIS, Decreto de aprovação das Constituições, 7 out. 1986, em AFM 31.18.8484.

2. Documentos oficiais do Instituto dos Irmãos Maristas

- FMS, *Registros de tomas de hábito y profesiones*, em AFM RVT1, AFM RVP1 y AFM RVE1.
- , *Actas del II Capítulo General*, em AFM 31.02.
- , *Constitutions et Règles du Gouvernement de l'Institut des Petits Frères de Marie*, Lyon 1854 (C1854).
- , *Constitutions présentées au Saint Siege pour approbation*, em *Brambila*, 146-159 (C1862).
- , *Constitutions de l'Institut des Petits Frères de Marie*, em *Brambila*, 146-159 (C1863).
- , *Constitutions de l'Institut des Petits Frères de Marie*, em *Brambila*, 160-172 (C1883).
- , *Constitutions de l'Institut des Petits Frères de Marie*, Turin 1906 (C1903).
- , *Constitutions de l'Institut des Petits Frères de Marie*, Paris-Tournai-Rome 1930 (C1922).
- , *Constituciones y Estatutos*, Zaragoza 1987 (C1986).
- , *Actas del XX Capítulo General*, Roma 2002.
- , *Água da Rocha. Espiritualidade Marista fluindo na tradição de Marcelino Champagnat*, Roma 2007.
- , «Documento da Assembleia da Missão de Mendes», em FMS, *FMS Mensagem* 38 [2008], 79-85.
- FRÈRE AVIT, *Abrégé des Annales*, manuscrito conservado em AFM.
- HOWARD, C., Explicações sobre o texto das Constituições aprovado pela Santa Sé, em AFM 3118-84-08.

3. Livros e artigos

- AUGÉ, M. – SASTRE SANTOS, E. – BORRIELLO, L., *Storia della vita religiosa*, Brescia 1988.
- BASTIEN, P., *Directoire canonique à l'usage des Congrégations a voeux simples*, Roma 1911².
- BATTANDIER, A., *Guide canonique pour les constitutions des Instituts à voeux simples*, Paris 1911.
- BIZZARRI, A., *Collectanea in usum Secretariae Sacrae Congregationis Episcoporum et Regularium*, Roma 1885²
- BOTANA, A., *Caminos para compartir Carisma y Misión en la educación* (ponencia impartida el 29 mayo 2008 en el Aula Magna de la Casa General de FSC).
- , *Compartir carisma y misión con los laicos*. La Familia evangélica como horizonte, Cuaderno 62 de la colección Frontera-Hegian, Vitoria 2008.
- BOUIX, D., *Tractatus de jure regularium I*, Paris 1857.
- BRAMBILA, A., *Patrimoine Spirituel Mariste Législation*. Quelques pièces législatives 1818-1883, Roma 1986.
- COSTE, J. – LESSARD, G., *Origines Maristes (1786-1836)*, I-IV, Roma 1960-1967.
- , *Origines Maristes (1786-1836)*. Extraits concernant les Frères Maristes, Roma 1985.
- FARNEDA CALGARO, D., *"Guide des Écoles" 1817-1853 Estudio histórico-crítico*, Roma 1993.
- FMS, *Chronologie de l'Institut des Frères Maristes des Écoles*, Rome 1976.
- FURET, J.B., *Vida de Marcelino José Bento Champagnat* (Edição do Bicentenário), Roma 1989.
- DI GIUSTO, L., *Historia del Instituto de los Hermanos Maristas*, Rosario 2004.
- GRIBOMONT, J. – TILLARD, J.M.R., «Religio (Religiosus)» en DIP 7, 1633.
- LANFREY, A., *Une Congrégation enseignante: Les Frères Maristes de 1850 à 1904*, Rome 1997.
- LESAGE, G., *L'accession des Congrégations à l'état religieux canonique*, Ottawa 1952.
- MICHEL, G., *Frère François et la reconnaissance légale des Frères Maristes (1840-1851)*, St. Chamond 1991.
- OPERA DI MARIA, *Statuti generali*, Roma 2007.

- PELLICIA, G. – ROCCA, G., (ed.), *Dizionario degli Istituti di Perfezione*, I-X, Roma 1974-2003 (abreviada DIP).
- ROCCA, G., «Voto» em DIP 10, 561.
- , «Per una storia giuridica della vita consacrata», em GRUPPO ITALIANO DOCENTI DI DIRITTO CANONICO (ed.), *La vita consacrata nella chiesa*, Milano 2006, 35-69.
- SABBARESE, L., «Nuove forme di vita consacrata [can. 605]», em GRUPPO ITALIANO DOCENTI DI DIRITTO CANONICO [ed.], *La vita consacrata nella chiesa*, Milano 2006, 84-86.
- SASTRE SANTOS, E., *El ordenamiento de los institutos de votos simples según las Normae de la Santa Sede (1854-1958). Introducción y textos*, Roma-Madrid 1993.
- . *La vita religiosa*, Milano 1997.
- TABERA, A. – DE ANTOÑANA, G.M. – ESCUDERO, G., *Derecho de los Religiosos. Manual teórico práctico*, Madrid 1968⁵.
- VERMEERSCH, A., «L'organisation des instituts religieux à vœux simples d'après un récent document du Saint-Siège», *Revue théologique française* 6 (1901) 745.
- ZIND, P., *Les nouvelles Congrégations de Frères enseignants en France de 1800 à 1830*, Saint-Genis-Laval 1969.

4. Outros documentos

- Acta Sanctae Sedis* 1 (1865) 93.
- Analecta Juris Pontificii* 5 (1861) 52-103; 147-217; 24 (1885) 383-422; 26 (1886-1887) 954-977; 27 (1887-1888) 232-252.
- Annuario Pontificio 2008*, Città del Vaticano 2008.
- FMS Mensagem* 36 (2007).
- FORNELLS, P., blog em www.champagnat.org.
- Testemunho de Feno Larrambeber e Mônica Linares e de Ana Sarrate para o documento: “Em torno da mesma mesa” - *A vocação dos leigos maristas de Champagnat*.

DA ASSOCIAÇÃO À CONGREGAÇÃO

Dos Estatutos da sociedade dos Irmãos às constituições da ordem no período 1817-1837

André Lanfrey, fms

O artigo erudito do Irmão Anaya sobre a evolução canônica dos Institutos religiosos e, particularmente, do nosso, relembra que os primeiros Irmãos constituíam simples associação de mestres catequistas e que os primeiros votos privados não foram pronunciados senão em 1826. Apenas a partir de 1836 se pode, com prudência, falar de votos simples, tendo em conta a aprovação dos Padres Maristas, interpretada como a aprovação de toda a Sociedade.

Aqui vamos tratar desta questão em luz um pouco diferente, pondo-nos a examinar a natureza e a forma desses comprometimentos. Assim, é claro que a primeira comunidade de Irmãos se rege por contrato entre iguais, no seio de uma associação civil de direito privado. Quando os votos *secretos* são pronunciados, a partir de 1826, não são feitos a Champagnat, senão aos 'superiores da Sociedade de Maria' e segundo 'os estatutos e os fins da Sociedade'. Não é senão em 1836 que os Irmãos vão fazer os votos 'ao Superior da Sociedade dos Irmãos de

Maria' e 'segundo as constituições e os fins da ordem'. De 1817 a 1836, em pouco menos de 20 anos, os compromissos dos Irmãos se revestem, portanto, de três formas distintas que merecem a nossa atenção, porquanto eles apresentam sérios problemas de interpretação.

A "PROMESSA" NO PERÍODO DE 1818 A 1836

De acordo com o Irmão João Batista (Vida, primeira parte, cap. 15, p. 157), *desde o começo*, os Irmãos pronunciavam *promessas* ou *consagração*, da qual ele dá o conteúdo *traçado pela mão do piedoso Fundador*. Um pouco adiante, na p. 178, ele se torna mais preciso: "A primeira vez que se tratou de tomar esse compromisso" se situa em 1818. Os arquivos dos Irmãos Maristas conservam um exemplar de tal consagração (OM 1/168), datado de 1826, notavelmente diferente, como se pode facilmente averiguar pelo cotejo abaixo.

OM1/168	Vida, cap. 15, p. 157-158
	Tudo para a maior glória de Deus e honra da augusta Maria, Mãe de Nosso Senhor Jesus Cristo
« Nós, abaixo-assinados, para a maior glória de Deus e honra da augusta Maria, Mãe de Nosso Senhor Jesus Cristo, certificamos e asseguramos que nos consagramos por cinco anos, a contar deste dia mil oitocentos e vinte e seis,	« Nós, abaixo-assinados, certificamos e asseguramos que nos consagramos por cinco anos, a contar deste dia,
livremente e de plena vontade, por cinco anos, à piedosa associação daqueles que se consagram, sob a proteção da bem-aventurada virgem Maria, à instrução cristã dos meninos do campo.	livremente e de plena vontade, a Deus na pequena associação dos pequenos Irmãos de Maria, com o fim de trabalhar, sem cessar, pela prática de todas as virtudes, na nossa santificação e na educação cristã dos meninos do campo.
Nós entendemos :	Nós entendemos, portanto :
Primeiramente, não procurar senão a glória de Deus, o bem da sua Igreja Católica, Apostólica e Romana, e a honra da augusta Mãe de Nosso Senhor Jesus Cristo.	1° Não procurar senão a glória de Deus, a honra da augusta Mãe de Nosso Senhor Jesus Cristo e o bem da Igreja Católica, Apostólica e Romana.
Em segundo lugar, nos comprometemos a ensinar gratuitamente aos indigentes que o pároco do lugar nos apresentar o seguinte: 1° o catecismo, 2° a oração, 3° a leitura, o respeito aos ministros de Jesus Cristo, a obediência aos pais e aos príncipes legítimos.	2° Nós nos comprometemos a ensinar gratuitamente a todos os meninos indigentes que o pároco da paróquia nos apresentar e a lhes ensinar, e a todos os outros meninos que nos forem confiados, o catecismo, a oração, a leitura, a escrita e as outras partes do ensino primário, segundo as suas necessidades.
Em terceiro lugar, entendemos o dever de nos comprometer a obedecer, sem réplica, ao nosso superior e àqueles que nos forem prepostos pela sua ordem.	3° Comprometemo-nos a obedecer, sem réplica, ao nosso superior e a todos aqueles que, pela sua ordem, nos forem prepostos para nos conduzir.
Em quarto lugar, prometemos guardar a castidade.	4° Prometemos guardar a castidade.
Em quinto lugar, colocamos tudo em comunidade ».	5° Colocamos tudo em comunidade ».

Em artigo escrito há tempo¹, o Irmão Balko mostrou, de maneira convincente, que este texto não era fórmula de profissão, mas contrato de asso-

¹ FMS n°31, 1978 p. 412, retomado da recoleta dos artigos do Ir. Balko « Voltemos a pensar nas nossas origens » p. 77-82.

ciação de educadores cristãos, diretamente inspirado pela consagração marista de 23 de julho de 1816 em Fourvière, o que testemunha especialmente a divisa marista: « Para a maior glória de Deus e honra da augusta Maria, Mãe de Nosso Senhor Jesus Cristo ».

DISTINÇÃO DE PROMESSA E VOTOS

É óbvio que o texto das OM é de fonte mais antiga que o referido pelo Irmão João Batista: a associação ainda não tem nome, o programa escolar dos Irmãos é reduzido ao catecismo, às orações e à leitura²... Os padres Coste e Lessard (OM 1 p. 417) emitem, assim, a hipótese de que este texto, embora datado de 1826, reproduziria a situação primeira desta promessa e, em seguida, o Irmão João Batista a teria 'retocado livremente segundo um uso que lhe é familiar'. Eles se perguntam até se esta fórmula não seria aquela dos primeiros votos por cinco anos, pronunciados pelos Irmãos pela primeira vez em 1826. O Irmão João Batista, não encontrando aí a palavra *voto*, imaginou o termo *promessa* de 1818.

O Irmão Balko aceita a primeira hipótese, mas rejeita a segunda³ com argumentos que me parecem

convincentes. Para justificar a data tardia do texto referido pelas OM, ele declara: « Uma fórmula de compromisso, diferente da profissão religiosa, há de ter ficado em uso durante alguns anos, depois de 1826, paralelamente às primeiras emissões de votos propriamente ditos ».

O cenário me parece extremamente provável: com efeito, os votos não se revestiam de nenhum caráter público; eram apenas compromisso pessoal mais profundo, de alguma forma uma antecipação do voto de estabilidade, sendo a promessa a modalidade corrente de comprometimento.

AUTENTICIDADE DA VERSÃO DO IR. JOÃO BATISTA

É verdade que o Irmão João Batista tinha a tendência de arranjar os textos que ele tirava de documentos autênticos. Mas ele assim procede menos do que se diz; ele toma o cuidado aqui de declarar que essa *consagração* é da lavra do piedoso Fundador⁴. Por outro lado, não parece estranho que o Fundador tenha modernizado a fórmula primitiva, porque, desde 1824, o *prospecto* havia oficializado o nome de « Pequenos Irmãos de Maria » e anun-

² Acerca dessa antiguidade, ver os argumentos do Irmão Balko.

³ Sem fazer alusão às OM.

⁴ No livro ALS, ele distingue muito bem os textos dos quais dá somente o espírito daqueles que ele cita.

ciado um programa de ensino conforme as exigências oficiais. Além disso, o erro do Irmão João Batista seria somente de ter feito passar por primitiva uma versão tardia da *promessa*, depois do ano de 1826.

CONTRATO INSCRITO EM TRADIÇÃO ASSOCIATIVA

Esse tipo de promessa dos Irmãos, evidentemente, não constitui ato excepcional; pelo contrário, a promessa não faz senão imitar um padrão de compromisso tomado em comunidades espontâneas muito numerosas, em particular de mulheres.

Em obra muito documentada, Jean-Baptiste Galley⁵ cita a lista das « congregações » de eleição⁶ de St. Etienne em 1789. As comunidades regulares de homens nela constantes são estas: beneditinos, mínimos, capuchinhos, dominicanos, recoletos, cartuxos, lazaristas e Irmãos das Escolas Cristãs. As das mulheres são as seguintes: dominicanas, visitandinas, ursulinas, religiosas autênticas, às quais o autor acrescenta mais as seguintes: hospitaleiras, de São José, de São Carlos, do Santíssimo Sacramento, da Doutrina Cristã, da ordem terceira de São Francisco, que não são monjas, mas Irmãs ou Filhas devotas. Elas emitem ou não votos pri-

vados ou votos simples. Algumas são comunidades independentes, outras são comunidades referidas a uma casa mãe, outras, enfim, vivem isoladas.⁷

J. B. Galley, aliás, tem consciência de que o quadro está incompleto: as *beatas* que vivem em comunidades, um pouco em toda a parte, aí não figuram. De fato, a maioria das comunidades de Irmãs ou beatas não têm estatuto canônico nem civil claramente definidos.

Em outra obra,⁸ Galley assinala que, em 1792, o distrito de St. Etienne se interessa nessas comunidades que levam o título de « Irmãs de São José », ou do « Sagrado Coração » ou de « beatas » ou de « filhas devotas ». Ele cita documento de 12 de junho de 1795, que descreve muito bem o estatuto delas que remonta ao Antigo Regime:

« As moças, geralmente pobres, pequenas comerciantes de roupas brancas, negociantes de fitas e galões, comerciantes de retalhos etc. Elas instruíam, em toda a parte, as jovens por uma retribuição acordada com os pais; elas não emitiam nenhum voto público que as privasse dos direitos civis; ao ingressar, eram associadas por ato passado no cartório, em que constava o dote aportado. As aquisições eram feitas ordinariamente por aquela sob cuja responsabilidade estavam todos os bens. O estabelecimento dessas casas não se fundava em cartas patentes ou outros títulos.

⁵ A eleição de St. Etienne no fim do Antigo Regime, St Etienne, 1903, p. 567

⁶ Circunscrição do Antigo Regime.

⁷ Ver Yvonne Turin, *Mulheres e religiosas no século XIX. As mulheres em religião*, Cidade Nova, 1989, particularmente os capítulos I e II.

⁸ St. Etienne e o seu distrito durante a Revolução, St. Etienne, 1907, t. 3 p. 85.

Os bens que delas dependem não foram amortizados; eles passam sucessivamente de umas mãos às outras, por doações entre vivos ou por testamento; no caso de morrer uma das filhas que os tinham recolhido, e se não houvesse deixado disposição testamentária, os ditos bens pertenceriam aos herdeiros legítimos dela. Ela tinha igualmente o direito de dispor desses bens em favor de outro titular que não as associadas; ela não estava ligada senão por um fideicomisso tácito ».

Essas associações de direito privado são muito ativas na resistência à Revolução: as autoridades revolucionárias denunciam sem cessar as *beatas*. Galley esposa esta tradição:

Essas Irmãs eram sobremodo catequistas, propagandistas muito escutadas pelas mulheres; eram auxiliares preciosas dos párocos. Elas também eram enfermeiras; daí o adendo de influência. Sem sombra de instrução, as suas escolas eram somente nominais; essas Irmãs campestinas são vistas como tecelãs de pequena oficina, como pessoas pobres; elas tentam ensinar alguma leitura de orações ou de catecismo às meninas ».

Em todo o caso, na opinião pública os termos *beatas, irmãs, filhas devotas* são termos equivalentes para designar mulheres piedosas que exercem tarefas caritativas ou são auxiliares do clero, vivam ou não em comunidade. Por vezes, as empregadas dos párocos também são chamadas *irmãs*.

A Revolução certamente desordenou este mundo, mas ele bem que resistiu. Galley cita um quadro de « Irmãs devotadas à visita dos pobres nas suas casas e à instrução da juventude », levantado em 1806, mas que se refere a uma situação anterior à Revolução⁹, que arrola 26 comunidades, num total de 244 Irmãs. Entre elas as comunidades de São José de Marlhès, com nove Irmãs e aquela de Lavalla, com dez Irmãs. Se a comunidade de Marlhès pertence à congregação das Irmãs de São José, estabelecida em Puy, no século XVII, a de Lavalla, por muito tempo, há de ter sido comunidade independente. Cumpre, portanto, ver antes a expressão « Irmãs de São José » como termo genérico, não indicando necessariamente pertença a alguma rede.

Em todo o caso, na aldeia de Lavalla, dez « Irmãs da congregação » no entretecimento de fitas e galões e os anais dos Irmãos de Lavalla (p. 51) indicariam que a congregação foi fundada em 1533...

« como o atestam velhos papéis que foram encontrados com as Irmãs atuais de São José em Lavalla. Elas se afiliaram às Irmãs de São José de Lyon, em 1803. Estas últimas tomavam o hábito e faziam profissão em Lavalla. O Padre Champagnat, vigário, presidiu várias dessas cerimônias, já que aí consta a sua assinatura¹⁰ ».

⁹ A eleição de St. Etienne, p. 567.

¹⁰ É indício de que, embora afiliadas às Irmãs de São José, as Irmãs de Lavalla conservam grande autonomia.

COMUNIDADES DE IRMÃOS

Como as piedosas filhas que cumpriam tarefas caritativas, educativas e culturais são chamadas *Irmãs*, os homens dedicados a tais tarefas são chamados, com frequência, *Irmãos*, sem que vivessem em comunidade. Se o caso de Irmãos parece muito raro, os livros do Instituto dão disso exemplo na biografia dos Irmãos Cassiano e Arsênio.¹¹

Louis Chomat, futuro Irmão Cassiano, nasceu em 1788; tornou-se mestre-escola em Sorbiers por volta de 1820. Em 1823, Césaire Fayol se oferece a participar de tal tarefa. Depois de algum tempo,

« convencionou-se que a bolsa seria comum; o que adquirissem e possuísem seria em sociedade, e tudo ficaria com o sobrevivente e que, após a morte, o que sobrasse seria consagrado a boas obras ».

É exatamente o tipo de contrato que os membros das comunidades de mulheres fazem, quase sempre em papel passado em cartório. Se aceitamos os dados biográficos (p. 198) de Louis Chomat e do seu companheiro, temos mais o seguinte: Chomat faz o voto perpétuo de educar os meninos da paróquia de Sorbiers; por fim, os dois companheiros, *sem fazer o noviciado*, revestem o hábito dos Irmãos Maristas na festa

do Rosário de 1832 (Biografia, p.217). Em suma, após trinta anos de intervalo, eles seguem o caminho das Irmãs de Lavalla, afiliando-se a uma sociedade mais vasta, depois de longo tempo de vida comunitária sem votos.

CERTA OCULTAÇÃO DESTA FASE ASSOCIATIVA

Surpreendemo-nos em averiguar que essa primeira fase associativa dos Irmãos Maristas seja tão mal documentada, porquanto pouco nos resta da *promessa*, provavelmente pronunciada durante quinze anos, além de um documento tardio, uma cópia do Irmão João Batista de autenticidade mal estabelecida, e uma evocação relativamente imprecisa da data das suas origens.

Essa fraca documentação, sem dúvida alguma, tem causas técnicas: estava-se pouco preocupado em conservar os artigos. Mas há outra razão mais fundamental: a *promessa* diz respeito a um tempo já passado da sociedade, que se preparava para a fase *congregacionista* simbolizada pelos votos. O Irmão João Batista o declara sem reticência: « Vê-se que ela (a promessa) continha em princípio todas as obrigações da vida religiosa e é o que o Padre Champagnat não deixava de

¹¹ Biografia de alguns Irmãos, Lyon, 1868, p. 189.

dizer aos Irmãos, quando os admitia a fazê-la » (Vida, I parte, capítulo 15, p. 158).

Parece que a realidade primitiva não era tão simples. A *promessa* era contrato entre iguais, formando uma associação laica, sob a autoridade de um diretor espiritual que assegurava a sua retidão de doutrina e de costumes, mas sem poder de padrão canônico. Em 1822, provavelmente, a referência a um superior confere à associação um começo de caráter congregacionista. Os votos pronunciados a partir de 1826 não suprimem para logo o caráter associativo, mas eles o colocam em segundo plano. O incidente das meias de lã, da batina costurada e do método de leitura de 1829 parece o momento privilegiado dessa passagem de uma instituição a outra. Champagnat aplica nisso, em todo o caso, a quarta resolução da promessa: *obedecer, sem réplica, ao seu superior*.

II PARTE: ELABORAÇÃO PROGRESSIVA

Esta promessa certamente não foi redigida de repente por inteiro; ela foi progressivamente construída, na proporção dos acontecimentos e das necessidades.

A MEMÓRIA DE BOURDIN E A PROMESSA

O Pe. Bourdin, que redige a sua memória das origens da Sociedade em Lavalla e l'Hermitage por volta de 1830, descreve (OM 2/ 754 §4), em estilo telegráfico, as dificuldades e esforços de Champagnat e do seu pároco, provavelmente em 1817-1818. Depois de mencionar uma primeira querela acerca da compra da casa¹², ele compõe o seu *telegrama* etrusco:

« Mestre-escola devotado ao pároco, jogador e bebedor. O Irmão Jean-Marie reúne dois pequenos pobres, pais contentes. Todo o mundo quer dar os seus. Você é a causa de que este mestre esteja na rua. Vamos à escola; se sou eu que os ponho aí, você os porá fora; se você não pode colocar-se em contradição... O mestre sai. Do terreno já somos donos. No primeiro ano há três Irmãos. Foram comprados trinta quilos de trigo ou batatas, os pobres comem, tantos meninos no fim como no começo ».

Versão aproximada. 'O pároco sustenta um mestre-escola incompetente. O Ir. Jean-Marie acolhe meninos pobres, cujo número se multiplica rapidamente, o que põe em dificuldade o mestre-escola. Estes meninos são recebidos pelos Irmãos com a autorização do pároco, o que faz com que, tão logo este se queixa, Champagnat lhe recorda que todos os meninos vieram à casa dos Irmãos com a sua autorização. Os Ir-

¹² Esta venda se efetua em dois atos distintos: em 1-10-1817 e em 26-4-1818, o pároco Rebod parecendo menos parcialmente responsável deste *imbroglio*. Ver OM 1/57-58. O negócio do mestre-escola parece contemporâneo dessa compra.

mãos alimentam os meninos que são assíduos em vir à escola’.

O documento Bourdin atribui a iniciativa da recepção dos pobres ao Irmão Jean-Marie. Não é propriamente uma escola, mas certo lugar de acolhida para os pobres a quem certamente os Irmãos ensinam catecismo, orações e leitura, o que naquela época forma um todo, no tempo em que os alimentam com batatas. Nesse tempo, eles não podiam fazer muito mais.

A memória de Bourdin deixa perceber o processo que, sem tardar, vai transformar o lugar de acolhida em escola: os primeiros meninos, realmente indigentes, são recebidos com a autorização do pároco que, logo instado pelos pedidos de outros pais, consente em que os Irmãos acolham mais meninos, até porque a fronteira entre indigentes e pobres é diminuta¹³ e o pároco deve administrar as susceptibilidades das suas ovelhas.

Assim, de fato, desde a primavera de 1818, os Irmãos se encontram à testa de uma escola e cumprem duas tarefas contidas na sua *promessa*: instruir na fé cristã os meninos do campo, especialmente os indigentes; mas isto não significa que a *promessa* estivesse já elaborada; provavelmente a prática a precedeu.

DATA DA PRIMEIRA PROMESSA

O Irmão João Batista declara, primeiro, que a promessa foi pronunciada *desde o começo* (Vida, cap. 15, p. 157); em seguida, que a questão de tomar tal compromisso se situa em 1818 (p. 158), mas sem afirmar que tenha sido efetivamente assim; com isso nos leva a pensar que ele não está muito certo da cronologia.

Embora nenhum outro documento venha infirmar ou corroborar esta data, ela parece pouco provável. Os Irmãos Jean-Marie (Granjon) e Louis (Audras), em 30 de março de 1817, tomaram um hábito, não propriamente religioso, mas que os identifica como leigos associados. O Irmão Jean-Claude Audras, ou Irmão Lourenço, ingressa em 24-12-1817; Antoine Couturier, Irmão Antônio, ingressa em 1-1-1818; vestem o hábito em 15-8-1818. Gabriel Rivat, Irmão Francisco, ingressa em 6-5-1818 e Barthélemy Badard, Irmão Bartolomeu, ingressa em dois de maio; tomam o hábito apenas em 8-9-1819, provavelmente por ocasião do que parece ter sido o primeiro retiro da associação.¹⁴

Assim, se a fórmula foi pronunciada em 1818, há de ter sido perto

¹³ Jean-Baptiste de la Salle, em Paris, teve o mesmo problema; os mestres-escretores o acusam de receber não só meninos pobres mas também meninos *ricos*, cujos pais podiam pagar a escola. Não há como esquecer que no povoado de Lavalla reside grande número de pobres artesãos e que a vadiagem então é endêmica na região rural.

¹⁴ Ver AFM 5101.302, « Pensamentos do Irmão Francisco, caderno de retiro n° 1 e Registro dos votos perpétuos.

de 15 de agosto¹⁵. Se, pelo contrário, ela foi pronunciada em setembro de 1819, por ocasião do retiro pregado por Champagnat, ela se referiria a cinco ou seis Irmãos, e poderia coincidir com a eleição do Irmão Jean-Marie como Diretor, o que parece mais provável.

O TESTEMUNHO DO IRMÃO FRANCISCO

Parece que há traços da promessa no primeiro caderno de notas do Irmão Francisco¹⁶. Assim, evocando o primeiro retiro dos Irmãos, pregado por Champagnat em 1819, ele toma como segunda resolução esta: « Ensinarei aos meninos o respeito, o amor e a obediência que eles devem aos seus pais e aos superiores e, principalmente, o catecismo e a oração ». É apenas em 1822 que ele anota o objetivo da *promessa*: « Obedecer, sem réplica,

ao meu superior e àqueles que, pela sua ordem, me serão prepostos, como se Jesus Cristo em pessoa me ordenasse ». Esta diferença de data autoriza que se ponha a questão da fórmula que se vai progressivamente elaborando.

TRÊS MOMENTOS

Para visualizar algum começo de solução, cumpre ligar essa promessa à cerimônia de vestidura¹⁷, porque não se compreenderia que o hábito fosse dado sem nenhuma palavra solene que desse sentido ao evento. Assim, desde a primeira vestidura de março de 1817, uma fórmula de compromisso acompanhava certamente a tomada de hábito. Levanto, pois, a hipótese de que a primeira fórmula podia compreender apenas a primeira parte da promessa, aliás próxima da passagem essencial da consagração de Fourvière.

« Promessa »	Consagração de Fourvière (julho de 1816)
<p>« Nós, abaixo-assinados, para a maior glória de Deus e honra da augusta Maria, Mãe de Nosso Senhor Jesus Cristo, certificamos e asseguramos que nos consagramos por cinco anos, a contar de hoje, ...livremente e de plena vontade à piedosa associação daqueles que se consagram, sob a proteção da bem-aventurada virgem Maria, à instrução cristã dos meninos do campo.</p> <p>...</p>	<p>« ...Nós, abaixo-assinados, querendo trabalhar para a maior glória de Deus e de Maria, Mãe de Nosso Senhor Jesus Cristo, afirmamos e manifestamos que temos a sincera intenção e a firme vontade de nos consagrar, tão logo seja oportuno, à instituição da muito piedosa congregação dos Maristas ».</p>

¹⁵ Ela não diz respeito senão a três Irmãos, porque, diz o Ir. João Batista, no começo o Irmão Luís não quis assiná-la (Vie p. 158).

¹⁶ AFM, 5101.302, p. 1. Ele foi informatizado com o nome « Carnet de retraite n° 1 »

¹⁷ O Ir. Avito diz nos Anais do Instituto: « nada constata o cerimonial das vestiduras então em uso » (cf. § 35)

Encontramos, além disso, o programa que Champagnat havia fixado, quando tinha reunido os seus dois primeiros aspirantes. É possível que então a fórmula fosse apenas oral, sem assinatura, e que o texto acima mais não fizesse que dar o espírito da promessa então pronunciada.

A fórmula pode ter sido alongada na vestidura de 15 de agosto de 1818 ou, mais provavelmente, naquela de setembro de 1819. Seja como for, a comunidade se estruturou e o número de Irmãos ficou significativo. Assim, em 1819, o mais tardar, a fórmula existe por escrito e, pela primeira vez, cada Irmão é convidado a assinar « de joelhos e diante da comunidade reunida » (Vida, cap. 15, p. 158). Ainda assim, é pouco verossímil que a fórmula tenha estado completa. Teria sido acrescentado o texto seguinte:

Entendemos primeiramente buscar apenas a glória de Deus, o bem da sua Igreja Católica, Apostólica e Romana, e a honra da augusta Mãe de Nosso Senhor Jesus Cristo; em segundo lugar, comprometemo-nos a ensinar gratuitamente aos indigentes, apresentados pelo pároco do lugar, o catecismo, a oração, a leitura, o respeito aos ministros de Jesus Cristo, a obediência aos pais e aos príncipes legítimos.

Com efeito, a promessa de « obedecer, sem réplica, ao nosso superior e àqueles, pela sua ordem,

colocados como os nossos prepostos » não corresponde à realidade do momento. Sabemos que Champagnat não se considerava então, e por ninguém era reconhecido, como o superior dos Irmãos¹⁸, que elegem o diretor Jean-Marie Granjon. Ademais, a memória de Bourdin (OM 2/754 §16) nota que em 1819, provavelmente, no momento em que Champagnat sofre os primeiros ataques, ele rogava continuamente: « Meu Deus, fazei que ela caia, se não vem de vós ». Nessa época, ele não parece convencido de que a sua obra corresponda à vontade de Deus. Eis por que, sem dúvida, não deu à reunião dos Irmãos um nome preciso e claro.

Enfim, não há coerência entre o começo do texto, que afirma um compromisso entre iguais, e o final, que fala de superior eclesiástico. Se houvesse existido, ter-se-ia assinado a sua existência por uma fórmula como esta: 'Nós, abaixo-assinados, com a autorização do nosso superior'. Aliás, quando o Irmão Luís se recusa a assinar em 1818 ou 1819 (Vida, cap. 15 p. 158), não é questão senão de « conselhos do Padre Champagnat », que age como diretor espiritual, e de « convites amigos dos outros Irmãos ». A sua recusa procede, talvez, do fato de que o compromisso que ele tomou em 1817 foi modificado de duas maneiras: ele é escrito e estende as obrigações primitivas.

¹⁸ Na entrevista com Bochard, referida na « Vida » cap. 11 p. 115, Champagnat reconhece ter reunido oito jovens que ele forma sem ser seu superior: « eles escolheram um diretor ». A entrevista se realizou em 1819, não antes.

De fato, Champagnat (Vida, II parte, cap. 12, p. 407), ao ser perguntado *quem fundou esta comunidade*, por um sacerdote edificado pelo bom procedimento dos Irmãos que viajaram com ele, assim respondeu: « Alguns jovens se reuniram e traçaram para si algum regulamento conforme ao fim a que visam; um coadjutor vigário cuidou deles ». Ai não foge da verdade, ainda que apequene o seu papel¹⁹.

O ano de 1822, pelo contrário, poderia ser aquele da introdução dos compromissos mais religiosos. O inspetor Guillard (OM 1/75) se dá conta então de que está em presença de uma congregação da qual Champagnat é designado pelos Irmãos como o seu superior (OM 1/75). Aliás, as autoridades diocesanas o reconheceram oficiosamente: daí a acolhida dos postulantes do Alto Loire, o projeto de fusão com os Irmãos de Valbenoite, a ampliação de Lavalla, a vestidura de 10 postulantes²⁰ em 25 outubro de 1822 e o começo do projeto do estabelecimento em l'Hermitage²¹. Manifestamente, Champagnat não duvida mais de que Deus quer esta obra. Além disso, há a substituição do Irmão Jean-Marie em Lavalla pelo Irmão Luis, e a escapada a Aiguebelle. Provavelmente nesta época se acrescentam os três últimos pontos da promessa, tornados de todo ne-

cessários em sociedade, agora numerosa, e cuja coesão é ameaçada por procedimentos extravagantes.

« Entendemos, em terceiro lugar, comprometer-nos a obedecer, sem réplica, ao nosso superior e àqueles por ele indicados como prepostos. Em quarto lugar, prometemos guardar a castidade. Em quinto lugar, colocamos tudo na comunidade ».

Provavelmente, não é por acaso que neste ano o Irmão Francisco anota no caderno de retiro:

« Obedecer, sem réplica, ao meu superior e àqueles que, pela sua ordem, me são prepostos, como se Jesus Cristo em pessoa me ordenasse ».

III PARTE: OS PRIMEIROS IRMÃOS E A PROMESSA

LE F. JEAN-MARIE GRANJON

Admitamos a hipótese de que em março de 1817 os Irmãos Louis e Jean-Marie já fizeram a promessa de cinco anos; esta, confirmada e esclarecida em 1818 ou 1819, tomaria a sua forma em 1822. Não por acaso, o Irmão Jean-Marie, diretor da escola de Bourg Argental desde 2 de janeiro de 1822 (Vida, I parte, cap. 8, p. 94), e presente na visita do inspetor Guillard em 23 de abril (OM 1/75 §5), vai à Trapa, provavelmente

¹⁹ Episódio também referido, com sentido algo diferente, pelo Ir. Silvestre.

²⁰ F. Avit, Anais do Instituto, § 35.

²¹ A tradição do Instituto exagerou em excesso a oposição de Bochart. A memória de Bourdin mostra, pelo contrário, que se fez um acordo com Bochart em 1822-23.

de Aiguebelle; os efetivos da escola, depois da Páscoa, hão de ter decrescido em grande escala. A memória de Bourdin (OM 2/ 754 §13), explorando por certo um testemunho de Champagnat, oferece, no seu estilo *telegramático*, as circunstâncias desse acontecimento²² :

« Tem a ideia de ir à Trapa. Previne Champagnat. Aconselhado pelo seu diretor, parte. 'Mas você não vai ficar lá'²³.

O Irmão Louis, mestre dos noviços, o substitui. Mais instruído, não decepcionou²⁴. O Irmão Jean-Marie ficou um mês na Trapa. Retorna e pede que Champagnat o receba. Champagnat lhe responde:

« Você achou que a sociedade não é assaz santa. Procure²⁵ santos alhures! ».

Na sua versão, o Irmão João Batista permite que se entenda que essa partida é uma verdadeira cabeçada²⁶, que tomou desprevenido o Fundador. A memória de Bourdin comparece mais matizada, sublinhando o fato de que Champagnat não invoca um compromisso anterior que o impeça de partir, expressando somente ceticismo. A explicação poderia ser esta: tendo expirado o compromisso do Irmão Jean-Marie, em março de 1822, ele fica livre para

ir aonde quiser. Não seria estranho que Champagnat o recebesse bem, no retorno da Trapa, para enviá-lo em 1822-1823 a Saint Symphorien-le-Château. Pode-se supor, portanto, que o Irmão Jean-Marie, retornando a melhores sentimentos, renovou a sua promessa por cinco anos no retiro de 1822, que se realiza, provavelmente, em setembro ou outubro, na 'nova aula do primeiro ano da casa de Lavalla, que acaba de ser ampliada'²⁷.

Sabemos que depois disso o procedimento do Irmão Jean-Marie piorou. Bourdin sublinha que a sua recusa de ir a Charlieu provoca a sua expulsão. O Irmão João Batista enfatiza que a estranheza do procedimento do Irmão Jean-Marie perturbou gravemente a comunidade de l'Hermitage (Vida, I parte, cap. 14, p. 153); formula um juízo quase idêntico, citando Champagnat sobre a causa da expulsão :

« Assim vão ser tratados todos aqueles que se afastem da obediência para seguir a sua própria vontade ».

Esta vez, não estamos nas mesmas circunstâncias de 1822. O Irmão Jean-Marie faltou em ponto essencial dos estatutos da sociedade. Ademais, Champagnat é agora o su-

²² A pontuação e a ortografia, de muita fantasia, foram modificadas por mim.

²³ Certamente uma palavra de Champagnat

²⁴ Não logrou tanto êxito.

²⁵ Provavelmente deve-se entender: você acreditou encontrar santos alhures.

²⁶ « Vida », 1ª parte, cap. 14 p. 152.

²⁷ Ir. Francisco, AFM, 5101.302, Notas de retiro, nº 1 p. 121.

perior legítimo, eleito em 1825 e reconhecido oficialmente pelo Arcebispado. Não sabemos exatamente a data da expulsão; mas, como é provável, a promessa foi renovada em 1822 por cinco anos, ela expiraria em outubro de 1827. Como o Irmão João Batista (Vida I parte, cap. 14, p. 151) nos diz que a expulsão ocorreu quase na mesma época em que Courveille partiu, é provavelmente em fim de 1826, havendo recusado ir a Charlieu, o Irmão Jean-Marie foi desligado²⁸. Para que Champagnat não tenha esperado o fim do compromisso de cinco anos, a medida há de ter sido reputada urgente.

O IRMÃO JEAN-FRANÇOIS

Etienne Roumésy (Irmão Jean-François) entrou no noviciado em 1819; provavelmente vestiu o hábito em 1820. Diretor em Saint Sauveur-en-Rue em 1820-1823, foi enviado depois por Champagnat a l'Hermitage²⁹. Em primeiro de março de 1826, o Conselho do Arcebispo De Pins assinala a sua presença em Larajasse, em Monts du Lyonnais, com o sacerdote Colomb ; este sacerdote, segundo o Irmão João Batista (Vida, cap. 14, p. 154), queria fundar uma comunidade. Em 15 de março, o mesmo Conselho averigua o seguinte:

« O padre Colomb de Larajasse faz vir o Irmão Jean-François, que havia terminado o tempo dos seus compromissos em l'Hermitage, que não quis renovar, e agora estava livre, quando foi a Larajasse ; mas se apresentou a l'Hermitage, para confirmar a sua recusa de renovar os laços ».

O Conselho se atém a isso e o caso parece claro: provavelmente no fim de 1825, o Irmão Jean-François saiu de l'Hermitage sem prevenir, o que, aliás, consta na « Vida » (p. 154) e o ato suscita uma queixa do Pe. Champagnat ou de Courveille, quando vêm a saber onde se encontra o Irmão em tela. Etienne Roumésy volta, assim, a l'Hermitage para confirmar a sua saída e que ele agora está livre do compromisso, que não renovou.

O Irmão João Batista insiste no fato de que Etienne Roumésy não gostava do seu emprego e mesmo anota que ficou doente (Vida, cap. 14, p.153); mas não atribui a sua saída à desordem suscitada em l'Hermitage pela eleição do Pe. Champagnat como superior, em setembro ou outubro de 1825, pelas manobras de Courveille e pode ser pela oposição do Irmão Jean-Marie. De fim de dezembro de 1825 até fevereiro de 1826, Champagnat está doente e, depois, convalescente. Em 14 de fevereiro, o Vigário Geral Cattet foi inspecionar l'Hermitage e se mostra severo.

²⁸ Nos Anais das casas (Charlieu) o Ir. Louis é o primeiro diretor em 1824-25, seguido do Ir. Augustin « que parece ter dirigido a escola durante três anos ».

²⁹ Ver carta n° 1 de Champagnat, em que faz alusão a esta mudança. Ver « Vida », cap. 14 p. 153-154, a passagem consagrada pelo Ir. João Batista à sua saída. Ver notas biográficas em cartas, t. 2 p. 288-290.

O Irmão Jean-François se retira em momento de crise; a sua saída clandestina pode explicar-se pelo fato de que há no momento certa carência de autoridade em l’Hermitage. O seu retorno e recusa explícita de reintegrar-se na casa, provavelmente em 8 de março, mostra que persevera na sua atitude, visto que, nessa época, a situação não estava muito clara; Courveille só vai à Trapa em maio de 1826.

O caso de Etienne Roumésy, portanto, não tem causas unicamente pessoais, como sugere excessivamente o Irmão João Batista. A sua partida é uma das consequências do ambiente causado pela irrupção de Courveille nos negócios da sociedade. No fundo, Roumésy age como o Irmão Jean-Marie em 1822: havendo expirado os seus compromissos, provavelmente em fins de 1825, ele busca outro emprego mais satisfatório para ele. Pode-se supor, pois que se havia comprometido no fim de 1820.

O IRMÃO LOUIS

O Irmão João Batista (Vida, cap. 14, p.155-156) recorda que « nesta época », do conflito entre Courveille, Champagnat e os Irmãos, provavelmente entre setembro de 1825 e a primavera de 1826, o Irmão Louis é tentado pelo sacerdócio³⁰. Se consi-

deramos que ele emitiu o seu primeiro compromisso em 1817 e o renovou em 1822, então em 1827 estaria liberado para seguir o seu atrativo. O Irmão João Batista, ao sugerir que a tentação foi longa, esta poderia ter-se enraizado na crise de 1825-1826. Se ele renovasse a promessa em 1827, seria isso o fim das suas hesitações? Parece provável. Em todo o caso, embora figure em primeiro lugar no registro dos votos perpétuos, estabelecido em 1829, ele não foi o primeiro a emití-los. Oito Irmãos se haviam comprometido em outubro de 1826. Ele próprio só assina o ato em 8 de setembro de 1828.

O caso desses três antigos Irmãos evidencia a fragilidade do laço que os unia à sociedade, visto que, a cada cinco anos, eles podem retirar-se. A sociedade necessita de votos que constituam compromisso mais explicitamente religioso e, sobretudo, votos perpétuos adequados a dissuadir por inteiro a falta de perseverança, que o quinquênio facilitava. Di-lo exatamente o autor da « Vida », no capítulo 15, p. 157.

IV PARTE: DA PROMESSA AOS VOTOS

Apesar disso, cumpre não entender que os votos substituíram a promessa, como o Irmão João Batista tenta sugerir. Há votos *secretos* e

³⁰ Ver também Biografias de alguns Irmãos, édition princeps p. 27-28.

voluntários, reservados primeiro a uma elite. Por outro lado, enquanto são temporários, eles não produzem obrigações muito diferentes da *promessa*.

CONTINUIDADE E RUPTURA

A continuidade entre a promessa e os votos é, aliás, patente. Vejamos. Antoine Gratallon e o Irmão Doroteu, em 11 e 12 de outubro de 1826, emitem os votos por cinco anos. O Irmão Dominique Esquis, em 18 de outubro de 1826, emitem-nos por quatro anos. Em 18 de outubro de 1827, o Irmão Xavier Prat emite ainda os votos por cinco anos. A partir daí, vários Irmãos fazem votos por três anos e, a seguir, o triênio vira norma. Pode até ter ocorrido que esse tempo aligeirado tenha contribuído para fazer prevalecer os votos sobre a *promessa*.³¹ No fundo, eles são menos constrangedores.

A verdadeira mudança são os votos perpétuos. Até 1826, a entrada na associação se fazia em dois tempos: a admissão ao noviciado e a vestidura e promessa. Doravante, há quatro graus de pertença:

1. entrada no noviciado;
2. vestidura, ligada à promessa por alguns anos;
3. votos temporários independentes da vestidura;
4. votos perpétuos.

DA ASSOCIAÇÃO À SOCIEDADE DE MARIA

Mesmo que o conteúdo da promessa seja muito influenciado pelo *formulário* marista de julho de 1816, a associação, até 1824, não aparece como ramo da Sociedade de Maria. Inversamente, os primeiros Irmãos que fizeram os votos em 1826 declararam Lavalla como « noviciado da Sociedade de Maria ». A autorização de revestir o hábito lhes foi dada « depois de fazerem humilde solicitação ao R. Pe. Superior », mas os seus votos são feitos « aos superiores da Sociedade de Maria, segundo os seus estatutos e os seus fins ».

Essa fórmula misteriosa mostra profunda evolução: doravante, os Irmãos se reconhecem como parte de uma sociedade mais vasta que eles, sociedade que ainda não elegeu o superior, mas é suficientemente legítima para receber votos.

Ainda assim, é curioso que se lhe atribuam *fins* em momento em que nada de muito estruturado existe do lado dos Padres em l'Hermitage nem em Belley. Pode-se pensar no *formulário* marista de 1816 e no *prospecto* de 1824; este último oficializa o nome de « Pequenos Irmãos de Maria » e dá as grandes linhas da sua ação docente. Pode-se pensar também na *regra* em curso de elaboração. Penso que há sobremodo o texto da *promessa*, que fixa com

³¹ Registro dos votos temporários.

clareza os *estatutos*, como educação de indigentes, exige obediência, castidade, vida comum; e há *fins*, como a glória de Deus, a honra de Maria e o bem da Igreja.

Os votos, portanto, significariam a explicitação da identidade marista dos Irmãos, mas em tentativa assaz ambígua: se reconhecem uma sociedade de Maria mais vasta que eles, não parecem ver-se como a vanguarda dela, que já disponha dos seus estatutos e do seu superior. Assim aferido, o texto da *promessa* muda de significação: ele já não é fórmula de compromisso de associação, senão o fundamento da Sociedade de Maria. Em suma, para os Irmãos de l'Hermitage, a *promessa* é o equivalente do *formulário* de 1816 para os sacerdotes.

V PARTE: A PROMESSA E AS SUAS FILIAÇÕES

Se a *promessa*, segundo penso, pronunciada na sua forma primitiva, a partir de 1817 e, a pouco e pouco, estofada entre 1819 e 1822, constitui a carta primordial da Sociedade dos Irmãos, os documentos posteriores devem comportar traços dela.

CONTINUIDADE: DA PROMESSA AO PROSPECTO. MARIA E OS POBRES

O « Prospecto do Estabelecimento dos Pequenos Irmãos de Maria », impresso com a autorização do Vigário Geral Cholleton, em 19 de julho de 1824, é o primeiro reconhecimento oficial do Instituto pela autoridade diocesana.

Este texto foi precedido de um projeto, de preâmbulo muito mais austero, que retoma o elemento capital da *promessa* de 1818, isto é, o ensino dos pobres rurais, ameaçados pela imoralidade e impiedade supostas nos mestres ambulantes.

« Para remediar este mal tão grande e expulsar do campo empobrecido os pedagogos ímpios, esses piedosos mestres dedicados a Maria, sob o nome de pequenos irmãos ignorantes, vão, mesmo por duplas, às regiões pobres, onde os irmãos das escolas cristãs não podem ir, por falta de meios³² ».

O preâmbulo do prospecto, certamente redigido no Arcebispado, suprime o aspecto polémico e amplifica a alusão aos Irmãos das Escolas Cristãs pelo³³ nome *pequenos irmãos ignorantes*, (“ignorantim” no dicionário Larousse se define: “Irmão das Escolas Cristãs, assim designado, desde o século XVIII, por irrisão”) mostrando os Pequenos Irmãos de Maria como o

³² AFM 132.8 p. 86-92, citado em P. Herreros, *A Regra do Fundador*, Roma, 1984 p. 21-22

³³ Esta denominação se aplicou, no princípio, aos Irmãos de São Juan de Dios e, posteriormente, aos Irmãos de la Salle (frères ignorantins). No princípio se tratava de uma fórmula familiar de admissão, porém mais frequentemente de farsa. Voltaire os chama assim, pois, segundo ele, “transmitiam ao povo as mentiras da fé e da religião, sendo eles mesmos ignorantes da verdade” (NdT).

seu complemento, «na maior parte das comunas, e principalmente aquelas da campanha, que não podem usufruir das vantagens dessa educação cristã, por falta de recursos suficientes». Assim, é adaptado o preâmbulo da *promessa* e mesmo parcialmente o conteúdo do segundo compromisso:

« Nós, abaixo-assinados, certificamos e asseguramos que nos consagramos à piedosa associação daqueles que se dedicam, sob a proteção da bem-aventurada Virgem Maria, à instrução cristã dos meninos do campo. Em segundo lugar, comprometemo-nos a ensinar gratuitamente os indigentes que o pároco do lugar nos apresentar ».

Há também o artigo 10 do projeto do prospecto, que não será retido no texto definitivo:

« A instrução dos meninos em geral e, em particular, dos pobres órfãos, é o objetivo do nosso estabelecimento. Tão logo tenhamos terminado a casa de l'Hermitage e que os nossos meios permitam utilizar boa tomada de água para fornecer à custa da obra, vamos receber os meninos das casas de caridade ; vamos melhorar-lhes a situação, no tempo em que lhes damos a educação cristã ».

Cumprir também no projeto do prospecto todas as expressões que visam mostrar os esforços feitos para reduzir os custos. Artigo 2: « Os Pequenos Irmãos de Maria exigem apenas 400 francos por dupla ». Artigo 8: « Para facilitar o custeio das

comunas pobres, damos apenas dois Irmãos que, no inverno, retornam à casa mãe para minorar a situação e não ser de muito peso ao estabelecimento ».

Vemos, por fim, como nasce a expressão *Pequenos Irmãos de Maria*. A « promessa » fala de uma « piedosa associação, sob a proteção da bem-aventurada Virgem Maria ». O projeto do prospecto evoca « esses piedosos mestres devotados a Maria, sob o nome de pequenos irmãos ignorantes ». No seu artigo 2, há, pela primeira vez, a expressão « Pequenos Irmãos de Maria ». Como o nome de « Irmãos Ignorantes » é de uso costumeiro para designar os Irmãos das Escolas Cristãs, a adjunção da palavra *pequenos* implica o cuidado de situar na sua tradição educativa, mas em grau mais humilde³⁴. Finalmente, as expressões complicadas que designam os discípulos de Champagnat foram oficializadas por Cholleton³⁵, que passaram a ser chamados « Pequenos Irmãos de Maria ». Mesmo assim, em 1826, a expressão não é sempre retida pela *promessa*, porque, como texto ritual, ela mantém as formas tradicionais.

LOS BENS EM COMUM E O PROSPECTO

« Em quinto lugar, nós colocamos tudo em comunidade », diz a última

³⁴ Na mesma lógica, Pierre Zind, distingue os “Grandes Irmãos” (os FEC) e os – Pequenos Irmãos”; estes, fundados no século XIX.

³⁵ O sinal de que este título não foi dado pelo Instituto é que ele demorou muito tempo para se impor. A expressão « Irmãos de Maria », durante muito tempo, foi a mais comum.

frase da « promessa ». O projeto do prospecto, no artigo 5, declara : « Aqueles que têm parte legítima do patrimônio trazem-na para a sociedade, que a devolve no caso de o candidato se retirar, descontadas as despesas do noviciado ». No artigo 7, o projeto do prospecto acrescenta : « Nós desejaríamos ligar os Irmãos por meio de votos costumeiros nas comunidades ». O prospecto conserva o artigo 5, modificando-o um tanto, mas não diz nada sobre eventuais votos de religião. Essa colocação em comum dos bens patrimoniais, na lógica da « promessa », não parece estranha às autoridades diocesanas, visto que ela não diz respeito a uma congregação, mas apenas a uma associação de pessoas livres.

Contudo, quando o inspetor Guillard passou por Lavalla, em 26 de abril de 1822 (OM 1/ 75), ele ouviu o pároco queixar-se acerca deste ponto:

« Champagnat leva o seu zelo muito longe, querendo estabelecer-se superior de uma congregação, sem para tanto estar legalmente autorizado, e fazendo-se dar a legítima desses jovens que poderiam ser vítimas, se a congregação não se mantiver ».

Nos « estatutos dos Pequenos Irmãos de Maria », redigidos pelo Arcebispado, em vista da aprovação civil da congregação, em janeiro de 1825, o artigo 4 esclarece:

« Os Irmãos da congregação não poderão dispor, seja por doação entre vivos, seja por testamento,

senão de conformidade com as leis do Estado relativas às congregações religiosas ».

Como o Arcebispado quer fazer reconhecer os Pequenos Irmãos de Maria como congregação e não como simples associação leiga³⁶, ele renuncia a um uso tradicional dos bens e procura seguir as exigências do Estado no que concerne às congregações de mulheres. Mas a Restauration, que conferiu às Irmãs, em 1825, a possibilidade de se constituir dentro da lei em congregações, vai recusar constantemente a autorização das congregações de homens.

Evidentemente, a Regra de 1837, quando trata « das condições para ser recebido na sociedade » (p. 10-12), nada diz sobre a « legítima » que devem aportar os Irmãos; ela se contenta em mencionar as despesas do noviciado. Falta saber, aliás, em que medida, nos dez primeiros anos do Instituto, o uso de aportar a sua « legítima » foi praticado. Os cadernos de contas do Pe. Champagnat não parecem esclarecer este ponto; mas é possível que tais transações neles não figurem. Contudo, a partir da emissão dos primeiros votos secretos em 1826, parece que os Irmãos tenham redigido um testamento ou feito dons entre vivos. Disso testemunha o caso do Irmão Cassien (Biografia de alguns Irmãos, 1868, p. 225):

« Antes de fazer profissão, no dia da festa do rosário de 1834 (p. 217), ele se despojou de tudo e não se reservou nada.

³⁶ Parece que ele quis criar jurisprudência, estendendo a lei de 1825 às congregações dos homens.

Nas suas economias, em mais de vinte e cinco anos, ele havia acumulado vinte e cinco mil francos, que doou ao Instituto, sem nenhuma condição ».

Como a congregação ainda não era reconhecida, nem constituída como sociedade civil, para receber esse legado pode-se supor que a doação era feita ao Pe. Champagnat. Mas seria preciso pesquisar nos atos lavrados em cartório para ter certeza.

A « PROMESSA » E O PEQUENO ESCRITO DE 1824

O Irmão João Batista nos diz (Vida, cap. 12, p. 133-135) que, em 1824, durante a construção de l'Hermitage, Champagnat fez « aos Irmãos sólidas instruções sobre a vocação religiosa, sobre o fim do Instituto e sobre o zelo pela educação cristã dos meninos » e que lhes entregou « um pequeno escrito que resumia em poucas palavras as principais coisas que lhes havia dito ». Em duas páginas, ele dá a *substância* do escrito:

- Assegurar a salvação da própria alma pela oração, sacramentos, regra.
- A caridade fraterna.
- A caridade para com os meninos por meio da instrução e da educação cristã.

Esta educação vem detalhada em doze pontos que se podem juntar em alguns grandes eixos

- Catecismo, sacramentos, oração, devoção à Santíssima Virgem, aos anjos da guarda, aos santos patronos; aprendizagem do cantochão e das cerimônias da Igreja.
- Grande vigilância dos meninos.
- Obediência e respeito para com os pais, autoridades eclesiásticas e civis.
- Amor do trabalho, da ordem e da cortesia.
- Bom exemplo dado pelos Irmãos.

Este “opúsculo” parece um esclarecimento e uma ampliação dos pontos 1º e 2º da “promessa”. Não se trata de votos nem mesmo das virtudes de obediência, castidade e pobreza, como se estes compromissos não estivessem incluídos ainda na “promessa”.³⁷

Todo ele deve ser considerado em paralelo com o prospecto de 19 de julho de 1824 que apresenta aos “Pequenos Irmãos de Maria” como uma sociedade de mestres que oferecem seus serviços ao público. Parece como se Champagnat houvesse querido recordar aos irmãos a natureza profunda do contrato que os une e que vai mais além do que diz o prospecto. Esta é a versão oficial do projeto enquanto que o “escrito breve” anima seu espírito na continuidade da “promessa” original, em um momento de mudança profunda da obra.

³⁷ A hipótese de que o fim da « promessa » não teria sido acrescentado senão em 1826 não é inverossímil.

O REGISTRO E O RITO

No registro dos votos temos a fórmula dos votos de 1826, mas não conhecemos exatamente o rito da sua pronúncia. O Irmão Francisco (Caderno de pensamentos; AFM 510.302 p.113) parece, no entanto, testemunhar algo do rito.

« No ano mil oitocentos e vinte e seis, em onze do memorável mês de outubro, no fim do retiro, tive a felicidade de receber o meu Deus e de lhe fazer os votos perpétuos de pobreza, de castidade e de obediência, pelos quais me consagrei inteiramente a Deus, meu Pai, e a Maria, minha Mãe, sob a proteção de todos os anjos e de todos os santos, particularmente do meu bom anjo da guarda, de são Francisco Régis e de são Francisco Xavier, pelos méritos e intercessão dos quais espero obter a misericórdia de Deus e a graça de observá-los fielmente, até o último suspiro da minha vida »³⁸.

A fórmula de 1837 não faz senão retomar aquela a que faz alusão o Irmão Francisco, com algumas diferenças³⁹:

« Prosternado aos vossos pés, santíssima e adorabilíssima Trindade, com o ardente desejo

de procurar a vossa glória, em presença de Maria, minha terna Mãe, de são José e dos outros patronos da Sociedade, do meu bom anjo da guarda e dos meus santos patronos, faço voluntária e livremente os três votos perpétuos ».

VI PARTE: DOS ESTATUTOS ÀS CONSTITUIÇÕES

Ainda que esta carta de 1817-1822 tenha cessado de ser progressivamente assinada depois de 1826; os Irmãos fizeram, até outubro de 1836, os seus votos temporários e perpétuos « aos superiores da Sociedade de Maria, segundo os estatutos e fins desta sociedade ».

A aprovação por Roma apenas dos Padres Maristas em abril de 1836 (OM 1/ 384) e a constituição da Sociedade de Maria de Belley em 20-24 de setembro tiveram por consequência uma mudança importante na fórmula dos votos dos Irmãos de 10 de outubro de 1836. O leitor pode julgar pelo cotejo abaixo.

³⁸ A sua declaração figura no registro dos votos perpétuos na quarta posição. Ela é aproximadamente a mesma que a do Ir. Louis.

³⁹ O registro dos votos assinala que estes são feitos « com as cerimônias em uso na Sociedade dos Irmãos de Maria ».

El 3/4/1836	El 10/10/1836
Eu, abaixo-assinado Irmão Marie-Lin, nascido Antoine Morel, filho legítimo de Jean-Pierre e da falecida Françoise Patouillard, nativo de Joubert, na paróquia de Marlhès, com vinte e três anos,	Nós, abaixo-assinados, Pequenos Irmãos de Maria
testifico e declaro com a permissão do meu R. Superior, também infraescrito, para certificar a permissão,	Declaramos
em três de abril de 1836, na capela de l'Hermitage, antes da Santa Comunhão na missa,	que no décimo dia do mês de outubro de 1836, às 9 horas da manhã, na nova capela de N.S. de l'Hermitage, no retiro de 8 dias pregado pelos padres Collin e Convert,
fiz secretamente , mas voluntariamente e livremente,	fizemos, voluntária e livremente, com a permissão do nosso R.P. Superior aqui também assinado e com as cerimônias em uso na Sociedade dos Irmãos de Maria,
Os três votos perpétuos de pobreza, castidade e obediência	os três votos perpétuos de pobreza, castidade e obediência
aos superiores da Sociedade de Maria,	ao Superior da dita sociedade,
segundo os seus estatutos e os seus fins.	segundo as constituições e os fins da ordem.
Em fé disso assinei este ato em presença do Ir. Jean-Marie e do Ir. Louis-Marie que também assinam, em 14 de junho de 1836, em Nossa Senhora de l'Hermitage.	Em fé disso nós assinamos este ato, em 14 do dito mês do presente ano, em Nossa senhora de l'Hermitage.
Champagnat, Sup ; Ir. Marie-Lin ; Ir. Jean-Marie ; Ir. Louis-Marie	Champagnat; F. Appolinaire...(20 Irmãos ao todo)

EM 1826: PERMANÊNCIA DO PROJETO DA S.M.

Cumprê sublinhar a estranheza da fórmula dirigida aos superiores da SM, e segundo os seus estatutos e fins, e pronunciada pela primeira vez

em outubro 1826, em momento em que Courveille se retirou e Terraillon se preparava para deixar l'Hermitage (OM 4/ p.356) e se comprometer na pregação. A sociedade parece então viver na ficção de uma equipe de sacerdotes provisoria-

mente ausentes e a referência às « constituições da ordem », que evoca Courveille na sua carta de Aiguebelle (OM 1/152 §15). É sinal de que Champagnat não renunciou à Sociedade dos sacerdotes em l'Hermitage, que será recomeçada no ano seguinte, na chegada do Pe. Séon, visto que os Irmãos constituem entidade separada.

EM 1836: NASCIMENTO DO RAMO DOS IRMÃOS

As diferenças entre a fórmula do decênio 1826-1836 e aquela de 10 de outubro de 1836 saltam aos olhos. Primeiro, enquanto *Pequenos Irmãos de Maria* e, segundo, como membros da Sociedade de Maria, é que os Irmãos fazem os seus votos. Já não são secretos, porquanto o reconhecimento oficial dos Padres Maristas e a nomeação do Pe. Colin como superior lhes dão agora certa legitimidade canônica⁴⁰. Já não são dirigidos « aos superiores da Sociedade de Maria », senão « ao superior » da Sociedade dos Irmãos de Maria, isto é, ao Pe. Champagnat.

Fica, pois, clara a distinção entre o ramo dos Irmãos e o ramo dos Padres. Ainda assim, os Irmãos não se tornam independentes, visto que os votos são pronunciados « segundo as constituições e os fins da ordem », ordem cujo esquema foi

formulado na consagração de Fourvière, em julho de 1816 e cujo começo de realização foi obtido pelo reconhecimento romano apenas dos Padres Maristas, na esperança de um dia o seu cumprimento de quatro ramos ser reconhecido por Roma e cujas constituições definitivas poderiam então ser escritas.

Os « estatutos e os fins da SM, aos quais se referiam os votos precedentes, que amalgamavam mais ou menos a Sociedade dos Irmãos e a Sociedade de Maria, doravante são caducos. Aliás, a Regra de 1837, pronta já no momento dos votos de outubro, e que foi publicada em janeiro, tornou-se a nova carta do ramo, por fim claramente definida, dos Pequenos Irmãos de Maria. O projeto de Sociedade de Maria de l'Hermitage foi absorvido por aquele de Belley.

CONCLUSÃO

A « promessa » dos Irmãos, provavelmente pronunciada desde 1817, foi antes o simples compromisso de direito privado de uma comunidade leiga. Progressivamente, essa carta associativa primordial, referida de maneira assaz vaga à consagração de Fourvière, foi enriquecida e aclarada no atinente aos seus fins e obrigações, verossimilmente em 1819 e 1822. Em 1824, foi explicitada pelo

⁴⁰ Mas o Arcebispado não parece ter dado a autorização.

prospecto e pelo « pequeno escrito ». Há também uma regra em elaboração, de planta progressiva, sobre a qual sabemos poucas coisas.

Além disso, quando os Irmãos emitem os seus primeiros votos em 1826 « segundo os estatutos e fins » da Sociedade de Maria, certamente e sempre se reportam à sua « promessa » primitiva, provavelmente também aos textos ulteriores e, quiçá, também à consagração de Fourvière.

A passagem da associação leiga à congregação fez-se progressivamente. É em 1822, provavelmente, que a « promessa », ao incluir pobreza, castidade e obediência a um superior, encontra a sua forma, pouco mais pouco menos, definitiva. A fundação de l'Hermitage em 1824-1825 dá à sociedade outra dimensão, visto que Courveille, Champagnat e Terraillon são reputados entre os pioneiros do ramo dos padres da sociedade. A crise de 1825-1826, que leva

à retirada de Courveille e Terraillon, mas também dos Irmãos Jean-François e Jean-Marie, obriga Champagnat, superior dos Irmãos, mas não do conjunto da Sociedade, a fazer pronunciar votos não só temporários, mas mesmo perpétuos. A pouco e pouco, o modelo congregacionista vai suplantando o quadro associativo.

Os votos de 1836 e a regra de 1837 operam uma revolução: doravante, os Irmãos se comprometem, enquanto membros de ramo específico da SM, segundo os estatutos novos inscritos numa ordem em curso de realização, da qual não constituem a vanguarda nem o centro, mas apenas uma ala ou ramo. A promessa primitiva pode ser esquecida, mesmo que, de 1817 a 1824, ela tenha constituído o fundamento dos « estatutos e fins » da Sociedade dos Irmãos de Lavalla e, de 1824 a 1836, aqueles da Sociedade de Maria de l'Hermitage.

UMA MESMA CAUSA

Pompallier, Bispo da Oceania Ocidental, e Champagnat, fundador dos Irmãos Maristas



Ir. Frederick McMahon, fms

Esquerda: Jean-Baptiste-François Pompallier
Bispo de Maronea e Vigário apostólico na Oceania ocidental

PARTE I

Introdução

Proveniente de uma família abastada, Jean-Baptiste François Pompallier era um estudante modelo no seminário. Pouco depois da ordenação, ele foi enviado a trabalhar em uma paróquia de um amigo da família, o padre Querbes. Tendo adquirido interesse no projeto marista, que ele conheceu no tempo de seminário, foi enviado a Notre Dame de l'Hermitage, trabalhando como assistente do padre Champagnat.

Pompallier era um pregador talentoso e não demorou muito para que ele deixasse l'Hermitage de tempos em tempos para pregar missões nas paróquias que solicitavam seus serviços. Seu interesse pelas coisas maristas continuava, particularmente empenhando-se na formulação das regras para definir o modo de vida marista. Quando alguns maristas da arquidiocese de Lyon se mudaram para Valbenoite, como líder desse

grupo que se destacava Pompallier não teve escolha. Ele ficou muito aborrecido com o que tinha acontecido e pouco depois aceitou o lugar de capelão em um pensionato-escola, aberto recentemente no coração de Lyon.

Logo em seguida, tornou-se capelão de um grupo de senhores, ligados principalmente ao pensionato-escola, que queriam formar uma espécie de ordem terceira. Isto deu novo entusiasmo para as energias de Pompallier, especialmente para que dispusesse a elaborar as regras de vida do grupo. Nesta época, ficou sabendo, através de sua amizade com o padre Cholleton, Vigário geral da arquidiocese de Lyon, que a cúpula arquidiocesana tentava distanciar-se da causa marista. Desta maneira, Pompallier se torna o elo entre os maristas na arquidiocese e o padre Cholleton.

Pompallier tornou-se o melhor amigo das Irmãs maristas e procurou ajudá-las a encontrar uma abertura para a congregação junto à arquidiocese. Não foi pequeno o seu papel, dado que, em Cholleton, tinha um amigo e simpaticante marista bem colocado e pronto a servir de contato entre os maristas e com a arquidiocese.

As *Virgens Cristãs* foi um grupo iniciado por Pompallier. Este foi o grupo inicial, que em princípio deu origem à ordem terceira feminina, mas que eventualmente está também na origem da congregação das Irmãs de Maria Missionárias Maristas.

Sempre interessado no avanço da causa marista, Pompallier teve papel importante nas negociações que

conduziram os Padres Maristas a obter a incumbência missionária na Oceania ocidental e, com isso, seu reconhecimento oficial como congregação religiosa. Sua relevância neste caso fez com que lhe fosse oferecida a liderança de uma “força tarefa” missionária.

A correspondência entre Champagnat e Pompallier mostra que os dois se mantiveram muito próximos, em uma calorosa amizade, apesar da interferência “útil” de Pompallier, que em algumas ocasiões causou mágoas a Champagnat.

Em continuação, a primeira parte, de duas, nos leva a examinar a correspondência entre Champagnat e Pompallier. Outros assuntos, que dizem respeito aos dois homens, serão discutidos numa segunda parte deste artigo.

POMPALLIER, BISPO DA OCEANIA OCIDENTAL

Origens

Jean-Baptiste François Pompallier nasceu em 20 frimário (terceiro mês do calendário instituído com a Revolução Francesa), do ano X, que corresponde a 11 de dezembro de 1801. Morreu em 1871. Assim como o mês de dezembro, no hemisfério norte, lembra os bonecos de neve, frimário no calendário da primeira República francesa nos recorda um momento de mudanças importantes no mundo, coincidente com o crescimento do grupo dos maristas que deixa a primeira infância. Era um “intrépido novo

“mundo”, de novos valores e medidas, com nova cunhagem de moeda e o surgimento do dinheiro em papel moeda, com novas formas de governo e religião, uma nova bandeira e, para muitas pessoas, quase um novo idioma substituindo os diversos dialetos existentes no país. Nesta nação em processo de muitas mudanças, a sólida persistência e a firme determinação dos jovens maristas, que procuravam a consolidação da Sociedade de Maria, eram qualidades a serem admiradas.

Jean-Baptiste François Pompallier nasceu na paróquia de São Luis, em Lyon, filho de Pierre Pompallier, homem independente economicamente, e de Françoise Pompallier. Na família era conhecido como François. O pai morreu em 30 de agosto de 1802, e a mãe casou de novo com Jean-Marie Solichon, um manufaturador de seda em Lyon.

O jovem Pompallier seguiu sua educação secundária no seminário menor de São Francisco, em Lyon. Em 1813, Jean-Mathieu Pompallier, seu tio, morre em Vourles e lhe deixa uma grande e valiosa propriedade. Por volta do final de 1816, toda a família Solichon-Pompallier se transfere para Vourles. O brasão da família Pompallier indica que ela tem origens nobres. Justificado ou não, o fato é que François acreditava que ele tivesse algum título. O que é certo é que ele nunca possuiu dinheiro em seu nome, tendo sido criado como

membro da alta sociedade da época e era muito considerado por seus contemporâneos¹.

Foi dito por alguns (que devem ter recebido informação dele próprio) que François teria sido durante certo tempo um oficial dos dragões da cavalaria. Também foi dito que ele teria trabalhado no comércio da seda, atividade que um cavalheiro de Lyon poderia exercer sem perder o seu status. No entanto, não existe nenhuma confirmação de que o Pompallier maduro tivesse exercido alguma atividade nos negócios. O que é certo é que o jovem Pompallier era bem educado, sabia ler e escrever, e era bem agradável. Na idade adulta, era um pregador respeitado, capaz de manter uma conversa agradável em inglês. Ao longo de sua vida não parece ter causado má impressão a ninguém². Pompallier chegou a pensar em se tornar jesuíta. Em 2 de novembro de 1823, ele faz uma breve experiência no noviciado jesuíta de Montrouge, mas seu nome nem aparece na lista de noviços de 1824. O arcebispo de Paris, dom De Quelen, o aconselhou a tentar ingressar no clero diocesano, e conseqüentemente Pompallier estudou filosofia em Alix, no ano 1825-1826 e, no outono de 1826, entrou no seminário de Saint Irenée, em Lyon, onde completou três anos de estudos teológicos. Recebeu a tonsura em 10 de junho de 1827 e subseqüentemente os graus clericais, até ser ordenado sacerdote em

¹ Informação baseada parcialmente na obra “Pompallier, Príncipe dos Bispos”, de E.R. Simmons, p. 23.

² Ibid.

13 de junho de 1829. Foi nomeado pároco da paróquia La Madeleine, em Tarare, mas não chegou a assumir, porque Etienne Séon, sabendo que Pompallier queria juntar-se aos aspirantes maristas, concordou em assumir a paróquia em seu lugar, tendo ficado em Charlieu, de novembro de 1829 até dezembro de 1830.

Assim como Pompallier, que depois de substituir o padre Querbes, em Vourles, em julho e agosto de 1829, entrou no Hermitage de Marcelino Champagnat no mês de setembro seguinte, houve também outro jovem sacerdote que se uniu aos maristas, proveniente do seminário de Lyon: o fervoroso padre Séon já havia iniciado o processo de escolha depois que esteve no Hermitage em 1827. Apesar de estar frequentemente fora, nas missões pelo interior do país, Pompallier permaneceu no Hermitage, como capelão, até novembro de 1832, quando foi nomeado capelão do grupo dos terciários maristas, em Lyon.

Pompallier, pregador de retiros

A nomeação do jovem sacerdote, padre Pompallier, com uma evidente vocação missionária, e a partida do padre Séon para Charlieu, que apesar disso continuou não menos ligado ao padre Champagnat, dão testemunho, cada qual a seu modo, de um fato que desde então é inegável. Não era somente a necessi-

dade de trabalhar com os irmãos do Hermitage que explica a presença dos sacerdotes junto ao padre Champagnat. Trata-se do estágio inicial de um grupo de missionários que, embora conservando uma prudente reserva sobre o assunto, as autoridades arquidiocesanas não deixavam de reconhecer implicitamente existente.

Podem ser vistos já no jovem Pompallier alguns sinais de seu espírito dominador, de acordo com a carta do padre Cattet, endereçada ao padre Champagnat, onde fala a respeito do recém-nomeado:

“O conselho do arcebispo não considerou apropriado dar poderes ao padre Pompallier para outros lugares, além da casa. Este padre não deveria ser encarregado das missões ou de outros encargos, neste ano. Ele deve conformar-se, o melhor possível, com o serviço da casa e preparar-se muito bem nos estudos. É suficiente que ele tenha a faculdade de confessar as pessoas que vão estar em l’Hermitage”³.

Não muito tempo depois de sua chegada, Pompallier recebeu uma carta do Vigário geral Cattet: “... Gostaríamos que o senhor, em particular, se dispersasse o menos possível e que não se ausentasse demais, pois é o principal confessor daqueles que estão no Hermitage”⁴. Dessa maneira, dali para frente, Pompallier e suas aspirações missionárias ficaram “confinados ao acampamento”. Esta restrição, no entanto, foi somente temporária, pois Pompallier logo “se libertou”.

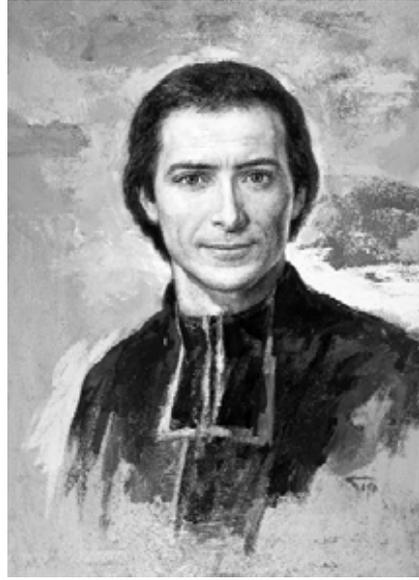
³ O.M. 1. Doc. 196.

⁴ O.M. 1, Doc. 208.

Em janeiro de 1830, dois sacerdotes do Hermitage, Pompallier e Bourdin, tiveram contato com os maristas da diocese vizinha de Belley, quando foram pregar um retiro aos estudantes do seminário menor. Essa experiência espiritual foi muito apreciada pelos estudantes. Foi um bom lançamento para o futuro apostolado de Pompallier, pois ele demonstrou ter uma real aptidão como pregador de retiros.

Pompallier e a administração marista

Pompallier estava presente em setembro de 1830, na eleição de Jean-Claude Colin como superior geral dos ainda não reconhecidos Padres Maristas, da ainda não conhecida Sociedade de Maria, e de 3 a 8 de dezembro de 1830 ele participou, em Lyon, de um encontro do grupo dos aspirantes maristas, tendo nesta ocasião um papel determinante na compilação do rascunho das regras. Juntamente com outros, ele participou da eleição de Marcelino Champagnat como reitor do grupo de Lyon. Colin, certamente, era ao mesmo tempo Superior geral de todos os aspirantes maristas e também reitor do grupo de Belley. É significativo que, antes desses encontros, já existisse em esboço uma compilação das regras da “Sociedade de Maria do Hermitage”, contendo 16 artigos. Muito provavelmente, Pompallier tenha sido o principal redator do texto. Natural-



San Marcelino Champagnat, fundador dos Irmãos Maristas

mente, depois da eleição de Colin para Superior geral, este documento perdeu a validade e foi relegado ao “limbo”.

Pompallier, missionário do interior

Em 22 de fevereiro de 1832, os padres Pompallier e Forest foram autorizados pelo conselho arquidiocesano a pregar as missões da Quaresma e da Páscoa, em três paróquias da região do Beaujolais: “O padre Champagnat está autorizado a enviar os padres Pompallier e Forest para o apostolado no Beaujolais.”⁵ O ministério destes dois confrades maristas no território da arquidiocese, distrito

⁵ O.M. 1, Introdução ao Doc. 243.

do Beaujolais, significou para a equipe missionária um importante passo adiante, requerendo, por direito, uma especial autorização da arquidiocese. Um dos pontos atrativos para os maristas era a oportunidade de seduzir o pároco de Saint Etienne-La Varenne para as fileiras maristas. Ele já estava fortemente inclinado a juntar-se a eles.

Depois de ter realizado a primeira de suas três missões no Beaujolais, onde, conforme determinado pelas autoridades arquidiocesanas, ele seria acompanhado por outro aspirante marista, o padre Forest, Pompallier escreveu a Champagnat

sobre a experiência. Este é o único documento da época que temos, onde aparece em linhas gerais o trabalho missionário realizado pelos maristas de Lyon, antes de 1836. Ele é significativo, porque encontramos aqui os maristas da arquidiocese de Lyon empenhados em um apostolado semelhante ao de seus colegas da diocese de Belley, isto é, retiros e missões paroquiais. Os dois grupos também se empenharam em um trabalho educacional, já se preparando, seja para o apostolado futuro nas escolas dos irmãos maristas de Lyon, como também para os cursos no seminário menor e em uma escola secundária de Belley:

St. Etienne-La Varenne, 2 de maio de 1832.

*« Jesus e Maria.
Reverendo padre:*

Quanto me consolam e alegram as notícias que me dais; mas não me surpreenderam, porque as esperava. Infelizmente há a perda, que lamentamos, do caro Irmão Anselmo. Sem dúvida, rica recompensa lhe foi reservada no céu. Faça-se a vontade de Deus. Sempre, porém, me penalizo com ver a morte arrebatá-los elementos formados.

A solicitude e afeição, reverendo padre, produzem-vos inquietação acerca da nossa saúde. Pois bem, posso dizer-vos que, até o presente, pudemos realizar numerosos e bem ultimados trabalhos. Nem o Pe. Forest nem eu pensamos por ora em morrer; o bom Deus ainda não nos considera maduros para o céu. Em verdade, porém, sentimo-nos um pouco abatidos pelo cansaço. As consolações, o contentamento e as vossas frutuosas orações sustentaram-nos até aqui, e o principal do nosso trabalho está terminado; quanto mais avançamos, mais diminuirá.

A comoção para aproximar-se do santo tribunal da confissão foi geral nas nossas três paróquias, desde o meio da Quaresma. Daí até a semana passada e mesmo até agora, tivemos de prolongar o atendimento do santo tribunal da confissão, até as onze e meia da noite. Todos estamos surpresos, assim como os senhores párocos, e damos graças a Deus de todo o coração. O trabalho estava de tal modo adiantado, sobretudo em Quincié, que encerrei a sessão no último domingo, no ofício de vésperas. Tivemos mais de novecentas comunhões no tempo pascal, quando o número de comungantes possíveis não passa de novecentos.

Por outra, estava decidido que passaria o restante da Páscoa em St. Etienne, onde tudo está adiantado; houve também quase novecentas comunhões, sobre mil e cem comungantes; estamos trabalhando sobre grande parte dos demais.

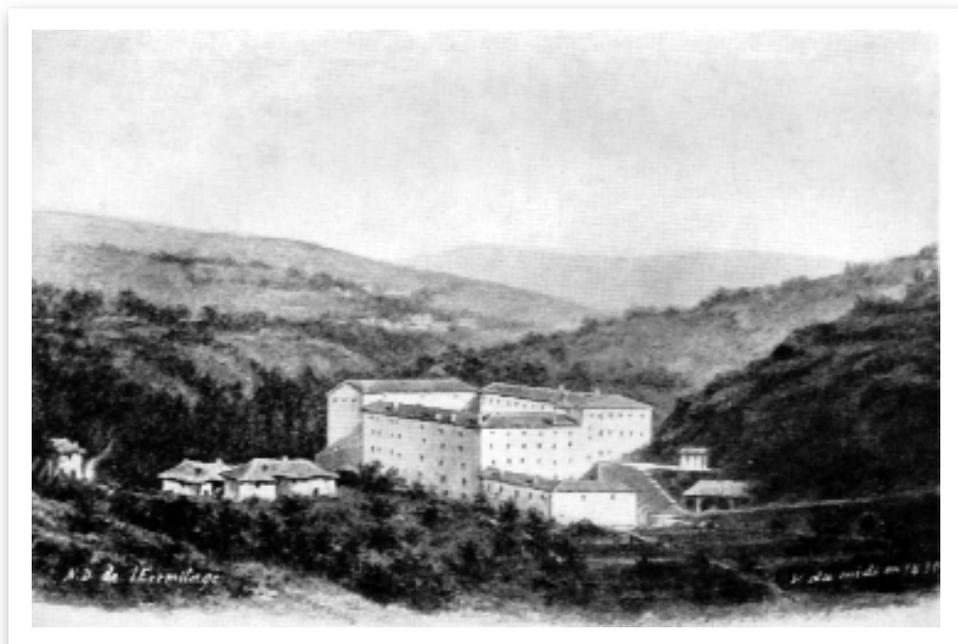
Em Cercié, creio que houve duzentas e cinqüenta comunhões sobre trezentos e cinqüenta comungantes; os restantes também estão sendo trabalhados. O Pe. Forest muito se empenhou nessa paróquia; ela, como as outras e quase mais que as outras, necessitava dessa atuação, em que pese a pobreza destes dois pobres obreiros enviados para cá pelos superiores, de concerto convosco. As mulheres da classe burguesa, numerosas nestas belas e ricas regiões, quase todas acorreram, contra a nossa expectativa. A ala burguesa masculina quase não apareceu; uns mantiveram-se no seu afastamento, outros estiveram fora da região. É a única coisa que lamentamos aqui. Esses, porém, de forma alguma nos fizeram dificuldades; pelo contrário, testemunharam-nos sempre estima e afeição, particularmente alguns.

A satisfação geral da população foi como freio para outros. As paróquias vizinhas, distantes seis ou sete léguas, sentiram-se atingidas, o que contribuiu para sobrecarregar-nos. Tive até de despedir os estranhos, porque os fiéis das nossas paróquias não podiam ser atendidos. Foi com profunda dor no coração que vi regressar aos seus locais de origem essas pobres e tristes almas. Como desejei que fôssemos mais numerosos e que as nossas redes houvessem podido abarcar esta bela planície do Beaujoulais: a pesca houvera sido mais abundante e de peixes não pequenos. Avulta o ensejo de se fazer o bem. Como aprecio essa gente pelo seu caráter e boas disposições de rica piedade. Recordarei sempre, entretanto, que as almas e as regiões a mim destinadas pela obediência são as mais preciosas e as mais caras. Sentirei pesar quando acabar o meu mandato para esta tarefa tão vitoriosa; mas, apesar do desgosto, não continuaria um dia sequer. Caro superior, a obediência me chama para junto de vós. Ponderai o prazer e presteza com que, em breve, retomarei o caminho para a morada de Nossa Senhora de l'Hermitage. Pensando melhor e com a vossa permissão, só retornarei pelo terceiro domingo depois da Páscoa. Prometi aos fiéis, de acordo com o desejo dos pastores, que tornaria a passar um ou dois dias aqui, na época da Ascensão. O Sr. pároco de Quincié forrou a minha carteira para isso, enquanto o pároco de St. Etienne teria preferido que ficasse definitivamente. Este parece sempre muito afeiçoado à nossa Sociedade, mas não pode, de momento, deixar tudo para nela entrar. Ademais, continua sempre com o seu projeto de que nos estabeleçamos nesta região; fará o que dissermos. Por essa razão e por outras semelhantes, que vos direi de viva voz, é que apressarei o meu retorno a l'Hermitage. O Pe. Forest ficará em Cercié até pela Ascensão; se possível, quando regressar aqui, levarei a ambos para junto de vós. Muito respeito e apego da parte deles para convosco, mas nisto não quero ficar atrás, nem na obediência plena de dedicação, com a qual tenho a honra de ser, reverendo padre, o vosso muito humilde e muito submisso servidor, em Jesus e Maria,

POMPALLIER, padre m.

P.S. Todos os nossos caros e respeitáveis confrades e os nossos honrados Irmãos encontrarão nesta carta a expressão das nossas obrigações e afeições. Recomendamo-nos todos às vossas orações e santos sacrifícios. Ficai certo da recíproca.”⁶

⁶ O.M. 1, Doc. 247.



Notre Dame de l'Hermitage, Casa-mãe dos Irmãos Maristas

Neste aspecto, Pompallier era importante para o trabalho marista, para os retiros e missões paroquiais. Com o padre Forest, ele era o primeiro dos aspirantes maristas da arquidiocese de Lyon a seguir a orientação dos maristas de Belley no trabalho missionário através do país. À parte o ministério paroquial, este foi o verdadeiro primeiro trabalho apostólico de Jean-Claude Colin e seus primeiros seguidores.

A carta de Pompallier mostra um homem cheio de alegria e satisfação com o êxito da missão realizada, um jovem entusiasmado em trabalhar para o Senhor. Ele demonstra consciência e confiança em seu ta-

lento de pregador, e gratidão ao Senhor por estes talentos. Como jovem aspirante marista, ele demonstra as devidas deferências ao seu superior marista local, Champagnat, e professa a sua “plena obediência e devoção”. Isso, no entanto, não o impede de lhe propor, cada vez, o retorno à comunidade de sacerdotes no Hermitage.

Em 29 de abril de 1832, Pompallier recebe uso de ordem para toda a extensão da arquidiocese. Em outubro, suas aptidões de pregador são uma vez mais confirmadas, desta vez em uma série de viagens que faz à região de Forez.

POMPALLIER E A CRISE DE VALBENOÎTE

Notre Dame del Hermitage

Foi em 30 de dezembro de 1830 que o padre Séon, oficialmente em Charlieu, recebeu a nomeação das autoridades arquidiocesanas para a paróquia de Valbenoite, próxima a Saint Etienne. O pároco local, padre Rouchon, desejando ter mais padres para auxiliá-lo, ofereceu-lhe a sua propriedade, a velha abadia cisterciense de Valbenoite, como a segunda residência dos maristas na arquidiocese, já que a primeira era o Hermitage de Champagnat. O padre Colin, eleito Superior geral de todos os aspirantes maristas em 1830, apesar de ter declarado (em carta a Champagnat datada de 6 de dezembro de 1830⁷) que ainda não era chegado o momento de uma mudança completa para Valbenoite, mais tarde se mostrou plenamente disposto e favorável à aceitação dessa oferta. Conseqüentemente, ele também passou a aceitar a proposta de separar alguns sacerdotes do Hermitage para que fossem a Valbenoite. Mais tarde, depois da primeira recusa dos padres maristas de Lyon, ele se organizou para que fosse eleito um novo líder local, e por várias razões ele queria a substituição do padre Champagnat, que foi o primeiro dirigente a ser eleito pelos

maristas de Lyon. Nesta disputa, o padre Séon foi eleito em novembro de 1832.

Parece que Pompallier estava interessado não apenas em preparar o rascunho das regras de vida comum para os padres maristas, mas que também defendia a idéia de uma separação entre os padres e os irmãos, isto é, que os padres se mudassem para Valbenoite. Em um relatório escrito em 1847, pelo padre Colin, em Roma, a pedido do cardeal Frasoni - e que faz parte da controvérsia entre Colin e Pompallier sobre as atividades na Oceania - ele faz um balanço cruel da situação dos maristas de Lyon naquele período. Deve-se ter em mente que o relatório seguinte de Pompallier aparece no momento em que Colin estava em discussão acirrada a respeito da última missão na Oceania: "O padre Champagnat recebeu ali (no Hermitage) quatro jovens sacerdotes, mas eles se cansaram logo de viver com os irmãos. Eles pediram permissão para escolher um superior entre eles e se retiraram a Valbenoite, um subúrbio de Saint Etienne. O padre Pompallier era o principal mentor dessa iniciativa. Ele não foi eleito superior, embora tivesse pretensões a esse respeito. Apesar disso, ele aceitou bem a decisão e reconheceu a eleição de outro (Séon). Porém, quase em seguida, ele abandonou seus aliados e voltou a assumir suas funções de capelão em um pequeno pensionato em Lyon⁸.

⁷ O.M. 1, Doc. 225, linhas 21-24.

⁸ O.M. 4, Doc 909, linhas 6-14.

O relatório de Colin não é muito detalhado. No que se refere à recusa que os aspirantes maristas da arquidiocese de Lyon deram a Colin, esta ocorreu da maneira seguinte: Colin temia que o grupo de sacerdotes de Lyon pudesse ficar subordinado ao trabalho dos irmãos e que os padres não ficassem em condições de adquirir uma autonomia e um caráter próprio. Diante disso, ele os instruiu (em 31 de dezembro de 1831) a elegerem um novo líder, “se não virem nenhum obstáculo ao que propomos”⁹. Naquela ocasião, eles certamente aceitaram, mas, apenas um ano depois, estes maristas de Lyon passaram cinco dias em oração e elaborando as regras de vida comunitária, além de eleger um líder, que depois foi nomeado pela arquidiocese, embora não devidamente aprovado. Este líder era Champagnat. Seus amigos maristas de Lyon estavam brabos com a direção de Colin e não demoraram muito para fazer-lho saber. Colin então lhes escreveu uma carta conciliatória, concordando com o fato de um novo superior em Lyon (3 de fevereiro de 1832). No decorrer do ano seguinte, os sacerdotes de Lyon discutiram sobre o assunto e eventualmente concordaram que a proposta de Colin fosse aceita e que fosse realizada uma eleição para a escolha de um novo líder. Com isso, Séon foi eleito no final de 1832, como esperado.

Um detalhe a mais do relatório de Colin se refere ao fato de Pompallier



Padre Etienne Séon S.M.

não ter sido eleito líder. Parece natural que tenha feito esta alusão, não simplesmente a respeito da direção de Valbenoite, mas referindo-se à liderança de todos os maristas em Lyon: na segunda eleição em Lyon, Séon foi escolhido para liderar os maristas na arquidiocese.

O próprio padre Séon pareceu estabelecer uma relação entre a partida do padre Pompallier para Lyon e a pena que este pudesse ter sentido ao ver que a comunidade de Valbenoite não estava vivendo de acordo com as regras que ele tinha elaborado. O padre Séon dizia o seguinte:

⁹ O.M. 1, Doc. 241, linhas 20-21.

“Mas o padre Pompallier pensou que tudo se perderia. Ele falou apenas a respeito das regras. Ele via somente as regras. Ele escreveu sobre esse assunto à arquidiocese, que julgou ser melhor não interferir nesse caso, mas os Vigários gerais o chamaram a Lyon para confiná-lo em uma sociedade de jovens que desejavam ser dirigidos por um marista”¹⁰.

P. Etienne Séon S.M.

Jean-Claude Colin, em uma nota enviada à Sagrada Congregação da Propaganda, em 5 de agosto de 1854, detalhou a sua observação original: “Pompallier, pouco tempo depois, era o mais entusiasmado pela causa da separação de três ou quatro jovens sacerdotes da casa dos irmãos, mas não tendo sido eleito superior de seus confrades, abandonou-os para se tornar capelão de um pequeno pensonato de Lyon”¹¹. É preciso considerar que o termo “abandonou” não é muito claro, visto que, segundo o padre Séon, em novembro de 1832, o padre Pompallier foi chamado a Lyon pelo arcebispo, que o nomeou capelão, ao mesmo tempo, de um novo pensonato e de um grupo chamado de “Irmãos terciários de Maria”. O padre Colin aprovou esta nomeação.

Provavelmente, então, no início dos anos 1830, Pompallier permaneceu essencialmente no Hermitage, apesar de possivelmente ter passado algum tempo com aqueles que

se tinham mudado para Valbenoite. No final de 1832, alguns meses depois do êxito das viagens missionárias através do país, que já comentamos, ele se mudou do contexto Hermitage - Valbenoite.

Foi em novembro de 1832 que Séon foi escolhido por seus companheiros de Lyon como líder dos maristas na arquidiocese. O certo é que, sob vários pontos de vista, Pompallier ficou em evidência por causa de sua atitude, por seus dons naturais, que mais tarde influenciaram na sua escolha para o episcopado e pelos favores que obteve do Vigário geral Cholleton. O fato de Pompallier possuir todas essas qualidades favoráveis nos leva a crer que ele poderia ter sido o escolhido como líder do grupo de Lyon. No entanto, este não foi o caso. Manifestamente, seus confrades temiam a sua tendência a legiferar e preferiram Séon.

A eleição de Séon apresentou algumas dificuldades para as autoridades arquidiocesanas, porque elas estavam habituadas a tratar com Champagnat, que era encarregado dos irmãos. Cada vez mais, os irmãos estavam dirigindo escolas primárias na arquidiocese e, obviamente, Champagnat tinha encontrado a simpatia do arcebispo. Este e seu conselho continuariam a considerar Champagnat como o marista com quem desejavam tratar, quando o assunto fosse escolas.

¹⁰ O.M. 2, Doc. 625, linhas 231-235.

¹¹ O.M. 2, Doc. 753, linhas 21-25.



A escola (esquerda) e o mosteiro (direita) de Valbenoite.

Pompallier e as Irmãs Maristas

Completamente imerso no projeto marista, Pompallier colaborava nos esforços de Champagnat em favor do desenvolvimento das Irmãs Maristas, que nesse tempo estavam circunscritas a um estabelecimento, o "Bon Repos", na cidade de Belley, diocese do mesmo nome. As limitações de espaço neste centro e o aumento do efetivo, algumas enviadas por Champagnat, fez nascer a idéia de um estabelecimento das Irmãs Maristas na arquidiocese de Lyon. A cidade de Saint Chamond, onde o padre Terraillon era pároco e onde ficava a casa central dos Irmãos Maristas, o Hermitage, pareceu o lugar

mais apropriado. No entanto, quando Pompallier escreveu à irmã Jeanne-Marie Chavoïn, em 27 de outubro de 1832, este projeto parecia estar em grave perigo, porque as autoridades arquidiocesanas acreditavam que, em Saint Chamond, já havia um número suficiente de religiosas. Pompallier não pôde fazer muita coisa nesse caso, e foram precisos cinco longos anos para que as Irmãs Maristas pudessem chegar à arquidiocese de Lyon.

Em uma carta a Jeanne-Maria Chavoïn (de 8 de abril de 1833), escrita quando era capelão dos Irmãos terciários de Maria, o padre Pompallier revela o papel que teve o Vigário geral Cholleton, um amigo dos ma-

ristas, indicado como elemento de ligação, encarregado dos assuntos maristas, na arquidiocese de Lyon:

“O padre Cholleton foi oficial e definitivamente encarregado pelo arcebispo para todo o trabalho (com a Sociedade de Maria), na arquidiocese de Lyon. Fiquei sabendo disso diretamente da boca do arcebispo, como sendo um assunto já resolvido. Eu gostaria de escrever a respeito do caso ao padre Colin, mas inúmeros afazeres e viagens me impediram de fazê-lo. No entanto, há mais de um mês que esta decisão, tão benéfica para nós, já foi oficializada. O padre Cattet não se sentiu ofendido com isso. Deus e a sua abençoada Mãe organizaram tudo. Infelizmente, reverendíssimo superior, eu não sabia que, conduzindo-me aqui pela divina providência, Deus desejou se utilizar de meus pequenos esforços para obter este benefício de Sua Santidade”¹².

Por esta razão, o padre Pompallier parece ter tido um papel determinante neste caso em que o padre Cattet foi dispensado de suas funções de pessoa de contato, que ele exercia formalmente com Champagnat e os outros maristas. Pompallier parece contente com o papel que ele teve pessoalmente na escolha de seu bom amigo Cholleton para esta função.

A carta de Pompallier revela o quanto era amigável o relacionamento entre as irmãs do ‘Bon Repos’ e o grupo de irmãos terciários de La Favorite. Demonstra também como a Madre superiora das irmãs conhecia os assuntos da Sociedade,

pois Pompallier não hesitou em falar, livremente, com ela sobre a nomeação de Cholleton.

Pompallier e os Irmãos terciários de Maria

Em novembro de 1832, Pompallier, com a aprovação de Jean-Claude Colin, torna-se o capelão de um grupo de homens fervorosos e talentosos que dirigiam o pensionato. Além disso, ele foi nomeado capelão dos estudantes.

O pensionato dos senhores Colard, Delaunay e Dominguet estava situado no alto da colina de Four-



Jeanne-Marie Chavoïn, Madre Saint Joseph S.M.

¹² O.M. 1, Doc. 267, linhas 24-35.

vière, em Lyon. Estes leigos, que aspiravam uma forma de vida religiosa no mundo, ficaram conhecidos como Irmãos terciários de Maria. Foi Pompallier quem mais tarde explicou ao Papa que seus membros deveriam viver como religiosos em meio ao mundo, vivendo o espírito da vida religiosa, mas com alguns limites referentes à prática. Eles tinham a sua própria regra, mas não se vestiam de maneira distinta, além de conservar seus trabalhos e empregos de leigos. Sua associação foi reconhecida pelo arcebispo De Pins, que tinha nomeado Pompallier capelão.

A chegada desses senhores, para formar uma espécie de associação que hoje chamaríamos de Instituto secular, foi ocasionada pelo contexto de mudanças políticas na França. Depois da queda da monarquia dos Bourbon na revolução de julho de 1830, o ramo dos Orléans da família real chegou ao trono na pessoa de Louis Philippe. Esta substituição do “cristianíssimo rei” (Carlos X) por um seguidor de Voltaire causou uma crise de consciência em alguns oficiais católicos leais à monarquia “legítima”. Muitos oficiais preferiram perder suas posições ao invés de prestar juramento de lealdade ao voltairiano Louis Philippe. Alguns começaram a considerar a idéia de viver como religiosos no mundo, e os amigos que se juntaram a eles já tinham o Vigário geral, Cholleton, como diretor espiritual. Era o mesmo Cholleton, que advogava em favor da Sociedade de Maria diante da arquidiocese de Lyon, que trouxe esse grupo de homens de qualidade, colocando-os em con-



Louis Philippe, rei da França 1830-1848

tato com os maristas.

Como eles mesmos haviam organizado uma sociedade civil, este grupo escolar criou um pensionato em Fourvière, no lugar atualmente ocupado pelas Irmãs do Cenáculo, distante apenas 50 metros da capela do juramento marista de 1816.

Parece claro que a partida do padre Pompallier para Lyon, como capelão desta nova experiência, serviu não apenas para coroar as esperanças dos fundadores do pensionato, mas também para resolver certa tensão causada entre os aspirantes maristas da arquidiocese de Lyon com a eleição do padre Séon como superior local, preterindo Pompallier. O próprio padre Séon demonstrou isso claramente em seu relatório ao padre

Mayat: "Mas o vigário geral o chamou a Lyon para lhe confiar uma sociedade de jovens que desejavam ser dirigidos por um marista. Dessa sociedade faziam parte os senhores Colard, Delaunay, Dominguet, Viennot, Arnaud, Girard, Gabet. Por esta razão, o padre Pompallier foi a Lyon e era capelão do pensionato dos senhores Colard e Delaunay, mais tarde transferido para La Favorite. Lá, dando expansão a seu espírito de zelo, o padre Pompallier se pôs novamente a elaborar um conjunto de regras para este pequeno grupo"¹³. Pompallier aceitou com entusiasmo o novo encargo como capelão no pensionato e fez dos Irmãos terciários de Maria o seu principal campo de atividade. Elaborou detalhadamente as regras para eles e os dirigiu com autoridade em sua função de diretor espiritual. Mas, algumas dificuldades surgiram entre ele e Colard, o reitor do pensionato, que teve um sério desentendimento com Pompallier e deixou a propriedade durante a primavera de 1834.

O pensionato dos irmãos terciários logo se mudou do primeiro local, transferindo-se desta vez para La Favorite, uma propriedade com jardins planejados pelo famoso jardineiro Le Notre, o mesmo que projetou os jardins de Versailles. Quando a cessão da casa de Fourvière para os irmãos terciários foi cancelada, Pompallier se mudou para La Tour de Fourvière, uma casa que tinha sido alugada por Colard em 10 de abril de 1833. Pom-

pallier, no entanto, se organizou para que o aluguel ficasse em seu próprio nome. De La Tour ele ia todos os dias para o pensionato em La Favorite, nas proximidades do Mont Saint Irenée e, durante as manifestações de Lyon em 1834, ele permaneceu no pensionato. Era em La Tour de Fourvière, no entanto, que se realizavam os encontros dos Irmãos terciários de Maria.

O padre Jean-Claude Colin comenta a respeito: "O ano tinha apenas terminado quando, não conseguindo se entender com o diretor do pensionato, ele conseguiu fazer com que este fosse demitido (Colard). Ele soube como convencer a autoridade eclesiástica e assumiu ele mesmo a casa"¹⁴. Naturalmente, devemos



La Tour de Fourvière, residência de Pompallier

¹³ O.M. 2, Doc. 625, linhas 234-241.

¹⁴ O.M. 4, Doc. 909, linhas 14-17.

considerar que, quando fez este comentário (1847), Colin não estava nem um pouco bem disposto com Pompallier, o homem encarregado da missão na Oceania, a quem Colin havia enviado seus maristas. Dizer que Colin não estava contente com a organização de Pompallier para a missão na Oceania é eufemismo. Quanto a Colard, ele rapidamente organizou outro pensionato, desta vez em Ecully, na periferia de Lyon.

Enquanto permaneceu em Lyon, Pompallier tornou-se por certo tempo o natural, embora não o oficial, intermediário entre os maristas e a arquidiocese. Apesar do insucesso em seu projeto de trazer as Irmãs Maristas para a arquidiocese, ele teve um papel considerável quando um simpatizante dos maristas, o Vigário geral Jean Cholleton, foi nomeado para tratar dos assuntos maristas na arquidiocese.

Foi quando estava residindo em La Tour, em 1836, que os assuntos ligados à Igreja como um todo interessaram mais de perto Jean-Baptiste François Pompallier. Ele foi escolhido para bispo e para dirigir outra tentativa missionária na Oceania.

Quando, no começo de julho, comparece diante do Sumo Pontífice, o Papa Gregório XVI, Pompallier faz uma explanação do seu projeto, isto é, dos Irmãos terciários de Maria. Em seu relatório, descreve: “Os

membros são chamados Irmãos terciários. Assim, como eles têm como principal patrona a Santíssima Virgem e foram criados em Lyon pelo abaixo assinado sacerdote de Maria, eles levam definitivamente o nome de Irmãos terciários de Maria”¹⁵.

No seu conjunto, este documento poderia ser interpretado como um pouco embaraçoso para Pompallier, porque, apesar de demonstrar que ele procurava ligar os Irmãos terciários com a Sociedade de Maria, mais tarde pareceu que ele não queria apresentar esse trabalho como ligado à Sociedade¹⁶. Escrevendo para Colin (em 9 de junho de 1836) sobre como obter indulgências para os Irmãos terciários, ele dizia:

“Eu não os apresentei como se estivessem sob a jurisdição e a autoridade do Superior geral da Sociedade (de Maria). O senhor poderia considerar repreensível da minha parte continuar solicitando indulgências? Esses bons Irmãos me solicitaram isso tão insistentemente”¹⁷.

Como isso não deu certo, a nomeação de Pompallier para a função de dirigente da missão na Oceania e sua consagração, como bispo, conduziram à sua substituição pelo padre Forest, na capelania de La Favorite. Isso ocorreu no início de maio de 1836. Forest tornou-se também o representante da Sociedade de Maria, na cidade de Lyon.

¹⁵ O.M. 1, Doc. 392, linhas 122-127.

¹⁶ O.M. 1, Doc. 392, linha 127, nota 2.

¹⁷ O.M. 1, Doc. 395, linhas 150-153.

Pompallier e as Virgens Cristãs

No início de 1836, a guardiã do pensionato em La Favorite e três outras senhoras concordaram em participar de um encontro organizado por Pompallier. Na ocasião, ele lhes disse que elas significavam o início de uma nova associação de Virgens Cristãs, que seria uma espécie de instituto semelhante aos Irmãos terciários de Maria. Uma das senhoras se recorda do evento:

“O padre Pompallier nos falou das vantagens da vida religiosa e especialmente da ordem terciária que nos proporcionaria as graças e os auxílios que precisaríamos vivendo no mundo, onde as necessidades e as responsabilidades nos deteriam. Ele nos falou durante longo tempo sobre as três virtudes da religião. Ele respondeu à questão que lhe apresentamos a respeito do nosso pequeno número”¹⁸.

Pouco tempo depois, Pompallier foi nomeado dirigente do grupo marista para as missões da Oceania. Ao se despedir oficialmente das Virgens Cristãs (e era apenas a segunda reunião que tinham com ele), Pompallier dava uma resposta àquelas que lamentavam perdê-lo e se manifestavam: “Ele dizia que o recipiente continuaria conosco, de onde poderíamos tirar sempre a mesma farinha, fazendo alusão à Sociedade de Maria, que ficaria conosco e que

nos formaria no mesmo espírito e com a mesma caridade”¹⁹. Pompallier partiu assim para o outro lado do mundo, dirigente de um grupo de sete maristas. No entanto, ele não partiu como marista! E a planta frágil que ele deixou atrás de si, as Virgens Cristãs e a Ordem terceira de Maria, no tempo devido se tornou o tronco do qual os ramos das congregações religiosas femininas floresceriam, nos quatro cantos do mundo, levando a fragrância do Evangelho, o conhecimento do Cristo, “como um doce perfume”²⁰, às pessoas que desconhecem a sua presença no mundo.

Pompallier e Champagnat

As cartas de Pompallier a Champagnat indicam que, em toda essa correspondência com o fundador dos Irmãos Maristas, Pompallier escreveu em termos de grande respeito, afeição e estima por Champagnat, por seu trabalho e por seus irmãos, além de, naturalmente, pelo trabalho de toda a Sociedade de Maria. No tempo em que Pompallier escreveu a primeira dessas cartas, Champagnat tinha sido eleito superior do grupo dos aspirantes maristas na arquidiocese de Lyon, do qual Pompallier era membro.

Quando observamos a acusação do Ir. Jean-Baptiste contra Pompallier, no que se refere ao caso doloroso

¹⁸ O.M. 2, Doc. 720, linhas 85-88, 92-95.

¹⁹ O.M. 2, Doc. 720, linhas 104-107. Palavras de Clara Daniel ao padre Mayet.

²⁰ São Paulo aos Coríntios, 2Cor 2, linha 14.

(para Champagnat) da proposta filiação dos irmãos de Champagnat aos Clérigos de Saint Viator, é importante considerar os sentimentos de deferência, de amizade calorosa existente nestas cartas de Pompallier.

A primeira das cartas de Pompallier, já citada acima, foi escrita quando Champagnat era o superior direto de Pompallier. Tendo deixado o Hermitage para se instalar em Lyon, Pompallier continuou em contato com seu

antigo superior, o padre Champagnat. O método de nossa análise será o de oferecer uma pequena introdução às cartas, para em seguida expô-las totalmente ou em parte e, finalmente, fazer comentários explanatórios sobre seus conteúdos.

Escrevendo do pensionato em Lyon, em 14 de fevereiro de 1833, Pompallier trata de alguns arranjos financeiros que não parecem referir-se diretamente à Sociedade de Maria. Sua carta continua:

‘...O negócio da requisição particular, cujo assunto conheceis, vai muito bem. Parece-me que em breve veremos o feliz resultado. Rezemos muito à Santíssima Virgem. Falei com o Pe. Cattet no sentido que me tínheis indicado, no concernente ao Pe. Forest, mas parece que tudo estava decidido por cartas anteriores à vossa chegada e às vossas instâncias. O Pe. Séon, mediante correspondência com o arcebispado, estava provido de todos os meios, o que mostra que a vontade de Deus era que o Pe. Forest devia ir a Valbenoite. Adoremos os seus desígnios. Para os que amam a Deus, tudo coopera para o bem. Nesses sentimentos, rogo-vos que aceiteis as homenagens do meu respeito e dedicação.

O vosso muito humilde e muito obediente servidor,

POMPALLIER, padre.”²¹

Do ponto de vista da Sociedade de Maria, é importante notar a novidade da nomeação do padre Forest para Valbenoite, o que demonstra a determinação das autoridades arquidiocesanas em manter o que havia sido decidido em novembro anterior, isto é, ter alguns aspirantes maristas na localidade de Valbenoite, no território da arquidiocese.

Através da intervenção de Pom-

pallier, Champagnat, que estava ansioso para ter padres suficientes no Hermitage, pretendia obter o prolongamento da estadia do padre Forest no Hermitage. Ele tinha essa pretensão, apesar da decisão de reagrupar alguns dos padres aspirantes maristas em Valbenoite. Nessa carta, Pompallier informa Champagnat que tanto a sua intervenção como a visita de Champagnat a Lyon não obtive-

²¹ O. M. 1, Doc. 265.

ram êxito, pois o padre Forest deveria ir para Valbenoite. Isto demonstra que mesmo o bem favorecido Champagnat não conseguiu demover as autoridades arquidiocesanas de uma decisão que elas já haviam tomado anteriormente. Pompallier encorajou Champagnat a aceitar os desígnios de Deus em tudo isso. Felizmente para Champagnat, o substituto do padre Forest veio na figura do recém ordenado padre Servant.

Pompallier refere-se também a “uma solicitação privada, a qual o senhor conhece completamente; ela está indo muito bem”. Esta é provavelmente uma referência a um pedido de Pompallier às autoridades arquidiocesanas para substituir o padre Cattet pelo padre Cholleton como o encarregado dos assuntos entre a arquidiocese e a Sociedade de Maria. Em março de 1833, Pompallier obteve êxito neste seu projeto, apesar de admitir que a atitude

do padre Cattet, em relação aos maristas em Lyon, especialmente diante de Champagnat, tinha melhorado consideravelmente, depois de 1826, o ano em que ele fez uma oficial (e oficiosa) visita ao Hermitage.

Certamente, Pompallier demonstra aqui a sua capacidade de exercer influência nos altos escalões da estrutura arquidiocesana. A promoção, em tão curto tempo, do padre Cholleton, de quem era amigo, significaria uma importante mudança em sua própria vida de clérigo, pois lhe seria oferecida a direção da missão na Oceania ocidental como vigário apostólico.

Na terceira carta de Pompallier a Champagnat (de 18 de agosto de 1833) transparece cada vez mais o que ele deveria ser, isto é, a ligação oficial entre o Vigário geral Cholleton e os confrades maristas de Pompallier. A presença de Pompallier em Lyon o preparou admiravelmente para este papel:

“V. J. M.

Lyon, 18 de agosto de 1833.

Senhor Superior:

Tive muita satisfação com a vossa última e honrosa carta. No mesmo dia, tive outro grande prazer: a visita dos padres Colin, Terrailon e Forest.

Não pude responder-vos logo, mas apressei-me em cumprir aquilo de que me incumbistes junto ao Pe. Cholleton; este chegava de viagem; nada havia decidido em relação à forma dos vossos poderes. Queria tratar o assunto em Conselho; eis por que me recomendou que vos escrevesse para dizer-vos que, verbalmente, prorrogava tais poderes e que, sem tardança, vos entregará documentação escrita; aliás, roguei que o Pe. Terrailon vos comunicasse isto de viva voz. Hoje tornei a entrevistar-me com o Pe. Cholleton. Disse-me que acabava de escrever-vos, que teríamos o prazer de ver-vos em Lyon e que vos entregaria o dito documento.

O Pe. Colin teve os seus contratempos por aqui; no entanto recebeu carta de recomendação do arcebispo para a corte de Roma. Mais não vo-lo digo, porquanto a vossa viagem a Lyon fornecer-me-á, segundo espero, ocasião de entreter-vos de coisas muito importantes.

A minha saudação ao Pe. Servant e aos nossos caros Irmãos. Recomendo-me com instância aos vossos santos sacrifícios e às orações deles. Cumpre dirigir os nossos rogos a Maria para o êxito da sua obra. Tenho a honra de ser, nesses sentimentos, com respeitosa afeição, Sr. Superior, o vosso muito humilde e muito obediente servidor

POMPALLIER, padre.²²

Esta carta mostra novamente Pompallier envolvido com os assuntos maristas, primeiramente em relação às necessárias provisões para os padres no Hermitage, mas também demonstrando saber da tentativa de Colin em obter recomendações do arcebispo De Pins para uma viagem a Roma, onde buscaria a autorização para a Sociedade de Maria. Colin conseguiu obter uma carta cautelosa de De Pins que, compreensivelmente, não estava muito disposto a assinar uma permissão para Colin visitar Roma, onde, se a sua missão fosse bem sucedida, De Pins poderia perder alguns de seus mais valorosos sacerdotes para uma nova sociedade religiosa.

A parte mais significativa da carta, no entanto, fala da “sorte de tratar com o senhor a respeito de um assunto realmente importante”. Certamente não sabemos, mas isso pos-

sivelmente se refere à proposta de união dos irmãos de Champagnat com os Clérigos de Saint Viateur, a congregação fundada pelo padre Querbes. Este se tornaria para Champagnat um assunto quente, uma crise sofrida cuja culpa, para o primeiro biógrafo de Champagnat, cabe a Pompallier.

Quando cita “que ele (Cholleton) tinha acabado de lhe escrever”, refere-se, possivelmente, ao mesmo assunto, isto é, à fusão Champagnat - Querbes. Sobre essa questão deveremos voltar mais tarde.

Depois de oito meses, há outra carta de Pompallier a Champagnat, falando-lhe da rebelião em Lyon e que o pensionato tinha sido preservado, sem vítimas ou danos materiais. Há também uma mensagem do Vigário geral, Cholleton, a Champagnat:

²² O.M. 1, Doc. 278.

"J. M. J.

De Nossa Senhora de Fourvière,

25 de abril de 1834

Senhor Superior:

Faz alguns dias que desejo escrever-vos, já para dar-vos sinal de vida, já para transmitir-vos recado do Pe. Cholleton.

Certamente não ignorais a catástrofe que alarmou não apenas esta cidade, mas ainda toda a França.

Como sabeis, por seis dias, Lyon foi teatro da guerra civil com todos os seus horrores.

Dia e noite, ouvia-se o canhão e a fuzilaria. Ninguém sabia o que aconteceria. Houve proteção visível de Deus sobre os cristãos pacíficos, ocupados apenas com a própria salvação e com os seus deveres domésticos, sem nenhuma participação em todos os conflitos políticos que agitam as cabeças.

Nenhuma pessoa se acidentou, nenhuma família, nem ninguém do pensionato, onde sempre permaneci.

Confessei toda a casa sob o barulho do combate. Todos os exercícios se fizeram como de costume; mantivemos sempre duas pessoas, sucessivamente, em adoração perante o Santíssimo Sacramento. Várias vezes por dia, eu dava algumas orientações espirituais na capela; faziam-se orações adequadas às circunstâncias. Graças se dêem à bondade de Deus e à proteção de Maria por nada haver atingido a casa, embora esteja ao lado do forte de Santo Irineu. Rogo-vos que vos unais com todos os nossos Irmãos no reconhecimento, para que nunca me torne indigno da bondade de Deus e da proteção da nossa Mãe comum. O Pe. Cholleton pediu que vos comunicasse o seguinte: há, em Mornant, certa pessoa que, por testamento, constituiu legado em favor dos Irmãos mestres de escola. Acertai com o sr. pároco dessa localidade os meios que a prudência aponta para que tal gesto tenha efeito legal. É renda de cerca de vintena de francos, a título perpétuo.

Lastimo profundamente não ter podido ver os nossos Irmãos na sua passagem por Lyon, ontem.

Ter-lhes-ia entregue a presente. Recomendo-me instantemente às vossas intenções, na missa.

Creio que terei a alegria de ir a l'Hermitage em breve.

As minhas considerações ao Pe. Servant e a todos os nossos Irmãos.

*O vosso muito humilde e muito obediente servidor,
POMPALLIER, padre."²³*

Na época em que esta carta foi escrita, o padre Champagnat não era mais o superior de Pompallier, pois este havia sido substituído pelo

padre Séon como líder dos aspirantes maristas na arquidiocese de Lyon. No entanto, Champagnat era ainda o superior do Hermitage e dos

²³ O.M. 1, Doc. 310.

Irmãozinhos de Maria. Portanto, o termo “superior” ainda lhe é apropriado.

Apenas nove dias depois de cessadas as hostilidades em Lyon, Pompallier comunica a Champagnat que o pensionato de La Favorite nada sofreu durante o conflito armado. Uma vez mais, Pompallier aparece como

o agente de ligação entre o Vigário geral Cholleton, que era seu amigo, e os maristas na arquidiocese de Lyon. Cholleton foi o encarregado dos assuntos maristas na arquidiocese de Lyon de março de 1833 até setembro de 1836.

Champagnat recebe novamente uma carta de Pompallier um ano e meio depois:

J.M.J.

‘La Favorite, Lyon, 13 de novembro de 1835

Senhor Superior

Muito lamentei que, por ocasião do retiro de oito dias, que preguei às Irmãs Ursulinas de St. Chamond, não tenha tido tempo de ir a l’Hermitage para falar-vos. Lastimei também que as vossas ocupações não vos tenham permitido deslocar-vos até a comunidade onde eu estava.

Da minha parte, cheguei a St. Chamond poucas horas antes da abertura dos exercícios; iniciado o retiro, só tinha tempo pessoal para rezar o breviário e, no encerramento, dia em que tive a grande consolação de ligar para sempre a Deus uma boa pessoa que eu havia orientado, dois anos antes, naquela casa... Como dizia, no término do retiro, após a homilia da profissão, não tive tempo senão de participar do almoço festivo e tomar o trem às três e meia da tarde, porque, no dia seguinte, de manhã cedo, devia presidir à cerimônia de início das aulas em La Favorite, ocasião em que é celebrada solene missa do Espírito Santo. Fiquei muito satisfeito com a comunidade das Ursulinas de St. Chamond. Quando aí pregava o retiro, o Pe. Cholleton fez-me visita salutar e transmitiu-me as novidades da Sociedade, em Valbenoite e em l’Hermitage. Parecia muito contente. Participei das suas consolações e das vossas. Vai anexa uma carta que vos diz respeito. O Pe. Cholleton, que tive a honra de ver esta manhã, recomendou-me que vo-la fizesse chegar. A leitura de tudo vos fará avaliar o que se pede e o que ele respondeu. Distinguireis facilmente a escrita do Pe. Cholleton, no alto da carta.

Eis algumas novas que nos devem ser muito caras. Daquela que vos dou a seguir, não faleis senão aos padres Servant e Terrailon. O Prefeito da Propaganda respondeu ao nosso administrador no dia 27 de setembro último, mas a carta não foi aberta senão há poucos dias. Deus permitiu que ficasse ignorada, de permeio com os muitos papéis do secretário. Enfim, dela tivemos conhecimento; em substância, eis o que contém.

O Prefeito da Propaganda toma em grande consideração o que foi proposto, muito agradece (maximas gratias) a Sua Excelência o haver favorecido a oferta de operários para a missão em exame, diz que não tardará em apresentar tais obreiros à Sagrada Congregação e termina com almejar muita felicidade ao digno prelado e à diocese de Lyon.

Cumpra notar que essa resposta tem data de 27 de setembro, o que demonstra com que presteza o Prefeito da Propaganda acolheu a oferta, porquanto a sua carta chegou a Lyon três semanas depois daquela que lhe fora dirigida. Nessa resposta, porém, ainda não se fala da aprovação da Sociedade de Maria, embora o Pe. Pastre, que foi o correspondente oficial, de comum acordo com o senhor bispo, haja feito menção expressa. Não desconheceis o meu escopo neste importante negócio, como muito bem dei a conhecer ao Pe. Colin, em Belley; aceitar essa missão, por assim dizer, é algo acessório no meu espírito, porquanto o escopo principal é a obtenção do breve de autorização ou, pelo menos, de centralização da recente Sociedade de Maria. Caso isso aconteça, partirei muito contente para os confins do mundo, nas ilhas do oceano Pacífico, para junto dos pobres selvagens que não conhecem Nosso Senhor, mas que demonstram, como se diz, boas disposições para a fé.

Rezemos, rezemos muito ao Bom Pastor, para que tudo se faça consoante a sua santa vontade. É necessário que os meus superiores me proponham como um daqueles indicados para as missões, para que disso eu me assegure, porquanto tenho muita dificuldade em compreender que o Senhor possa decidir-se a outorgar-me tamanha graça.

Comunicarei ao Pe. Colin, de Belley, essas boas novas, por ele tão esperadas. Dai-as a conhecer aos nossos confrades de Valbenoite, pois estou sobrecarregado de ocupações neste momento; mesmo assim, pretendo escrever-lhes.

Todos os negócios de que estou encarregado em Lyon vão muito bem, graças a Deus.

A casa de La Favorite, neste momento, conta com 48 alunos admitidos. A união, a paz e a piedade reinam em toda a casa, cercada nestas regiões pela estima e confiança públicas. Ela está entre as mais consideradas casas de educação de Lyon; conviria que a Sociedade a conservasse, se eu sair. No mais, tudo para a maior glória de Deus; seja o que Deus quiser.

Aqueles, da cidade, fortificam-se admiravelmente; esse é o lado belo do quadro. Não vos digo que tudo corra sem trabalhos e dificuldades, o que facilmente compreendeis.

O vosso orfanato também parece ir muito bem. De vez em quando vejo os Irmãos. Disseram-me que, dentro de pouco tempo, vireis a Lyon. Muito estimo ter a vossa bondosa visita. Nesse aguardo, com insistência recomendo aos vossos santos sacrifícios e às orações da vossa casa muitas coisas...

Com respeito e simpatia, o vosso muito humilde e muito obediente servidor

POMPALLIER, padre.

Fourvière, Rue du Juge de Paix, n° 2, em Lyon, 13 de novembro de 1835.

P.S. As minhas considerações ao padres Terraillon e Servant. Tende a bondade de perguntar a Terraillon por que ele não mais me dá notícias dos dois candidatos que me propusera para a casa La Favorite; era para o professorado e para a religião.”²⁴

²⁴ O.M. 1, Doc. 347.

Depois do relatório do retiro pregado às irmãs Ursulinas, temos no terceiro parágrafo as seguintes palavras: “O senhor encontrará juntamente uma carta que lhe é endereçada”. Infelizmente, esta carta, escrita e anotada por Cholleton, não foi conservada.

Na parte principal da carta, vemos ainda Pompallier agindo como intermediário diante do Vigário geral Cholleton. A carta fechada, referida acima, era efetivamente datada de 22 de setembro e as razões por ela não ter sido aberta são desconhecidas. Ela deveria ter chegado a Lyon em torno do dia 4 de outubro, um mês em que o arcebispo De Pins estava em Lyon, pois seu nome aparece regularmente nas atas das reuniões do conselho. A explicação de Pompallier para o fato de que “Deus permitiu que ela permanecesse perdida sob a pilha de documentos da secretaria” é uma bela, mas não convincente desculpa para a grande ineficiência da secretaria. Certamente a língua de Pompallier é muito irônica.

O orfanato para meninos de Denuzière foi fundado em 1828 e confiado aos Irmãos Maristas em 1835. Uma rica senhora de Lyon, Anne Denuzière, deixou todas as suas propriedades em favor do orfanato e os administradores de seu testamento adquiriram uma residência apropriada, localizada no n° 51 da rua do Chemin Neuf, na colina de Fourvière. O padre Champagnat foi chamado a providenciar alguns irmãos para este trabalho caritativo. Em 1835 ele forneceu irmãos, que ali permaneceram até 1882.

O endereço postal que Pompallier forneceu na conclusão de sua carta é o da pequena torre com campanário cônico, situada em Fourvière. Foi ali que se realizaram os encontros com os Irmãos terciários de Maria.

Pode-se dizer ainda muita coisa a respeito das declarações de Pompallier em sua carta, pois ela revela seus objetivos, seu caráter e sobre a sua carreira futura: “Pois o senhor não ignora meus objetivos neste importante assunto, como já os exprimi ao padre Colin em Belley. A própria missão, se assim pode-se dizer, é um acessório em meu espírito, mas a obtenção de uma breve papal de autorização, ou pelo menos de centralização, para a recém fundada Sociedade de Maria, isto sim é o principal. Se isso ocorrer, eu iria realmente feliz para o fim do mundo, para estas ilhas do Oceano Pacífico...”. Interessante a perspectiva de Pompallier, pronto ao extremo de se oferecer para evangelizar a Oceania ocidental para ter a Sociedade de Maria reconhecida por Roma como congregação religiosa! Como isso era importante, a “coisa principal” para ele! Como ele estava determinado a ir “até o fim do mundo” para obtê-la! Devemos ter isso em mente quando fizermos um juízo final a respeito de Jean-Baptiste François Pompallier.

O tempo de dois meses e meio que se passou entre a carta do arcebispo De Pins para o cardeal Fransoni em Roma (de 20 de novembro de 1835) e a chegada da resposta (em 3 de fevereiro de 1836) parece ter colocado a paciência dos aspirantes maristas à prova. Ao mesmo

tempo em que a aprovação da sociedade de padres e sua consequente unificação estavam praticamente concluídas em Roma, a divergência de opinião entre os grupos maristas de Lyon e de Belley trabalhou contra a proposta de aquisição de uma casa na própria cidade de Lyon. A próxima carta, e a su-

cessiva, mostram com evidência esta pequena crise, que as notícias de Roma dissipariam.

Desde então, várias observações podem ser feitas a respeito dos conteúdos desta carta e da sucessiva, e os números entre parênteses indicam uma explicação dada depois da carta abaixo:

'I.M.I.

Senhor e respeitável superior:

Tenho diversas coisas que comunicar-vos; mas antes de começar, rogo-vos que recebaís os meus votos de bom ano. Possam eles aumentar para vós as bênçãos abundantes que mereceis aos olhos do Senhor por tantos piedosos Irmãos que formastes e por tantos jovens que recebem a vida da salvação, pelo vosso zelo na sólida educação católica.

No outro dia, entreguei aos Irmãos do Orfanato uma carta do Pe. Cholleton para que vo-la levassem. É pedido para assumir a escola de um digno pároco que, com o seu rebanho, merece considerações as mais seletas dos nossos superiores e da nossa parte. Perante o bom Deus, vede como podereis responder a essa solicitação.

Escrevi ao Pe. Colin, superior de Belley, como havíamos combinado. Comuniquei-lhe que, mui provavelmente, poderíamos ir ambos a Belley, nos primeiros dias depois da Epifania. Assim, espero-vos aqui em Lyon nessa época. Poucos dias antes que eu lhe escrevesse, recebi carta sua que me faz pensar.

Muito desejo entreter-me convosco sobre isso.

Não há novidades desde que tive a honra de visitar-vos. Roma mantém ainda silêncio sobre a decisão definitiva, que aguardamos, no concernente à missão projetada e, por consequência, da centralização da nossa obra. Também não há nada resolvido quanto à aquisição da propriedade para os nossos padres, em Lyon.

No regresso do encontro que teve convosco, o Irmão Mathieu visitou-me e, orientado por vós, testemunhou-me o desejo de, junto com os seus coirmãos, dirigir-se a mim para a confissão. Da minha parte nada saberia recusar nem a vós nem aos vossos filhos, mas vou fazer-vos algumas observações de prudência a esse respeito. A execução do projeto de construir a casa central para os nossos padres, em Lyon, ainda não está ultimada, por causa do silêncio de Roma e da carta do Pe. Colin. Se eu partir para as missões no estrangeiro, antes que esse projeto estivesse assegurado, os Irmãos ficariam sem os padres da Sociedade de Maria, em Lyon, talvez por dilatado tempo; eles se veriam obrigados a retornar ao pároco, o que, por certo, o mortificaria. Ponderai se não é conveniente prorrogar os meus cuidados aos Irmãos, até porque eles estão bem. Por outra, comentaremos isso, e muito mais, na vossa visita a Lyon.

Faço-vos chegar o pequeno frasco do remédio de que vos falei. Aceitai-o como muito modesto penhor de amizade. Desejo que o soberano médico do alto se sirva dele para repor-vos em plena saúde.

*Os meus votos, estendei-os também ao Pe. Servant e a todos os nossos bons Irmãos.
Em união com os divinos corações de Jesus e de Maria, recomendo-me instantemente aos santos sacrifícios
e às orações de todos vós. Tenho a honra de ser, com respeito e devotamento, senhor e respeitável superior,*

o vosso muito humilde e muito obediente servidor,

POMPALLIER, padre m.

A minha consideração e o meu saudar ao Pe. Terraillon.

Lyon, 29 de dezembro de 1835.

*PS. O Pe. Fontbonne prometeu visitar-me em Lyon, depois das festas, mas circunstâncias de viagem,
sem dúvida, impediram-no. Não deve ele ir também a Belley?
Que esteja pronto para a época designada.”²⁵*

Não sabemos se a viagem a Belley²⁶, mencionada no terceiro parágrafo, foi realmente feita. A carta²⁷, também mencionada no mesmo parágrafo, não foi conservada. Ela deveria falar especialmente de uma eventual fundação dos padres maristas em Lyon mesmo, na cidade do arcebispo.

A decisão de Roma, o decreto da Sagrada Congregação da Propaganda²⁸, no quarto parágrafo, foi tomada seis dias antes da data desta carta. Os maristas não quiseram ouvir falar nisso até que o arcebispo De Pins recebesse a carta do cardeal Fransoni de 23 de janeiro de 1836, isto é, recebida em torno de 3 de fevereiro.

No mesmo parágrafo, encontramos a menção de uma fundação

marista na própria cidade de Lyon²⁹. Os padres Pompallier e Champagnat teriam falado sobre isso em um encontro que tinham tido recentemente. O padre Colin inicialmente não se mostrou favorável a esta proposta.

Iremos agora a uma carta escrita justamente seis semanas depois da correspondência anterior. Ao retornar de uma visita a Valbenoite, por recomendação do Vigário geral Cholleton, o padre Pompallier informou o padre Champagnat, superior do Hermitage, sobre as últimas notícias a respeito da aprovação da sociedade e sobre a missão na Oceania. O padre Pompallier, capelão em La Favorite, já aparece como dirigente da missão, apoiado e ajudado nisso pelo padre Cholleton:

²⁵ O.M. 1, Doc. 353.

"Lyon, 17 de fevereiro de 1836

Senhor superior:

Embora espere para breve a honra de ver-vos em l'Hermitage, apresso-me em dizer-vos e também pedir-vos coisas importantes e urgentes; é recomendação que o Pe. Cholleton me faz. Primeiramente, desejais, sem dúvida, conhecer o resultado da minha viagem aos nossos confrades de Valbenoite. Pois bem, todos tomaram as coisas em consideração e no espírito de Deus. Todos sentem as conseqüências vantajosas que vão resultar para a pequena e sofrida Sociedade, com a aceitação da missão oferecida pela corte de Roma. Todos fazem orações e reflexões para implorar as luzes do Espírito Santo e para escutá-lo em si mesmos, no tocante ao projeto e à própria vocação. Em breve o Pe. Colin ou o Pe. Séon escreverá para dar a conhecer aquele ou aqueles que, plenos de confiança no socorro de Jesus e de Maria, experimentam o desejo de se dedicar à conversão dos infiéis que nos foram designados; um candidato, pelo menos, deverá ser de Valbenoite. Como segundo ponto, o sr. arcebispo acaba de receber outra carta de Roma, uma das mais tranqüilizadoras e encorajadoras. Ela é do cardeal Sala, Prefeito da Sagrada Congregação dos Regulares. O cardeal não duvida de que obtenhamos de Sua Santidade o breve de aprovação, tão desejado, mas somente para o ramo dos padres. Além disso, assegura que o Santo Padre nos exorta vivamente a ir adiante com a empresa da missão da Oceania. Como me alegro diante de Deus por ter aceito, desde o princípio, os trabalhos dessa missão e assim ter provocado toda a Sociedade a se dedicar a tal obra. Essa aceitação, segundo a minha previsão, deve apressar e quiçá assegurar a nossa aprovação, objetivo principal dos nossos anseios comuns. Sem demora tomareis conhecimento dessa carta valiosa. Como terceiro ponto, rogo que o Pe. Servant escreva ao Pe. Cholleton para manifestar-lhe a sua intenção de dedicar-se às missões, com a qual conto de maneira certa. 30 Dignai-vos, também, respeitável confrade, designar-nos três ou quatro Irmãos, para que, de comum acordo, possamos escolher em definitivo dois deles. O Sr. arcebispo se entenderá para isso com o Pe. Colin, superior de Belley, com a intermediação, imagino, do Pe. Cholleton. Rezo a Nossa Senhora de Fourvière que obtenha do seu divino Filho bênçãos abundantes sobre as nossas diligências, sobre o nosso projeto e a Sociedade inteira. Rezai vós também para que, com o cargo que os superiores querem impor-me, eu não seja nunca in ruinam sed in resurrectionem multorum. Em quarto lugar, presumo que entre 29 do corrente e primeiro de março irei a St. Chamond, a l'Hermitage e a Valbenoite. Terei muitas coisas que comunicar-vos. Dizei-me, por favor, se estareis lá. O vosso Orfanato, em Lyon, está em situação difícil. Percebi isto desde que tive ocasião de entreter-me com os Irmãos, quando os confesso.³¹ Falar-vos-ei disso na minha próxima viagem. Muito me recomendo às orações de todos os Irmãos e, em particular, aos vossos santos sacrifícios e àqueles do futuro missionário apostólico, nosso caro confrade, Pe. Servant. O vosso muito humilde e muito obediente servidor

POMPALLIER, padre m.

PS. A minha lembrança ao Pe. Terraillon."²⁶

²⁶ O.M. 1, Doc. 370.

1. Esta é uma referência às dificuldades (associadas, principalmente, com um traslado de casa) que surgiu várias vezes entre o grupo de Valbenoite e os Padres Colin, Champagnat e Pompallier.
2. Isto significa que o P. Pierre Colin esteve em Valbenoite desde o outono de 1834.
3. O P. Bret, apesar de pertencer à diocese de Belley, havia sido pároco de Valbenoite desde 13 de setembro de 1835, pelo menos.
4. A aprovação da sociedade seria para Pompallier o principal objetivo. Isto já tinha sido afirmado com força na carta precedente.
5. O P. Servant era um dos cinco sacerdotes que zarparam da França em 24 de dezembro de 1836. Observamos que o P. Pompallier praticamente se considera como superior da missão.
6. pesar das objeções que o P. Pompallier havia apresentado anterior-

mente, os irmãos da Providencia Denuzière o haviam escolhido como confessor. Durante a visita que fazia semanalmente para estas confissões, o P. Pompallier havia falado de alguns temas aos irmãos, que se podia verificar a presença de um clima de inquietude na comunidade. Observamos a favor de Pompallier seu contínuo e genuíno interesse pelos Irmãos Maristas da Providencia Denuzière, que o haviam escolhido como capelão.

Neste mês de fevereiro as cartas demonstram com maior evidência, seja a proximidade entre Pompallier e o Vigário geral Cholleton, como também seu envolvimento com os assuntos relativos aos maristas na arquidiocese de Lyon. Pompallier demonstra também seu grande interesse e sua atividade em favor da aprovação da Sociedade de Maria por Roma.

'Roma, 10 de junho de 1836.

'Mi Reverendo Padre,

'...Chegado a Roma, não tardei em apresentar-me a Sua Eminência o Cardeal Prefeito da Propaganda, que me acolheu com satisfação e benquerença, destinando-me bom aposento no prédio da própria Propaganda. No terceiro dia da chegada, fui apresentado a Sua Santidade. Depois de beijar os pés do Papa e de receber a sua bênção, conversamos cerca de vinte minutos. Que felicidade, que grande felicidade ver o Vigário de Jesus Cristo. Que majestade na sua augusta pessoa, mas também que simplicidade, que bondade, que paternidade nesse ilustre sucessor de São Pedro.

Agradei-lhe todos os favores concedidos à Sociedade de Maria, como me havia recomendado o Pe. Superior, de Belley. Sua Santidade recomendou-se com instância às nossas orações dirigidas à augusta Mãe de Deus; antes de retirar-me, pedi-lhe a bênção para toda a pequena Sociedade; atendeu-me, pressuroso, e de modo

pleno de cordialidade. As respeitadas considerações que fiz, recusando a consagração episcopal, não tiveram efeito algum sobre Sua Eminência o cardeal prefeito da Propaganda e sobre Sua Santidade. Tanto um como outro pouco me escutaram. A resposta sempre foi que isto era necessário...’.

Com antecipação, vejo todos os trabalhos, todos os perigos, todas as tribulações que nos aguardam nessas regiões longínquas. Esses pensamentos, longe de desconcertar-me, causam-me prazer. Sob o peso acabrunhante das dignidades que se aproximam, que felicidade que o bom Deus se tenha dignado lançar os olhares sobre o seu pobre servidor, para que participe em plenitude da melhor das bem-aventuranças, que é a de sofrer pela causa do seu santo nome e para arrancar as almas do inferno. Ah! parece-me ver já em espírito as almas desafortunadas da Polinésia estender-nos os braços, para nos impetrar os tesouros da salvação, o conhecimento e a posse do verdadeiro bem, que é somente Deus.

Todos os cardeais, que a cortesia ou o encargo me obrigaram a visitar, mostram muita benevolência para com essa missão e para com toda a Sociedade de Maria. Não ignorais que o breve pontifício de aprovação da Sociedade foi expedido. Devia chegar à França no tempo em que eu chegava a Roma. A razão da pronta expedição é que a Santa Sé deseja que os missionários partam com a possível brevidade. Que favor concedido à Sociedade! Teremos reconhecimento eterno à Santíssima Virgem e ao seu divino Filho.

Ainda não sei nem o dia nem a semana em que se realizará a minha consagração. Quando souber, farei retiro de imediato.

Caríssimo padre, sou-vos muito agradecido pelo dom que me proporcionastes, assim como ao Irmão Mathieu, que muito se esmerou, em Lyon, nos preparativos da minha viagem. Rezai muito por mim e fazei que rezem. Vedes a posição em que o Senhor me colocou.

Estou verdadeiramente sobrecarregado de ocupações e de relações concernentes à missão que o Senhor me deu. Não posso escrever logo a Valbenoite. Por favor, procurai visitar todos esses caros confrades e dar-lhes as minhas novas, com o testemunho da minha mais sincera afeição. Recomendação de orações a todos os bons Irmãos.

As minhas considerações aos senhores párocos de Notre Dame e de Saint Pierre. Dai-me, quanto antes, as esperadas notícias vossas e as de todos eles.

Tenho a honra de ser, unido aos sagrados corações de Jesus e de Maria, caríssimo padre, o vosso muito humilde e muito obediente servidor

POMPALLIER, Vig. apost.²⁷

Esta longa carta enviada de Roma mostra Pompallier eufórico pela possibilidade de um encontro com o Papa e com a sua própria consagração episcopal. Sua atitude entusiasta

com a missão para o povo da Oceania é claro e evidente. A breve papal à qual ele se refere, muito provavelmente, é a *Omnium Gentium*, do Papa Gregório XVI, datada de 29 de

²⁷ Carta 089, Arquivos dos Irmãos Maristas, Roma.

abril de 1836, aprovando os sacerdotes da Sociedade de Maria. Pompallier foi consagrado bispo na igreja da Imaculada Conceição, uma igreja

dos capuchinhos em Roma, em 30 de junho de 1836. Esta próxima carta contém alguns pedidos: Su siguiente carta contiene algunas peticiones:

“Lyon, 9 de outubro de 1836.

Meu reverendo padre:

Escrevo-vos com muita pressa. Vou logo tomar a viatura para Paris.

Como ainda não recebi a resposta da Propaganda, em Roma, acerca de certa quantia que ela havia prometido que me seria entregue em Lyon, roguei ao Conselho da Propaganda da Fé que me adiantasse e que se ressarcisse com a que chegasse para mim depois. Foi-me concedida com benevolência, mas será preciso que assineis a letra de câmbio que Roma vai enviar e que a quiteis no meu nome, como procurador bastante para os meus negócios.

Deixei com o Sr. Viennat, tabelião em Lyon, o meu testamento, do qual poderá ficar depositário, com documentos e títulos de família e que dizem respeito aos meus negócios temporais; se julgardes conveniente, o tabelião vos entregará a documentação e o testamento.

Por favor, mandai fazer duas batinas para cada um dos três Irmãos que nos enviardes, consoante o modelo dos bons Irmãos de Maria, e mais duas calças e trajas civis. Podereis lançar mão das minhas rendas, que vencem no Natal e na festa de São João, para o montante dessas despesas. Enviai-nos, quanto antes, os dois Irmãos que nos destinais; importa que partam de Lyon o mais tardar até 16 do corrente, para que estejam no Hâvre no momento da saída do navio.

Recebei uma vez mais, reverendo Padre, o nosso adeus em Jesus e Maria; recomendo-me aos vossos santos sacrifícios e às orações de todos os nossos

Irmãos. POMPALLIER, Vig. ap.²⁸

Aqui temos Pompallier se organizando em seus assuntos pessoais antes de sua partida para a Oceania. Sua confiança em Champagnat é evidente, como também sua dependência de Champagnat em relação à sua pretensão de obter irmãos para auxiliar os sacerdotes no campo da missão. Ele oferece detalhes sobre o

vestuário dos irmãos e também tece alguns comentários em matéria referente às finanças. As finanças iriam se transformar no principal assunto de divergência entre Pompallier e Colin nos anos futuros.

A última carta que temos é a seguinte:

²⁸ Carta 095, Arquivos dos Irmãos Maristas, Roma.

"Le Hâvre,
10 de dezembro de 1836.

Pensais que já esteja longe, no Oceano, mas eu e meus colaboradores ainda não saímos do Hâvre. Os ventos, até agora, foram inteiramente contrários. Esperamos que Deus os oriente em nosso favor. Rogamos-lhe esta graça, porque estamos ansiosos por embarcar para cumprirmos a nossa santa missão. Acrescentai, por fineza, as vossas orações às nossas e às dos caros Irmãos. Nossa Senhora de l'Hermitage é muito poderosa. Recebestes carta minha de Paris? Nela, vos havia colocado a par das minhas diligências para a autorização dos nossos Irmãos. Falastes com o Pe. Cholleton acerca disso? As coisas estavam muito avançadas. Pena que não pude continuá-las. Depois que D. Gaston de Pins, o Pe. Cholleton e vós recebestes as minhas cartas, era preciso escrever ao Ministro da Instrução Pública, para agradecer-lhe a benevolência, pois se podia considerar certa e próxima a obtenção da autorização real. Sua Excelência deveria ter-se encarregado da carta, ou então vós, mas com a subscrição de Sua Excelência. Foi feito assim? Numa palavra, como está o assunto? Como me alegraria com o êxito, por causa do bem da religião e dos nossos bons Irmãos. Dai-me ainda notícias vossas antes do embarque; causar-me-íeis muito contentamento. Numa dessas cartas, tinha-vos pedido que dissésseis mil coisas a tantas pessoas. Pudestes fazê-lo? Como vai Valbenoite? Aqui, enquanto se espera vento favorável que nos permita velejar, somos muito solicitados nos domingos e festas; os párocos nos convocam para que contribuamos em favor dos seus rebanhos. Sem adeus, porque estamos na França; quiçá estaremos ainda aqui até o fim de dezembro. Sem adeus, também quando velejarmos para a Oceania. Todos os padres missionários e os Irmãos vos apresentam o seu respeito e adesão em Jesus e Maria; nesses sagrados corações também estou, com muita afeição, reverendo padre, como o vosso muito humilde e obediente servidor,

POMPALLIER,
bispo de Maronée e Vigário apostólico da Oceania ocidental"²⁹

Na carta abaixo, Pompallier demonstra o seu genuíno empenho para a autorização legal dos irmãos de Champagnat e menciona de maneira geral o seu esforço para atingir esse objetivo. Pode-se notar a sua

dependência de Champagnat e a confiança que demonstra ter nele quando lhe solicita de transmitir o seu adeus a seus muitos amigos. Evidentemente, os missionários não têm descanso, mesmo quando es-

²⁹ Carta 101, Arquivos dos Irmãos Maristas, Roma.

tão à espera de um vento favorável.

O clero local não esperou muito tempo para empenhá-los logo.

No conjunto, as cartas de Pompallier demonstram um real empenho em relação aos interesses de Champagnat e os da Sociedade de Maria. Eles revelam o respeito, a amizade e o comum interesse existentes entre Pompallier e Champagnat.

Bibliografia

AFM – Arquivos dos Irmãos Maristas, Roma.

O.M. – *“Origines Maristes”* – J. Coste, sm – G. Lessard, SM – Roma, 1960 - t. I, II, IV.

E.R. Simmons, *“Pompallier, Príncipe dos Bispos”*, Novo Testamento, Carta de São Paulo aos Coríntios.

REPERCUSSÕES DA CANONIZAÇÃO DE SÃO MARCÉLINO EM EX-ALUNO MARISTA

Aureliano Brambila, fms

Começo por declarar-lhes que sou ex-aluno marista. Tive a imensa sorte de ter estudado nos Colégios México em todo o meu ensino primário, secundário e no meu bacharelado, de fevereiro de 1939 até novembro de 1950.

CONCEITO DE EX-ALUNO MARISTA

Cumprimento e felicito os organizadores desta assembleia, ex-alunos maristas do México. Foi muito inspirado o título do encontro: **os ex-alunos maristas no século XXI**.

Este conceito de ex-aluno marista é muito rico. É muito mais denso, por exemplo, do que o de ex-aluno dos Colégios México; este conceito, embora seja muito bom, concreto, circunscrito a uma espaço-temporalidade determinada, de companheiros e mestres muito concretos, com nome e sobrenome; porém a *apelação ex-aluno de um colégio específico* tende a encerrar-me na mi-

nha geração, junto com as minhas recordações e histórias.

Agora ex-aluno marista constitui algo que assinala o essencial da Instituição Marista, diria que é um conceito globalizante. Ele prescinde dos parâmetros concretos e passa a afirmar os valores comuns, presentes em toda a entidade marista. É fruto da árvore marista, plantada pelo fundador Marcelino Champagnat. Quando era aluno, ele alimentou-se da sua seiva, feita com os ideais da filosofia marista e cresceu na sua sombra.

No limite, eu poderia ser ex-aluno dos Colégios México, sem ser ex-aluno marista. Isso indicaria que, na realidade, nunca fui aluno marista, apenas aluno dos Colégios México, porquanto não me teria deixado influenciar pelos ideais maristas. Teria estado nos bancos e nos pátios do Colégio como as pedras no fundo de um arroio que, apesar de banhadas de água por tantos anos, por dentro permanecem totalmente secas e impenetráveis. A minha única glória se-

ria ter estado com outras pedras, muito importantes por certo, mas elas também estariam nas mesmas condições que as minhas.

De entrada se poderia assegurar que a repercussão da canonização de Marcelino sobre um ex-aluno não seria assim tão relevante. Trata-se de um sujeito que talvez não se inteirou por completo de que o fundador da Instituição pela qual passou se chamava Champagnat, embora certamente se recordará até a saciedade do nome de vários dos seus companheiros e de alguns mestres.

Muito diferente é o caso da repercussão no **ex-aluno marista**. Por ocasião da canonização, 18 de abril de 1999, foram recebidos inumeráveis correios eletrônicos, com todo o tipo de mensagens procedentes de pessoas de muitos recantos, cuja única carta de apresentação era esta: "Fui aluno marista, sou ex-aluno marista". As mensagens eram de felicitar-se e de felicitar-nos pela "canonização do *nosso* Champagnat".

Pois bem, é a este tipo de ex-alunos que me estou dirigindo agora. Sobre eles as repercussões são grandes e formosas. A eles dedicamos as presentes reflexões.

SIGNIFICADO DE UMA CANONIZAÇÃO NA IGREJA CATÓLICA

Trata-se de uma declaração oficial da suprema autoridade hierár-

quica acerca da santidade de uma pessoa. Obviamente, isso não produz nem gera a santidade de alguém, apenas o reconhece como tal. Deste modo, o maior benefício não recai sobre essa pessoa, senão sobre a comunidade eclesial. A pessoa santa serve de modelo, de impulso para o bem e para a santidade. São santas não só as pessoas canonizadas. Graças ao Senhor, elas são numerosas, são multidões imensas. Eis por que há a celebração de "todos os santos", em primeiro de novembro de todo o ano.

AFINAL, O QUE É A SANTIDADE DE UMA PESSOA?

Muitas são as ideias falsas ou incompletas no atinente à santidade e todas procedem de uma ideia mais ou menos errônea da divindade, ou do ser humano, ou da lei.

- Se a divindade se identifica com a energia cósmica, a santidade vai ser a participação deste grande fluido, pelo que vai tratar-se, acima de tudo, da aquisição de poderes raros e extraordinários. Assim, estaremos tratando do numinoso e do esotérico. Seria o tipo de santidade que infunde terror.
- Se a divindade se identifica com um princípio dualístico entre o bem e o mal, entre o espírito e a matéria, santidade no caso será tudo o que aparta da matéria, do corpo e do ser sexuado. A "pu-

reza angelical” constitui o paradigma para os homens, pelo que o santo é o apartado do humano: o mais santo é o menos humano.

- Se a divindade se identifica com uma projeção nos céus das virtudes e dos vícios humanos entronizados, no estilo de Zeus, vamos ter uma santidade por demais estranha, no compasso dos caprichos de divindade arbitrária.
- Se o conceito de humano provém da antropologia transcendentista que exorbita, fazendo dos seres meras emanações monísticas necessárias do princípio divino, que embeleza, faz aparecer o atrativo, mas sem pertencer ao seu ser nem dele brotar. Em tal perspectiva, a santidade vai ser algo tipicamente extrínseco, desconectado do real.
- Pelo contrário, no caso de o conceito de humano provir de antropologias unidimensionais e imanentes, a escolha de ser santo como sonho do futuro será apenas uma especialidade a mais: este será artista, esse cientista e aquele santo. Desta maneira, a santidade será mera conquista humana, obra de arte da ascese, que enfatiza a vontade, pelo que o santo é alguém que não come, não bebe nem se diverte; herói do sacrifício, porém muito aborrecido.
- Se o conceito de humano parte de uma antropologia que atende

ao crescimento harmônico das diferentes dimensões do ser humano, estaremos diante da “santidade” que se fixa tão somente nas virtudes; estas, consideradas isoladamente, se tornam verdadeiros ídolos.

- Se a santidade é coisificada e reduzida a mero cumprimento externo da lei, com esquecimento do coração, ou quando dela se usa como veículo sacralizador, em forma de *adjetivo* que, automaticamente, modifica o *substantivo* daquele que se lhe apegar, aí ela tende a expressar-se nos termos indiciadores seguintes: santo hábito, santo rosário, santa inquisição, semana santa, terra santa, santo Padre etc.

Afinal, onde estaria a verdadeira resposta do que é a santidade de uma pessoa?

- De imediato, a santidade estará numa linha mais *ontológica* que *moralista*, vale dizer, a linha da plenitude do ser. Com base nos parâmetros que identificam a glória de Deus na realização plena do homem, dado que ambas constituem um só e mesmo projeto da criação. O processo de santificação é sobremodo um exercício de congruência: trata-se de chegar a ser plenamente o que se é - filho de Deus, irmão de Jesus e irmão de todos os homens.

- Versa-se aqui a voluntária e amo-

rosa realização do projeto pessoal de Deus na própria vida. A santidade é algo interno, não um adendo; ela brota do próprio ser, que visa à consecução da sua plena idealidade existencial, como plano da criação de Deus, o que se exterioriza ou manifesta em forma de bondade e beleza espiritual, isto é, a pertença perfeita a Deus. Obviamente, tudo isso se leva a termo com a assistência do Espírito Santo.

- Trata-se de um crescimento integral harmônico, iniciado e coadjuvado pela graça, de um filho de Deus, de um irmão do homem e senhor do cosmos. Nada mais harmônico e atraente do que um santo; assomar-se à vida dele é contemplar um oásis em meio do nosso caos: ele exhibe senhorio sobre si e sobre as coisas, a fraternidade e a solidariedade com os semelhantes e a filiação amorosa com Deus.
- A chave de interpretação para a santidade é a figura de Jesus Cristo, o qual nos revela quem é Deus e o que é o homem. Falamos da vocação primordial, a de que todos somos convocados à santidade. Versa-se, pois, um tema de obediência da criatura, porquanto pertence ao plano de Deus. Daqui procede que o cristianismo não é algo meramente

cultural, mas sobretudo e principalmente existencial.

- Em uma palavra, santidade é a progressiva *crístificação*, vale dizer, a crescente identificação com Jesus Cristo, nos seus sentimentos, atitudes e forma de vida¹. Lastrada nestes parâmetros, a canonização é a santidade oficialmente reconhecida, que se converte em insistente convite à plenitude humana em Cristo Senhor.

“A condição divina do homem não se realiza pelo exercício do poder dominador, senão pela plenitude do seu ser, cujo protótipo é Jesus”. Acima de tudo, “o Evangelho busca a plenitude do homem, ao infundir vida de qualidade divina. A glória de Deus consiste em que isso se leve a bom termo”².

COMO EX-ALUNO MARISTA, QUE MENSAGEM PERCEBO NA CANONIZAÇÃO DE MARCELINO?

Dito de outra forma, que repercussões tem em mim a sua canonização?

Naturalmente, desperta em mim todo um elenco emocional, como se explicita a seguir.

- Atitude de admiração em face de um ser humano “pleno por inteiro,

¹ Ef 1/3, 4/13

² Mateos Juan/Camacho Fernando, *“O Filho do Homem: rumo à plenitude humana”, Ediciones el Al-mendro.*

- ademais do apelo muito achegado a entrar neste processo.

Na realidade, a sua canonização, que é santidade oficialmente reconhecida, fala-nos de um triunfo de Deus, do triunfo do homem, no sentido da sua obediência de criatura; finalmente, sublinha-se o triunfo de uma espiritualidade.

Isso nos toca de perto e com denso significado, pois Marcelino Champagnat é simultaneamente *fundador e apóstolo da educação*. A sua canonização nos fala de acertada espiritualidade, de acertada pedagogia e autenticidade, longe do mero profissionalismo, porquanto a sua mensagem não diverge da sua vida: caminhar, passo a passo, no rumo da plenitude humana.

O Fundador tem algo que nos dizer no concernente à importância do processo de santificação nas nossas vidas; mais ainda e sobremaneira acerca da sua pessoa, do seu pensamento e intuição; numa palavra, acerca do seu carisma, como guia e modelo da nossa própria santificação.

A SUA PESSOA

Filho da casa - Pela decisão de tomar a sério a nova direção da sua vida, com o lema de que "Deus o quer".

Seminarista - dificuldades, resoluções.

Vigário: situação de conflito com o seu pároco, disponibi-

lidade total: querer responder à realidade com inteira adequação às circunstâncias.

Fundador: situações de conflito inéditas que lhe produzem os estados de ânimo encontrados.

O SEU PENSAMIENTO

- (PS 010, Circular a todos os Irmãos): *"Deus nos amou desde toda a eternidade"*.
- (PS 019, Carta ao Ir. Bartolomeu): *"Diga aos alunos que somente Deus pode ser a sua felicidade; que é apenas para ele que foram criados."*
- (PS 024, Carta ao Ir. Bartolomeu): *"Diga-lhes também: Sabem por que Deus os ama tanto? É porque vocês valem o preço do seu sangue e podem chegar a ser grandes santos, e isso sem demasiado trabalho, se o querem de verdade. O bom Jesus lhes promete tomá-los nos seus ombros, para poupar-lhes os esforços da caminhada."*
- (PS 029, Circular a todos os Irmãos): *"Se fazem tanto progresso na perfeição quanto eu desejo, vão fazer muito."*
- (PS 063, Circular a todos os Irmãos): *"Que o verdadeiro zelo os anime em favor de sua perfeição; que a fidelidade constante à sua regra, ou projeto comunitário de vida, os leve cada dia a novos progressos na via da santidade"*.
- (PS 135, Circular a todos os Irmãos): *"Deus nos chamou a ser-*

mos santos. Avancem, pois, cada vez mais, no seu amor; procurem viver em paz com vocês e com o próximo; apliquem-se ao que devem fazer, no cotidiano da vida”.

- (PS 180, Carta à sua cunhada Maria Clermondon, viúva). “Com toda a verdade podemos dizer que a nossa própria felicidade depende de nós mesmos, visto que não há nada, se soubermos viver, que não nos sirva para consegui-la: bens, saúde, pobreza, enfermidades, penas.”
- (PS 242, Carta ao Ir. Domingo): “Já temos certo número de enfermos provindos dos nossos estabelecimentos. Oremos juntos por eles, para que Deus os ajude a fazer bom uso da sua situação”.
- (PS 273, Carta ao senhor Libersat): “Interessa-nos por demais conseguir formar bons cristãos e virtuosos cidadãos, entre os habitantes rurais”.

O SEU CARISMA

Compreende espiritualidade e missão; o carisma foi autenticado pela Igreja na aprovação das Constituições; é reconhecido como caminho certo e provado de santidade.

Notas da espiritualidade marista

- **Filial:** a partir de Cristo e com Ele no rumo de Deus e de Maria.

- **Fraternal:** em Cristo e por Ele; a partir de Maria, comunidade de Irmãos: espírito de família, abertura universal, a favor dos jovens.
- **Mariana:** simplicidade, humildade, discipulação, gozo, Nazaré, José.
- **Apostólica:** educação de crianças e jovens com pedagogia própria.
- **Missionária:** marginalizados, pobres, desatendidos, deprimidos.
- **Laical:** com vivência aprofundada dos sacramentos de iniciação cristã.
- **Encarnada:** presépio, simplicidade, *quenose* ou desprendimento, espírito de união, trabalho, operosidade.
- **Redentora:** cruz, sacrifício, intercessão pelo necessitado.
- **Oblativa:** altar, Eucaristia,
- **Pascal:** ressurreição, esperança.
- **Eclesial:** na Igreja, com a Igreja e para a Igreja.

Trata-se de “espiritualidade apostólica marista”: Uma espiritualidade em que se contempla a Deus e se atua em favor dos homens.

Em Marcelino se dá uma atitude mística: ele contempla a Deus nas pessoas e nas coisas: tudo é referido a Deus³. Desse modo, ele humaniza as coisas, para que, depois, humanize o homem. Ele constrói uma casa como símbolo da construção do homem; transforma a paragem, aproveitando os seus recur-

³ “A árvore toma corpo e a água, melodia; as tuas mãos recendem o aroma da rosa; no meio-dia se espessa a abundância do mundo, e estás de coração em cada coisa.” (Hino de Laudes, segunda-feira II).

sos; educa a criança potenciando as suas virtualidades.

Por fim, transmite como legado a sua espiritualidade apostólica marista, fundando um Instituto de Educadores⁴, grupo que aposta na dignidade humana e que evangeliza pela educação, em que tudo se põe a serviço da pessoa da criança e do jovem, porque que se trabalha com eles, neles e para eles.

"Comprometidos com instituições escolares ou com outras estruturas de educação, dependemos as nossas vidas pelo Reino, em serviço da pessoa humana" (Constituições, art. 85).

Depois de Marcelino, desfila a marcha dos santos: são varões chegados à plenitude humana; eles continuam a espiritualidade de Marcelino; já são duzentos e seis Irmãos mártires: Laurentino, Bernardo, Chris, Júlio.

Seguem outros tantos, na vida cotidiana, como mártires incruentos: Francisco, Alfano, Leôncio, Inácio Vásquez, Basílio Rueda.

Continua a missão a longa fila dos

que ainda peregrinam rumo à santidade na plenitude do ser; também estes se baseiam na sua espiritualidade.

Não faltam os Irmãos Maristas hodiernos, nos cinco continentes, *"que vivem a sua consagração religiosa em comunidade fraterna e se dedicam ardorosamente ao Reino, evangelizando os jovens nas escolas e em outras estruturas de educação"* (Decreto da Santa Sé, 7 de outubro de 1986).

Não faltam, ademais, tantos seculares maristas, que compartilham espiritualidade e missão e, *"com entusiasmo, dependem igualmente a sua vida pelo Reino, na evangelização da juventude, nas escolas como em outras modalidades de educação"* (C 85).

Como ex-aluno marista, creio que, por ocasião da sua canonização, Marcelino me está dizendo que a sua pessoa, o seu carisma e a sua obra, da qual vocês e eu temos sido os grandes beneficiários, foram e continuam sendo um apelo eloquente para caminhar na via própria da plenitude humana.

⁴ O Padre Champagnat encarna o zelo evangélico que acerta em dar a dar respostas adequadas a problemas concretos. Os Irmãos Maristas, animados de zelo semelhante ao seu, continuam o carisma do Fundador, respondendo às expectativas e necessidades dos jovens de hoje (C 81). Apresentamo-los a Cristo, Verdade libertadora, que chama cada um pelo nome. Ajudamo-los a descobrir a sua própria vocação na Igreja e no mundo. Permanecemos sempre abertos ao Espírito Santo, que nos interpela por meio das suas vidas e que nos impulsiona a ações corajosas (C 83). Orientamos o coração dos jovens a Maria, discípula perfeita de Cristo, e a fazemos conhecida e amada, como caminho que leva a Jesus. Confiamos os nossos educandos a essa boa Mãe e os convidamos a dirigir-se amiúde a ela e a imitá-la (C 84). O nosso serviço de evangelização tende a formar autênticos discípulos de Jesus Cristo. Considerando a estreita vinculação de evangelização com promoção humana, auxiliamos aqueles que padecem necessidade e cooperamos com os que trabalham em prol da justiça e da paz (C 86).

SÍNTESE DO ENCONTRO INTER-MARISTA DO 24 DE JUNHO DE 2009

André Lanfrey, fms - Alois Greiler, sm

INTRODUÇÃO

A comissão internacional do patrimônio espiritual dos Irmãos Maristas se reúne, durante uma semana por ano, desde 2004. A partir de 2006, a comissão convidou conferencistas dos outros ramos maristas para o intercâmbio em temas de pesquisa e projeto. Esse convite foi estendido para um estudo de apenas uma jornada em 2009.

No dia 24 de junho de 2009, versou-se o tema *Origens Maristas*, isto é, a história de cada Congregação marista, no contexto de empresa marista ampliada. Os eruditos dos quatro ramos fizeram a sua conferência: André Lanfrey, FMS; Myra Niland, SM; Emerentiana Cooney, SMSM, Alois Greiler, SM. Como o objetivo desta vez era muito específico, não convidamos pessoas do laicato. As apresentações, na parte da tarde, foram seguidas por debate geral, com uma primeira conclusão e discutiram-se possíveis iniciativas futuras. Os membros dos Conselhos gerais dos quatro ramos, a comissão do patrimônio dos FMS, outros ma-

ristas e um marianista tomaram parte nesse estudo de um dia inteiro. Somos particularmente gratos à Casa generalícia dos Irmãos Maristas que, generosamente, cedeu espaço e hospedagem para a conferência.

CONCLUSÃO

As palestras constituem uma documentação sobre as origens, no sentido mais amplo do termo. Nenhum conceito singular logra cobrir esses diversos e ricos relatos de fundação. Ademais, de vários modos, esses sumários servem como estudos maristas a cada Congregação, oferecendo informação, metodologia e conceitos.

André Lanfrey esclareceu o termo *ordem* como de muita influência nos primórdios maristas e mesmo depois. A Revolução Francesa havia suprimido a vida religiosa; apenas os Trapistas conseguiram continuar. Novos grupos procuraram modelos na Igreja primitiva, em tese ao redor de Maria e nas grandes ordens me-

dievais que, muitas vezes, mantinham os ramos masculinos e femininos, os laicatos ou ordens terceiras. Isto serviu de sugestão aos aspirantes maristas do seminário maior de Lyon. Excetuados os Padres Maristas, tanto os Irmãos e Irmãs quanto os seculares associados são compreendidos na situação leiga. Ainda assim, isso evoluiu para a condição *religiosa*, quando a Restauração permitiu o retorno da vida religiosa, na França. Os apóstolos foram vistos como os primeiros monges, algo que Courveille extraiu da tradição trapista. A Igreja primitiva tornou-se uma utopia crítica do momento. Passando de Courveille a Champagnat, Colin e Chavoïn e, mais tarde, às pioneiras da Oceania, as referências ao termo *ordem* prosseguiram, entre os maristas; mas, de fato, os maristas evoluíram para grupos apostólicos independentes e aprovados pelas autoridades eclesiásticas. O modelo ou o termo '*ordem*' ficou para trás.

Os fundadores maristas provieram de uma rede de pessoas com intenções semelhantes. Por exemplo, Lefranc estudou com Pedro Colin e tornou-se diretor espiritual de Jeanne-Marie Chavoïn. Chavoïn alimentou sua pesquisa da vida religiosa com elementos dos maristas das primeiras fases, como Puy e Fourvière, e contribuiu para formar o espírito marista, em particular no seu papel em Cerdon, partilhando a sua visão com J. C. Colin. Puy e Fourvière, Cerdon e Chavoïn permearam todos os ramos maristas, não só as Irmãs. Em que pesem futuras dificuldades, ela insistiu para que Colin re-

digisse também as constituições das Irmãs.

J. C. Colin veio com a sua própria ideia de associação mariana, no seminário maior de Lyon. Entrou, como os demais, no grupo começado por Courveille. As suas experiências espirituais de Cerdon transformaram-no em três pontos: (1) auxiliaram-no a delinear as feições da Sociedade de Maria que iria estabelecer; (2) fizeram dele a personagem adequada para fundador; (3) instilaram-lhe a convicção de que Deus queria tal obra. Assim, ele foi informalmente eleito superior em 1830 e, formalmente, Superior-geral em 1836. Em 1836, a isolada aprovação romana dos Padres teve decisivas consequências para a história marista: um ramo se tornou grupo independente, o nome da Sociedade de Maria coube-lhe, enquanto a ideia original de Courveille - de união de todos os maristas - foi abandonada, em termos definitivos, com a segunda intervenção de Roma em 1842. Embora aceita com dificuldade pela primeira geração marista, incluindo Champagnat, a segunda geração marista, que crescera no período da Restauração política francesa, preferiu trabalhar no rumo de uma ideia de vida religiosa mais tradicional.

Ao passo que a união, em sentido literal, foi abandonada no capítulo dos Padres de 1845, no mesmo ano uma leiga, de nome Maria Francisca Perroton, lançou o movimento que se tornaria outro ramo da Sociedade de Maria. Ela embarcou para a Oceania; mais tarde, outras mulhe-

res a seguiram, primeiras leigas maristas oficiais, depois como religiosas e, finalmente, aprovadas como SMSM em 1931. As SMSM têm laços históricos diretos e espirituais (Oceania, ordem terceira marista, missionários maristas) com as origens, ainda que tenham chegado à existência, muito mais tarde. Os primeiros Padres Maristas transmitiram-lhes o espírito marista e lhes escreveram as regras. A regra escrita para as pessoas leigas, pelo Bispo Pompallier, ecoou também na tradição delas.

Como maristas, nos reunimos e caminhamos juntos, através da nossa história. Como é que a congregação individual vê as próprias origens, em face dos demais ramos maristas? Embora muito relevante, não logramos incluir o contexto geral político e eclesial. Esta reunião foi valiosa de muitos modos. Na sua composição mista, esta conferência foi quase única, embora de temática pouco conhecida. As congregações maristas cooperaram em nível científico antes, por exemplo, nas grandes edições da documentação das fontes, no decênio 1960. Com os dados disponíveis, começamos a compartilhar a maneira de ler tais dados. A composição mista implica metodologia. A metodologia dúplice é necessária: uma para a pesquisa interna, e outra que abrange a história marista mais ampliada. A lógica puramente congregacional não é suficiente para a história marista.

Outro valor importante foi a quantidade de informação apresentada e partilhada. As palestras sumariam a

pesquisa, na congregação respectiva, para os próprios membros e, igualmente, para outros, em particular para outros maristas. De vez em quando simplesmente há a necessidade de pesquisar e religar as diversas histórias. Os nossos fundadores colaboraram entre si e tiveram outros colaboradores. O papel preciso do ramo congregacional respectivo e todas as necessidades maristas vão aparecendo em maior luz e clareza.

Há também a questão de como entender a problemática das origens maristas em dois níveis: dentro da congregação e para todas as congregações juntas. Os membros de todos os ramos celebram o *Dia de Fourvière* juntos, ainda que não tenha o mesmo relevo para todos, seja para os Irmãos, que consideram o ano de 1817, seja para as SMSM, que começaram muito mais tarde. Encontrar o consenso dentro do ramo é difícil; ainda mais laborioso é achar o consenso de todos os ramos. O *dia de estudo* ofereceu diferentes abrangências e conceitos. No atinente ao movimento primordial, com a maior influência de Courveille, o termo *ordem* é um modelo, para Lanfrey. Ainda assim, os elementos monásticos e o emprego desse termo deram, gradualmente, margem para uma orientação mais apostólica da vocação marista.

Há outros dois termos merecedores de atenção para os primórdios maristas: o trabalho de Maria e a família de Maria. O papel dominante de Maria na escolha e no envio dos primeiros maristas, para pro-

longar o apoio à Igreja, e a resposta da Igreja às necessidades das pessoas, na nova era, alimentam tais termos e fazem ecoar a convicção dos nossos fundadores. Hoje, fala-se da *família marista*, significando a nova relação dos ramos maristas, mas com menos preocupação quanto ao ativo papel de Maria. Outro termo ou expressão, que deriva da teologia e orientou o impulso para toda a Igreja, poderia ser *comunhão de comunidades*, aplicado ao universo marista, expressão empregada na publicação intercongregacional marista '*Like Mary*' - *Como Maria*.¹ Por fim, a velha imagem da 'árvore de diversos ramos', inspiração dos fundadores e desta conferência, permanece válida como símbolo orgânico, que sugere crescimento, tão duradouro como

marca de continuidade, com a sua significação original de *unidade na diversidade*.

Estes sumários estudos das origens maristas em geral, e das congregações maristas em particular, podem servir nos programas de formação, de renovação e de pesquisa. O trabalho histórico nos alerta para qualificarmos os nossos termos; por exemplo, nas publicações e na legislação.

O estudo de diferentes espiritualidades, dos aspectos jurídicos, da teologia do tempo e de hoje, os costumes vividos pelos maristas e o nível de colaboração pastoral, tudo tende a apresentar-se como futura avenida ou como temática do próximo *dia de estudo* marista intercongregacional.

¹ *Como Maria fez* - Livro de Espiritualidade marista como recurso entre os diversos ramos., Roma, 2006, p. 13.

INTRODUÇÃO AO ENCONTRO INTER-MARISTA DO 24 JUNHO DE 2009

André Lanfrey, fms

A partir de junho de 2006, realizou-se, anualmente, em Roma, na Casa geral dos Irmãos Maristas, uma jornada intermarista relativa ao patrimônio histórico e espiritual dos diversos ramos da sociedade. Esta reunião é, pois, a quarta.

Essa série de encontros tem sua origem indireta na constituição, pelo Conselho geral dos Irmãos Maristas, no dia 8 de janeiro de 2004, de uma equipe internacional do patrimônio, composta de seis membros, coordenada por um comitê de quatro membros do Conselho geral. Ela tem como tarefas principais: organizar a pesquisa, assegurar sua difusão através da revista *Cadernos Maristas*, e cuidar da publicação das fontes maristas. Uma primeira reunião da equipe foi realizada, em Roma, nos dias 24 a 26 de maio de 2004, e uma segunda, nos dias 20 a 24 de junho de 2005.

A reunião de 23 a 28 de junho de 2006 mudou de dimensão com o dia de sábado, 24 de junho, consagrado a uma reunião inter-ramos do patri-

mônio marista, organizada pelo Ir. Pedro Herreros, conselheiro geral. A reunião procurou responder a duas perguntas: 1. Como procede cada ramo marista para animar a formação ao patrimônio espiritual? - 2. Como está organizada a pesquisa e quais são os resultados obtidos em cada ramo? O número 24 dos *Cadernos Maristas* (dezembro de 2007, p. 7-49) publicou as atas desse encontro.

A reunião do patrimônio dos Irmãos Maristas, realizada em Roma, de 21 a 26 de junho de 2007, previa um meio-dia de trabalho inter-ramos maristas, na manhã de segunda-feira, 25 de junho. Ela seguiu mais ou menos a linha da reunião do ano precedente: o Ir. André Lanfrey, na oportunidade, sublinhou o interesse dos Irmãos pela recente publicação do primeiro tomo de *“Colin sup.”*- da autoria do Pe. Lessard, e estuda os laços entre o *“Manuel du tiers-ordre de Marie”*, primeiro estatuto das SMSM, e a tradição de l’Hermitage. As Irmãs maristas lembraram os trabalhos em andamento sobre sua his-

tória: a tradução ao inglês dos volumes do Pe. Philippe Gobillot, os trabalhos de Françoise Merlet sobre a Madre Elizabeth Boyer, a edição das cartas de Jeanne Marie Chavoïn... Entre as Irmãs SMSM continua o trabalho sobre as cartas das pioneiras. Enfim, o Pe. Alois Greiler, em Roma, desde janeiro, apresentou os dois polos do trabalho dos Padres Maristas: as fontes do generalato Colin e a publicação das cartas da Oceania. Ele anunciou o encontro marista de Suva.

A sessão de 23 a 28 de junho de 2008 transcorreu sem reunião intermarista importante: as Irmãs Maristas estavam em Capítulo e as SMSM, não tendo nada de novo a apresentar, consideraram menos importante participar. A reunião intermarista limitou-se, assim, a um intercâmbio entre os Padres e os Irmãos Maristas. O Pe. Alois Greiler, no entanto, propôs para o ano que vem, uma reflexão sobre a terminologia marista:

o que significam as expressões “Família marista”, “Sociedade de Maria”... em cada um dos ramos?

É esse projeto, tratado mais particularmente pelo Pe. Alois Greiler, o Ir. Pedro Herreros e o Ir. André Lanfrey, que desemboca, no dia 24 de junho de 2009, quarta-feira, numa última jornada intermarista, prestigiada pela presença de numerosos superiores dos vários ramos maristas; as quatro intervenções apresentadas, abaixo, constituem uma partitura a quatro vozes sobre a identidade marista.

Os resultados dessas reuniões continuam modestos porque foram ocasião mais para informações recíprocas do que para trabalhos coordenados. Entretanto, oferecendo pela primeira vez uma problemática inter-ramos mais precisa e fundamental, o último encontro parece mostrar o caminho de uma política de cooperação mais estruturada.

A Sociedade de Maria e a Família Marista ampliada: DOIS MODELOS NAS ORIGENS

Alois Greiler, sm

Foi solicitado a um grupo de dez confrades, em tema de renovação marista, que procedessem a um levantamento da nossa *árvore de diversos ramos*. Emergiu o seguinte quadro. Como chão: Deus, a nossa vocação; como tronco: Maria; como primeiro conjunto de ramos, as Congregações maristas, com inclusão do laicato; como segundo conjunto de ramos, as congregações relacionadas às origens maristas.

Em termos históricos, necessitamos dizer que a origem precisa da *árvore de diversos ramos* não parece clara. A imagem foi empregada com várias interpretações. Em termos sistemáticos, a imagem se reporta à natureza da empresa marista: *diversos ramos* como expressão quer abranger a todos, proclamar a misericórdia de Deus como está simbolizada em Maria, mãe de misericórdia.

Nessa árvore simbólica acha-se o ramo chamado *Sociedade de Maria*, termo de dupla orientação. Fora do contexto marista, outras Sociedades de Maria existem. No interior do contexto, Sociedade de Maria comporta diferentes significados, antes de 1836.

Há várias Sociedades de Maria. Sociedade de Maria, Idade de Maria, Maria com o seu papel 'no fim dos tempos', expressões que enxameiam o ar, segundo Jean Coste.¹ Havendo interdependências, cada caso deve ser individualmente esclarecido.² Essas Sociedades de Maria compartilham elementos: inspiração sobrenatural de uma voz interior, perspectiva escatológica, estrutura de diversos ramos, espírito mariano, lutar nas batalhas do Senhor, esses maus e derradeiros tempos.³ Os Eudistas chamam a si mesmos e se definem como 'Sociedade

¹ Myra Niland, SM, *Hidden Fruitfulness. Life and Spirituality of J. M. Chavoin, Foundress of the Congregation of Marist Sisters*, Dublin, Columbia Press, 2001, p.66.

² Exemplo de Maristas e de um 'Jesuíta espanhol: Charles Girard SM (Ed.), *Marist Laity, Roma, 1991 (=LM)*, doc. 185, 3-4 (1851) = Origines Maristes / OM, doc.714; LM, doc. 232,37 (1853) OM, doc. 718.

³ Pierre Zind, FMS, *As novas congregações dos Irmãos do ensino 1800 1830*, St. Genis-Laval, 1969, p.120, rodapé 1, e p. 137-138.

de Jesus e Maria, são de 1643. Em 1722, um sacerdote bretão, Louis Marie Grignon de Montfort, fundou os Padres Missionários da Sociedade de Maria.⁴ Em 18 de setembro de 1790, o arcebispo de St. Malo aprovou a Sociedade de Maria de Pedro Clorivière (1787-1814, nome das futuras Filhas do Coração de Maria).⁵ O Pe. Pierre-Bienvenu Noailles (1793-1861) fundou a congregação das Irmãs da Santa Família de Bordéus. Ele falou, entre 1825 e 1840, a respeito de Maria no *fim dos tempos* e na importância do seu nome. Em 1826, Chaminade e Noailles consideraram a perspectiva da sua união.⁶ Os Marianistas de Chaminade, ramo masculino, foram fundados em 1817 e aprovados em 1839 como Sociedade de Maria, SM.⁷ No período 1827-1830, Pierre Babad informou a Champagnat que o diácono Bernardo Dariés (+1800) havia planejado uma Sociedade de Maria na Espanha em 1792.⁸ Em 1832, Chaminade, Colin e Champagnat

discutiram uma possível fusão, que não levaram a termo. O Pe. Roger SJ começou as Congregações Marianas no decênio 1820; o espírito delas assemelha-se àquele de Colin.⁹ Um estudo comparativo seria muito útil.

Ademais, o nome se refere de fato a diferentes Sociedades de Maria, como mostram os estudos de Balko, Zind e Lanfrey. A 'Sociedade de Courville, Champagnat e Colin não eram as mesmas; portanto o nome Sociedade de Maria era ambivalente ontem e é hoje. Neste artigo, ele se refere à *congregação que reconhece Colin como fundador*, a qual tem laços históricos diretos, tanto espirituais como apostólicos, com as outras congregações maristas.

A pesquisa comum dos ramos maristas no decênio 1950 estabeleceu os principais documentos e os maiores eventos. Ainda assim, como é que lemos os dados?¹⁰ Três passos ilustram a situação das origens da Sociedade de Maria, sacerdotes e Irmãos maristas: *modelos de com-*

⁴ Kenneth Scott Latourette, *The nineteenth Century in Europe. Background and the Roman Catholic Phase (A Cristandade na Idade Revolucionária, 1)*, Londres, Eyre e Spottiswoode, 1959, vol. 1, p.72, e vol. 3, p. 348.

⁵ *Origines Maristes*, vol. 4, p. 82.

⁶ J. B. Armbruster SM, Marianist, *Marie dans les derniers temps chez le père G. Joseph Chaminade*, in *Marie et la fin des temps. III Approche historique-théologique*, Paris, OEL, 1987, 67-81, p. 75.

⁷ Jean Coste SM, As raízes do pensamento de Colin, in *Forum Novum* 3, 2 (1996) 132-158; Marianista Antonio Gascón Aranda, SM, *A Companhia de Maria no Movimento Congregacional do século XIX (Fundação, Missão e Configuração Institucional, 1817-1875)* História Geral da Companhia de Maria, 1, Madrid, 2007, p. 66. Colin, sic, e Clorivière também planejaram uma Sociedade de Maria.

⁸ OM, vol. 1, p. 959-962; OM, doc. 418; OM, vol.4, p.84. Carta de um Pe. de Astorga da Sociedade de Maria a Bernardo Dariés, em 9-6-1795. Dariés compareceu na Inquisição a qual encerrou os planos dele. Erros e retificações, in *Mater Fidei et Fidelium*. Coleção de Ensaio em honra de T. Koehler sobre o aniv. 80º. Novas séries, v. 17-23, Dayton, Ohio, Estudos na biblioteca mariana, 1985-1991, 455-459. Ver também Lanfrey, *Cadernos Maristas* n. 24, dez. 2007, p. 21.

⁹ Coste, *As raízes do pensamento de Colin*, p. 149.

¹⁰ Para uma narrativa e compreensão sumária da Família Marista: Frederick McMahon, FMS; *Viajores na Esperança, A história do bem-aventurado Marcelino Champagnat e os seus companheiros fundadores da Sociedade de Maria*, Roma, 1994.

preensão; um modelo alternativo; a terminologia empregada.

1. Modelos da Sociedade de Maria, Padres e Irmãos

Como apresentamos as nossas origens como Padres e Irmãos Maristas? O *assento na vida*, ou o *Sitz im Leben*, seria este: formação, programas de renovação, publicações, ou simplesmente uma conversação com pessoas interessadas. Há elementos a que as pessoas se reportam, mas não temos um modelo coerente. Os modelos seguintes envolvem certos *anos chaves*.

1836 - Aprovação papal da Sociedade de Maria

É ponto fixo de partida. As Constituições de 1988, como fez o texto de 1873, se abrem com o ano de 1836, por meio do breve pontifício *Omnium gentium salus*. Os artigos primeiro e sétimo se referem à aprovação papal. Tudo o que tivemos antes deste ano não é oficial. Assim, alguém pode dizer: Fomos aprovados em 1836. Devido às nossas origens, os eventos nos levam a 1836; relacionamo-nos a congregações agora independentes, seja a dos Irmãos Maristas, FMS, seja a das Irmãs Maristas, SM, seja a das Irmãs Missionárias da Sociedade de Maria, SMSM. Há igualmente um ramo leigo oficial, aprovado em 1850,

a ordem terceira de Maria, que existe até hoje, com variadas formas e nomes. O ano de 1836 constitui data oficial, modelo que sublinha a independência.

1816 - O modelo Fourvière

Hoje, a maioria dos Maristas, retrospectivamente, consideram o ano de 1816 como o ano do penhor e da promessa de Fourvière. Em muitas partes do mundo marista, os diferentes ramos celebram o *dia Fourvière* juntos. Este modelo é talhado para a história da congregação e para explicar as origens comuns e a subsequente e gradual separação dos ramos. Coste e Lessard tomaram o 23 de julho de 1816 como a *data da fundação* da Sociedade de Maria.¹¹ As Constituições de 1988 apresentam a Família Marista ampliada de Fourvière como o fundo de cena dos Maristas. Deste fundo e cenário provém a congregação inspirada por Colin. Os artigos 2, 3, 4, 5, 6 e 217 são típicos. O 2 faz referência a Fourvière. O 4 diz:

“Este trabalho de Maria foi partilhado por Jean-Claude Colin com os Padres e com os Irmãos, com Marcelino Champagnat e com os Irmãos Maristas das Escolas, com Jeanne-Marie Chavoïn e com as Irmãs Maristas e, mais tarde, com as Irmãs Missionárias da Sociedade de Maria, bem assim com a Ordem Terceira de Maria, espalhada pelo mundo.

¹¹ Índice da Madre São José, Cronologia, Jean Coste, SM, Procurando conhecer um fundador, in *Forum Novum* 3, 2 (1996) 117-131. Colin sup. 1, Roma, 2007, p. xxi: OM=Sociedade de Maria para um projeto, 1816; depois de 1836, Sociedade de Maria, apenas a congregação dos sacerdotes. Em 1996, o Pe. Geral Buckley escreveu um circular, n.143, VII, 11 sobre os 150 anos de Fourvière. Ele o considerou o ano da fundação, como faz o Anuario Pontificio.

Todos estes grupos foram considerados, desde os primórdios, como pertencentes à mesma e única Família Marista”.

A apresentação seria algo como o seguinte. Em 1816, doze jovens sacerdotes e seminaristas prometem fundar uma *Sociedade de Maria*. Isto se baseia em certa inspiração recebida por um deles, Jean-Claude Courveille. Depois de vinte anos, apenas quatro dos doze professam como Padres Maristas. O plano de 1816 incluía sacerdotes, Irmãos, Irmãs e leigos. Originalmente, todos formariam uma só congregação, com um sacerdote como superior-geral. Esses ramos desenvolveram-se em congregações separadas, por causa das intervenções papais. Hoje os ramos maristas não formam uma associação legal, senão informal. Este modelo honra o período preparatório e o plano inicial de Courveille. Essa modalidade deixa distinções precisas entre as entidades, mas igualmente o que temos todos em comum.

1812 - A 'revelação de 'Le Puy'

Com Fourvière já distinguimos a história oficial marista pelo interior. A aprovação do Papa é a data oficial. Fourvière e Courveille constituem a pré-história. Agora alguns dão como começo da história marista o ano de 1812, com a assim chamada 'revelação de Puy' que se atribui a Courveille. A leitura do artigo primeiro das Constituições de 1988 para logo exhibe a referência saudosa àquela experiência primordial:

“Esta pequena congregação de Padres e de Irmãos, aprovada por Gregório XVI em 29 de abril de 1836, é chamada Sociedade de Maria. Ela retirou o nome da iniciativa que é reconhecida como a sua origem. É instituto religioso clerical de direito pontifício”.

Refere-se o evento, mas não se lhe dá o nome. A apresentação, pois, delinea-se assim. Em 1812, a inspiração básica marista foi recebida pelo primeiro líder. Ele a partilhou com outros; o primeiro grupo foi formado em 1816. Alguns membros começaram a levar à prática a inspiração e gradualmente os ramos maristas evoluíram. Primeiro eles foram parte de uma unidade; então, mesmo com tensões, resultaram novas congregações apostólicas, aprovadas, uma a uma, pela Santa Sé. O líder originário foi substituído por outros, que se tornaram verdadeiros fundadores.

A mensagem de Puy, a que se tem acesso apenas por mediação do sumário de Mayet, que resume a correspondência dele com Courveille, no decênio de 1850, sumário lido por Terraillon e outros, como para enfatizar o paralelo entre a Sociedade de Maria com a Sociedade de Jesus. Colin sublinhou o papel de Maria na Igreja primitiva e com o papel dela nesses *últimos tempos*. De Puy brotou o nome Sociedade de Maria, não de Fourvière ou do *formulário*.

Quando se diz 'Sociedade de Maria' hoje, a referência é a algo mais, a algo mais ampliado do que aquilo que Puy cobre; de fato é algo dife-

rente.¹² Referimo-nos ao conceito delineado por Colin, estribado em Puy e formalizado pelas suas antigas ideias, com imagens de Maria Agreda, constituições dos Jesuítas, lei da Igreja, Bispo Devie, Chavoin e outros.

Pedro Zind, FMS, escreveu, com generosas citações, um estudo sobre as congregações do ensino francesas entre 1800 e 1830. Ele distingue a Sociedade de Maria de Lyon da Sociedade de Maria de Bordeaux.¹³ Courveille é fundador daquela de Lyon, com Fourvière como penhor e promessa do ato fundacional. Zind não se refere a Colin como muito significativo neste período particular. O estudo termina em 1830, quando Colin foi eleito superior central. Importa a sua afirmação de que Champagnat teria fundado o seu Instituto, mesmo que não se houvesse encontrado com Courveille e com o grupo de Lyon. O Instituto de Champagnat, no caso, teria tomado outra forma. Yves Krumenacker publicou um livro de forte conteúdo sobre a escola francesa de espiritualidade. Ele chama Jean-Claude Courveille de 'verdadeiro fundador', ao passo que Colin é o homem com as inspirações da Sociedade de Maria.¹⁴ Para o período anterior a 1830, pode-se dizer que Puy foi o centro e Courveille foi o fundador. Ainda assim, a história continua e deve ser vista na sua completude.

1836 – 1816 – 1812: O nosso entendimento das origens mudou. Qualquer apresentação vai incluir estas três datas, pondo ênfase em Fourvière e na aprovação papal; esta é data oficial para o ramo dos Padres, enquanto Puy passa para a pré-história. Há dupla pré-história: a história do fundador, Colin, e a história do grupo de Fourvière, cujo centro está no papel de Courveille, com Colin e Champagnat como membros do grupo.

Além disso, a Sociedade de Maria cobre diferentes realidades. Com Balko podemos falar da Sociedade de Maria lionesa de Courveille, a de Champagnat de l'Hermitage e a de Colin de Belley. Isso é um esquema, porque há dele tanto desenvolvimentos como sobreposições. De um conceito mais monástico, originário de Courveille e ecoando na regra de Cerdon¹⁵ de Colin bem como no l'Hermitage primitivo, observam-se movimentos para congregações apostólicas. O ponto fundamental é que não há linha reta de Puy à Sociedade de Maria, aprovada em 1836, SM, ou da aprovada em 1863, FMS. Chavoin, Colin e Champagnat foram verdadeiros fundadores, enraizados na tradição, contribuindo com parte do seu caminho ou modo, ainda que desenhando novas congregações.

¹² Jean Coste, SM, Maria na Igreja nascente e naquela do fim dos tempos. Análise dos dados de Jean-Claude Colin, in *Forum Novum*, 3,3 (1996 225-263).

¹³ Zind, FMS, As novas congregações, p. 110. 118.124. 138 (duas sociedades, Courveille fundador); p. 124 (Champagnat). Chaminade, fundador marianista, se vale da mesma distinção.

¹⁴ Yves Krumenacker, A escola francesa de espiritualidade. Místicos, fundadores, correntes e os seus intérpretes. Paris, Cerf, 199, p. 629.

¹⁵ Jean Coste, SM, Conferências sobre a história da Sociedade de Maria, Roma, 1965, p. 172-173.

2. A história de um modelo de vida religiosa

Os modelos citados acima começam com um grupo e inspiração comum e se movimentam para a separação. Isso compreende tensões entre os fundadores e até mesmo certa polêmica. Eles são modelos; há esforços para compreender o que aconteceu, mesmo que seja com atraso. O modelo Fourvière seria explanação comum das origens maristas. Partindo da disciplina de estudar a realidade das congregações religiosas, a *fundadorologia* emerge como modelo diferente, que visa resolver muitas dificuldades no concernente à história, à espiritualidade e ao papel dos fundadores.

A história e biografia dos fundadores revelam a variedade de modelos das origens. Aliás, os Maristas não são os únicos a terem *pré-história* antes da aprovação do Papa. Contamos até mesmo com um exemplo entre os nossos primeiros sacerdotes. Pedro Juliano Eymard (1811-1868). Primeiro, foi sacerdote diocesano; foi padre marista por dezoito anos, antes de realizar, de pleno, a sua vocação de fundador de congregação contemplativa, no caso dos Padres do Santíssimo Sacramento, SSS. Ninguém lhe negaria o direito de viver a sua vocação, segundo a sua respectiva compreensão, até melhor discerni-la mais adiante. O tempo com a Sociedade de Maria lhe foi extremamente útil e não mero *acidente* ao longo da estrada. Como a de qualquer vocação e até mais que para os outros, a vocação de um fundador é processo.

Tornemos a visitar o dominante modelo Fourvière das nossas origens maristas, na luz da *fundadorologia*. O que encontramos em Fourvière não é senão o exemplo de um grupo de pessoas jovens que concordam em levar a termo um projeto de vida religiosa que, nos termos gerais, é o projeto Puy. Ainda assim, eles trouxeram consigo os carismas individuais, como se sumaria em seguida.

Jean-Claude Courveille (1787-1866): Le Puy, Maria ao pé da Cruz, monges, missões dos fiéis, superior geral, independente dos bispos se necessário. **Marcelino Champagnat** (1789-1840): Congregação mariana, educação, catequese, Jesus Cristo mestre, Irmãos catequistas, sacerdotes capelães dos Irmãos. **Etienne Terrailon** (1791-1869: ministério sacerdotal, paróquias, missões dos fiéis. **Etienne Déclas**: Outro Francisco Régis, missões dos fiéis agricultores. **Pedro Chanel** (1803-1841): Espírito mariano, missões dos infieis. **Jean-Claude Colin** (1790-1875): Projeto mariano antes de 1815; vida religiosa contemplativa; Maria e a Igreja primitiva, união com Roma e com os Bispos.

No longo prazo, a história dos grupos apresenta muitas mudanças; o certo é que alguns ramos desenvolveram o seu carisma e projeto no interior, enquanto outros o realizaram fora do esquema primeiro. Courveille, por exemplo, entrou para os Beneditinos de Solesmes e transformou-se em apreciado pregador nas paróquias. Champagnat foi sacer-

dote, fundador de Congregação de Irmãos. Déclas foi sacerdote marista, pregador de missões de fiéis em toda a vida, 'apóstolo de Bugey'. Chanel foi padre marista, missionário na Oceania. Colin foi o fundador da Sociedade de Maria, por ele estruturada. Outros ainda, fora do plano primevo de Fourvière, optaram seja pelo sacerdócio diocesano, seja pelos Jesuítas, seja pela congregação de Bochard, seja por outra modalidade apostólica.

CHAVOIN, COLIN E CHAMPAGNAT ANTES DE 1815 1816: A VONTADE DIVINA E O FUNDADOR

De fato, os fundadores de muitas congregações religiosas passaram algum tempo com grupos diferentes daqueles do seu escopo fundamental. Colin, Champagnat e Chavoïn tiveram algumas inspirações antes de 1816. Por certas razões, cada um destes não levou à prática a sua motivação inicial, mas formou outro grupo ou a ele se uniu. Por exemplo, no nosso caso, à Sociedade de Maria na ótica de Courveille. Somente mais tarde, quando haviam acumulado suficiente discernimento e co-

ragem, os fundadores se lançaram de pleno na realização do seu projeto essencial, revisado agora em projeto novo.

Veja-se o badalado e insistente objetivo de Champagnat: *Necessitamos de Irmãos*. O seu esquema era conhecido já no seminário maior.¹⁶ O impulso deste programa e lema originou-se muito antes, na sua experiência de aluno menino em 1800 e, no seminário menor, em 1804-1805. Ele via a sua vocação específica, como vontade de Deus para ele: lançar Irmãos para catequizar e ensinar as crianças que, caso contrário, cresceriam sem sequer conhecer a Deus. No fim, a inspiração tornou-se verdadeira na nova fundação iniciada por ele. Teve este impulso antes de se encontrar com Courveille.¹⁷

Colin tinha uma ideia de associação mariana e de vida contemplativa antes de se encontrar com Courveille. Este objetivo estava com ele desde o seminário menor, ou no começo do seminário maior, por volta de 1812-1813. Por exemplo, há de tê-lo influenciado a leitura de Henri-Marie Boudon (1624-1702), em temática de associações piedosas, levando-o ao cultivo de piedade mariana e desejo de vida escondida.¹⁸ Segundo

¹⁶ Ir. J. B. Furet, FMS, *Vida de Marcelino Champagnat*, Roma, 1989, Ed. do bicentenário. Alexandre Balko, FMS, *Reflexões sobre as nossas origens*, artigo *O modo de vida de Marcelino Champagnat*, editado por Heni Vigneau, FMS, Roma, 2001, in semente da sua vocação de fundador antes de 1815.

¹⁷ Jean Coste, SM, *O mandato atribuído a Champagnat pelos seus companheiros em 1816*. Ensaio de história da tradição, in Gastón Lessard, SM, *O estudo da Espiritualidade Marista*, Roma, 1984, 7-17, hic p. 8.

¹⁸ OM, Sinopse histórica 163. Coste, SM, *Visão Mariana*, p. 20 f.48.52. Coste, *Procurando conhecer um fundador*; Coste é mais cético acerca da informação deste projeto. Existiu uma tradição. *Posição sobre a introdução da causa*, 1908. Jean Guitta, SM, testemunha VII, ref. à infância de Colin e a uma sociedade que leva o nome de Maria.

Coste, o nome não estava ainda fixado, mas certos valores emergiam: culto mariano, os três nãos, contemplativo da natureza e vida religiosa.¹⁹ Mais tarde, Colin falou do seu projeto primitivo, mas não como origem da SM, senão como fundo preparado para a Sociedade de Maria na ótica de Courveille.²⁰ Colin preparou-se para o sacerdócio e para reunir os primeiros elementos de uma congregação religiosa, o que lhe facilitou a aceitação deste encargo e ministério. Ele conquistou uma modalidade de contribuir para a nova fundação com o delineamento da regra e com a adequada negociação com as autoridades eclesiais. Por fim, tornou-se o verdadeiro fundador da Sociedade de Maria como ela existe hoje.²¹

Chavoïn sentiu-se chamada a uma forma de vida religiosa. Ele se reuniu à 'Associação do amor divino' em Cotouvre. Nos seus retiros de Pradines, nos anos 1810 e 1812, ela foi convidada a se unir às Irmãs de São Carlos (Senhora Bavoz). Chavoïn deu-se conta de que a sua vocação era diferente. Conhecemos a frase famosa do seu diretor espiritual Lefranc, por volta de 1806-1807: "Sim, você vai ingressar numa congregação; mas, ainda não fundada".

Chavoïn, Colin e Champagnat, cada um deles tinha o seu carisma

pessoal e a vocação de fundador. Consideravam-se ligados ao querer de Deus.²² Ainda assim, eles não passaram diretamente para a vocação de fundadores. Criaram, primeiro, algum projeto diferente; entre outras razões, no seminário maior de Lyon, eles se depararam com um homem de extraordinária presença e atração, Courveille.

COURVEILLE. ESTÁGIO INTERMEDIÁRIO DE 1815 A 1842

Courveille recebeu a *revelação* de Puy e reuniu um grupo de colegas do seminário maior de Lyon. Depois de 1816, ele mesmo criou diferentes grupos, grupos que não sobreviveram ou tiveram vida curta. Ele saiu de cena em 1826. O decênio 1816-1826 foi importante para os futuros fundadores Colin, Champagnat e Chavoïn.

Colin reuniu o seu grupo e atuou como autor da regra e como líder ante as autoridades eclesiais: diocese, núncio de Paris e Roma, ademais de difusor do espírito marista entre o irmão Pedro, Chavoïn e Déclas e mais aspirantes, como Jalton e Humbert. Ele tudo considerava como impulso do alto, para que lançasse por escrito as suas *ideias primeiras*, isto é, as feições da Socie-

¹⁹ Coste, SM, *Visão mariana*, p. 20-62. Coste, *Procurando conhecer um fundador*, previne contra a leitura intensa sobre o projeto antes de 1816. *A positio super introductione causae*, 1908, J. Guitta, SM, testemunha VII. Exibe-se aí uma como tradição de que o jovem Colin pensava em projeto mariano.

²⁰ Niland, *Frutificação escondida*, p. 70.

²¹ Coste. Mandato. Donal Kerr, SM, J. C. Colin, Marista. Um fundador em era de revolução e restauração. Os primeiros anos, 1790-1836, Dublin, The Coubia Press, 2000.

²² Coste, Mandato, p. 8 e 12. Ambos diziam: Esta é a vontade de Deus.

dade de Maria que, gradualmente, o fundador levaria à prática em Belley.²³ Mesmo assim, ele considerava Courveille, até 1826, em seguida Cholleton até 1840, como sucessivos líderes. Ele próprio virou líder, mas antes pela confiança dos outros que por decisão sua. Colin e Champagnat, em termos de liderança, eram muito diferentes.

Em 1826, Courveille deixou o grupo; este, na sua vez, percebeu que até aí esteve em estágio intermediário. Courveille não fundou uma Sociedade de Maria calcada nas suas idéias originais, mas retirou-se à abadia dos Beneditinos.

Em 1836, os Padres Maristas ganharam a aprovação papal, enquanto os Irmãos Maristas eram praticamente um instituto diocesano de Irmãos das Escolas. O elemento comum de ambos se robustecia pela missão na Oceania Ocidental. Até as consultas a Roma de 1842, Colin continuou a atuar perante as autoridades da Igreja como representante dos outros fundadores, aproximadamente dentro do plano original de Courveille de uma só sociedade. Por volta de 1826, Colin havia dado um primeiro passo no rumo da transfor-

mação da sociedade, pautando-a pelo ideário de Cerdon (1816-1825). A regra de Cerdon, uma 'casa monástica da bem-aventurada Virgem, evoluiu para um grupo apostólico, aprovado em 1836.²⁴

Antes de 1836, dois desenvolvimentos marcaram a situação entre os Irmãos e os Padres Maristas. Primeiro, o crescimento vigoroso dos Pequenos Irmãos de Maria:²⁵ Em 1830, 17 Padres e 100 Irmãos; início de 1837, 17 a 171; fim de 1837, 38 a 210; fim de 1839, 43 a 250; junho de 1840, 48 a 280. Isso temos a contrastar com os apenas 20 Padres que professaram em 1836. Segundo, o desenvolvimento daquilo que A. Lanfrey chama as *duas sociedades de Maria*.²⁶

O plano original do grupo de Fourvière compreendia uma estrutura de diversos ramos para um fim espiritual. Após a saída de Courveille, Colin se tornou líder do grupo. Apresentou esta sociedade de quatro ramos a Roma e Roma a rejeitou. A imagem da árvore, apresentada por Colin a Roma em 1833 era uma junção de grupos sob um superior geral, mas não era algum grupo orgânico susceptível de aprovação.²⁷

²³ Coste, Visão Mariana, p. 118-136.

²⁴ Coste, Conferências, 172-173.

²⁵ Stephen Farrell, FMS, *Achievement from the depths*. Levantamento crítico e histórico da vida de M Champagnat, 1789-1840. Drumoyne, N. S. W. FMS, 1984, p. 216 et alia; Joseph Ronzon, FMS, Irmãos Maristas na Oceania. Contribuição a um estudo das missões maristas da Oceania, MS, St. Genis Laval, 1997, p.1.

²⁶ André Lanfrey, FMS, Unidade e diversidade na Sociedade de Maria. Misticismo, história e lei canônica, in *Cadernos Maristas*, n. 24, 2007, 27-34.

²⁷ Aquela era diferente da clara estrutura de Chaminade de 1839; Coste, O mandato, p. 7-17.

OS FUNDADORES E AS SUAS FUNDAÇÕES APÓS 1842

Depois de 1842, em particular em 1845 e 1853, os ramos se separaram. A visão associada com Courveille da congregação singular do estágio intermediário havia desaparecido. Champagnat e os seus sucessores, Colin e Chavoïn desenvolveram plenamente a sua inspiração original, agora autônoma, enriquecida e testada, mas ainda ligada.

Colin viveu muito mais tempo que Champagnat. Não sabemos como teriam sido resolvidas as questões. O testamento espiritual de Champagnat desejou a união. Em 1839, a questão da união chegou a subir de importância e ser decidida pelo Conselho dos Padres. Colin e Champagnat votaram pela união. A nova geração dos padres optou por separar-se dos Irmãos das Escolas e dos Irmãos Josefinos. Depois de 1839 até 1845, Colin, relativamente ao governo, praticou um tipo de relacionamento em que o Irmão Francisco era supervisionado e assistido. Em 1842, os assistentes FMS deram a Colin uma incumbência ousada, para que solicitasse em Roma a formalização da união, o que o Cardeal negou mais uma vez. No capítulo de 1845, os padres também responderam pela negativa da união com os Pequenos Irmãos de Maria ou com

as Irmãs. Daí em diante, o Irmão Francisco assumiu plena responsabilidade. Em 1851, os Irmãos Maristas lograram a aprovação estatal francesa para o seu ensino. Em 1852, Colin falou no capítulo dos Irmãos: “Crescemos juntos, mas Roma não quer que continuemos assim. Agora vocês são plenamente adultos”. Quiçá fosse o momento oportuno da separação, mas sempre uma separação sem fissura nem ruptura. O ato final ocorreu em 1862. Favre presidiu honorariamente o capítulo dos Irmãos, quando os Irmãos aprovaram as suas próprias constituições, e Roma não tardou em aprová-las em 1863.²⁸

Em outras palavras, os pioneiros ou fundadores, homens e mulheres que viveram sob o terror e sob a perseguição, pleitearam a união. A segunda geração, vinda da Restauração, optou por uma vida religiosa de formas mais tradicionais. Roma pensava o mesmo e decidiu a matéria.

Colin deve ter refletido constantemente nesses eventos. Em 1846, ele admitiu que, no começo, se havia interpretado em demasia a ideia de união. A união não seria literal, mas de timbre espiritual.²⁹

“Durante o retiro geral dos Padres Maristas em setembro de 1846, ele nos disse: Senhores, cumprenos admirar a Providência de Deus no atinente aos nossos começos. Então era importante que não sou-

²⁸ Em 1903, deu-lhes o nome canônico: Fratres Maristae a Schollis, Irmãos Maristas das Escolas.

²⁹ Edward Keel, SM, *A book of texts*, Roma, 1993, texto n. 116, setembro 14-21, 1846, Colin, durante o retiro geral: Mayet, *Memórias*, vol. 2, 45-46. OM, doc. 630, LM, doc. 112.

béssemos que os quatro ramos não formariam uma única congregação. Isso era necessário para que houvesse a união entre os ramos. O nosso modo de pensar e de operar nesta matéria conta com a aprovação de Roma”.

CONCLUSÃO

Os três fundadores trabalharam na proposta de formar uma única sociedade. Hoje, qualquer reflexão tem de ligar as origens com a evolução dos fatos. O elemento de continuidade da Sociedade de Maria, tanto dos Padres quanto dos Irmãos, é a pessoa de Colin.

Champagnat, Chavoïn e Colin, cada qual teve o seu específico apelo antes de 1816. Eles se encontraram na parte comum, isto é, na fase intermediária da Sociedade de Maria, segundo a inspiração de Courveille. Isso ajudou-os a amadurecer como pessoas e como fundadores. Depois desta fase do grupo, eles retornaram ao seu ideário original, percebido como a vontade de Deus, ideário que levaram à prática. A Igreja aprovou as respectivas fundações como entes diferenciados de acordo com cada fundador, no atinente ao trabalho, à história e ao espírito. A fase comum continua até o presente, mesmo porque os ramos formam uma família religiosa, a Família Marista.

Os modelos 1812, 1816 e 1836 sugerem uma linha reta, a partir de Courveille, da Sociedade de Maria como existe hoje. Isso põe Colin em

papel secundário, que adapta e realiza algo começado por outra pessoa, pelo que o ponto de construção primordial seria Courveille.

A *fundadorologia* sugere outro ponto primordial de construção, Colin. Ele é o ponto de continuidade da Sociedade de Maria, considerada não apenas nas suas origens, mas igualmente mais tarde, tanto quanto na sua realidade atual. Colin tinha certo tipo de associação mariana no espírito, provavelmente mais contemplativa que ativa, mariana clássica, como a Cartuxa e o Carmelo. Colin desenvolveu e enriqueceu a sua inspiração no contato com Courveille e com os dois outros, que integravam o grupo e o nome, o que ele sempre admitiu. Colin adicionou aos diversos ramos seja elementos estruturais dos Jesuítas, seja alguma orientação apostólica, tirada da Igreja primitiva, por mediação de Maria de Agreda, seja sublinhando a união com o Papa e com os Bispos e o que se reportava mais ao conceito e papel dos Irmãos Josefinos.

Não podemos impedir de pensar em modelos e os pesquisadores assim procederam antes de nós. A pesquisa crítica inclui que se façam explícitos os modelos utilizados. Na Sociedade de Maria, o modelo Fourvière é o mais popular hoje. Ainda assim, este modelo não responde a todo o questionamento. O modelo *fundadorológico* dá o devido respeito ao carisma do fundador, tanto quanto à história comum. Este modelo explica também aquilo que os diversos ramos maristas partilharam e em que ponto eles diferiam.

A *árvore de diversos ramos* constituiu símbolo poderoso das origens, aceito pelos fundadores. A origem dele não é clara, mas a sua mensagem é importante. É o trabalho de Maria em todo o universo marista e, portanto, ramos diversos são necessários. É um símbolo de vida.

Falar dos desafios implicados nas origens maristas supõe considerar quatro dimensões: *história, espiritualidade, linguagem e política*. A história é a base da reflexão nas quatro dimensões. A espiritualidade é a questão mais complexa, que não se discute aqui. No atinente à linguagem, temos de definir ou qualificar os nossos termos para o seu emprego na pesquisa e nas afirmações. No atinente à política, tudo isso resulta da legislação marista das respectivas congregações, com influência no nível do ministério, da formação, da renovação e das publicações.

Conectando as origens com a realidade hodierna, olhamos para Champagnat, Chavoin e Colin como

verdadeiros fundadores. Há pré-histórias em cada congregação. Os fundadores ingressaram em diferentes grupos, como outros assim haviam procedido; isso ajudou-os a desenvolver a sua específica inspiração. O fato explica os vários laços entre os ramos maristas. Finalmente, eles deram nova forma ao seu corpo institucional. A aprovação da Igreja e o reconhecimento efetivo do fundador e do carisma encerram a fundação.

Sumariemos a dissertação. O ponto de construção da Sociedade de Maria, tanto dos Padres Maristas como dos Irmãos, é Colin, não Courville. Entre todos os ramos maristas existem laços históricos, espirituais e missionários. Os Maristas formam uma comunhão de comunidades independentes. A reiterada *árvore de diversos ramos* permanece importante símbolo de unidade e diversidade e, para a missão e por detrás da missão, está sempre presente o *trabalho de Maria*.

Verbetes terminológicos dos Padres Maristas e dos Irmãos Maristas

Marista

A palavra é costumeiramente empregada sem matiz, como referência simples ao Padre ou ao Irmão ou mesmo à pessoa leiga da Sociedade de Maria ou a uma Congregação. Isto ocorre em publicações, documentos e conversação. Dependendo

da ocasião ou do tema, esclarecimentos ou referências podem ser oferecidos aos diversos ramos.

Família Marista

A expressão se refere ao relacionamento histórico e espiritual das atuais congregações maristas ou

grupos leigos maristas. A SM emprega o termo, nas constituições de 1988, n.4, para designar as Congregações Maristas. As congregações formam parte do *trabalho de Maria* ampliado. Um estudo histórico do termo pode mostrar-se útil. O *Summarium* de 1833 fala dos vários ramos maristas como 'membros da mesma família'.³⁰ Segundo Green, 'Família Marista' vindo sendo empregado desde 1960, a partir da circular do Irmão Rueda³¹.

Laicato Marista

Laicato marista é um dos muitos termos para designar as pessoas leigas, que focalizam a sua vocação batismal na tradição passada por Colin, Chavoïn e Eymard. Outros termos são Ordem Terceira, Caminho de Maria, Fraternidade Marista; há associações informais. O próprio pároco de Ars esteve entre os primeiros membros. O conceito assumiu muitas mudanças ou matizes.³²

Fundador

O fundador da Sociedade de Maria é Jean-Claude Colin. Ele tem também importante papel nos outros ramos maristas e na missão da

Oceania. O fundador dos Irmãos Maristas das Escolas é Marcelino Champagnat. Conquanto oficialmente ele fosse *assistente* ou *provincial* de Colin, este claramente o designara como cabeça dos Irmãos das Escolas.

Fundadora

Jeanne-Marie Chavoïn é a fundadora das Irmãs Maristas e a sua superiora geral. Colin representou certo papel no projeto dela. Em contrapartida, reconhecemos a influência formativa dela nos primeiros anos de Colin em Cerdon (Kerr, Colin). As Irmãs pioneiras, na opinião de muitos, seriam o fundador coletivo das SMSM.

Cofundador

Pela sua contribuição na fundação do ramo dos Padres antes de 1836, muitos dão a Champagnat o título de cofundador.³³ Champagnat, sacerdote marista, consta nos vinte primeiros professores, era praticamente Provincial de Lyon, antes de 1836, e provincial assistente dos Irmãos. Formação: encarregado de todos os Irmãos das Escolas e leigos, até a sua morte, em 1840. Em

³⁰ Summariorum, n. 114, 'Ed. dos Textos mais Antigos (1955), n.1, em laços de mútua caridade, como membros da mesma família, unam-se à bem-aventurada Virgem Maria. Anais das residências, dos seminários, dos colégios e de outras obras na Europa e na América, vol. 1, 1901, editados por Louis Grenot, apresentação; diversos ramos e uma só família. Atas da Sociedade de Maria. N.2, 1950. L. Dubois SM, Cartas aos Missionários, 1951.

³¹ Em 1967, consta, OM, 4, p. 842: Família Marista, nome dado recentemente, M. Green, FMS, E Novas Tendências, também Cadernos Maristas, 20, 26, (2009) 25-46.

³² Girard SM, Laicato Marista, Charles Girard, SM,; Laurence Duffy SM, Como ponte, O povo de Deus e o trabalho de Maria, Roma, 1994. Idem edição em francês. Frank McKay, SM, O laicato marista, Achando o caminho a que visava o Pe. Colin. Laicat Mariste. Rumo a uma realização das perspectivas do Pe. Colin (Maristica, 4), Roma, 1991.

³³ Ir. João Batista, FMS, *Life: Intercom* 91, entrevista com Jean Coste, que responde positivamente; Alois Greiler, SM, Marcelino Champagnat, santo marista, Roma, 1999; Kerr SM, Colin, p.299.

outro plano, podemos considerar Colin como cofundador das Irmãs Maristas.

Irmãos Maristas

Este termo aponta os pequenos Irmãos de Maria, FMS. Muitos ainda preferem o título de *Irmãos Maristas das Escolas*, para distingui-los dos Irmãos leigos da Sociedade de Maria. Estes são chamados irmãos. Todos os Irmãos são parte da Família Marista.

Irmãs Maristas

Congregação apostólica de mulheres religiosas de direito papal com Jeanne-Marie Chavoïn como fundadora. Ela e Colin partilharam intuições espirituais nos seus primeiros anos; mas, depois, seguiram diferentes interpretações do ramo das Irmãs. As Irmãs Maristas são parte da Família Marista.

Árvore com diversos ramos

Este termo é empregado como 'Família Marista'. É subentendido como imagem compartilhada por todos os ramos maristas na expressão da unidade na diversidade. A maioria toma Maria como o tronco da árvore. Ela alcança todas as pessoas dos diversos ramos. É símbolo de vida; os ramos se desenvolvem em diferentes momentos. A árvore ainda está crescendo.

A data da fundação e da aprovação oficial

Muitos consideram o ano de 1816 e o nome Fourvière como a data da inspiração. Colin sublinhou o ano de 1824 como os primórdios da SM, levando em conta os três primeiros sacerdotes que puderam viver e trabalhar juntos. Os aspirantes receberam o *breve laudatório* em 1822 de Pio VII. Em 29 de abril de 1836, Gregório XVI assegurou a aprovação pontifical da congregação. Os eventos significativos das origens maristas são estes: 1812, Puy; 1816, penhor e promessa de Fourvière; 1836, aprovação oficial e missão da Oceania Ocidental. Em suma, interação e influências recíprocas pluralizam as variáveis decisivas dos atores maristas.

'Trabalho de Maria' - Termo para designar as origens maristas ampliadas

Trabalho de Maria. Este termo foi empregado pelos fundadores. Ele toca de imediato a estrutura geral dos diversos ramos. Ele cobre elementos espirituais: Maria, misericórdia, apostolado, todas as pessoas abandonadas. A Sociedade de Maria, como congregação, é apenas parte do movimento mais amplo, significado pelo *trabalho de Maria*.³⁴

³⁴ Jean Coste, SM. Sociedade de Maria, *Obra de Maria*. Sociedade de Maria, *trabalho de Maria*, in *Forum Novum* 2, 2 (1993). 224-261. Coste, SM, *As raízes do pensamento de Colin*, p. 152f, 156 f. *Cartas de Champagnat*, doc. 11.

A SOCIEDADE DE MARIA COMO ORDEM INACABADA

André Lanfrey, fms

O catálogo de orientação das OM (OM4 p. 849), no item « Sociedade de Maria », dá os equivalentes seguintes: *Obra de Maria*; *Obra da Santíssima Virgem*; *Sociedade da Santíssima Virgem*. Não faz constar como *Obra de Deus*, *Nossa Sociedade*, *Veneráveis Irmãos Maristas* (OM1/ 153, 1826); *piedosa Congregação dos Maristas* (formulário) nem *Sociedade da Bem-Aventurada Virgem Maria* (formulário).

No concernente ao verbete *Família Marista* (OM4 p. 842) consta:

« Nome dado recentemente ao conjunto das congregações religiosas e da ordem terceira, nascidas do projeto da Sociedade de Maria, formado no seminário maior de Lyon em 1815-1816. Antes de 1836, o nome de Sociedade de Maria compreendia o projeto em sua totalidade».

Ainda assim, por pouco que se leia a obra *Maristes Laics*¹, encontra-

se seguidamente a expressão *Família de Maria*, ou equivalentes, para designar a SM. O índice analítico anota, aliás, cuidadosamente, na página 1170, o verbete “*Família*”.

Há, porém, uma designação da SM que parece ter sido ocultada até então; é a palavra *ordem* que não figura em nenhum catálogo, mas comparece seguidamente nos textos maristas de Courveille, de Jeanne-Marie Chavoïn, do Pe. Mayet, entre outros.

Neste trabalho vou tentar mostrar como esse termo é importante e esclarecedor para a compreensão de expressões clássicas, como: *Sociedade de Maria* e *árvore de três ou quatro ramos*; mas antes quero apresentar documentos recentemente encontrados e que trazem informações sobre a SM que podem modificar a nossa compreensão a respeito de suas origens.

¹ Charles Girard s.m. *Maristes Laics. Recueil de sources historiques*, Roma, 1992.

I. INFLUÊNCIAS SOBRE O GRUPO MARISTA ORIGINAL

Os aspirantes maristas evidentemente não são um grupo original, senão uma das sociedades fervorosas do seminário Santo Irineu. As memórias do Pe. Pousset, por algum tempo aspirante marista, recordam-nos o seu contato com três desses grupos:

« No final de 1814, (acrescentado acima da linha: depois da volta dos Bourbons) eu fui ao seminário Santo Irineu. Falaram-me do *labora sicut b* & da congregação dos RP. Da cruz, dos Maristas. Comprometi-me com a primeira coisa; dispunha-me à segunda² e não me repugnava a última».

a) Os Amigos do cordão

Os membros do « *labora sicut b* », isto é, *trabalhe como bom soldado de Jesus*, não passam de sociedade secreta, « amigos do cordão », cuja divisa é « *labora sicut bonus miles Christi Jesu* » (trabalhe como bom soldado de Jesus Cristo). Em caderno íntimo, o Pe. Pousset fornece a lista desses « amigos » desde as origens, em 1805, até aproximadamente 1817. Encontramos aí personagens chaves das Origens Maristas, como Jean Philibert Lefranc (nº 18), Jean Cholleton (nº 34), Jean Antoine Gillibert (nº 55) e sobretudo Pierre Colin. Outros, como Maurice Charles (nº 59), Pousset (nº 80), Orsel Jacques (nº 85) e Félix Pichat, os quais estiveram em contato com o projeto marista, são também *amigos do cordão*.

1º lista, p. 3-4 + Hos in intimo	2º lista, p. 21-22																																								
<p><i>MM.</i></p> <table> <tr><td>Durand J. Baptiste</td><td>St Just en Bas</td></tr> <tr><td>Jacquemin J. Claude</td><td>St Chamond</td></tr> <tr><td>Fontaine J. Marie</td><td>de Beny</td></tr> <tr><td>Paccaud Etienne</td><td>Légnieux</td></tr> <tr><td>Guillot Antoine</td><td>St Just en Bas</td></tr> <tr><td>Drevet Pierre</td><td>Valbenoîte</td></tr> <tr><td>Bourgaud J. Baptiste</td><td>St Etienne</td></tr> <tr><td>Durand Etienne</td><td>St Germain Laval</td></tr> <tr><td>Bernard Jacques</td><td>Marboz</td></tr> <tr><td>Barbier J. Baptiste</td><td>Risols (?) dioc. Grenoble</td></tr> </table> <p>† A cruz significa que a personagem faleceu.</p>	Durand J. Baptiste	St Just en Bas	Jacquemin J. Claude	St Chamond	Fontaine J. Marie	de Beny	Paccaud Etienne	Légnieux	Guillot Antoine	St Just en Bas	Drevet Pierre	Valbenoîte	Bourgaud J. Baptiste	St Etienne	Durand Etienne	St Germain Laval	Bernard Jacques	Marboz	Barbier J. Baptiste	Risols (?) dioc. Grenoble	<table> <tr><td>Pichat Félix</td><td>Chavanne sur F.</td></tr> <tr><td>Tarpin J. Louis</td><td>Lyon</td></tr> <tr><td>Pelossieux Antoine</td><td></td></tr> <tr><td>Collin Pierre</td><td></td></tr> <tr><td>† Arnaud Jean</td><td></td></tr> <tr><td>Morel J. Claude</td><td></td></tr> <tr><td>Minot Jean Louis</td><td></td></tr> <tr><td>Guillot Guillaume</td><td>Ste Agathe</td></tr> <tr><td>Peronnet J. Marie</td><td>Violay</td></tr> <tr><td>Ducray Louis Ennemond</td><td>Dioc. D'Autun</td></tr> </table>	Pichat Félix	Chavanne sur F.	Tarpin J. Louis	Lyon	Pelossieux Antoine		Collin Pierre		† Arnaud Jean		Morel J. Claude		Minot Jean Louis		Guillot Guillaume	Ste Agathe	Peronnet J. Marie	Violay	Ducray Louis Ennemond	Dioc. D'Autun
Durand J. Baptiste	St Just en Bas																																								
Jacquemin J. Claude	St Chamond																																								
Fontaine J. Marie	de Beny																																								
Paccaud Etienne	Légnieux																																								
Guillot Antoine	St Just en Bas																																								
Drevet Pierre	Valbenoîte																																								
Bourgaud J. Baptiste	St Etienne																																								
Durand Etienne	St Germain Laval																																								
Bernard Jacques	Marboz																																								
Barbier J. Baptiste	Risols (?) dioc. Grenoble																																								
Pichat Félix	Chavanne sur F.																																								
Tarpin J. Louis	Lyon																																								
Pelossieux Antoine																																									
Collin Pierre																																									
† Arnaud Jean																																									
Morel J. Claude																																									
Minot Jean Louis																																									
Guillot Guillaume	Ste Agathe																																								
Peronnet J. Marie	Violay																																								
Ducray Louis Ennemond	Dioc. D'Autun																																								

² Ele confirma o que dizem as fontes maristas: ele não foi signatário do *formulário*.

† Pichat Louis	Chavanne sur Furan	Jambon Charles Guillaume	Pont de Veyle
Perrodin Denis	Marboz	Darnand François	Marboz
Puittet (ou Puilliet) Jean	Belmont	Mayet J. Claude	St Claude
Grange Martin	St Georges sur Couzan	Villecourt Clément	Lyon
† Garel Pierre Marie	St Martin Lestra	Plasse Jean	Sury (?)
Richarme Michel	Rive de Gier	Gilbert J. Ant(oine)	Farney
Cattet J. François	Neuville	Magdinier Pierre Marie	Ste Agathe
		Petit Louis	St Domingue
Lefranc J. Philibert	Cours	† Berlier Ant. Charl. Aimé	Lyon
† Roche J. Bapt.	St Just en Bas	Charles Maurice	Amplepuis
Bertheas Rambert	La Fouillouse	Simon Georges Gabriel	St Bonnet le Courau
Coignet Martin	Tarantaise	Picon Ant. François	St Etienne
Siméon J. Baptiste	Chevrières	Josserand Jean Marie	Curciat
† Crépet Claude	Chazelles sur Lyon	Poncet Bernard Benoît	St Didier
Charretier Benoît	Chazelles sur Lyon	Loras Mathias	Lyon
Laffay Jean	St Bonnet	Caran J. Bte.	St Georges
De St Jean Jean François	St Romain de Popey	Guillermet Philibert	Ampuis
Ville Joseph	St Martin en Haut	Delupé (de Lupé)A. M. F.	Lyon
Pastre Jean Louis	Fenestrelles	Pater Vincent	Lyon
† Dutour Jean-Baptiste	Bessenay	Horand Denis	Lyon
Vial Michel	Ste Colombe	Chirat Charles	Lyon
Combe Jean Marie	St Didier	Boutan J. Bap(tis)te	St Etienne
Breuil J. Bapt.	Montbrison	Blanc Ant(oine)	Sury le Comtal
Nicod J. François	Bourg	Loire Pierre	Violey
		Crozet Jacques Marie	Néronde
Cholleton Jean	St Marcel de Fé(ines)	Mangon Claude	St Didier
Denoyel J. Claude	Fleurieux sur A.	Derorry Michel Christophe	D. de Trente
Néel Barthélemy	Meys	Dujart Antoine	Lyon
Mioland J. Marie	Lyon	Deville Claude	St Etienne
Greppo J. Gabriel Honoré	Lyon	Corsain Pierre	Bourg
Préher François	Chandon (?)	Pousset Pierre	Cordelle
		Privat Pierre	Lyon
		Brunon J. Bte	Rochetaillée
		Champion Joseph	Poncin
		Froget Pierre	
		Orcel Jacques	
		Blanchard Jean Marie	
		Gabriel Aug. Ambroise	
		Magand (?)	
		Magnard	
		Portier	
		Quiblier etc	

No momento da sua ordenação, esses *amigos* assinam, com o próprio sangue, o texto de longa promessa de viver como bons sacerdotes. Entre as suas resoluções, insiro a seguinte (Promessa Pousset, 28 de julho de 1817):

« Seja que eu me encontre com os meus confrades ou com pessoas do mundo, seja que eu me aplique aos diversos trabalhos do ministério, visarei somente àquilo que leva a Deus. Se a Deus aprouver facilitar-me os meios de formar alguma sociedade que possa procurar a sua glória, eu o farei com a maior dedicação; entretanto não me devo esquecer de que, enquanto eu for pastor secundário em alguma paróquia, não me caberá o direito de iniciar nenhum tipo de estabelecimento, a menos que, pela vigilância que devo exercer sobre as escolas de rapazes e moças, eu me depare com a ocasião de sugerir aos mestres e mestras de escola uma instituição desse gênero, que dirigirei mediante um conselho e sem aparentar ser o agente principal³. Sob o pretexto de reunir alguns jovens para lhes ensinar o canto litúrgico, poderei ainda fazer, entre eles, uma escolha preciosa de jovens para formá-los no exercício do zelo⁴. [...]

Ora! Os inimigos da Igreja se associam, os partidários do mundo se reúnem, as academias das ciências se estabelecem por toda a parte, e para Deus, com o objetivo de glorificá-lo, não encontraríamos homens e, sobretudo sacerdotes, que usassem todas as faculdades

que Deus lhes concedeu, para opor uma barreira à irrelição e à corrupção dos costumes que tudo desconfiguram e saqueiam a herança do pai de família⁵. Um sacerdote, animado de tal espírito e zelo, pode converter todos os seus confrades em apóstolos».

Esses documentos, portanto, nos mostram que, provavelmente, nas pegadas de Pousset, outros aspirantes maristas foram influenciados pelos *amigos do cordão*. Aliás, a estratégia evocada pela declaração de Pousset é exatamente aquela que pratica Lefranc em 1806-1807 em Coutouvre, com Jeanne-Marie Chavoïn ; Champagnat parece reproduzi-la em Lavalla em 1816-1817, reunindo os seus primeiros Irmãos naquilo que designa *oratório* (*Mémoire, Bourdin, OM2/754 § 28*). Antes de ser atraída para a SM, Jeanne-Marie Chavoïn foi formada por dois partidários dos *amigos do cordão*. Compreende-se, ademais, que assim Pierre Colin não teve demasiada dificuldade para adequar-se às idéias do irmão no atinente ao projeto da SM.

Enfim, percebe-se como o último parágrafo se situa num espírito próximo daquele do *Formulário*: coalizar os leigos e, antes, os sacerdotes, como novos apóstolos para a defesa da Igreja⁶.

³ Pousset põe em evidência o cuidado pelo segredo.

⁴ Lefranc, membro dos *amigos do cordão*, parece ter seguido esse modelo com Jeanne-Marie Chavoïn e companheiras.

⁵ Reflexão frequente nos regulamentos de sociedades secretas do fim do século XVIII.

⁶ No atinente a Pousset e aos *amigos do cordão* ver André Lanfrey, in "*Une société mère de la SM. - Les amis du cordon au séminaire St Irénée*", nos Cadernos Maristas nº 23, junho de 2006.

b) São Paulo

O *Formulário* se reporta explicitamente a duas epístolas de S. Paulo: 2 Cor. e Filipenses.

Formulario de 1816	2 Cor. 3, 4-8 ; 6, 2-10 y 2, 14-17 ; Fil. 4, 13
<p>Suportamos, por isso, todas as penas, trabalhos e sofrimentos e, se necessário, todos os tormentos, tudo podendo naquele que nos fortifica, N.S.J.C. ...</p> <p>Para que sejamos bons ministros de Jesus Cristo, nutridos de palavras da fé e da boa doutrina que recebemos pela sua graça....</p>	<p>2 Cor 6, 2-10 ... «Apresentamo-nos em tudo como ministros de Deus: com grande constância nas tribulações, abandonos, angústias, golpes, prisões, revoltas, fadigas, vigílias, jejuns ; em pureza, ciência, longanimidade ; por mediação da palavra da verdade, pelo poder de Deus. Fl 4, 12-13 Em todo o tempo e de todo o modo, acostumei-me à saciedade como à fome, à abundância como à indigência. Tudo posso naquele que me torna forte</p> <p>2 Cor 3, 4-8 ... A nossa qualidade vem de Deus, que nos tornou capazes de exercer o ministério da aliança nova, não da letra, mas do Espírito. A letra mata, o Espírito é que dá a vida. [...]</p>

c) A Cidade Mística

Maria d'Agreda, ela própria muito pauliniana, também é importante inspiradora. O Pe. Coste nos revelou quanto a sua influência tinha sido decisiva para estruturar, em J. C. Colin, a ideia maior da SM como primeira manifestação de uma Igreja marial, destinada aos combates do fim dos tempos⁷. Parece-me que o conjunto do grupo, desde o começo, se nutre em Maria d'Agreda, cujo livro III apresenta a Igreja primi-

tiva recebendo por Maria o Espírito e a missão apostólica, antes de se espalhar por toda a terra. Maria é igualmente a operadora da conversão de São Paulo. Eis alguns extractos significativos da Cidade Mística, que devem ter servido de inspiração aos primeiros maristas.

No capítulo que se reporta à «vinda do Espírito Santo sobre os Apóstolos» (3a. parte, livro VII, cap. V) conversão obtida pelo interceder de Maria⁸:

⁷ « Uma Visão Marial da Igreja, Jean-Claude Colin », *Maristica*, Textus ET studia 8, Roma, 1998.

⁸ A Santa Trindade « fez como se ela houvesse sido obrigada a concedê-la, por causa desta criatura única que morava na terra e que o Pai considerava como a sua Filha, o Filho como a sua Mãe, e o Espírito Santo como a sua Esposa »... (Cap. V)

« Por este benefício, tão grande e admirável quanto novo, no mundo, os doze Apóstolos foram elevados, renovados e tornados capazes de ser os ministros da nova aliança (2 Cor 3,6), e os fundadores da Igreja evangélica no universo inteiro, porque esta nova graça e estes novos dons lhes comunicaram uma virtude divina, que os levava com suave força a praticar o que há de mais heroico em todas as virtudes e de mais sublime na santidade. Por esta força eles faziam com prontidão e facilidade as coisas mais difíceis, sem tristeza nem imposição, antes, com jubilosa alegria» (2 Cor, 9, 7).

Maria d'Agreda (Cidade Mística, 3ª parte, livro 7, cap. XIII) descreve como os Apóstolos se repartem o mundo. A oração de Pedro, que segue, no momento em que os Apóstolos se preparam a pregar a fé por todo o universo, está particularmente próxima do *Formulário*:

« Deus eterno, nós, pobres vermes, homens fracos que NSJC, na sua bondade, se dignou escolher para seus ministros, e para ensinar a sua doutrina, pregar a sua santa lei e estabelecer a sua Igreja em todo o mundo, prosternamo-nos na vossa divina presença, unidos de coração e de alma. A fim de cumprir a vossa vontade eterna e santa, oferecemo-nos para sofrer e sacrificar a nossa vida pela confissão da vossa santa fé, para ensinar, para pregar no mundo inteiro, como o nosso adorável Mestre JC nos mandou. Aceitamos para essa missão de expor-nos, a todo o tipo de penas, tribulações e ultrajes e sofrer até mesmo a morte, se necessário».

« Acabada essa oração, desceu no cenáculo uma luz admirável que a todos envolveu e ouviu-se uma voz, que disse : Que o meu substituto Pedro designe a cada um as províncias que hão de ser o seu lote. Eu o dirigirei e o assistirei com minha luz e por meu Espírito.

O Senhor entregou essa distribuição a são Pedro,

para confirmar de novo, nessa circunstância, a autoridade com que o havia investido como chefe e pastor universal de toda a Igreja, para que os outros Apóstolos soubessem que a deviam estabelecer em todo o universo, sob a obediência de são Pedro e dos seus sucessores, aos quais a Igreja deveria estar submetida e subordinada, como substitutos de J. C. ».

São Pedro faz então a distribuição dos países e escolhe Roma para si.

« São Pedro disse isso porque tinha ordem do Senhor para designar a Igreja romana como sede e capital de toda a Igreja universal ».

« Assim falou são Pedro e, logo que terminou, ouviu-se grande ruído e o cenáculo ficou repleto de luz e esplendor como para marcar a presença do Espírito Santo. No meio desta luz, ouviu-se uma voz doce e forte, dizendo: Cada um aceite o lote que lhe coube »...

Narrativa da conversão de são Paulo (Cidade Mística, 3ª parte, cap. XIV) :

§ 257 « A bem-aventurada Maria perseverou por muito tempo nessa oração pela conversão de Saulo, oferecendo-se a suportar toda a sorte de penas e mesmo morrer, se necessário, para o bem da santa Igreja e pela conversão de Paulo ».

§ 263 Paulo, jogado por terra no caminho de Damasco, é arrebatado ao terceiro céu. « Ele se ofereceu para cumprir tudo o que conheceu como sendo a vontade divina, e a sacrificar-se inteiramente para executá-la, como o fez, desde então. A Santíssima Trindade [...] designou-o pregador e doutor dos gentios, qualificando-o como vaso de eleição, destinado a levar o santo nome do Altíssimo a todo o universo».

§ 274 «Ele decidiu submeter-se às ordens do Altíssimo, não importando o modo como as conhecesse, e executá-las sem demora, sem objeção, como ele fez, quando o Senhor o mandou entrar na cidade de Damasco».

d) Influência provável dos AA⁹

Trata-se de sociedades secretas de estudantes de teologia, existentes nos seminários e nas quais se inspiram outras *pequenas sociedades*, como os Maristas ou os Amigos do cordão.

Lieutaud¹⁰ (AA de Marselha)

«A 'AA' é união, a mais íntima, a mais cordial e a mais afetuosa, acordada entre diversas pessoas que se prometem mútuo auxílio e segredo no rumo da mais alta perfeição; é liga de piedosos ministros que têm por chefe JC, por patrona a Santíssima Virgem, por defensores os santos Anjos custódios, por protetor são José, por laço uma amável liberdade, por escopo a única glória de Deus e honra da Santíssima Virgem e por divisa *cor unum et anima una*¹¹ (um só coração e uma só alma).

O que ela tem de comum com as outras comunidades seculares e re-

gulares é grande horror ao mundo, estima verdadeira pelas virtudes cristãs, uma aversão extrema a tudo o que se refere, mesmo de leve, à novidade, uma dependência absoluta de toda autoridade legítima e principalmente daquela do Bispo a quem, na 'AA', se promete ser perfeitamente submisso.

O lema marista é idêntico àquele das "AAs", como igualmente o cuidado com a submissão aos Bispos.

e) Influência do pensamento piedoso de Bochard ?

Para evitar que os jovens clérigos planejem entrar nas ordens religiosas, Bochard pensa na fundação de uma sociedade missionária diocesana, para a qual planeja trazer os Maristas. Por isso, ele faz circular, no seminário, um folheto impresso que exorta a aderir ao seu projeto:

... «O que acontecerá se a mão poderosa de uma misericordiosa Providência não trouxer para nosso meio alguma dessas obras miraculosas, pelas quais, mais de uma vez, o céu mudou o mundo? Doze Apóstolos o converteram; quantos prodígios não vimos, de século a século, para proteger a fé, seja

⁹ "AA" significa "Asociación de Amigos". Se trata, en general, de asociaciones secretas de clérigos jóvenes (no más de doce) que se reúnen regularmente para el intercambio espiritual, el aviso fraterno y la organización de su vida apostólica (visita a los enfermos, catecismo...). Son grupos carismáticos antes de tiempo.

¹⁰ V. Lieutaud, *A e AA. Prodrome d'une future encyclopédie provençale*, brochura de 16 p. s.d.. Exemplar consultado nos arquivos dos Jesuítas, em Vanves (CA 184). O exemplar é dedicado ao R. Pe. Carrière, s.j. Inspira-se nos regulamentos da 'Aa' de Paris; a 'Aa' de Aix foi estabelecido em torno de 1750; a de Marselha em 1773; aquela de Apt em 1775.

¹¹ Acerca desta questão, ver André Lanfrey: "AAs et Petites Sociétés. Les associations de clercs des séminaires sulpiciens de 1770 a 1860", em "Revue d'histoire de l'Eglise de France", tomo 93 (n.230), janeiro-junho de 2007. "A Sociedade de Maria como Congregação secreta", em Cadernos Maristas, n.9 e n. 17.

contra o paganismo perseguidor, seja contra a heresia invasora, seja contra o cisma sedutor?»

f) Influência do Bispo Dubourg ?

O diário de notas espirituais do Pe. Pousset (arquivos dos "Chartreux") contém dois discursos do Bispo de Nova Orleans, de passagem pelo seminário Santo Irineu, na época em que se redige o *Formulário* marista; é permitido perguntar se eles não o influenciam a este, especialmente insistindo na obediência devida à autoridade, recordando que o sacerdote deve oferecer-se pela glória de Deus e salvação do próximo.

p. 139 « O domingo de Ramos, 14 abril de 1816 »

« Em 29 de abril, véspera da sua partida, deu-nos a sua bênção [...] Ele, porém, nos confessou que tinha percebido com pesar, tanto entre o clero desta diocese quanto por toda a França, um resíduo da insubordinação revolucionária.

Conjuro-os, senhores, acrescentou ele, conjuro-os pelo interesse que tenho pela vossa santificação, a nunca esquecer que deveis ser perfeitamente disponíveis, nas mãos dos vossos legítimos superiores. Se vedes sacerdotes, aliás, edificantes¹², que vos dão o exemplo do contrário, eles se afastam nesse ponto da verdadeira disciplina da Igreja. A vossa posição presente é feliz; vós vos recordareis um dia do que estou dizendo. Atende-vos a pensar em vós próprios, porque muito vos enganaríeis, se

vos ocupásseis de vãos projetos de futuro¹³. Aplicai-vos, pois, à prática cuidadosa de todas as virtudes. Amém. Eu nunca devo esquecer este grande exemplo».

« Análise de um discurso de M(onse)nhor Dubourg, bispo de Luisiânia, na abertura do retiro de 1º de abril de 1816 ».

« Vos autem sedete in civitate, quoadusque induamini virtute ex alto" - Vós, porém, ficai na cidade, até que sejais revestidos da força do alto - (Luc 24.49). Estas palavras, senhores, se vos aplicam em circunstância em que, como apóstolos, vos preparais para iniciar ou para assumir o santo Ministério. Como os Apóstolos, fostes instruídos nas virtudes do vosso estado, na escola de JC, na pessoa dos seus representantes, que vos dirigiram com sabedoria, mais pelos seus exemplos do que pelos seus conselhos».

Sois a esperança da Igreja, há tanto tempo desolada. Para responder aos seus desejos, vós tendes, senhores, de imitar dois admiráveis estados de JC, do qual deveis ser cópias: o estado de sacerdote e o estado de vítima. Como Ele deveis imolar-vos a vós mesmos. O que não fez este divino salvador para oferecer-se todo inteiro? Sua divindade, senhores, ele a aniquilou (sic), sua humanidade bastará para lembrar-nos a cruz e nossos altares.

Sacrifiquemo-nos, pois, por inteiro pela mortificação interior e exterior. Onde aprenderemos esta feliz imitação do nosso divino modelo? Por certo no retiro, pela oração e pela meditação do Evangelho. [...]

¹² Alusão aos Padres da Fé que recrutam para os Jesuítas e aos Sulpicianos.¹² Alusión a los Padres de la Fe que reclutan para los Jesuítas y a los Sulpicianos.

¹³ Em especial fundar congregações e nelas entrar.

g) Clorivière

As cartas deste antigo jesuíta, fundador da sociedade do Coração de Jesus, para os homens, e da sociedade Coração de Maria, para as mulheres, mostram que Claude Cholleton, tio de Jean Cholleton, esteve entre os seus discípulos. Em

todo o caso, as coincidências entre as suas ideias e aquelas da SM são perturbadoras, na proporção em que a Sociedade do Coração de Maria foi chamada *Sociedade de Maria*.

Cartas, T. 2 p. 839¹⁴ AM. Pochard, sacerdote da diocese de Besançon, promotor da sociedade no leste. Sem data.

« ... Vou transcrever aqui a idéia que se deve formar de um ministro fiel de JC, nas palavras do próprio Apóstolo, tal como era vista no fim do sumário das Regras da Companhia de Jesus e que nos cumpre ter de contínuo sob o olhar. Ei-la:

« Homens crucificados para o mundo e para os quais o mundo está sacrificado; homens novos desprendidos das suas afeições próprias para se revestirem de JC; mortos para si para viver na justiça ; homens que, segundo são Paulo, se mostram ministros de Deus nos trabalhos, nas vigílias e nos jejuns, na castidade, na ciência, na grandeza de alma e na doçura, pelo Espírito Santo, pela caridade autêntica e pela palavra de verdade; eles, combatendo à direita e à esquerda com as armas da justiça, na glória e na ignomínia, na boa e na má fama, concentram os seus esforços, não apenas para avançar com generosidade na via da celeste pátria, mas para nela fazer entrar os outros por todo os meios, tendo sempre em vista a maior glória de Deus. Esta é a soma e a vista de conjunto das nossas Constituições».

h) O Testemunho de Faillon sobre os maristas

O sulpiciano Faillon (1800-1870) foi um dos mais eminentes representantes da sua companhia no século XIX. Ele muito escreveu, especialmente sobre Jean-Jacques Olier e sua espiritualidade¹⁵. Redigiu uma *História dos Catecismos de São Sul-*

pício. Isto inspirou a introdução no livro da Vida do Pe. Champagnat por Jean-Baptiste Furet. Faillon foi diretor do Santo Irineu de 1825 a 1829; esteve em contato com a segunda geração dos aspirantes maristas: Séon, Bourdin, Pompallier.

Em 22 de janeiro de 1827¹⁶, ele propôs, nos termos seguintes, um candidato para o seminário São Sulpício: Pe. Perrin

¹⁴ Lettres du P. Clorivière, 1787 1814, Durassié et Cie. Paris, 1948.

¹⁵ Informe no *Dicionário de Espiritualidade*, t. 4 col.33-34.

¹⁶ Arquivos de São Sulpício, 14 G X

«Quanto à piedade, os nossos padres lhe fazem todos um grande elogio e o assinalam como dos mais exemplares. Os seus discípulos emitem dele julgamento similar, fazendo-o entrar na pequena sociedade do zelo, que se estabeleceu secretamente nesta casa (São Sulpício, papéis Duclaux, carta do Pe. Faillon, 22 de janeiro de 1827).

Há, sobretudo, uma longa carta de 8 de agosto de 1853, endereçada ao cardeal Fornari¹⁷, núncio apostólico na França, que visa lavar o seminário São Sulpício da acusação de **galicanismo**, na qual o Pe. Faillon faz clara alusão aos Maristas. No fim da carta, página 15-16, encontra-se o seguinte:

... «Desde 1819 faço parte dele, (seminário São Sulpício). A convicção de que ele é conduzido pelo espírito de Deus nunca mudou em mim; ela aumentou desde que estive a par, como diretor da Solitude¹⁸, das comunicações muito íntimas de um grande número dos seus membros; enfim, na qualidade de um dos assistentes do superior geral, tive conhecimento das questões mais secretas da Companhia. Em Lyon, aonde fui primeiro enviado, vi como se formou, na nossa casa, a Sociedade dos Maristas, pelo fervor daqueles dos nossos alunos que constituíram o núcleo dela¹⁹».

Manifestamente o seminário Santo Irineu continuou a ser, por numerosos anos, uma fonte de recrutamento da SM, por mediação da *Sociedade do zelo*, evocada pelo Pe. Faillon.

Todos esses fatos nos levam a asseverar que a SM dos anos 1816-1829 está ancorada em meio sacerdotal assinalado pela preocupação de defesa e de restauração da Igreja pela missão multiforme e vida sacerdotal feita de oração, de sacrifício e de obediência. Além disso, ela constitui a parte emersa de uma rede cujos elementos maiores são os *Amigos do cordão*, o grupo de Bochard e a *sociedade do zelo* do Santo Irineu: o primeiro precede a SM; o segundo a acompanha, enquanto o terceiro lhe fornece aspirantes mais jovens. No fundo os aspirantes maristas são apoiados, mas também controlados, por assaz vasta rede diocesana que, aliás, não comporta senão sacerdotes.

II. A MUTAÇÃO DE 1819: DUAS ESTRATÉGIAS PARA O MESMO PROJETO

Até 1819 os aspirantes maristas parecem unânimes, sob a autoridade de Courveille, no aguardo paciente de que os seus superiores eclesiais os autorizem a se reagrupar. Esta estratégia vai em seguida modificar-se, como disso testemunha a carta de Pierre Colin ao Bispo Bigex, em 9 de outubro de 1819²⁰.

¹⁷ Arquivos de São Sulpício, papéis Faillon, II/3 bis.

¹⁸ É o noviciado dos Sulpicianos.

¹⁹ Os caracteres negritados são nossos. Ver Cadernos Maristas, nº 17, A. Lanfrey « Sobre a SM como congregação secreta ».

²⁰ Ver carta e comentário nos Cadernos Maristas, nº 11, julho de 1997.

Ela foi achada em julho de 1996, no bispado de Pignerol, pelos Irmãos Paul Sester e André Lanfrey. Foi publicada, com notas críticas, nos Ca-

ernos *Maristas*, n. 11 e no *Forum Novum*, vol. 4, n.1, em julho de 1997. Ela constitui o primeiro relato das origens da Sociedade.

« Excelência,

O zelo ardente pela glória de Deus, a solicitude pela salvação das almas, a bondade paterna e o esplendor das virtudes que brilham em Vossa Excelência e a alta estima que elas inspiram a todo o mundo, eis o que nos faz tomar a liberdade de nos dirigir a Vossa Excelência, para lhe expor projetos que não podem senão interessar à religião, se eles vêm de Deus e se eles são aprovados pelos nossos senhores Bispos. Com esta confiança, nós lhes submetemos, persuadidos de que Vossa Excelência bem pode dizer-nos o que pensa, se os julga dignos da sua atenção.

Faz doze anos, um jovem, hoje com 34 ou 35 anos e sacerdote há três anos, depois de uma graça particular, recebida em Notre Dame du Puy, em Velay, se sentiu levado a estabelecer uma sociedade de religiosos sob o nome de Sociedade de Maria. Com medo de estar enganado, guardou dois anos de silêncio; mas, sempre mais pressionado interiormente para trabalhar em tal obra, ele acreditou que devia falar ao seu confessor e a várias outras pessoas prudentes e instruídas. Enfim, em 1816, no seu último ano do curso de teologia no seminário Santo Irineu de Lyon, com a permissão dos seus diretores, ele escolheu doze colegas a quem comunicou o seu objetivo e o plano da sua Sociedade. Eles se comprometeram todos a secundá-lo e a empregar por inteiro o resto da sua vida à glória de Deus, em socorro da Igreja católica e em prol da salvação das almas na Sociedade de Maria, contanto que ela fosse aprovada pelo soberano pontífice e pelos senhores bispos. Antes de separar-se para ir ocupar o lugar que a Providência destinava a cada um no ministério, porque são quase todos sacerdotes, eles assinaram de concerto o formulário seguinte, que contém o resumo do objetivo e do plano da Sociedade.

In nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti, em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo. Omnia ad majorem Dei gloriam et Mariae genetricis Domini Jesu honorem. Tudo para a maior glória de Deus e honra de Maria, mãe do Senhor Jesus. Nos infra scripti, nós abaixo-assinados [...] omnia tamen salvo meliori superiorum judicio, tudo, porém, salvo melhor juízo dos superiores.

A partir desse tempo, embora separados uns dos outros, todos guardaram entre si união a mais íntima; persistem sempre na sua resolução e não esperam senão o momento marcado nos decretos da divina Providência e a permissão dos seus superiores eclesiásticos para pôr em execução o projeto. A nossa intenção é de nos apresentar a Sua Santidade, quanto antes nos seja possível. Não esperando poder fazê-lo tão cedo, vista a dificuldade dos tempos, permitimo-nos de lhe dirigir uma carta em data do mês de fevereiro último. Desejaríamos ainda escrever a um Cardeal de quem, talvez, pudéssemos receber resposta. Caso Vossa Excelência concorde com os nossos trâmites, nós o instamos

que nos indique a qual cardeal podemos dirigir-nos. É em nome de todos os nossos confrades que tenho a honra de lhe comunicar os nossos desejos e intenções, persuadido de que a sua bondade paternal quererá supervisionar as nossas diligências por mediação dos seus conselhos.

Tenho a honra de ser, com o mais profundo respeito, de Vossa Excelência o servidor muito humilde e muito obediente.

COLIN, pároco de Cerdon

Cerdon en Bugey, diocese de Lyon, Departamento de Ain, 9 de outubro de 1819.

Este documento dá o texto devidamente datado da consagração de Fourvière. Ele é, segundo o meu conhecimento, o primeiro que porta a expressão *Sociedade de Maria* e registra dela o primeiro histórico em três fases:

1. A Revelação de Courville em Puy, mal datada, seguida de uma constituição de um grupo de 12 membros.
2. O compromisso desses companheiros, *eles*, de constituir a sociedade; a manutenção da sua união, malgrado a sua dispersão; o seu aguardo dos desígnios da Providência e da autorização dos superiores.
3. A sua intenção, *nós*, de entrar em contato com Roma.

O que a carta não diz é que uma parte dos aspirantes maristas, em primeiro lugar os dois irmãos Colin, cansados das recusas dos Vigários gerais de Fesch, querem apelar a Roma com o apoio dos que se opõem aos Vigários gerais de Fesch, entre eles o

Pe. Besson, pároco de St. Nizier, é a alma. A ação deles, apoiada por Gardette, Cholleton e Biogex especialmente, termina em 1824, com a chegada do Bispo de Pins.

Embora seja necessário tomar a sério a afirmação da união dos Maristas, claramente se sabe que uma fratura se delineia entre os membros da SM: de um lado os partidários da política anterior de esperar, na obediência, pelas autoridades diocesanas, como Champagnat; de outro, aqueles que querem sair da aliança diocesana, como o grupo de Cerdon, que cultivava duas hipóteses, Roma e Le Puy.

As duas estratégias vão experimentar êxito. Em 1822, os irmãos Colin e Courville recebem resposta de Roma e, no mesmo ano, Champagnat é encorajado pela diocese de Lyon a prosseguir na sua obra; este encorajamento será confirmado e aprofundado pelo Bispo de Pins²¹.

²¹ Sem esta aprovação oficiosa de Bochard, não se entenderia bem que Champagnat aceitasse oito postulantes do Alto Loire, visasse à união com os Irmãos do Pe. Rouchon e ampliasse a casa de Lavalla.

A divisão em duas dioceses em 1823 vai contribuir a fazer crescer o efeito dessa divergência de estratégia na constituição da SM, o que vai terminar com duas concepções: a de l'Hermitage e a de Cerdon-Belley.

III. CONSTITUIÇÕES SEM MODELO ANTERIOR?

A carta de Pedro Colin de 1819 visa a um *plano* de Sociedade cujo *Formulário* não representa senão o resumo dele. Para mim, tal *plano* deve ser conectado com as *constituições da ordem*, evocadas por Courveille, na sua carta de Aiguebelle, em 1826 (OM1/152 §15) e com a carta dos aspirantes maristas, em Roma, de 25 de janeiro de 1822 (OM1/69); esta, ainda que não esclareça que a SM forma vários ramos, sugere-o pela amplitude da tarefa de que ela se incumbiu:

« saluti propriarum animarum, necnon proximorum vacare per missiones sive ad fideles, sive ad infideles, [...] rudes et ignaros catechizare ; ad scientias et virtutes omnimodo puerilem aetatem informare ; incarceratos et aegrotos in nosocomiis visitare », isto é, empenhar-se na salvação da própria alma, como também na do próximo, seja dos fiéis, seja dos infieis, por meio das missões; [...] catequizar os pobres e os ignorantes ; levar os de menor idade à ciência e à virtude com toda a dedicação ; visitar os encarcerados e os doentes nos hospitais.

No *Formulário* « salvar de todo o modo as almas » implica já diversidade de ações e abertura para gêneros de vida não sacerdotais *in se*. A carta termina afirmando que constituições já existem *ex nullo libro aut ex nullis aliis constitutionibus excerptas*, isto é, nem hauridas de algum livro, nem compiladas de outras constituições.

O fato de que a carta seja assinada por Courveille e pelos dois irmãos Colin e certamente aceita pelos membros da SM, mostra que este projeto concorda com o escopo original²². E a Regra de J. C. Colin, muito monástica²³, me parece que parte de tais *constituições da ordem*; o seu autor, quando as redige, por certo não teve o cuidado de fazer obra pessoal.

Parece-me, pois, que o *Formulário* expõe o aspecto exotérico da SM: uma sociedade missionária clássica, fortemente inspirada nos Jesuítas. Evidentemente não é questão de chamá-la ordem, em contexto histórico hostil. Ainda assim, - e é o aspecto esotérico do projeto - é nisso, precisamente, que pensam os maristas primordiais e é o que sugere a carta de 1822: uma ordem para os novos tempos que reúna em si a quintessência do cristianismo, isto é, a Igreja primitiva com o colégio dos Apóstolos como núcleo e os primei-

²² Ver OM1 p. 394, nota 1. Em Roma vai prevalecer a interpretação restritiva do projeto: *trata-se do "novo instituto de missionários sob o nome da Virgem Maria"*. (OM1/72 §1).

²³ Ver OM/82-84.

ros fiéis definindo-se como *um coração e uma alma*, modelo este continuado pelas antigas ordens: os Padres do deserto, a Trapa; aliás, Rancé considerava os Apóstolos como os primeiros monges²⁴; em suma, a missão segundo o modelo jesuíta. Em síntese, « todo o universo marista ».

Eis por que, desde o começo, Jeanne-Marie Chavoïn se associou aos irmãos Colin, em Cerdon, porque eles reconheceram nela o espírito da ordem: vida apostólica e monástica. De igual modo, Champagnat reuniu ao redor de si dois companheiros, visto que viu neles homens susceptíveis de adquirir o espírito da ordem: missão em todas as direções e disposição para a vida retirada.

Muito mais tarde, na sua carta a Colin, em 16 de julho de 1836 (OM1 doc. 398 p. 911), Pompallier, que reprimina ao seu interlocutor de não ter respeitado as constituições da ordem, vendo-se como o único intérprete da vontade divina sobre a SM, e levado a dar pouca importância aos ramos da SM, afora o dos sacerdotes, parece do mesmo espírito:

« Conservar tudo o que foi erguido no meio das provações e foi mantido.

Nas ordens nascentes ocorre o que ocorreu na Igreja nascente. São Pedro não era o único

dos Apóstolos que trabalhava utilmente na fundação de Igrejas e na construção de estabelecimentos.

Há também graças particulares para os primeiros membros de uma ordem, como na história eclesiástica ».

Em suma, a expressão *Sociedade de Maria* é concessão ao espírito do tempo e é aproximação a menos imprópria para traduzir um projeto que se enraíza no Evangelho e na Igreja primitiva e de que as ordens anteriores constituem uma como prefiguração parcial. Entre elas temos os Jesuítas, modelos da missão apostólica; e os Trapistas, modelos da vida solitária, nas pegadas dos Apóstolos, que foram os primeiros religiosos. A ação memorável de Dom Augustin de Lestrangé, que logrou manter a Trapa ao longo da Revolução e do Império, ao preço de êxodo continuado, passando pela Rússia e pela América, mostra, por outro lado, que os Trapistas souberam, simultaneamente, manter a resistência à perseguição, e ser missionários e monges.

IV. A REGRA DE COLIN E AS CONSTITUIÇÕES DA ORDEM

Nos « Estudos sobre as primeiras ideias de J. C. Colin » p. 229-235, o

²⁴ O abade Rancé (1626 1700), reformador da Trapa, na sua obra *Da santidade e dos deveres do estado monástico*, de 1683, no capítulo II, pretende que a vida monástica foi instituída por Jesus (Lc 18,22 e 14, 26; Mt, 19,19). As regras das observâncias religiosas não são invenções humanas, senão *leis escritas pelo dedo de Deus*. No cap. III, ele pretende que os Apóstolos foram os primeiros eremitas. Mais tarde, sendo menos fervorosa a Igreja, Deus reserva para si uma porção santa, os solitários. *É evidente, pois, que os religiosos têm a felicidade de preencher na Igreja de Deus o lugar dos mártires e de imitar a perfeição dos Apóstolos*. Muito atacado no atinente a esta teoria, Rancé responde nos « Esclarecimentos de algumas dificuldades que se formaram sobre o livro da santidade e dos deveres da vida monástica », em 1685.

Pe. Coste, em 1989, levanta as grandes linhas da sua regra primitiva, escrita em Cerdon, antes de 1820. Coste encontra nela as seguintes características²⁵:

1. «O que o vigário tem sob o olhar é um lugar imaginário, esta “casa da Santíssima Virgem”, da qual deve ser banido tudo quanto Ela não poderia sofrer».
2. Esta casa tem caráter quase monacal: ofício em comum, celas previstas para os rebeldes, penitências corporais, como cilício e disciplina, oração da sexta-feira, face prosternada ao solo.
3. Importância considerável da comunidade: « tudo em comum » e igualdade; conta de consciência com o superior; relato ao superior das faltas que tenha observado nos coirmãos; obrigação de nunca ficar sozinho, tanto quanto possível.
4. Cuidado em matar no nascedouro o que pode corromper o coração de um homem que optou por consagrar-se a Deus na casa da Santíssima Virgem: confissão das faltas interiores de cobiça e de orgulho; o superior é convidado a escolher, entre duas opiniões, aquela que se afasta da própria; voto de recusar toda a dignidade eclesiástica e civil; portanto barrar o caminho a toda tentativa de poder.

5. Os votos em todas as suas exigências: prudência extrema quanto à castidade (nenhuma visita a mulheres). Pobreza no vestir (roupas remendadas). Pobreza da comunidade e da Sociedade (não capitalizar, senão entregar o supérfluo à caixa episcopal).
6. Fidelidade absoluta ao Papa; a Sociedade a serviço dos Bispos; submissão ao poder civil.

a) A regra primitiva da ordem e Lavalla-L’Hermitage

Todos esses pontos se encontram facilmente em Lavalla e l’Hermitage. Desde o começo, Champagnat e os Irmãos tentaram associar a vida apostólica intensa e diversificada, como escola, catecismo, cuidado dos pobres, doentes e órfãos, com vida comunitária austera, como abstenção do vinho e poltronas, com trabalho manual e penitências²⁶. O Irmão J. M. Granjon, primeiro discípulo, parece haver interiorizado particularmente este gênero de vida: fuga a Aiguebelle em 1822, vida solitária em l’Hermitage em 1826.

Inútil desenvolver em demasia o caráter monacal de l’Hermitage (1825) e mesmo das escolas. Sabe-se que Courveille tentou fazer de l’Hermitage um convento, cujo abade seria ele. A sua fuga à Aiguebelle

²⁵ Ver a mesma obra, p. 17, 19; as páginas remetem aos documentos que permitiram estabelecer tais caracteres da regra de Colin: OM1/82 84 e *Textos mais velhos, fascículo 1* p. 19-24 (Supplementum ad SM regulas).

²⁶ Vida de Champagnat, em particular II parte, cap. IX.

é significativa, como a sua vida futura em Solesmes, onde praticou vida monástica, silenciosa e missão apostólica. Champagnat parece estar na mesma linha; e Séon sublinhou a regra muito severa que ele e os outros sacerdotes levavam em l'Hermitage, em grande igualdade com os Irmãos, antes de 1830 (OM2/625 §23).

Deparamo-nos com palavras surpreendentes e até muito próximas da regra de Colin; por exemplo, em Circular aos Irmãos, em 1828, o Padre Champagnat declara:

« Deus nos amou desde toda a eternidade.
Escolheu-nos e separou-nos do mundo.
Maria Santíssima nos plantou no seu jardim;
ela cuida de que nada nos falte».

Não estamos próximos do tema da « casa de Maria »?

Ainda assim, o mais surpreendente são as cartas escritas em 1834,

quando os sacerdotes de l'Hermitage se retiram para Valbenoite e Champagnat, persuadido de que eles não agiam segundo as constituições fundamentais da ordem, propõe de lhes ceder o domínio de Grange Payre (OM1/321, Carta de Champagnat ao Pe. Cholleton, agosto de 1834):

« Este curato e este vicariato não podem ir à Sociedade. Os melhores religiosos aí perdem a sua vocação. Em uma palavra, nada que possa servir a um missionário. Aqui, para a maior glória de Deus e honra de Maria, venho oferecer ao Bispo o domínio de Grange Peyre.[...] Não há sacrifício que eu não esteja pronto a fazer em prol desta obra. [...] Omnia ad majorem Dei gloriam. Non nobis, Domine, non nobis gloriam, isto é, tudo para a maior glória de Deus. Não a nós, Senhor, não a nós a glória ».

Na carta de 8/9/1834 (OM1 doc. 323) consta o seguinte:

... « Não há nada que eu não esteja disposto a sacrificar para salvar do naufrágio a obra de Maria [...] O interesse, o desejo de enriquecer perderá tudo. Meu Deus, não permitais que homens semelhantes ingressem na Sociedade de Maria. Os sacerdotes Pompallier, Séon, Foret e Bourdin ou um de Bellay, no seu lugar; sejam todos reunidos, submetidos a uma regra, sem nenhum outro ministério, no aguardo, que os retiros ou as pequenas missões da região rural. Verá, assim, que os negócios vão tomar outro rumo.

Sabe-o, Vossa Senhoria, melhor que eu, o peixe pouco consegue viver fora da água. Somente o retiro e a meditação das grandes verdades podem manter o espírito religioso ».

Estas duas cartas desenvolvem duas características da SM: o desinteresse e a missão conectada a uma vida retirada, que não devem nada a

J.C. Colin. Pelo seu tom solene e mesmo dramático, Champagnat parece referir-se às constituições da ordem.

Enfim, quando ele envia três moças à Madre São José (Cartas, nº 25), em 1832, Champagnat parece formular mais do que exigências gerais, ao declarar o seguinte:

« Eu lhes disse que, se elas não procuram a perfeita renúncia de si, submissão a toda a prova, grande abertura de coração, vocação perseverante e verdadeiro desejo de amar a Deus, nas pegadas de Maria, elas não devem levar avante as suas diligências ».

« Esta caridade, digna dos primeiros tempos da Igreja, que fazia de todos os cristãos como que cor unum et anima una, isto é, um só coração e uma só alma, e a obediência perfeita (nisso retorna quatro ou cinco vezes) ao superior, que lhe dê inteira liberdade de mandar e ordenar aquilo que crê mais útil à comunidade e ao bem espiritual de cada um [...] sem o que nenhuma sociedade pode ser muito regular e subsistir por muito tempo ».

Ele quer, portanto, que o seu eventual sucessor « esteja repleto do Espírito de Deus e que não se afaste em nada do escopo do Instituto e das verdadeiras intenções da Santíssima Virgem, que, espero, Ela lhe dará a conhecer. Ele deseja que todos lhe obedeçam, « considerando-o como Nosso Senhor e ocupando o lugar de Nossa Senhora, contanto que o superior não vá contra a lei de Deus, contra a fé da santa Igreja romana, ou contra as constituições da Ordem e o bem e a utilidade da Sociedade de Maria²⁷ ».

b) A carta de Aiguebelle e as constituições da ordem

Na sua carta de Aiguebelle de 4 de junho de 1826 (OM1/152), Courveille, ao descrever a Trapa, formula, algo no vazio, certos aspectos do que ele designa como *as constituições da ordem* e que ele quereria ver praticadas em l'Hermitage: regularidade, silêncio, mortificação, humildade ... Ele insiste particularmente em dois pontos:

Parece-me, conseguintemente, que a regra primitiva de Colin reúne os grandes traços das *constituições da ordem* ou *do fim do Instituto*, invocados por Courveille e ensinados por Champagnat. Simplesmente as evoluções foram diferentes: rumo de vida mais monástica em l'Hermitage; mais missionária em Belley. Sobre tudo, muito cedo, graças às peculiares luzes de Jeanne-Marie Chavoïn, J. C. Colin sentiu-se investido da tarefa de construir a Sociedade de Maria sobre pedra angular, isto é, as *constituições da ordem* e o *plano da*

²⁷ Ver Cadernos Maristas n.11, André Lanfrey: "Courveille discípulo de Rancé e de Jean Climaque". Penso que múltiplos indícios mostram que Rancé influenciou profundamente Lavalla, l'Hermitage e provavelmente Belley.

Sociedade, ao passo que em l'Hermitage, depois do revés dos anos 1824 1826, Champagnat não se vê escalado para tomar a sucessão de Courveille como fundador do ramo dos Padres (OM1/173).

V. BOSQUEJO HISTÓRICO DA NOÇÃO DE ORDEM NA SM

Até agora pouco evoquei a presença da palavra *ordem*; ative-me sobretudo a mostrar que o projeto primitivo marista fora concebido como uma *ordem*, à imagem da Igreja primitiva, cujo núcleo era o colégio dos Apóstolos, ao passo que as diversas categorias de fiéis seriam os ramos. A regra de Colin não é senão uma das interpretações de tal projeto primitivo, levado avante também por Champagnat, Courveille, Pompallier e outros.

a) A ordem em Jeanne-Marie Chavoïn

Chavoïn, desde o começo, parece ter tido grande influência sobre os sacerdotes de Cerdon; eles viram nela a mulher inspirada. Levada à vida ativa e contemplativa simultaneamente, ela recusa o modelo de congregação ativa, como São José e São Carlos; mas recusa da mesma forma o modelo contemplativo (Pradines).

A SM parece tê-la atraído pelo seu dúplice aspecto: missionário e contemplativo. O fundo da sua que-rela com Colin é a recusa de aceitar a redução das suas Irmãs Maristas a um só aspecto das *constituições da ordem*. No seu conflito com Colin, no atinente à regra das Irmãs Maristas, dois textos me parecem particularmente importantes sobre a sua ideia da SM como *ordem*.

«*Meu T. R. P.*» (*Meu Reverendíssimo Padre*)

“*Não ignorais que Maria, nossa augusta Mãe, vos entregou o vasto campo da sua ordem; neste campo há uma árvore com diversos ramos. Um deles vós o reconhecereis facilmente; ele é muito pequeno [...]. São as pobres Irmãs Maristas. O projeto de cortar este ramo da árvore, mesmo pequeno, iria, por certo, contristar o santo coração daquela que vo-lo confiou para que o cultiveis e para que estenda os seus ramos; não para destruí-los, entregando-os nas mãos daqueles que não foram escolhidos pela vontade divina nem pela vontade dela*”²⁸.

Eis por que ela lhe pede que escreva uma regra.

Na carta de 14/12/1849 a J. C. Colin, em resposta a uma missiva muito

²⁸ Correspondência de Madre São José, doc. 29 p. 168. De MSJ ao P. J. C. Colin, 21-4-1845.

severa, ela se declara pronta a dar a sua demissão.

« Só tenho um desejo: a prosperidade da nossa ordem para a maior glória de Deus e salvação das almas que a ela são chamadas ».

Chavoin, portanto, associa três imagens: o campo da Igreja; a árvore da SM, cujos ramos, mesmo os pequenos, são fundados por Maria e destinados a cobrir a superfície do campo. É em suma, *todo o universo marista*, cujo pastor, Colin, foi escolhido por Maria.

b) A ordem e a Ordem terceira

A diocese gera os Irmãos terciários (1832) e Pompallier funda as Virgens Cristãs (1836), parecendo inspi-

rar-se, em parte, em l'Hermitage. (O *Manual* de 1857 traz ainda os traços de tal influência: Tudo a Jesus por Maria). Em certa medida, a fundação da OT constitui um contra-ataque da diocese contra a SM de Belley.

Pompallier parece ter dado às Virgens Cristãs um selo mais marista do que geralmente se admite; mas, segundo o espírito de l'Hermitage e da diocese de Lyon. Em todo o caso, nas reuniões das Virgens Cristãs, a Irmã que escreve as Atas das intervenções dos sacerdotes Forest, Colin e Girard se vale da palavra *ordem* para designar a SM. Parece que os pregadores hajam empregado esta palavra, porque mais familiar para elas, dado que elas eram da Ordem Terceira. (Ver o quadro das matérias de « Leigos Maristas »).

Doc.	Data	Página	Conteúdo
37	27/10/1837	100	p.v. de reunião da TOM : união « com toda a ordem dos Maristas »
40	24/11/1837	104	p.v. de reunião: pertencer "à ordem dos Maristas"
48	17/8/1838	115	Carta das Virgens Cristãs ao Pe. Pompallier: « uma questão de família »
53	27/5/1839	122	p.v. de reunião da TOM : lançar os fundamentos de uma ordem, a ordem de Maria
64	5/5/1841	138	p.v. de reuniões : As terciárias escolhidas por Maria para lançar as bases da sua ordem.

No livro « Histoire du Tiers-Ordre de Marie » de 1845 a 1854 (Leigos Maristas doc. 245 § 5), Mlle Guillot

recorda uma tradição oral brotada da inspiração de Courveille, no Puy:

« Foi-me dito que um dos primeiros sacerdotes da Sociedade, celebrando o santo sacrifício na igreja de Nossa Senhora de Fourvière, foi profundamente inspirado e acreditou ouvir a Santíssima Virgem dizer-lhe que, como Nosso Senhor tinha uma Ordem que honrava as suas virtudes apostólicas, Maria queria uma Ordem que honrasse as suas virtudes escondidas, que ela se estenderia sobre todos os ramos da Sociedade e invadiria o mundo inteiro, entendendo-se que se referia à Ordem Terceira ».

c) 1836: Os votos dos Irmãos de l'Hermitage

Evidentemente, Champagnat concebeu l'Hermitage como parte de uma Sociedade de Maria inacabada. Ele afirmou diversas vezes que os Irmãos não eram o ramo principal da Sociedade. Para ele, enquanto a Sociedade dos Padres não for fundada, a Sociedade de Maria não está plenamente realizada.

O registro dos votos dos Irmãos em l'Hermitage, a partir de 1826, põe claramente em evidência tal não-acabamento. O primeiro compromisso, que é do Ir. Bernard Gratallon, por cinco anos, em 11-10-1826, assim se formula:

... « No dia onze de outubro de 1826, na capela de Nossa Senhora de l'Hermitage, antes de receber a santa comunhão na missa, eu fiz secretamente, mas

voluntária e livremente os três votos de pobreza, de castidade e de obediência, pelo prazo de cinco anos, aos superiores da dita Sociedade de Maria, segundo os seus estatutos e os seus fins²⁹».

Assim, os votos não são feitos a Champagnat, mas aos superiores da Sociedade de Maria, porque, a Sociedade dos Padres não estando constituída, ela não estabeleceu superior. A nomeação de J. C. Colin como centro de unidade ou a nomeação de Champagnat como superior da SM de Lyon, pela diocese em 1830, não fazem mudar a fórmula pela qual os Irmãos se consideram membros de uma Sociedade inacabada.

Quanto aos *estatutos e fins* da Sociedade, deles achamos eco na fórmula de compromisso pronunciada, desde 1818, pelo menos (OM1/168), pela qual os Irmãos se comprometem a procurar a glória de Deus, o bem da Igreja, a honra de Maria, no ensino gratuito dos meninos, na obediência ao superior, na colocação em comum dos bens e na guarda da castidade. No fundo, reproduz para os Irmãos a consagração de Fourvière: o texto fundador do seu ramo, que não parece distante da regra primitiva de Colin.

Tudo muda em outubro de 1836. Nos dias 20-24 de setembro de 1836, os Padres da SM se reúnem em Belley para um retiro e eleição do superior e para os primeiros votos.

²⁹ Assinaram Champagnat, os Irmãos Bernard, Antoine e François. Depois de 1830, a assinatura de Champagnat desaparece do registro.

Os Irmãos, em l'Hermitage, de três a dez de outubro, fazem retiro. O retiro é pregado pelo Pe. Colin e Convers; eles, por certo, explicaram aos Irmãos em que consistem as mudanças a que se procedeu. De fato, em dez de outubro, professores perpétuos e professores temporários se comprometem, pela primeira vez, em grupo e não individualmente, segundo nova fórmula:

« Nós, abaixo-assinados, Pequenos Irmãos de Maria, declaramos que, em dez de outubro de 1836, às nove horas da manhã, na nova capela de Nossa Senhora de l'Hermitage, no fim do retiro de oito dias, pregado pelos sacerdotes Colin e Convers, fizemos voluntária e livremente, com a permissão do nosso superior, que também assina este ato, de acordo com as cerimônias em uso na Sociedade dos Irmãos de Maria, os três votos perpétuos de pobreza, de castidade e de obediência ao superior da citada Sociedade, segundo as constituições e fins da ordem. Em fé disso assinamos este ato, em catorze do dito mês do presente ano, em Nossa Senhora de l'Hermitage. Champagnat, Ir. Appolinaire, Ir. Marie-Nizier, etc (Vinte Irmãos no total)³⁰.

Doravante os votos já não são secretos; já não se trata da Sociedade de Maria; não há senão um superior, Champagnat. Ainda assim, os estatutos e os fins da SM tornaram-se constituições e fins da ordem.

O ritual dos votos, contido na regra de 1837 (fim do vol. p. 17), na sua primeira parte, é idêntico à fórmula de compromisso das Irmãs Maris-

tas, e fala de *entrada* na “santa congregação de Maria”. Mas a sua fórmula central é a seguinte:

... « Faço voluntária e livremente os três votos de pobreza, de castidade e de obediência ao superior da dita Sociedade de Maria, segundo as constituições e fins da ordem ».

A situação, portanto, é ambígua: canonicamente os Irmãos Maristas fazem parte de uma sociedade distinta daquela dos Padres, como disso testemunha o registro. Mas o ritual recorda que, espiritualmente, os Irmãos Maristas são sempre da SM; a expressão « segundo as constituições e os fins da ordem » serve de laço entre as duas concepções.

O significado dessa expressão nova parece ser o seguinte. Até aqui, em l'Hermitage, a Sociedade de Maria era inacabada; não havia constituições, senão apenas estatutos e não havia superior designado. Doravante, ela tem superior geral e superior particular para os Irmãos; mas ela ainda não tem constituições definitivas, que deverão ser conformes às constituições primitivas. Entretanto os estatutos anteriores, de 1818 a 1826, caducaram e os Irmãos se conectam explicitamente ao *Formulário*.

Em suma, a SM definida por Roma é reconhecida como etapa importante na realização do projeto primitivo que o Pe. Colin se incumbem

³⁰ A mudança de fórmula é idêntica àquela do registro dos votos temporários. (Ver Circulares, t. 1 p. 211-213).

de levar adiante, isto é, fazer da SM uma ordem com diversos ramos, enfim reconhecida pela Igreja.

Sabemos que esta ordem não se realizou; mas os Irmãos se empenharam, discretamente, a recusar que o título da SM pertencesse apenas aos sacerdotes. No capítulo XIX, 1ª parte, da Vida do Pe. Champagnat (1856), intitulado « A Sociedade dos Padres Maristas foi aprovada pela Santa Sé. O que Champagnat fez por essa Sociedade», o Ir. João Batista se esmera em nunca dar aos Padres Maristas o título de SM; alimenta, assim, o mito de Champagnat cofundador desta obra. Ele emprega certas fórmulas, como estas: a sociedade dos Padres Maristas, a obra dos Padres Maristas, a congregação dos Padres Maristas, a sociedade dos Padres, os Padres de Belley, a Sociedade dos sacerdotes maristas. Toda a vez que Furet usa *Sociedade de Maria* é para significar o conjunto da Sociedade.

d) As memórias Mayet e alguns outros testemunhos

Uma rápida pesquisa eletrônica nas Origens Maristas, informatizadas pelo Ir. Louis Richard, demonstrou-me que um número não desprezível de textos, em particular as Memórias de Mayet, utilizavam a noção de ordem para designar a Sociedade de Maria. Eis algumas referências sucintas.

De Mayet:

- **427 § 17:** A aprovação da SM « é o único exemplo de uma or-

dem assim aprovada, sem que se hajam apresentado as regras »;

- **458 § 1:** « O cardeal Ihe disse que esta ordem era bem feita para espantar um príncipe »;

- **532 § 1:** O Pe. Favre disse que todos os fundadores de ordem operaram milagres. Colin se compara a são Domingos...

- **535:** « Nomes de algumas ordens que se colocaram sob a proteção de Maria ». Os primeiros membros de uma ordem são iletrados e ignorantes, mas Deus se manifesta por graça especial. Diferença entre as antigas ordens e as de hoje (o motivo por que Deus quer o espírito simples na SM).

- **537:** Palavra de um eclesiástico em Roma sobre o Pe. Colin: os fundadores de ordens não são grandes sábios, mas têm gênio;

- **547:** A estima de Colin por alguém nunca redundava em prejuízo do seu amor pela SM e pela ordem;

- **669:** Paralelo de Dominicanos e Maristas. « Criar uma ordem dedicada à defesa da Igreja »;

- **718:** Ele compara os Maristas às três grandes ordens antigas;

- **800:** Teoria sobre os fundadores de ordens.

Outros documentos:**Déclas:**

- **551:** Courveille queria ser chefe de ordem.
- **591:** « Ele vai estabelecer uma ordem que será aproximadamente como a dos Jesuítas» (no atinente a Courveille no seminário Santo Irineu).

Séon:

- **625:** A fundação da SM não é calçada sobre aquela das outras ordens; há mesmo uma ordem, como no caso dos Apóstolos, que teve na sua origem um chefe infiel, com são Pedro.

Relato Colin:

- **643:** Palavras do Pe. Courbon: « Hoje a Igreja não precisa apenas de ordens consagradas à oração».
- **803:** Ele se considera como fundador de ordem assistido de luzes particulares.
- **819:** « Recebi a ordem de não ver senão os Apóstolos e nenhuma outra sociedade religiosa ».

Maitrepierre:

- **840:** Colin foi acusado de se colocar no lugar de um fundador de ordem. Courveille se dizia fundador e superior de uma ordem religiosa.

CONCLUSÃO

Segundo me parece na questão da ordem e das suas constituições, os estudos do Pe. Coste acerca da regra de Colin já nos propiciaram considerável esclarecimento³¹. Ainda assim, penso que esta diligência deve ser ampliada, porquanto, antes da regra de Colin, há as constituições da ordem de que esta regra, por ser a sua principal interpretação, não é necessariamente a única. Em l'Hermitage, Courveille, Champagnat e mesmo Pompallier tiveram a sua própria interpretação, próxima, em diversos pontos, daquela de Colin e, em outros aspectos, bastante diferenciada. É evidente também que, em Cerdon e Belley, J. M. Chavoïn teve a sua interpretação, de que nasceu o violento conflito com J. C. Colin, nutrido pela convicção, historicamente muito contestável, de que só ele fora designado pelos céus desde a origem para escrever a regra da Sociedade.

Poderíamos acrescentar que os próprios discípulos tiveram a sua própria ideia da SM. Por exemplo, os Irmãos Maristas não consideram sem mais nem menos o *Formulário* de 1816 como o seu começo (na Vida de Champagnat ele não é citado). As Irmãs Maristas recusaram de afiliar-se à ordem terceira e vão conservar o nome de "Irmãs Maristas". As Virgens Cristãs, embora assaz maltratadas pelos Padres Maristas entre

³¹ Ver especialmente Jean Coste, *Estudos sobre as primeiras ideias de J. C. Colin*, I, Marística, 1989 e J. Coste e G. Lessard, *Autour de la Règle*, Roma, 1991.

1836 e 1845, permaneceram indefectíveis e fiéis. Pode-se dizer, provavelmente, o mesmo das pioneiras das SMSM.

O conceito de ordem merece, pois, mais do que o tratamento que até aqui teve, porque é a ele que se prenderam os ramos da Sociedade, para afirmar, a despeito de Colin, que eles não são simples anexos, como irmãos coadjutores, senão partes primitivas da obra de Maria que um fundador carismático como Colin não tem o direito de rejeitar ou subjugar.

A afirmação da ordem constitui também um meio para recordar a Colin que a SM, tal como a quer Roma, e por ele confirmada, não é definitiva, senão que deve realizar a sua vocação escatológica.

Enfim, muitos indícios me levam a pensar que a Trapa de Rancé influencia a regra primitiva, tanto quanto as constituições dos Jesuítas.

Quiçá, tenha chegado o tempo de nos perguntarmos se o conceito de *ordem* não contribui a ver a SM, na luz de novo dia: como *ordem inacabada*.

UMA ÁRVORE COM VÁRIOS RAMOS

Perspectivas sobre as origens maristas e as tradições

Mary Emerentiana Cooney, sm.sm.

INTRODUÇÃO

Primeiramente, quero agradecer aos organizadores a proposta de estudarmos este tema interessante e cheio de sentido para todos nós, fazendo-nos voltar a nossas origens, com a inclusão de imagens e ideias que amamos, mesmo se não aludem perfeitamente à mesma realidade para todos os ramos.

Sendo a última a intervir, o que é normal, uma vez que nossa congregação constitui o último ramo da árvore marista, penso também que é providencial porque não tenho certeza de trazer algo novo para enriquecer esse tema. Seguirei, no entanto, os títulos sugeridos nas orientações enviadas para este dia:

1. Nossa maneira de apresentar nossas origens, no contexto mais amplo da Família Marista.
2. O uso que fazemos de certas palavras-chave como *Família Marista*, uma árvore com vários

ramos, fundadora/fundador, etc., colocando o acento na história, nas origens e no desenvolvimento.

A respeito de expressões-chave, vou repetir muitas coisas porque o espírito marista, vivido por nossas pioneiras e por aquelas que lhes sucederam, foi-nos transmitido pelos Padres que sustentaram e verdadeiramente formaram as primeiras gerações de nossas Irmãs. Foram eles que redigiram os primeiros regulamentos, a partir de 1857 e depois, levando em conta a vocação particular de mulheres chamadas a dar suas vidas como *“auxiliares dos Missionários Maristas”*, na Oceania. Era tudo que podiam ser, considerado o lugar das mulheres na sociedade e na Igreja daquela época. Se as Irmãs tinham alguma coisa a dizer, nesses regulamentos, isso só era possível de modo oral e através do testemunho de suas vidas. Mesmo nossas primeiras Constituições foram escritas pelo Padre Grimal.

1. APRESENTAR AS PERSPECTIVAS SMSM SEGUNDO SUAS ORIGENS E SUAS TRADIÇÕES, NO CONTEXTO DA FAMÍLIA MARISTA

Se há alguma coisa original nas SMSM, poderemos vê-lo em nossas origens, no modo como nos tornamos um ramo da Sociedade de Maria. Nada parece ter sido pensado ou previsto de cima e de antemão. Não começamos a existir segundo um plano criativo, imaginado por um Marista, bispo, padre ou irmão. Não estávamos previstas no projeto marista fundador, em 1816, ainda que nos vejamos ligados a ele, histórica e espiritualmente, através dos primeiros Padres Maristas, entre os quais alguns estiveram muito próximos do Pe. Colin, como os Padres Julien Eymard, Poupinel, Yardin e, igualmente, os Padres Lagniet e Jacquet, para nomear alguns. Não estávamos aí, durante os longos anos do crescimento doloroso da Sociedade ou das Sociedades de Maria.

Ao longo de todos esses anos, não houve Champagnat, no feminino, para se levantar e dizer: “É o quê, para mulheres ‘missionárias’ na Oceania?” Mas em 1845, houve uma Marie Françoise Perroton com sua visão particular de uma necessidade à qual ela poderia responder, na Oceania. Sua iniciativa, face ao chamado dos cristãos de Wallis, dirigido aos cristãos de Lyon, pedindo para “*enviar-nos, se é que vocês nos amam, algumas mu-*

lheres piedosas (Irmãs) para instruir as mulheres de Ouvéa (Wallis)” (cf. APF, 1843, Vol. 15; APM OW 208, excerto NP I, 8) foi a primeira fagulha para as SMSM. Marie Françoise “deu o impulso”, para usar suas palavras, (cf. Perroton-Favre, 08.03.1859, Lettre 9, 12) sem sabê-lo, no momento em que partia. Ela, sem dúvida, ter-se-ia contentado de entregar-se a Deus, trabalhando com os Padres e os Irmãos Maristas, mas ela recorda com que alegria soube que o Padre Eymard a tinha inscrito na Ordem Terceira: “Era preciso, escreve ela, que meu reconhecimento perante Deus fosse grande como o oceano...para dizer muito, o oceano sendo imenso...” (cf. Perroton-Eymard, 02.08.1846, Lettre, 2,4).

Sua iniciativa, ainda que conhecida e admirada pelo Pe. Colin, quando dela soube (cf. Colin-Bataillon, 10.01.1846, NP I, 12) e mesmo por Monsenhor Bataillon (cf. Bataillon-Colin, 10.12.1946, NP I, 14), não deveria ser repetida. Para as voluntárias de uns 12 anos mais tarde, foi decidido de enviá-las por pequenos grupos. Foi pelo empenho e pelo dom total dessas onze mulheres que nascemos na Oceania, quinto ramo da Árvore marista, como o consideramos por tradição. Para nós, portanto, não é questão de fundador ou de fundadora. É bom lembrar também que nossas primeiras irmãs não escreveram documentos para aquelas que viriam depois. Em suas cartas, simplesmente, partilharam o que elas tentavam viver.

Não havia tão pouco, nessas partidas, a ideia de começar, na Oceania,

algum movimento leigo como já existia, na França. Ao contrário – há abundantes citações sobre isso – está claro, segundo as cartas das pioneiras, que elas desejavam ser religiosas missionárias (cf. Croix-Marie du Cœur de Jésus, 29.06.1866, Lettre 75, 4; Rose-Yardin, 17.11.1864, Lettre 10, 6; Paix-Poupinel, 16.05.1858, 1, 2).

Persuadido de ser responsável pela partida desses primeiros grupos, o Padre Favre provavelmente sentiu-se mais livre do que tinha sido o Padre Colin. Mas nós aprendemos a não querer menos ao Pe. Colin, por não ter querido encorajar tais iniciativas. Por muitas razões, ele pensava que não havia chegado o tempo “de encorajar nem de desencorajar” mulheres que desejassem partir e ele não queria que seus confrades se imiscuissem nessas partidas (cf. ES doc. 126,01,10.1846). Contudo, assumindo essa atitude e mesmo tendo enviado de volta uma mulher voluntária, em 1845 (cf. QS doc. 305, 21.01.1845), na verdade, ele não fechava a porta a uma possível expressão feminina da vida marista em missão, num modo diferente daquele vivido pelas Irmãs Maristas. Falando dessa questão com seus confrades, ele conclui: *“Afinal quem conhece seus designios (os designios de Deus)? Eu não estranharia se Ele quisesse servir-se desse meio”* (ES doc.126, 5).

Por outra, o Pe. Favre, aceitando essa responsabilidade, possibilitou a formação de um outro ramo. As SMSM não são, por acaso, um exem-

plo de como o carisma marista “aumentou o espaço de sua tenda”, para utilizar a opção do Ir. Michael Green por uma metáfora bíblica (cf. *Novas tendas também*, Michael Green, Cadernos Maristas, 26, março de 2009, p. 25-46). Pode ser um bom motivo para nos abirmos, nós mesmas, a novas possibilidades, sobretudo sabendo que as comunidades de nossas primeiras irmãs eram, frequentemente, constituídas de moças que viviam com elas.

O *‘Règlement pour le Voyage’ (Guia para a viagem)*, dado pelo Pe. Favre, ao primeiro grupo de pioneiras, antes da partida, contém uma importante afirmação: *“Como sois membros da mesma Sociedade, tendes a mesma vocação e o mesmo objetivo, redobrai entre vós a concórdia e a caridade, de modo que haja verdadeiramente um só coração e uma só alma”* (Règlement de Favre, 1857, 5). Era a concordância de fato sobre um novo ramo na árvore marista. Isso foi, para essas primeiras irmãs, o fundamento de um profundo sentido de pertença à Sociedade de Maria e, através desse legame, à Família de Maria. Numerosos exemplos mostram que esta última expressão significava para elas espiritualmente (cf. Merci-Favre, 10.06.1861, Lettre 6,5; Bon Secours-Favre, 04.01.1858, Lettre 1, 2; Ste Espérance-Poupinel, 01.02.1859, Lettre 5, 5; e outros).

Quando observamos o que nossas pioneiras viveram, nos primeiros anos, vemos nascer, para mulheres,

um modo original de viver a espiritualidade marista, e suas lutas para permanecerem fiéis aos diversos compromissos de sua vocação. Acima das dificuldades e das incompreensões, elas se esforçaram por ser fiéis a um modo de vida que fosse verdadeiramente missionário e plenamente marista, desejando profundamente uma vida religiosa aprovada pela Igreja. Estavam prontas a renunciar a muitas coisas, mas não queriam renunciar àquilo que consideravam ser elementos essenciais de sua vocação, o que lhes dava uma identidade forte, no apego à Sociedade de Maria tal como elas a conheciam, com um sentimento de urgência em relação à obra da Sociedade, apresentada em termos variados como “a obra de Deus”, “a obra da Igreja”, às vezes “a obra de Maria” ou simplesmente: “a Obra”. Isso aparece nas suas cartas, por exemplo, no momento de sua saída de ‘Notre Dame des Missions’, quando elas se deram conta que o Instituto era independente da Sociedade. A Ir. Marie de la Croix, depois de ter decidido de não renovar seus votos nessa Congregação, escreveu ao Pe. Yardin para lhe comunicar sua vontade de *“continuar a ser o que sou e quero ser p(ar)a a Eternidade, Marista e nada mais que Marista”* (Croix-Yardin, 27.08.1890, Lettre, 132,4). Um outro exemplo é a recusa do plano bem conhecido de Monseñor Bataillon de lhes pedir de se ocuparem de uma granja ou, talvez menos conhecida, sua proposta a várias dentre elas de renovarem seus votos sob sua autoridade, para es-

tarem completamente a seu serviço: o que teria como consequência o rompimento dos laços com a Sociedade de Maria (cf. Merci-Favre, 15.11.1863, Lettre 17, 20; Pitié-Favre, 14.09.1866, Lettre 45, 2).

Em 1895, o Pe. Raffin, preocupado com a falta de unidade na TOM (estabelecido desde 1881), com Regulamentos diferentes nos vários Vicariatos Apostólicos, escreveu um Regulamento comum para todas, do qual eis a primeira frase: *“A Congregação da Terceira Ordem de Maria para as missões da Oceania pode ser considerada como um ramo da Sociedade de Maria”* (cf. NP V, Règlement Raffin, Art. 1).

Não há dúvida que nossas primeiras Irmãs, compreendidas as ‘Oceânicas’ que a elas se uniram, não teriam podido viver sua vocação missionária sem a inspiração e o suporte espiritual que encontraram na Ordem Terceira de Maria, na qual elas eram acolhidas, no momento de sua partida, caso dela não fossem já membros. Elas orientaram suas vidas segundo os Manuais que lhes eram entregues (Editions de 1857, 1859, 1874). Entretanto, não nos vemos como provenientes diretamente da Ordem Terceira, ainda que, historicamente e sobretudo espiritualmente, sejamos ligadas de um modo particular a esse ramo. As Atas das reuniões da TOM, em Lyon, eram recebidas por várias dentre elas; e várias mantinham correspondência com as terciárias (cf. Mont-Carmel-TOM Lyon, 26.06.1859, Lettre 10).

E as pioneiras não teriam podido realizar sua vocação missionárias sem o suporte e a direção da Sociedade de Maria que as aceitou, através do Padre Favre, como «auxiliares dos missionários maristas». Como afirmam nossas Constituições: “*Para as pioneiras e aquelas que as seguiram, serviço missionário e vocação marista eram um só chamado*” (Const. 47). Com efeito, a união entre a missão e a pertença a Maria perpassa o texto por inteiro.

Sabemos que Jeanne-Marie-Chavoïn desenvolveu um papel importante nos inícios da vida marista, ajudando a refletir, esclarecer e concretizar a inspiração original, ao mesmo tempo que tinha seu sonho próprio para as Irmãs Maristas (cf. *Jean Marie Chavoïn inspired by a dream*, Gail Reneker, FN, Vol. 10, 2, p. 44-45). Até este dia, nós SMSM, não temos encontrado sinais de sua influência em nossos inícios, mas sabemos que coincidimos com as Irmãs Maristas, em várias intuições fundamentais. Certamente, seria muito interessante aprofundar as convergências e as diferentes nuances que vêm de nossas tradições específicas.

II. O USO QUE FAZEMOS DE CERTAS PALAVRAS-CHAVE

Observemos, por exemplo, a expressão : « família de Maria ». É devido, sem dúvida, aos primeiros missionários maristas, mas também ao Manual da TOM e ao ‘Règlement

Poupinel’ que a essa expressão se refere (24 referências no total), que nossas primeiras irmãs compreenderam que eram membros da “Família de Maria”. O convite à sua recepção na Terceira Ordem assim rezava: “*Entrem para sempre na família de Maria*” (ibid. p. 76); havia também a garantia de que, por essa iniciativa, elas eram “*incorporadas na família de Maria*” (TOM, Manuel 1857, p. 30, Art. 2). Esse Regulamento esteve em vigor até 1903, quando foi substituído pelo *Regulamento e Diretório* da Madre Maria Denyse. Entretanto, o *Manual da Terceira Ordem de Maria* foi para nós o único regulamento aprovado pela Igreja, até 1931.

Em nosso último encontro aqui, o Ir. André Lanfrey apresentou um trabalho de pesquisa e comparação muito interessante que mostrou surpreendentes convergências entre “*O espírito da Terceira Ordem de Maria*” e “*o espírito do Instituto dos Irmãos*”, segundo os manuscritos dos Irmãos Maristas: o Irmão Francisco e o Ir. Jean-Baptiste retomando uma instrução do Padre Champagnat. Ele mostrou também outras convergências entre o capítulo do *Manual* intitulado “*Da humildade de Maria e Maria, modelo de humildade*” com o Manuscrito 308 do Irmão Francisco, um e outro influenciados por um texto de Afonso de Ligório.

Talvez, uma pesquisa mais aprofundada seria necessária para saber se outros textos da Terceira Ordem de Maria provêm da Sociedade de Maria de l’Hermitage ou se ambas se

inspiram numa fonte comum. Mas a concordância existe e foi para as SMSM uma alegria inesperada descobrir esses traços evidentes de uma espiritualidade comum.

No *Diretório* da Madre Marie Denyse, já mencionado, há várias referências ao privilégio que constitui para os membros da TOM de serem “chamados à família de Maria” (Art. II). Este conceito foi retomado em nossas primeiras Constituições e permaneceu inalterado nas diversas revisões (Const. 1931, 8; 1939, 1951, 1964, 6) incluídas as atuais, aprovadas em 1984. Ser membro da família de Maria está ligado à “eleição gratuita” e a uma relação pessoal com Maria.

Atualmente, quatro artigos empregam a expressão «família marista». Assim: “*De boa vontade, nós nos unimos aos demais membros da família marista pelas orações tradicionais da Sociedade de Maria*” (Const. 139). Um outro artigo diz: “*Conscientes da graça que nos foi concedida de participar da família marista, para continuar a missão de Maria na Igreja, nós colaboramos, de bom grado, com os membros dos outros ramos... entreadjudando-nos no serviço da evangelização...*” (Const. 56). Sentimo-nos também encorajadas, «*lá onde outros membros da família marista estão presentes*” a colaborar com eles na animação das vocações (cf. Const. 200). O último exemplo encontra-se no capítulo sobre o Governo, relativo à Superiora geral: “*Consciente de que, na família marista, ‘a Santíssima Virgem é, em*

toda parte, a primeira superiora e que aquela que detém a autoridade não é senão sua humilde vigária’...” (Const. 295).

Como o atestam «*Origines Maristes*» (cf. OM IV, p. 842), o uso da expressão “família marista” é relativamente recente, e é igualmente verdade para nós SMSM, onde se falava anteriormente da “família de Maria”. Pode ser que essa mudança seguiu uma corrente que apareceu no vocabulário do mundo religioso, em que se começou a falar da Família franciscana, Família dominicana, etc., para englobar as diferentes congregações de homens e de mulheres que provêm de uma mesma inspiração. Para as SMSM, o termo “Família marista”, como é apresentado em ‘*Origines Maristes*’, aplica-se igualmente aos diversos grupos: Padres e Irmãos, Irmãos Maristas, Irmãs Maristas, diversos grupos de leigos maristas, SMSM, cada grupo sendo autônomo mas aurindo da mesma inspiração original.

Mesmo que árvore seja uma das primeiras imagens da Sociedade de Maria, não sabemos se nossas primeiras irmãs a conheceram. Até hoje, não temos encontrado referência a esse símbolo nem nas cartas que foram conservadas, nem em algum documento oficial. Mas isso não significa que as SMSM de hoje não apreciem a riqueza dessa imagem.

O fato de sermos um ramo da Sociedade, em sentido amplo, parece ter sido considerado como indo por

si. O primeiro artigo de nossas Constituições começa assim: *“A Congregação das Irmãs Missionárias da Sociedade de Maria é destinada, na Igreja, à obra de evangelização. Considerada desde suas origens como um ramo da Sociedade de Maria...”* (Const. 1). Parece que as referências nos documentos da SMSM afirmam simplesmente nossa pertença a uma família religiosa particular, a Sociedade de Maria, mais do que à árvore simbólica.

As duas expressões : «família de Maria» e «ramo» conferiram às SMSM

um sentido de pertença a alguma coisa maior do que elas e, para as pioneiras e as primeiras que as seguiram, dava também o sentimento de pertencer a um grupo constituído e reconhecido pela Igreja. Esses conceitos, como aquele de “família marista”, exprimem também para as SMSM laços de unidade com os outros ramos, partilhando algo de uma herança comum, de intuições comuns, cada uma trazendo algum traço particular, segundo o modo com que tentamos de viver a espiritualidade cristã e de produzir frutos que aurem sua seiva na mesma raiz.

JEANNE-MARIE CHAVOIN NO CORAÇÃO DA SOCIEDADE DE MARIA

Myra Niland, sm

Em Cerdon Jeanne-Marie Chavoin foi um dos atores principais do trio fundador. Ainda que chegando à cena depois das revelações de Puy e da promessa de Fourvière, as suas ações e inspirações muito robusteceram as convicções de Pedro e João Claudio Colin de que a Sociedade de Maria era providencial e de que J. C. Colin era o homem escolhido para a realização do projeto. Por meio dela as Irmãs Maristas se inseriram no coração da Sociedade. Os Maristas de Lyon para logo reconheceram o papel e o lugar das Irmãs Maristas na Sociedade.

Depois de 1836, diante de um J. C. Colin que parecia em perigo de ter esquecido os anos de Cerdon, ela permaneceu a guardiã do espírito primitivo: a Sociedade era o trabalho de Maria e as Irmãs Maristas constituíam um ramo essencial. Se o Pe. Colin havia sido escolhido por Maria para realizar a Sociedade, ele não era livre para efetuar a obra segundo as suas próprias idéias ou segundo aquelas de Roma. Ele estava ligado pela inspiração inicial. Por fim e a despeito de conflito penoso, Jeanne-Marie teria

êxito em manter vivo o projeto coletivo de Cerdon.

Hoje caminhamos juntos ao longo da história dos nossos começos na esperança de chegar, tão perto quanto possível, de um modelo bem acordado e coerente na apresentação das origens históricas das nossas quatro congregações.

O resultado da pesquisa histórica comum, empreendida pelas congregações maristas no decênio de 1950, habilitou-nos, como Irmãs Maristas, para ver mais claramente que o nosso patrimônio espiritual não pode ser entendido isoladamente, a partir dos eventos que constam nas origens da Sociedade de Maria.

O ANO DE 1816, PROMESSA DE FOURVIÈRE

Ainda que não tenha havido nenhuma aspirante marista presente para também assinar a promessa feita pelos doze jovens sacerdotes e seminaristas em Fourvière, para fundar a Sociedade de Maria, Jeanne-Marie

Chavoin e as primeiras Irmãs nunca consideraram as Irmãs Maristas sem referência implícita a tal promessa.

O ANO DE 1812: INSPIRAÇÃO E REVELAÇÃO DE PUY

A promessa de Fourvière teve a sua gênese numa intensa experiência religiosa que um dos seus signatários, J.C. Courveille, teve na catedral de Puy em 1812. Durante o ano letivo que precedeu a sua ordenação (1815-1816), ele partilhou a experiência e mensagem¹ de Puy com alguns dos seus colegas seminaristas, entre os quais estavam Marcelino Champagnat e João Cláudio Colin. No seu relato, Courveille mostra Maria revelando o claro desejo de que se estabelecesse uma Sociedade que levasse o nome dela, com a missão de apoiar a Igreja. Maria, ele nos conta, ilustra isso com duplo paralelo: o primeiro é entre o papel de Maria na Igreja nascente e o seu novo papel na Igreja do fim dos tempos; o segundo paralelo é entre a *Societas Jesu*, Sociedade de Jesus, e a Sociedade de Maria. A história de Courveille causou impacto não pequeno entre os seus colegas seminaristas. Em 23 de julho de 1816, um grupo de doze se comprometeram, na colina

de Fourvière, a fundar uma Sociedade de Maria. Ainda que isso fosse de natureza particular, marcou o começo da Sociedade: “Em Lyon, aos pés de Nossa Senhora de Fourvière, a pequena sociedade chegou à existência”². Em poucos dias, os recém-ordenados sacerdotes da promessa se dispersaram para as paróquias que o bispo lhes indicou. A Sociedade de Maria estava ainda por realizar.

Courveille foi designado para a paróquia de Verrières, no sudeste da diocese; mas não demorou a ser transferido para Rive-de-Gier. No lugar precedente, ele esforçou-se em fundar a Ordem Terceira de Maria.³ Na última, ele recrutou algumas senhoras para professoras como Irmãs Maristas.⁴ Dois anos mais tarde ele transferiu este grupo para Saint-Clair-du-Rhône⁵. Designado para Epercieux em 1819, ele começou uma comunidade de Irmãos.

Marcelino Champagnat, que havia reunido um grupo marista com a condição de fundar um ramo de Irmãos para o ensino, foi indicado como vigário de La Valla. Em dois de janeiro de 1817, ele havia reunido os primeiros Irmãos, *Pequenos Irmãos de Maria*. Até então o ramo dos sacerdotes ainda não progredira. O projeto marista, contudo, estava tomando forma no sul e no oeste da

¹ OM 2, doc. 718#5.

² OM 1, doc. 271 #5 (Colin ao Arcebispo de Pins em '833); Índice Madre S. José, Roma, 1977.

³ OM 1, doc. 105 # 1.

⁴ OM 1, doc. 105 # 1.

⁵ J. Coste, Conferências sobre a história da Sociedade de Maria, Roma, 1965, p.37-38.

diocese, em virtude do zelo e esforço de Champagnat e Courveille.

PROJETO MARISTA E OS SEUS RAMOS

Os esforços de Courveille em fundar grupos de religiosos e a Ordem Terceira indicavam que o projeto não se atinha aos sacerdotes. Não há evidência direta, no entanto, da estrutura que os aspirantes tomavam na Sociedade. Segundo Jean Coste, é muito provável que tivesse em mente a fundação de uma ordem com diversos ramos, modelados pelas grandes ordens antigas, que compreendiam sacerdotes, Irmãs e uma Ordem Terceira secular⁶. Mas é improvável que esses jovens seminaristas tivessem uma ideia precisa das relações que existiriam entre os diversos ramos. Além disso, a aceitação da proposta de Champagnat de que incluísse também um ramo de Irmãos⁷ fazia que o plano tradicional começasse a andar. Isto significava que, basicamente, o seu esquema não apenas retomava o plano das primeiras ordens, mas fazia esforço para cobrir as prementes necessidades causadas pelas convulsões da Revolução em cujo contexto eles haviam crescido. A futura sociedade seria então um canal por onde Maria levaria a cabo o seu desejo de al-

cançar toda e qualquer parte e reunir os fiéis do povo de Deus. Courveille considerava-se como líder de tal grupo e como tal era considerado pelos seus companheiros.

CERDON: OS RAMOS DOS SACERDOTES E DAS IRMÃS

J. C. Colin foi designado vigário da paróquia cujo pároco é o irmão dele, Pedro, em Cerdon, a leste da diocese. Ele era reticente acerca de falar da *promessa de Fourvière*; aguardou todo um ano antes de comunicar ao irmão o projeto da Sociedade de Maria. A reação de Pedro, em contrapartida, foi positiva e imediata.⁸ “Desse momento em diante, trabalhamos sempre acordados em pavimentar a via da projetada empresa”.⁹ A iniciativa de Pedro em estabelecer com presteza contato com duas das suas paroquianas anteriores na paróquia de Coutouvre liga Jeanne-Marie Chavoïn e a sua companheira Marie Jotillon com o projeto da Sociedade de Maria. Ele teria conhecido a ambas, na vida ordinária da paróquia, nos cuidados com os necessitados, bem como no desenvolvimento de profunda vida espiritual. Ele teria conhecido a procura de vocação por parte de Jeanne-Marie, da preocupação dela quando foi convidada a

⁶ Ibid. p. 29.

⁷ OM 1, doc. 416; OM 2, doc. 757 #2.

⁸ OM2 doc. 623 #5 e nota 2.

⁹ OM 3, doc. 827 # 5

unir-se a uma comunidade de religiosas, e do espírito que ela havia percebido nas comunidades estabelecidas. Ela estava em busca de uma “vida mais simples, mais conforme à vida de Jesus e Maria em Nazaré”.¹⁰ Finalmente, o diretor espiritual dela Pe. Jean Philip Lefranc havia-lhe dito: “Você não é destinada para uma comunidade existente, senão para uma que venha à existência”¹¹. Marie Jotillon, entretantes, havia despendido algum tempo com duas professoras em Belleville, uma delas irmã mais velha de Pedro, Jeanne-Marie Colin. É muito provável, então, que tenha sido Marie Jotillon quem tenha entrado em contato com Pedro, depois que ele foi transferido de Cou-touvre.

A carta de Pedro não foi preservada; mas é claro que ele lhe deu a entender que as mulheres também estavam incluídas na proposta da Sociedade de Maria. O *sim* de Jeanne-Marie para aquilo que ela acreditava ser a vontade de Deus há de ter atraído a ela e à sua amiga Marie Jotillon a Cerdon por volta de 1817. Elas estavam dispostas e decididas a carregar nos seus ombros fortes a empresa marista, custasse o que custasse. Penso que é legítimo dizer que, em vindo a Cerdon, Jeanne-Marie Chavoïn e Marie Jotillon estavam endossando a *promessa* de Fourvière.

Seis anos depois, Jeanne-Marie teve ocasião de ousadamente recordar ao Bispo Devie que ela e Marie Jotillon *abandonaram lar e família para começar a Sociedade da bem-aventurada Virgem*.¹²

PAPEL ATIVO DE JEANNE-MARIE NA SOCIEDADE DE MARIA

Quando Jeanne-Marie Chavoïn recebeu carta¹³ do Vigário-geral de Puy, em novembro de 1821, ela era funcionária na canônica dos dois sacerdotes, irmãos Colin, em Cerdon. Jean-Claude Colin havia começado a tomar a responsabilidade do projeto da Sociedade lançado por Courveille. Vencido pelo compromisso de Chavoïn acerca do *trabalho de Maria*, Colin se valeu dela como intermediária. Esta carta é a primeira que faz alusão explícita aos passos tomados pelo grupo dos que seriam os maristas que dariam vida à Sociedade de Maria. Nada melhor poderia ilustrar a parte representada por Jeanne-Marie nessas negociações e na esperança a que o projeto dava causa. Embora pouco tenha vindo desta e de outras intervenções de Jeanne-Marie a favor da Sociedade de Maria, o papel que ela representou é digno de nota.

¹⁰ RMJ do. 162 #4.

¹¹ RMJ docs. 99 # 7; 163 # 17.

¹² RMJ doc. 101 # 7.

¹³ CMJ doc. 1.

Três anos mais tarde, em 15 de novembro de 1824, quando ela decididamente assinou no fim da carta do bispo Devie, foi como membro de comunidade religiosa. No ano anterior, em 8 de setembro de 1823, ela e Marie Jotillon, sob a autoridade e a direção espiritual dos dois irmãos Colin, começaram a formar a *Congregação das Filhas de Maria*, nome que foi abreviado para *Congregação de Maria*, no ano seguinte.

Em 8 de setembro de 1824, as Irmãs, em número de nove, haviam eleito, por unanimidade, Jeanne-Marie como superiora, primeira superiora da Congregação. Seguiu-se de imediato a cerimônia da vestidura. Pedro Colin, delegado do Bispo, presidiu o ato; J. C. Colin e Déclas, que haviam chegado há pouco, estiveram presentes. É interessante notar que Courveille foi convidado por Colin, mas não se lhe ofereceu a presidência da festa. Não há indicação de que ele tenha aceitado o convite, já que o nome dele não consta no registro. A cerimônia da vestição assinala o primeiro reconhecimento formal do ramo da Sociedade de Maria.

A Congregação das Irmãs Maristas reconhece o venerável Jean-Claude Colin como fundador e Jeanne-Marie Chavoin como fundadora (Constituições de 1986).

Agora noviça, Jeanne-Marie não perde tempo; escreve ao Bispo De-

vie para defender, em nome das companheiras, tanto as condições requeridas pela existência da Congregação, quanto o espírito que deve animar a Instituição. Ela não apenas expressa a sua ansiedade pelo futuro da sua Congregação, demasiado numerosa para permanecer em Cerdon; mas a carta também revela o papel que ela ia representar no conjunto do projeto marista. Ela fala não somente das Irmãs, mas também da Sociedade de Maria em geral, pouco distinguindo os diversos ramos. Ela expressa a sua gratidão ao Bispo pela sua bondade e pelo “mais alto interesse em prol da Sociedade de Maria”. Ela se refere a *nós próprias*, como ‘as mais felizes das suas filhas’, mas não deixou de incluir o grupo dos maristas aspirantes em Cerdon como os ‘mais felizes dos filhos’ do Bispo¹⁴.

JEANNE-MARIE PARTILHA A VISÃO DA SOCIEDADE COM COLIN

Na mesma carta ao Bispo, Jeanne-Marie se refere à longa espera, de mais de um ano, antes que ela e as suas companheiras tivessem a licença de vestir a indumentária religiosa. Neste retardo, ela viu a oportunidade de pôr em prática o ideal de *escondidas e desconhecidas*, **que nós próprias nos propusemos desde os primeiros**

¹⁴ CMJ doc. 2.

dias em que pensamos neste trabalho. Este é o primeiro uso conhecido da fórmula: *ignoradas e escondidas do mundo*, expressão que, mais tarde, o padre Colin resumiu, ao falar do modo de agir específico da Sociedade¹⁵. Jeanne-Marie não alude a um projeto pessoal; ela não pensava em si, mas no trabalho da Sociedade. O que ela tinha em mente era o fundo das idéias que ela já havia formulado no presbitério de Cerdon, o que corresponde às primeiras intuições do padre Colin¹⁶, e talvez também às suas próprias luzes sobre a Sociedade, recebidas por essa época.¹⁷ Havendo suportado pacientemente a demora inicial e a obscuridade como fazendo parte da linha do espírito da Sociedade de Maria, ainda assim ela sabia que a obscuridade não era em si mesma um fim, e que importava emergir dela, tão logo impedisse o trabalho de Deus. Eis por que ela confiava em que 'a Providência tornasse conhecido ao comando da congregação o momento em que esta deveria sair do anonimato, especialmente no que se refere aos sacerdotes'. Como Jeanne-Marie esposou sempre os interesses da Sociedade como um todo¹⁸, quando ela fala em *homens*, ela entendia *sacerdotes*. Jeanne-Marie tinha no pensamento o desejo de que os sacerdotes da futura Sociedade deveriam ser os primeiros a emergir da obscuridade.

Em 1827, cartas foram endereçadas à 'Superiora das Irmãs da Congregação de Maria, Bon Repos, Belley'. Desde julho de 1825, a pequena comunidade havia tomado posse da residência na cidade episcopal. No ano seguinte, em 6 de setembro de 1826, a Superiora e oito Irmãs emitiram a sua profissão religiosa na presença do Bispo Devie, marcando, assim, o primeiro reconhecimento formal do ramo da Sociedade de Maria como Congregação religiosa.

LIGAÇÃO COM OS ASPIRANTES MARISTAS DE LYON

Jeanne-Marie estava em conexão com o forte contingente de sacerdotes que aspiravam a ser Maristas, incluindo o padre Champagnat e os Irmãos, os quais, como os sacerdotes e Irmãs de Belley, eram partes do grande plano da Sociedade de Maria.

Os contatos dela com esses sacerdotes diziam respeito às postulantes recomendadas por eles para Bon Repos e às propostas de fundações das Irmãs na diocese de Lyon. O padre Champagnat estava em diversas ocasiões a Belley com os seus confrades lioneses e enviou numerosas perspectivas de vocações a Bon Repos no período de 1827-1834. Entre essas estava a sua

¹⁵ Acta SM, vol. 5, 1958-1959, J. Coste, p. 55-57.

¹⁶ Ibidem.

¹⁷ CMJ doc.10 # 2.

¹⁸ CMJ doc. 1; OM 2, doc. 513 # 7.

sobrinha e a irmã de dois dos primeiros Irmãos Maristas. Em texto de carta de Champagnat a Jeanne-Marie sobre três outras jovens candidatas, consta um excelente sumário das disposições que ambos consideravam essenciais em pessoas que entrassem na vida religiosa: espírito de real sacrifício, submissão constante, grande abertura de coração e verdadeiro desejo de amar a Deus, nas pegadas de Maria. Não há um eco aqui do amor generoso, paciente sacrifício e coragem expressos no *formulário* de Fourvière?

O Pe. Pompallier, que estava muito a favor das autoridades diocesanas de Lyon, deu a conhecer a Jeanne-Marie que a administração não se opunha a que houvesse Irmãs Maristas na sua diocese; mas não autorizou uma fundação em Saint Chamond, favorecida tanto pelo grupo de l'Hermitage quanto pelo de Belley. Essa recusa se baseava no fato de que nessa pequena cidade já havia quatro congregações religiosas e não parecia carecer de uma congregação de ensino com clausura¹⁹.

Em 1833, Pompallier tornou a escrever a Jeanne-Marie, dizendo-lhe que o Vigário-geral Cholleton foi es-

pecialmente encarregado dos negócios concernentes à Sociedade de Maria. A coisa interessante aqui é que Pompallier, pensando que Colin pudesse já ter partido a Roma, partilhava as novidades com Jeanne-Marie, afirmando: "Essas coisas tanto dizem respeito a nós como às Irmãs", significando que, segundo ele, as Irmãs de Bon Repos constituíam parte integrante da Sociedade de Maria²⁰.

Fica claro que, segundo os documentos, Jeanne-Marie ocupava posição central nos negócios de Champagnat e dos Padres de Lyon. Nem sempre com a plena coordenação de ambos, cada qual do seu modo, eles tomavam a peito os interesses da Congregação das Irmãs.

A EXPERIÊNCIA DE CERDON: PONTOS-CHAVE DA REGRA

Em Cerdon, Colin refletia na paz sobre a revelação de Puy e procurava descobrir a iniciativa divina que operava aí. Ele revivia como a *revelação* o havia magnetizado poderosamente.

¹⁹ O caso de St. Chamond fornece a primeira amostra das dificuldades que seriam experimentadas por uma congregação, nos primeiros anos, quando irrompesse a necessidade de abrir novas casas. Os distritos estavam em busca de Irmãs religiosas, mas exigiam-se religiosas que empreendessem trabalhos que as Irmãs Maristas não poderiam assumir. Já no começo de Cerdon, Colin previa que as Irmãs Maristas fossem enclausuradas. Jeanne-Marie, mulher tão basicamente apostólica e tão profundamente enraizada em adequada vida espiritual, nunca poderia optar por uma congregação de clausura ou de meia clausura.

²⁰ CMJ doc. 7 # 3.

samente por dentro e dera uma direção definida à sua vida. Por vezes, quando os superiores eclesiásticos se opunham à própria ideia de estabelecer o ramo dos sacerdotes da Sociedade de Maria, Colin era agraciado com profundo senso de esperança cheia de alegria. Não havia dúvida no seu espírito, mas sentia-se impedido por 'força interior como irresistível'²¹ a despende-se todo no estabelecimento da Sociedade querida por Deus, e a lançar por escrito os pontos fundamentais de uma regra²².

a) Ordem Terceira

Nos seus estudos das fontes maristas, Jean Coste identificou estes pontos que consistiam "num grupo crescente daquelas convicções que dizem respeito à Igreja, ao mundo e à Sociedade de Maria". Uma secção da Regra incluía as pessoas leigas na sua composição. Em 1833, encontrase uma alusão à Ordem Terceira em carta de Marcelino Champagnat ao Bispo Devie de Belley. Champagnat escreve: "A idéia do Pe. Colin de Ordem Terceira me parece simpática. Creio que, como Vossa Excelência a encara, vai ter êxito"²³. Evidentemente, tem havido alguma discussão entre Colin, Champagnat e o Bispo quanto a isso. É interessante notar o modo como Champagnat atribui a idéia a Colin.

Alguns meses depois, quando Colin estava em Roma, ele escreveu a Jeanne-Marie Chavoin em Bon Repos, dizendo: "Cuide das associadas da Ordem Terceira. A confraternidade goza de muito boa reputação aqui em Roma. Diga ao meu irmão e ao padre Convers que procurem ampliar o quadro de membros, reunindo-os de vez em quando, tudo fazendo para encorajá-los"²⁴. O envolvimento de Jeanne-Marie com a confraternidade é digno de nota. No começo da Quaresma de 1833, ela chegou a tomar parte num retiro, pregado pelos irmãos Colin e pelo padre Convers; eram dez mulheres, a maioria provavelmente associadas da Ordem Terceira; foi na capela de Bon Repos.

Coste pretende que o texto do *Summarium*, apresentado em Roma por Colin em 1833, é de data anterior, de Cerdon, onde ele, como visionário, tentou colocar no papel as intuições que o dominavam²⁵. A última frase do *Summarium* é particularmente significativa, porque revela uma visão da Sociedade aberta para abraçar o mundo inteiro, por mediação do ramo leigo. No olhar de Colin, contudo, a Confraternidade da Ordem Terceira, ramo do laicato, nunca seria apenas a mera extensão da própria Sociedade. Quando ele apresentou o *Summarium* e requereu a aprovação da Ordem Terceira,

²¹ OM 3, 816.

²² OM 1, doc. 69 # 4; OM 3, 816.

²³ LM doc. 6.

²⁴ LM doc. 10; ver nota 2 para explanação.

²⁵ J. Coste, Uma visão mariana da Igreja: Jean-Claude Colin, p. 320.

claramente expressou a esperança de que, no fim dos tempos, haveria a realização de *cor et anima una*, um só coração e uma só alma (Atos 4, 32)²⁶.

b) Jeanne-Marie viveu a experiência das idéias-chave de Colin

A ideia chave de Colin de certo papel assinalado para Maria na Igreja nascente e para a Sociedade de Maria nos últimos tempos encontrou lugar no coração da mulher que se mostrara zelosa e comprometida com o *trabalho de Maria*. Embora Jeanne-Marie possa nunca ter empregado esses termos, ela se identificava com eles por meio do prisma da sua própria experiência espiritual e apostólica e, nos anos subsequentes, expressou-os de acordo com a sua intuição. A sua compreensão da fórmula chave de Colin *desconhecidas e escondidas do mundo* era condicionada pela sua personalidade, educação e envolvimento apostólico com o povo. Desde o princípio, ela entendeu tal lema como válido para todos os Maristas, homens e mulheres, como a forma na qual Deus queria que eles tomassem o seu lugar no mundo. Nisso ela via até mesmo uma dimensão que Colin não apreciaria. A sua visão do ramo feminino era que elas também encontrariam a fórmula *escon-*

didadas e ignoradas do mundo como o único meio de 'penetrar por toda a parte e assim fazer o maior bem possível no mundo'. Nos últimos anos da sua vida, em Jarnosse, liberta das restrições da clausura, o seu estilo de presença e abordagem foi bem-vindo. Ela e as Irmãs viviam perto do povo, especialmente dos pobres e dos pequenos; elas estavam conectadas com os problemas deles, mas também com os seus medos e preconceitos. Assim, nas realidades concretas da vida ela dava importante contribuição no campo de definir o espírito e a missão da Sociedade de Maria. Ela revela o seu entendimento da responsabilidade de ser *instrumento das divinas mercês* e de como a fórmula *desconhecidas e ignoradas*, máxima da Sociedade, pode ser vivida pelo ramo feminino. Ela aderiu com prontidão à visão apostólica da sua Congregação, mas não foi sem dolorosos e tardios encontros com o padre Colin.

No presbitério em Cerdon, contudo, vínculos espirituais profundos foram mantidos entre eles. Nota-se como Colin expressamente reconheceu as *muitas luzes* que Jeanne-Marie recebeu no concernente à Sociedade de Maria e às virtudes de Maria.²⁷ Tal reflexão serve para enfatizar que Jeanne-Marie também era confirmada no modo como o Senhor queria conduzi-la.

²⁶ E. L. Keel, Um livro de textos para o estudo da Espiritualidade Marista, Roma, 1993 doc. 94.

²⁷ RMJ doc. 280 # 90.

SM: SOCIEDADE DA VIRGEM MARIA, TRABALHO DE MARIA E TRABALHO DA VIRGEM MARIA

Durante o período inicial, os três fundadores alternavam o termo da SM ora com o *trabalho de Maria*, ora com o *trabalho da bem-aventurada Virgem Maria*.

Tanto Colin quanto Jeanne-Marie, não sei bem acerca de Champagnat, continuaram a empregar a última expressão ocasionalmente, até o fim das suas vidas. O nome *Sociedade de Maria* prevaleceu, foi o mais utilizado na designação jurídica ou social da realidade do fato ou empreendimento, resultado do concertado esforço de bom número de pessoas. Foi o termo mais frequentemente empregado por Colin em documentos oficiais.

Expressão menos comum e com menor presença oficial, o nome *Sociedade da bem-aventurada Virgem* foi usado primeiro por Jeanne-Marie em 1823, em resposta, não menos que ousada, ao Bispo Devie, quando ele sugeriu que ela e as suas duas companheiras ingressassem em alguma comunidade já estabelecida. “Abandonamos lar e família para começar a Sociedade da bem-aventurada Virgem”²⁸. Aqui Jeanne-Marie, em nome do seu pequeno grupo,

está fazendo desassomburada afirmação do seu desejo de trabalhar por um projeto muito preciso, isto é, a Sociedade da bem-aventurada Virgem, com exclusão de qualquer outro. Ela usou a expressão outra vez em visita ao mesmo Bispo. Num esforço para arranjar melhor acomodação para a primeira pequena turma de sacerdotes aspirantes maristas dentro do seminário menor de Belley, ela candidamente perguntou: ‘Excelência, vai deixar a Sociedade da bem-aventurada Virgem em tal condição’²⁹? O nome *Sociedade da bem-aventurada Virgem* parece despertar certa energia entre os primeiros maristas, por causa da promessa de Fourvière. Depois de prometerem dedicação na ‘fundação de muito piedosa Congregação de Maristas’, os signatários explicitamente declaram que eles vão entregar-se irrevogavelmente à *Sociedade da bem-aventurada Virgem*.³⁰

As expressões *trabalho de Maria* ou *trabalho da bem-aventurada Virgem* comportavam conotação algo diferente. Empregavam-se para descrever uma realidade ainda por fazer, pela qual suspiravam. Tal projeto envolvia fé e requeria dedicação, apego a uma sonhada empresa que seria levantada no sofrimento³¹. Em 1848, Jeanne-Marie, por duas vezes, se referiu ao *trabalho*, quando falou ao jovem sacerdote Mayet sobre as

²⁸ RMJ doc. 100 # 7.

²⁹ RMJ doc. 100 # 7.

³⁰ OM 1, do. 50.

³¹ Forum Novum 2, Apêndice p. 254-259.

dificuldades e esperanças experimentadas no começo da Sociedade³². O entusiasmo gerado encontra-se também entre as primeiras reminiscências formuladas por uma das primeiras postulantes: “Naqueles dias, não achávamos nada demasiado difícil, quando era questão de melhorar a casa da bem-aventurada Virgem e empenhar-se no seu trabalho.”³³

A expressão *o trabalho da bem-aventurada Virgem* aparece, pela primeira vez, em carta de Jeanne-Marie ao Bispo Devie, em 1824. Nela, com ingenuidade, ela afirma a sua fé de que o Trabalho é querido por Deus. Ela nunca perdeu a fé na vontade de Deus em relação ao Trabalho, a despeito do fato de que o sofrimento acompanhava o progresso dele. Preocupavam-na as dificuldades no concernente à aprovação diocesana do ramo dos padres, porquanto era o Trabalho de Maria que estava em jogo. Ela chegou a reconhecer que a forte oposição do Bispo para qualquer avanço do projeto era ‘grande graça, uma das maiores bênçãos de Deus conferidas à Sociedade’³⁴. Nada, portanto, nem mesmo que tivesse de ganhar o beneplácito do Bispo, poderia trazer prejuízo ao Trabalho de Maria. Se houvéssemos logrado o favor do Bispo desde o começo, nunca teria-

mos ousado dar um passo sem ele, e assim o nosso progresso teria sido menos vigoroso.³⁵

O PROBLEMA JURÍDICO DO RAMO DAS IRMÃS

Dificuldades de natureza jurídica, no concernente ao ramo das Irmãs, testaram a fé de Jeanne-Marie mais que quaisquer outras. Em 29 de abril de 1836, a Santa Sé aprovou o ramo dos sacerdotes como Sociedade de votos simples. A aprovação da Sociedade de Maria, agora considerada apenas como dos Padres, tornou a estes *extradiocesanos*, mas ela excluía os Irmãos e as Irmãs. No entanto ainda persistia a crença no plano original de uma Sociedade de diversos ramos, sob a autoridade de um Superior-geral extraído dos padres. Já desde os anos de Cerdon, Jeanne-Marie nunca deixou de reconhecer a posição de Colin como cabeça da Sociedade, e nunca considerou a Congregação das Irmãs como parte separada da Sociedade de Maria. Ela manteve firme até o fim que era ele quem fora especialmente escolhido para governar a Sociedade de Maria com todos os ramos e definir a vocação da Sociedade por mediação de uma Regra ou Constituição.

³² RMJ 100 # 6-8.

³³ RMJ doc. 250 # 25.

³⁴ RMJ doc. 100 # 1.

³⁵ *Ibidem*.

DILEMA DE COLIN: UMA SOCIEDADE OU DIVERSAS?

Em 1842, na sua segunda visita a Roma, Colin recebeu a mesma resposta negativa da Cúria. Esta segunda recusa teve o efeito de minar seriamente a convicção dele de que Deus quisesse a união dos diferentes ramos da Sociedade. Ele foi levado a concordar com a definitiva separação jurídica de Padres, Irmãos e Irmãs. No seu retorno de Roma, o seu principal objetivo era prover as Irmãs com uma Regra que se adequasse à estrutura de congregação diocesana.

Mais tarde, Colin expressou a sua intenção de demitir-se de Superior-geral, para dedicar-se a escrever as Regras dos diferentes ramos, acrescentando: "Estes três ramos devem assemelhar-se uns aos outros porque, para assim dizer, todos têm a mesma origem".³⁶ É claro, com base no capítulo dos Padres de 1846, que Colin buscava conciliar duas coisas: primeiro a sua firme resolução de deixar as Irmãs inteiramente na jurisdição do Bispo e, segundo, a sua convicção profunda de que a Sociedade de Maria, nos designios da Providência, tinha especial missão com a congregação do ramo das Irmãs como originalmente pensado.³⁷

ANOS TORMENTOSOS PARA A FUNDADORA

É aqui que os relacionamentos entre os dois se tornaram muito estreitados. A despeito das maiores diferenças entre eles, Jeanne-Marie considerou, pressurosa, as superiores introvisões do plano original da Sociedade. As convicções dela eram tais que não podia permitir que fossem ameaçadas meramente por causa da atitude de Colin para com ela. Chavoïn não hesitou em recordar-lhe uma imagem que ele próprio empregou muitas vezes e do agraçado tempo em que as suas principais ideias vinham brotando. "Não se dá conta de que Maria, nossa augusta Mãe, lhe confiou o vasto campo da sua ordem? Agora, neste campo há uma árvore com diversos ramos. A proposta de cortar o ramo das Irmãs como não iria entristecer o seu santo coração, ela que lhe confiou o ramo de maneira tão singular? Cabe-lhe cultivar e ampliar o espaço dos ramos, ao invés de destruí-los, jogando-os nas mãos daqueles que não foram escolhidos pela vontade divina nem por Ela".³⁸

³⁶ Mayet 6, 106.

³⁷ Processos verbais no capítulo de 1845; APM 321, 5252.

³⁸ CMJ doc. 29 # 1.

RESOLUÇÃO OU REVOLUÇÃO?

Na preparação do Capítulo geral de 1852, o primeiro da história da Congregação, o próprio Colin delineou os pontos da Regra com base nas decisões já tomadas pelos superiores no encontro realizado na ausência de Jeanne-Marie. Estes deveriam ser submetidos ao Bispo Challengdon, sucessor de Devie, e às delegadas do Capítulo. Os pontos submetidos recomendavam a adoção do nome de *Filhas de Maria Imaculada*. Quando o Capítulo iniciou as sessões, havia acordo sobre todos os pontos, pelo menos em princípio. As Irmãs dependeriam apenas dos Bispos diocesanos; elas não mais se chamariam maristas, mas *religiosas do Santo Nome de Maria*; deveriam aceitar uma clausura voluntária, imposta pela Regra e pelos superiores diocesanos. Mesmo sendo as decisões tomadas contrárias ao seu pensamento, Jeanne-Marie aceitou-as em princípio, em busca da união da congregação. Em abril de 1853, quando o Capítulo se reuniu de novo, ela se demitiu do cargo de Superiora-geral e a Madre Ambrose foi eleita no seu lugar.

Agora a organização interna da congregação progrediu. Madre Ambrose procurou inspiração nas formas e costumes das Irmãs de clausura da Visitação, convento em que está uma irmã dela. De novembro de 1855 a maio de 1856, o Pe. Colin escreveu a regra, mas consultando-a amiúde.

Sem abandonar a sólida piedade que era a sua herança, a congregação tornou-se, imperceptivelmente, menos atenta às demandas do caráter apostólico dado por Jeanne-Marie em matéria de pobreza, trabalho e zelo apostólico.

JEANNE-MARIE FIEL ATÉ O FIM

No Capítulo de 1858, o texto da Regra estava ainda incompleto. Duas semanas depois, e já muito doente, ela decidiu enviar uma mensagem final ao Pe. Colin: ela limitou as suas observações a reafirmar a missão especial da congregação, mas prefaciou-as e concluiu-as, assegurando-lhe que ela continuava acreditando na missão dele: “Deus confiou-lhe o trabalho; Nossa Senhora escolheu-o para dar às minhas filhas a Regra que devem seguir. Não deve haver outro espírito na Regra que não seja o de Nossa Senhora; bem sabe que esta boa Mãe o escolheu para tornar este ideal conhecido de todas as minhas filhas, traçando-lhes o que devem ser e manter para continuarem verdadeiras maristas”. A própria natureza do texto é significativa. Com força ela recorda a Colin que ele é a pessoa que Maria encarregou de dar o espírito e a Regra que vão conduzir “todas as suas filhas, para serem verdadeiras maristas”³⁹. É notável que Jeanne-Marie pensa não apenas nas Irmãs, como nas cartas

³⁹ CMJ doc.91 # 2.

anteriores, mas igualmente em todos os maristas.

visão de Jeanne-Marie foi recuperada por inteiro.

FIDELIDADE RECOMPENSADA

Jeanne-Marie viveu para ver que quase todas as decisões do Capítulo de 1852 ficaram mantidas. A idéia de haver superiores diocesanos nunca se materializou; o próprio princípio diocesano havia caído em 1856. O nome *Irmãs Maristas* já fora recuperado em 1857. A meia clausura, contudo, apesar das restrições que implicou no modo de vida e na atividade apostólica das Irmãs, continuou até o Capítulo de 1960. Nos anos seguintes, tornou-se cada dia mais claro que a Congregação não é apenas autônoma e apostólica de pleno sentido, mas é também parte integrante da Sociedade de Maria original. A

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

- Acta Societatis Mariae
- APM - Archives Pères Maristes
- CMJ - Correspondence Mother St Joseph, Rome, 1966 (Correspondence Mère St Joseph, Rome, 1965)
- J.Coste, *Lectures on Society of Mary History*, Rome, 1965
- LM - Lay Marists, Anthology of Historical Sources, Charles Girard, SM, Rome, 1993 (Maristes laïcs, Recueil de sources historiques, Charles Girard, SM, Rome, 1992)
- OM - Origines Maristes, Vols 1, 2 and 3, Rome, 1960, 1961, 1965
- RMJ - Recollections Mother St Joseph, Rome, 1974 (Recueil Mère St Joseph, Rome, 1971)

IRMÃO GABRIEL MICHEL (1920-2008)

Uma vida a serviço
da pesquisa sobre nossas origens
e da difusão do carisma marista



Alain Delorme, fms

I. SEU ITINERÁRIO MARISTA

Infância e juventude¹

Nosso Irmão nasceu em Chazelles-sur-Lyon (Loire), perto de Saint-Étienne, no dia 4 de abril de 1920. É o último de três filhos, de uma família de agricultores. Chazelles, nos anos 20, era uma cidade de 6.000 habitantes que contava com umas vinte fábricas de chapéus. Hoje, há apenas um museu do chapéu, numa antiga fábrica.

Gabriel frequenta a escola dos Irmãos, secularizados desde 1903. Um deles, Philippe Millet, era um educador notável. Aos dez anos, nosso aluno muito dotado conseguiu o nível do certificado de estudos; mas como o exame era prestado apenas aos 12 anos, foi preciso 'fazer tempo' por dois anos. Dois anos a repetir as mesmas coisas! A agricultura não lhe interessava. Em 1932, o Irmão Chalendar, então diretor da escola, fala dele ao Irmão Colombat, o recrutador. O Irmão Gabriel conta: "O recrutador veio à nossa casa; falou-nos de La Valla onde eu poderia continuar meus estudos até conseguir o diploma de professor livre, pois, ser Irmão não significava nada. Nem meus pais nem eu tínhamos ideia alguma do

¹ Nesta primeira parte, valemo-nos de um texto autobiográfico recente.

que fosse a vocação de Irmão, nem conhecíamos os termos juvenato, noviciado... Mesmo assim, estava decidido; eu iria continuar meus estudos em La Valla.

Juvenato em La Valla

Em relação à minha vocação, devo dizer que, inicialmente, não me questionava sobre isso. Eu apenas tinha a impressão de que as orações eram terrivelmente longas. Entretanto, desde a metade do primeiro ano – tinha então 13 anos – posso afirmar que eu estava convicto de estar em minha vocação. O bom espírito que existia, provavelmente contribuiu para isso”.

Durante o segundo ano de juvenato, morreu seu pai em consequência de um acidente, devido a um susto do cavalo que ele dirigia.

No ano de 1935, os juvenistas, que tinham 14 ou 15 anos, foram a l’Hermitage para fazer um tempo de « juvenato superior », sob a orientação de um bom formador, o Irmão Marie-Désiré, primo de Philippe Millet.

Noviciado na Itália

Em 1936, foi para o noviciado na Itália, em Santa Maria, casa isolada que pertencia à vila São Mauro, um pouco abaixo da Superga, túmulo da família real da Itália, em Turim. “O nível desse noviciado não igualava o

do juvenato superior... Mas, o que eu encontraria no noviciado, eram os exemplos de outros noviços, espanhóis, ingleses, irlandeses, sul-africanos. Todos deviam falar francês. Éramos 13 provenientes de l’Hermitage; outros tantos, de Grugliasco. Na periferia de Turim, Grugliasco era, desde 1903, a Casa-geral e também uma casa internacional para juvenistas e escolásticos. Durante o noviciado, havia um recreio de um quarto de hora em que cada um falava a língua que quisesse. Como eu estava interessado em línguas e tínhamos tido no juvenato algumas lições de inglês, aproveitava para tentar falar duas ou três palavras com um sul-africano que, ao menos, me dava uma noção correta da pronúncia... Teria gostado de aprender ao menos o italiano, mas não tivemos a mínima iniciação... Durante os passeios de quinta-feira e de domingo, havia uma parte do tempo em que era preciso misturar-se com aqueles de Grugliasco. Eu achava isso penoso porque não tinha grande coisa para conversar. Isso fazia parte das renúncias do noviciado”.

Em 15 de agosto de 1937: primeiros votos. “Em meu íntimo, eram evidentemente perpétuos”.

Escolasticado em Notre-Dame de l’Hermitage

Setembro de 1937 : retorno a l’Hermitage, para o Escolasticado. Foi o primeiro ano para preparar o ‘brevet’, indispensável para o ensino

primário. O segundo ano era para preparar a primeira parte do bacharelato. “Além do programa geral, era preciso que estudasse inglês e sobretudo latim, que eu ignorava totalmente. Ia então, todos os dias, na casa do Pe. Ponchardier, um velho sacerdote cego, que outrora fora professor num seminário. Ele morava frente à vila Santa Matilde, a cinco minutos de nossa casa. Não sei que nota possa eu ter conseguido em latim, mas fui aprovado”.

A serviço das crianças

Outubro de 1939: ao trabalho, em Tence, no Haute-Loire. Aula de 42 alunos, quando todos estavam presentes; bom número deles vinha apenas a partir do dia de Todos os Santos e alguns já partiam em fevereiro ou março. Uma lembrança de seu tempo de ensino primário: “Todos os sábados, havia o catecismo da Santíssima Virgem. Portanto, uma 40 vezes por ano. Isso não era muito claro. Certa vez, eu não tinha encontrado grande coisa para ensinar e comecei o catecismo habitual. Um aluno me interrompeu: “E não vamos ter o catecismo da Virgem Maria?” Isso me serviu de lição e, daí por diante, por exemplo, quando era diretor de Valbenoite, eu dava esse catecismo em ao menos 4 ou 5 salas, em que o professor considerasse isso muito difícil.”

A escola de Tence tinha então quatro classes. Nosso Irmão dava a segunda, que correspondia a um

curso médio de 1º ano mais o nível elementar de 2º ano. “Como meus confrades, eu não tinha recebido formação pedagógica; mesmo assim, dava certo”.

“Aqueles anos eram anos de guerra e foi em Tence que eu vi a derrota (primavera de 1940) e as populações do Norte que vinham para o Sul”. Em fevereiro de 1941, ele deixou Tence para vir a l’Hermitage, preparar a segunda parte do bacharelato, dando ao mesmo tempo algumas aulas aos Escolásticos. Ele prestou os exames com sucesso, em setembro.

Nos campos de trabalho

1942: partida para os Campos de trabalho (Chantiers de Jeunesse), que, então, substituíam o serviço militar. “Como eu cheguei de batina, os outros sabiam que era uma espécie de padre. Aliás, eu fazia ostensivamente minha oração, todas as noites, antes de deitar... No quarto coletivo, onde estive nos seis últimos meses, não havia muitos praticantes, mas o ambiente era excelente. Tínhamos estabelecido que por cada palavra que alguém dissesse era colocado um franco na caixinha. Isso nos permitia de fazer uma refeição bem melhor, o que era raríssimo, nesse tempo de restrições. E mais, estávamos num povoado em que havia uma escola de Irmãos (Courpière, Puy de Dôme). Eles me convidavam todos os domingos para almoçar com eles. Os outros me invejavam. Depois de oito meses,

nos despedimos uns dos outros. E eu parti, de batina”.

Em 1943, o Irmão Gabriel foi nomeado vigilante dos pensionistas (internos), em Saint Genest-Malifaux. Essa função permitia-lhe algum tempo livre para seus estudos.

Com os jovens Irmãos, no escolasticado

« Pouco depois, supervisor dos escolásticos, em l’Hermitage, e isso até 1949. Nunca mais isso. Eu fazia com eles, naturalmente, todas as saídas. Dormia no mesmo dormitório. Ensinava francês, inglês e latim. Fazia-se muito ensaio de cantochão”. – O Irmão Gabriel tinha uma boa voz e dirigia o coral. – “Fazíamos teatro. Compus, em versos, um ‘drama de Judas’, depois outras peças sobre os primeiros Irmãos. E ao mesmo tempo, eu precisava preparar três certificados para a licenciatura em Letras: grego, francês e filologia”.

Por seu modo de ser, por sua proximidade, o Irmão Gabriel entretinha o bom espírito e o amor ao trabalho, entre os jovens Irmãos formando. Segundo o testemunho de vários, ele era o elemento-chave do bom andamento do escolasticado. Um estágio, em Valbenoite, para ali ensinar francês, permitiu-lhe, ao mesmo tempo, de preparar e de conseguir seu último certificado, o de filologia. Com isso conquistara a licenciatura em Letras. Em seguida voltou a l’Hermitage, como professor no juvenato. Em 19951, fez um estágio de dois meses na Escócia. Ele

constata: “Não era o modo mais eficaz para aprender a língua com seriedade”. Por dois anos, é diretor do juvenato, antes de ir, por alguns meses, ao segundo noviciado.

Diretor de Notre-Dame de Valbenoite, em Saint-Étienne

« Depois, o diretor de Valbenoite tendo ficado doente, tornei-me diretor dessa casa, por dez anos. Fiz do melhor modo possível. Tratei de manter algumas boas tradições: o mês de Maria com todos os alunos, celebrações solenes como no dia 8 de dezembro... Naturalmente, nem tudo é azul quando se exerce responsabilidades e, mais de uma vez, teria gostado de estar no outro lado do mundo. Quem, suponho, teve responsabilidades um pouco mais amplas e um tanto prolongadas, sabe que é preciso estar preparado para tudo. A humanidade é a humanidade”.

1965: o Irmão Gabriel é professor no escolasticado de l’Hermitage, durante dois anos. Em 1966, é enviado a Roma para preparar, com outros, as novas Constituições, logo após o concílio Vaticano II. Aí, aproveita para estudar um pouco de italiano.

Período romano (1967-1976)

1967: é delegado do Capítulo geral e é eleito Secretário-geral.

« Isso foi a graça de minha vida, porque iria viver nove anos com o Irmão Basílio e compreender a vida

religiosa como uma fidelidade aos sinais que nos dá o Senhor. Com Basílio não havia preconceitos: ele me deixava a mais ampla liberdade. Vivi tanto fora quanto dentro, mesmo se 90% de meu tempo era passado dentro. Fora, eu participei, frequentemente, em finais de semana do Mundo Melhor, movimento espiritual em que o Irmão Basílio fora um dos principais líderes. Isso me proporcionava a ocasião de falar o italiano e de viver com os jovens”. O Irmão participava também dos encontros organizados por Kiko Argüello, fundador das comunidades neocatecumenais.

«Em nível interno, coube-me, sobretudo, passar a bom francês as Circulares em geral muito volumosas de Basílio. Na época, eu não sabia uma palavra de espanhol. Ele me ditava, pois, num francês um pouco aproximativo o que era preciso escrever em francês correto, porque observava o princípio de publicar na língua do Fundador. Gostei muito desse trabalho.

Basílio havia refletido um pouco de tudo, durante seus anos no Mundo Melhor, mas às vezes ele queria informar-se, junto a personalidades - Lyonnet, Von Balthasar... - o que dizia a teologia sobre tal ou tal ponto. Pedia-me de prever uma refeição em “L'eau Vive” para discutir questões. Esse restaurante, mantido por religiosas, era o ambiente perfeito para esse tipo de intercâmbio. Eu, evidentemente, devia calar-me, muito interessado, mas muito abaixo desses níveis”.

De volta a l'Hermitage, sua admiração por aquele de quem fora, durante nove anos, o mais próximo colaborador, deu-lhe a coragem de traduzir ao francês sua tese de doutorado: “Ser e valor”, texto longo e às vezes difícil. Mas o Ir. Gabriel estava disposto a fazer de tudo para que fosse melhor conhecida a personalidade, fora do comum, de seu autor. Um pouco mais tarde, aceitaria de compor um texto de 32 páginas para recordar em que circunstâncias haviam sido escritas as 16 Circulares do Ir. Basílio, durante seus dois mandatos. Ele experimentou, certamente, uma grande alegria com o anúncio da introdução da causa de beatificação desse Irmão.

Retorno a l'Hermitage (1976-2004)

« Depois de Roma, fui nomeado para l'Hermitage com o objetivo de acolher grupos, pregar retiros em diversos países ou na França, conduzir os grupos pela *Route Champagnat*”. Sei que o Irmão Gabriel, num primeiro momento, lamentou deixar Roma e seu trabalho de secretário do Ir. Basílio. No entanto, entregou-se completamente à nova função de acompanhar os grupos, continuando ao mesmo tempo a trabalhar na elaboração das Circulares, durante o segundo mandato do Superior-geral (1976-1985). Verificando que os grupos hispanófonos eram numerosos, deu-se ao estudo do espanhol e conseguiu falá-lo suficientemente bem para acompanhar e interessar os peregrinos.

Ele permanecerá em l'Hermitage, de novembro de 1976 a setembro de 2004, com uma estada de cinco anos (1996-2001) na comunidade de Fonsala, em Saint Chamond, o que não interrompia seu trabalho ordinário: acompanhamento de peregrinos e pesquisa sobre nossas origens. O Irmão Gabriel também era um bom animador de celebrações litúrgicas comunitárias, especialmente da missa dominical das 10h30, sempre muito acompanhada pelo público. A boa voz lhe facilitava a tarefa. É durante esse período que ele pôde escrever as obras que apresentaremos mais adiante, nomeadamente: "Né en 89" (Nascido em 89), "Marcellin Champagnat et la reconnaissance légale des Frères Maristes" (M. Champagnat e o reconhecimento legal dos Irmãos Maristas), "Gabriel Rivat et 60 ans d'histoire mariste" (Gabriel Rivat e 60 anos de história marista).

Em Saint Genis-Laval (2004-2008)

Quando a comunidade de l'Hermitage teve que se dispersar em razão dos trabalhos de reconstrução, o Ir. Gabriel foi morar em Saint Genis-Laval. Em fevereiro de 2007, ele me escrevia: "Perguntei ao Ir. Provincial o que teria por fazer: ocupar-me de algum doente? Ele me disse: "Não, o que se espera do senhor, é um trabalho intelectual". E então, sem havê-lo, de modo algum, calculado, eu vi que poderia fazer muitas traduções". E enumera: a vida de Monsenhor Pompallier, a de Suzanne Aubert, fun-

dadora de uma Congregação missionária, na Nova Zelândia. Esses dois livros traduzidos do inglês. Depois, do italiano, um livro escrito por um irmão: "Um século de lutas pela liberdade do ensino, na França". E acrescenta: "Depois comecei a traduzir textos do Irmão Mc Mahon – um estudo sobre a correspondência Champagnat – Colin; uma biografia do Ir. Owen e, sobretudo, um estudo muito interessante sobre os maristas: Padres, Irmãos, Irmãs, Ordem terceira, intitulado "Travellers in hope"... tudo isso para dizer que, durante esses dois anos e meio, não parei um momento". Pedia-me ele, depois, de rever um texto de mais de 50 páginas, onde ele registrava o que costumava dizer aos grupos, acompanhando os peregrinos, durante 28 anos.

Tive a ocasião de encontrá-lo, no dia 17 de setembro de 2008, com um grupo hispanófono de Irmãos de 3ª idade, em visita a Saint Genis-Laval. Conservava toda sua lucidez e gentileza, mesmo se o corpo acusasse um grande cansaço. Ele estava a dois meses de sua Páscoa, ocorrida no dia 17 de novembro.

II. SUA CONTRIBUIÇÃO ÀS PESQUISAS SOBRE NOSSAS ORIGENS

É considerável a contribuição que o Ir. Gabriel Michel deu às pesquisas sobre nossas origens maristas. O Senhor lhe concedera as qualidades

necessárias para essa tarefa e aproveitou-as muito bem. Nosso Irmão escrevia com facilidade e somente Deus conhece o número de páginas que escreveu em sua longa existência. Era um homem de escritório: nele passava a maior parte de seus dias, em Roma como em l’Hermitage. Poucas vezes era visto em passeio e nunca praticou esporte. Isso não o impedia de ser sempre afável e pronto a prestar serviço. Escrevia com esferográfica, com caligrafia muito legível, quando não o fazia à máquina. Tinha estilo simples, próximo à linguagem falada, fácil de ler. Sua voz, com tom homogêneo, cativava facilmente a atenção do auditório. Nas conferências não ultrapassava jamais o tempo que lhe era concedido.

Desde sua juventude, interessara-se pelas pesquisas genealógicas. Assim escreveu: “A família MICHEL viera estabelecer-se em Chazelles-sur-Lyon, no vilarejo de Mont. Meus antepassados vinham de Maringes e os deles eram de Virigneux. Equivale a dizer que passavam de povoados a vilas em expansão. Organizei a genealogia dos Michel até o século XVIII, tanto quanto é possível fazê-lo com os arquivos das prefeituras. Consegui fazê-lo durante as férias, indo de bicicleta a Maringes e depois a Virigneux. Depois, não tive mais tempo para fazer o mesmo do lado dos Rivoire (sobrenome de minha mãe). Isso, no entanto, deu-me o gosto pela pesquisa que deveria, em seguida, empreender para o caso Champagnat”.

Efetivamente, ele vai passar muitas horas a procurar, nas prefeituras de Marlhès, Saint Chamond, Saint Étienne e região, documentos relativos ao Fundador e à sua obra. Para isso, aproveitava toda ocasião, segundo o testemunho anedótico contado por um Irmão: “Em 1955, acompanhei Gabriel Michel numa colônia de juvenistas, em La Valla. O que fazer para ocupar esse pequeno mundo? Para Gabriel seria a ocasião de pesquisar e fazer, talvez, descobertas. Ele sentia-se atraído a explorar as ruínas do castelo de Thoill. Não haveria, aí, algum subterrâneo? A fértil imaginação de Gabriel a isso se entregava totalmente. É montada uma expedição. E eis-nos a caminho com pás e enxadas... Evidentemente, voltamos como entramos, sem ter remexido um torrão sequer. Mas o passeio foi divertido. Mais sérios os contatos com o secretário da prefeitura. Ele nos falava de um de seus predecessores, Barge, em exercício nos tempos do Padre Champagnat e que tinha escrito suas memórias... Nós ignorávamos, então, que num recanto do presbitério dormiam numa caixa os registros do mundo católico da época de Champagnat coadjutor” (Irm. Jean Roche, Saint Paul-3-Châteaux, 7 de julho de 2009).

Publicações no Boletim do Instituto

O ‘Bulletin de l’Institut’, em janeiro de 1955, começa a publicar uma série de seis artigos: “Contribuição para uma retomada dos trabalhos

sobre as origens dos Pequenos Irmãos de Maria". O nº157 (p. 451-459) apresenta o primeiro artigo do Ir. Louis Laurent (Pierre Zind), na abertura do centenário da publicação (1856) da 'Vida do Venerável Padre Champagnat', escrita pelo Ir. Jean-Baptiste. Pode-se pensar que esses artigos foram um estímulo para o Ir. Gabriel Michel, então na plenitude de seus 35 anos. Apesar de seu trabalho e de suas responsabilidades de chefe do estabelecimento, em Notre-Dame de Valbenoite, ele vai aproveitar todos os seus tempos livres para acompanhar as pesquisas sobre as origens de nossa família religiosa. Certamente deve ter mostrado muito interesse pela publicação do 1º tomo de "*Origines Maristes*" (Origens Maristas), dos Padres Jean Coste e Gaston Lessard, apresentado pelo Ir. Louis Laurent (Bulletin nº185, janeiro de 1962, p. 438-439).

O primeiro artigo redigido pelo Ir. Gabriel Michel apareceu no Bulletin nº197 (janeiro de 1965, p. 466-476) sob o título: *Os anos obscuros de Marcelino Champagnat*. Este é seguido de dois outros com o mesmo título (p. 570-575 e p. 675-680). Em janeiro de 1967, na rubrica "História", ele publicou: *Para melhor conhecer o Bem-aventurado Padre Fundador* (Bulletin nº 205, p. 479-483) e, no mesmo ano: *O Padre Champagnat e o mês de Maria* (Bulletin nº 207, julho, p. 748-753).

Depois de sua eleição como Secretário-geral, no Capítulo de 1967

(setembro-outubro), o Ir. Gabriel reside em Roma e uma de suas tarefas é a de assegurar a publicação desse Boletim. Notemos que o Irmão tinha sido eleito como delegado de sua Província (Notre Dame de l'Hermitage) para esse Capítulo, dito "especial", a pedido da Igreja, após o Concílio Vaticano II. Os Irmãos tinham procedido de modo igual para o Capítulo geral de 1958. Isso significa que ele tinha plena confiança dos Irmãos de sua Província.

« Nascido em 89 »

A partir de novembro de 1976, morando em Notre Dame de l'Hermitage, na comunidade de acolhida, poderá consagrar mais tempo à pesquisa e à redação. Com efeito, ainda que sempre disponível para acompanhar seja os grupos de peregrinos aos lugares maristas, seja o visitante solitário vindo da Austrália ou de outra parte, o Irmão Gabriel tem mais liberdade de espírito, agora, do que no período em que esteve em Roma. Assim, escreve uma biografia de Marcelino Champagnat, em três volumes, sob a forma de romance histórico. "*Né en 89*" ("Nascido em 89"): este é o título que dá à sua obra para lembrar que o Padre Champagnat nasceu em 1789, ano da revolução francesa. O primeiro volume aparece um pouco antes do bicentenário do nascimento de Marcelino. Abrange os anos da infância e da juventude. É o mais romanceado dos três tomos porque o autor não dispunha de fontes histó-

ricas para contar alguns fatos de infância. Os dois outros volumes são baseados na história conhecida do Fundador e dos seus primeiros irmãos. São livros que se leem facilmente e dão uma boa ideia da pessoa de Marcelino e de sua obra.

“Marcelino Champagnat e o reconhecimento legal dos Irmãos Maristas”

Este é o título que o Irmão Gabriel dá ao resultado de suas pesquisas, relativas às providências do Fundador junto ao governo francês, durante o período de duas permanências em Paris, em 1836 e 1838. A obra, impressa em offset, no Carmelo de Saint Chamond, em 1986, compreende 300 páginas formato A4. Em 27 capítulos, o leitor pode seguir Marcelino Champagnat em todas as suas tentativas, junto às autoridades, para obter esse reconhecimento do qual necessitava muitíssimo para que seus irmãos fossem dispensados do serviço militar que, na época, durava 7 anos. A história nos diz que não obteve sucesso. Foi preciso esperar o dia 20 de junho de 1851, para que o Irmão Francisco conseguisse obter o reconhecimento oficial do Instituto. No começo de 1991, o Irmão Gabriel Michel publica um segundo volume de uma centena de páginas, de igual formato, para contar as providências tomadas pelo 1º sucessor de Marcelino: *“Frère François et la reconnaissance légale des Frères Maristes*

(1840-1851)”. Este trabalho estava anunciado na página 5 da introdução do primeiro volume. A dupla obra compreende notas e anexos muito interessantes que sublinham a seriedade das pesquisas efetuadas.

Os “Cadernos Maristas”

Em junho de 1990, começa a publicação dos « Cadernos Maristas », com o objetivo de tornar conhecida a situação das pesquisas sobre nossas origens e sobre o que nos caracteriza como Irmãos Maristas. No nº1, na rubrica “Estudos”, pode-se ler um artigo intitulado “O confessor do padre Champagnat”, assinado pelo Ir. Gabriel Michel. Assim contribuirá em vários números: no nº4, de março de 1993, em que apresenta Antoine Linnossier; no nº13, de julho de 1998, apresenta suas pesquisas em torno de “Marcelino Champagnat e o reconhecimento legal do Instituto” e seu trabalho sobre “Champagnat no dia-a-dia”; no nº14, de novembro de 2008: “Marcelino Champagnat e seu caminho de obediência”; no nº25, abril de 2008: “Grandeza e decadência dos Champagnat”. Foi sua última contribuição para os “Cadernos Maristas”.

As pesquisas sobre o reconhecimento legal do Instituto são um exemplo da qualidade do trabalho do Ir. Gabriel. No nº13, ele começa assim sua apresentação de seis páginas (p. 123-128): “Quando fiz este trabalho, pensei que ele poderia esclarecer muitos pontos mal conhecidos de nossa história”.

“Champagnat no dia-a-dia”

Nesse mesmo número, ela anuncia seu trabalho intitulado « *Champagnat au jour le jour* ». O Ir. Henri Vignau, Conselheiro-geral, apresentando esse trabalho publicado em maio de 2001, em Roma, por nossa administração geral (370 páginas, formato A4), começa por citar o Ir. Gabriel Michel: “Como o título indica, essa cronologia procura acompanhar Marcelino Champagnat no que ele faz, no que ele vive, no que ele escuta ou lê. Ele não pode ficar indiferente aos grandes acontecimentos, como a execução do marechal Ney. Se ele não lê muito os jornais, deve ao menos ler “*l’Ami de la Religion*” (O amigo da religião) que, na oportunidade, fala da visita domiciliar de julho de 1831”. Ele acrescenta: “Este trabalho não deixará de chamar a atenção dos espíritos curiosos, mas também dos pesquisadores” e conclui agradecendo o autor “por esta apresentação estimulante dos acontecimentos, dos mais prosaicos aos mais retumbantes, por essa outra “porta de entrada”.

O autor, por sua vez, escreve: “Eis o que, na minha idade, e estando perto dos arquivos departamentais do Loire e dos arquivos diocesanos, posso ainda fazer para lançar um pouco de luz sobre cada mês ou cada dia da vida de Marcelino. Isso também me permitia de justificar muitos detalhes dos tomos 2 e 3 do livro “*Né en 89*”, porque, se o tomo 1º está praticamente exaurido, ao menos em NDH – não sei o

que ainda resta em St. Genis ou em Roma – mas há muitos exemplares dos dois outros tomos. E no entanto, o 1º tomo fora impresso com 5.000 exemplares e os outros, com 3.000 » (Cadernos Maristas, nº 13, p. 130).

“Gabriel Rivat e 60 anos de história marista”

É o livro que aparece em 1996. Como o título o indica, trata-se da história marista, considerada através da vida do Irmão Francisco, 6º Irmão entrado no Instituto. O autor, em 55 capítulos bastante curtos mas bem documentados, como o provam as numerosas notas explicativas, conta a vida do menino nascido em Maissonnettes, um vilarejo de La Valla, no dia 12 de março de 1808, e que sua mãe, Francisca, vem confiar ao jovem coadjutor, no dia 6 de maio de 1818. O pequeno Gabriel completara apenas 10 anos. Marcelino terá todo o cuidado para bem educar esse menino do qual fará seu secretário particular, antes de os Irmãos o elegerem como seu primeiro sucessor, no dia 12 de outubro de 1839. É na verdade a história marista, das origens até a morte do Irmão Francisco, em 22 de janeiro de 1881, que é revisitada, através das 390 páginas de uma obra cuja leitura permanece agradável. O Irmão Gabriel Michel tinha colocado todo seu coração na composição dessa obra. Dava também retiros sobre a vida do Irmão Francisco. Pude seguir aquele que ele pregou em agosto de 1995, em

l'Hermitage, e posso testemunhar que suas palavras revelavam seu amor ao Irmão Francisco, ao mesmo tempo, interessando vivamente o auditório pela qualidade das informações.

Biografias

Tendo pena fácil e o coração na mão, nosso Irmão não se fazia de rogado quando alguém lhe pedia de escrever a biografia de um Irmão falecido. Foi assim que escreveu a do Irmão Leônidas (François Garrigue), 7º Superior-geral do Instituto de 1946 a 1958, falecido em St. Paul-3-Châteaux, em maio de 1975. Durante seu generalato, tivera a alegria de participar da beatificação de Marcelino Champagnat, em 29 de maio de 1955, festa de Pentecostes. Conheço também a biografia do Ir. Pierre Chomat (1918-1978) e aquela do Ir. Adrien Dalbègue (1924-1979), dois excelentes educadores que o Ir. Gabriel Michel havia conhecido.

São biografias sempre lidas com interesse.

Guia e apóstolo nos lugares maristas

É assim que conheci o Ir. Gabriel Michel, acompanhando-o em Marlies, la Valla e nos diversos lugares das origens maristas. Ele repetiu centenas de vezes as mesmas coisas a milhares de peregrinos, os quais sabia cativar pela sua erudição e por sua maneira de ser impregnada de bondade e de humil-

dade. Ele nunca se cansou dessas repetições. Champagnat e seus primeiros Irmãos habitavam seu espírito e seu coração. Apresentando-os, pode-se dizer que, para ele, era sempre a primeira vez. Ele ilustrou muito bem o adágio: "O amor tem apenas uma palavra e, dizendo-a sempre, ele nunca a repete".

No dia 25 de fevereiro de 2007, enviou-me umas cinquenta páginas contendo o essencial do que dizia aos grupos que visitavam os lugares maristas. Elas poderiam ser um bom vade-mécum do peregrino marista.

Transmitiu-me também um texto de sua composição, em 28 quadras, sobre o "Lembrai-vos na neve". A respeito desse episódio, acontecido em fevereiro de 1823, ele fez pesquisas interessantes sobre a família Donnet, na paróquia e na prefeitura de Graix. Um texto bastante curto esclarece essa página de nossa história, a partir de diferentes fontes encontradas.

Inspirando-se na oração "Lembrai-vos", ele redigira as seguintes linhas: *"Lembra-te, dulcíssima Maria, que nunca alguém te invocou sem ser socorrido. Cheio de confiança, venho a ti, Virgem santíssima, minha Mãe; estou diante de ti, sabendo quanto sou culpado. Escuta assim mesmo minha oração, Mãe de meu Deus, escuta-me"*. A melodia que ele tinha composto era muito orante e a comunidade de Notre-Dame de l'Hermitage gostava de cantá-la para terminar o dia com Maria.

PARA CONCLUIR

Gostaria de concluir a evocação da vida e dos trabalhos do Irmão Gabriel Michel, comparando alguns traços de sua personalidade com aquela do Irmão Jean-Baptiste, o cronista do Instituto. Vejamos três deles:

1. Caráter feliz

O Irmão Gabriel era, de fácil abordagem, acolhendo todo mundo com o sorriso nos lábios. Quanto ao Ir. Jean-Baptiste, o Ir. Luís Maria escreve a propósito: "Quem foi mais alegre, mais expansivo, mais simpático e mais cativante do que ele?" (Circulares, Vol. IV, p. 244)

2. Trabalho constante

No escritório, da manhã à noite, lendo, escrevendo para tornar conhecido e amado Marcelino e sua obra. Assim foi a vida do Irmão Gabriel. Em Saint Genis-Laval, fazia ainda diversas traduções. Pode-se dizer que morreu com a caneta na mão. A seu lado, o Irmão Jean-Baptiste: "No dia mesmo de sua morte,

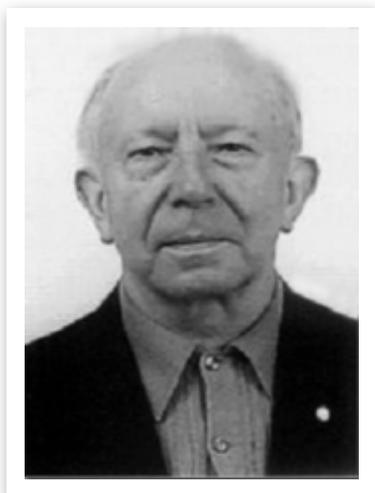
corrigia ainda as provas tipográficas de sua *Meditações sobre a Encarnação*" (Id. p. 149). O Irmão Avit afirma a seu respeito: "Doente como estava, nos seus últimos anos, passava ainda doze horas por dia, em seu escritório" (cf. *Nos Supérieurs*, p. 43).

3. A mão de Maria

Foi Maria quem atraiu Jean-Baptiste e Gabriel para sua família. O primeiro foi a resposta de Notre-Dame du Puy às orações e súplicas do coadjutor de La Valla. Ele chega no dia 27 de março de 1822, nas circunstâncias que ele mesmo contou (Vida, ed. 1989, p. 90/97). O Ir. Gabriel Michel viveu longos anos nos lugares maristas da fundação, impregnado pela graça desses lugares e das pessoas que ali viveram, sobretudo o Fundador e o Irmão Francisco. Ele gostava das peregrinações e das aparições de Maria.

Termino retomando as últimas palavras do poema de Paul Claudel, "*La Vierge à midi*": "Por nosso Irmão Gabriel Michel, *'Mãe de Jesus Cristo, agradecemos'*".

IRMÃO BALKO: GENIAL E CONTROVERTIDO



Manuel Mesonero, fms

Apresentar, num artigo, a vida e a obra de alguém que já faleceu é tarefa impossível; a isso renunciei, antes de começar estas linhas. O que me proponho, nestas linhas, é traçar um esboço do Irmão Balko, sob uma faceta pouco conhecida como é seu aspecto humano e lembrar algumas contribuições de seu trabalho de pesquisador que, segundo meu parecer, aparecem mais significativas, em nível de Instituto.

1. ESBOÇO DE SEU ROSTO MAIS HUMANO

Um homem com 47 anos de idade já viveu muitas experiências que imprimem marcas definitivas para o resto de sua vida. Foi o caso do Irmão Balko que, *somente depois de vinte anos de magistério, em nossos colégios*, teve a oportunidade de iniciar estudos de investigação, em Lyon.

Anos mais tarde, quando se dedicou a palestras formativas, sua experiência de professor sempre o acompanhou. Quem escutou alguma conferência sua lembrará a meticulosidade com que a preparava, preo-

cupando-se em não aborrecer, de suscitar a reflexão de seus ouvintes, alguma pergunta inesperada ou a possibilidade de tomar notas com uma caneta esferográfica. Sabia distinguir muito bem entre um auditório juvenil ou adulto, porém, dava-se conta que sua missão não mudara: continuar a ensinar e, para isso, era preciso continuar a ser professor.

O Irmão marista sempre *conserva essa nostalgia do contato direto com as crianças*, quando é enviado a uma outra missão. Talvez, por isso, o Irmão Balko era tão sensível à presença delas. Lembro-me muito bem da lição que me deu, um dia, por ocasião da entrevista de acompa-

nhamento de minha tese, centrada na descoberta da personalidade do Fundador. Apanhou o calendário marista da Província de l'Hermitage e pediu-me para observar com atenção uma fotografia de crianças que aparecia em primeiro plano. Em seguida, pediu-me que descrevesse o que eu via. A verdade é que não enxergava grande coisa nessa foto. Ele, com seu modo peculiar de despertar a curiosidade, quando queria ensinar alguma coisa, deu-me umas pistas para ver "o mundo" de cada uma das crianças fotografadas. *"É fundamental, disse-me, o brilho de seus olhos"*. Não posso esquecer a lição dessa fotografia e, desde então, serviu-me muito. O Ir. Balko tinha uma sensibilidade para ver coisas que outros não veem.

Balko vivia a missão de difundir suas pesquisas como uma verdadeira ação apostólica "para fazer amar o Fundador". A Província de Madrid, como outras da Espanha, foi várias vezes a l'Hermitage para o retiro dos Irmãos, em grupos bastante numerosos. O Ir. Balko fazia as palestras. Ele sabia muito bem que suas intervenções eram orientadas à reciclagem e não tanto a um retiro propriamente dito. Por isso, convidava-nos depois à reflexão e à oração. Nele aparecia muito mais o religioso do que o pesquisador. Desejava muito mais converter o coração do que ilustrar a cabeça. Em certa oportunidade, confiou-me um sentimento pessoal que me impressionou profundamente: *"Prefiro ter convertido uma só pessoa a Cristo a todas as conferências que*

dei". Era evidente um tom de sinceridade em seu desabafo comigo e fazia-o com um certa inveja, ao escutar o que eu fazia em meu trabalho apostólico com os jovens. Um trabalho do qual ele já estava longe.

Sim, certamente teria gostado de ver, sobretudo, frutos de conversão através das conferências que pronunciou e do que escreveu. E talvez mais, em alguns temas aos quais era muito sensível, como é o **da pobreza e da austeridade da vida religiosa**. Queixava-se, mas em particular, do ritmo de vida que os irmãos se permitiam e segredou-me alguns lances de austeridade, relativos à comida e aos gastos pessoais que ele se permitia. Para ele eram incompreensíveis as adaptações que haviam sido feitas, em l'Hermitage, para a residência dos irmãos da comunidade. O Ir. Balko aparece aqui como um "desadaptado" aos novos modos de viver em voga, tanto em nível estrutural como pessoal, na vida do Instituto e, sobretudo, de sua Província. Foi essa a impressão que tive. Era motivo de um contínuo sofrimento que o acompanhou, enquanto o conheci.

O Ir. Balko, revelava uma **combinação de honorabilidade e de simplicidade nada comum**. Uma das coisas incompreensíveis para mim era sua facilidade para as línguas. Sua língua materna era o húngaro. Falava o francês como sua língua preferida, e utilizava-a como meio de reflexão e de pesquisa. Mas, em Roma, falava italiano; com os grupos de espanhóis, ingleses ou norte-americanos que pas-

savam por l'Hermitage falava espanhol ou inglês. Dominava o alemão e, de vez em quando, fazia exercícios com leituras. Eu mesmo fui testemunha da compreensão que tinha do latim. O domínio desses idiomas fez dele uma pessoa culta, no sentido pleno da palavra. E, no entanto, quem o encontrasse, por ali, via-o conversando em nível familiar, sempre acessível e sem usar nunca, que eu me lembre, termos rebuscados ou menos ao alcance de uma pessoa simples. Essa cultura não era motivo para barreiras ou distâncias. E mais, segundo impressão minha, ajudou-o a abrir corações e compreender melhor alguns comportamentos de pessoas muito diferentes, com as quais teve que conviver, ao longo da vida.

Destaco, finalmente, o caráter paterno que o caracterizou, em sua velhice, no último período de l'Hermitage. Em cartas suas, que conservo, perguntava por minha saúde. No período em que estive em l'Hermitage, em 2001 e 2002, dava-me orientações práticas para não sofrer da coluna. (É uma de minhas poucas doenças.) Obrigou-me, por assim dizer, a aprender alguns exercícios básicos de ginástica e perguntava-me, em suas correspondências, se era fiel em fazê-los.

Nos domingos de tarde, sempre que o tempo o permitia, fazia "um passeio" pelo campo, para descansar a cabeça. Assim, ensinou-me roteiros muito interessantes que se pode apreciar passeando e que não estão longe de nossa casa de l'Hermitage.

É um dos aspectos pouco conhecidos do modo de ser de um homem que se destacou em todo o Instituto, por sua contribuição no campo da pesquisa sobre nosso Fundador. É a personagem que agora me proponho a apresentar.

2. O PESQUISADOR E AS SIGNIFICATIVAS CONTRIBUIÇÕES PARA NOSSO INSTITUTO

a) Um fundador intelectualmente pobre ou limitado e sem elementos originais em seu carisma

O trabalho feito pelo Ir. Balko, ao longo de sua vida, *fundamenta-se no critério de tomar como fonte principal de pesquisa os autógrafos do santo*. Este princípio tão simples de trabalho valeu-lhe, no começo, muitas contrariedades, porque implicava em duvidar de coisas que tínhamos como "fora de qualquer dúvida". Assim, quando terminou sua tese, em novembro de 1972 - "*Le Bienheureux Marcellin Champagnat dans ses instructions et sermons inédits*" (O Bem-aventurado Marcelino Champagnat em suas instruções e sermões inéditos) - pouco nos interessamos por esses escritos, quando nos disse que eram copiados, como fazem as crianças, no ditado. Alguns de nós, então, começamos a dar-nos conta que tínhamos um Fundador pouco conhecido em muitas de suas facetas.

Por que Marcelino copiava as homilias?

A resposta, para um marista comum, era clara: Marcelino tinha tanto trabalho que *“não lhe dava tempo para escrever sermões originais”*. Essa resposta não convencia a um irmão que sabia da formação dada no seminário, no referente à *“preparação dos sermões escritos”* como uma das obrigações próprias de um bom sacerdote, daquele tempo.

Colocar em prática esse princípio de começar pelos autógrafos, no início dos anos setenta, foi muita audácia, porque as coisas não eram como agora. Ele costumava dizer com frequência: *“nossa tarefa consiste em livrar o Fundador, sem doutrina escrita, do domínio de um biógrafo talentoso do século XIX”*. Tarefa nada fácil para uma congregação que aceitou a vida e a doutrina de seu biógrafo sem nenhum tipo de crítica.

Além dos sermões, conservamos *rascunhos de Regras escritas por ele*. Com um trabalho comparativo de fontes, vinha à luz que também se tratava de cópias textuais de outras regras, como a dos Irmãos das Escolas Cristãs. A descoberta começava a tornar-se inquietante visto que era convicção ser função básica de um Fundador dar ele mesmo uma regra para se viver um carisma novo na Igreja.

Poderíamos dizer que, *escutar o Ir. Balko implicava em confrontar-se com um verdadeiro problema: tinha-*

mos um Fundador sem corpus doutrinal para seu Instituto, e além disso, sem nada significativamente original, na hora de organizar a vida religiosa do recente Instituto. Limitara-se a dar uma “regra de vida” para sua obra (esta sim, era realmente coisa sua), inspirada em doutrina espiritual e teológica de outros (Jesuítas e Irmãos das Escolas Cristãs, sobretudo). E tudo isso era fácil de constatar: bastava comparar seus escritos com as fontes de onde copiava.

Ouvir que Champagnat não tinha sido um Fundador clássico, que deixava para sua obra uma doutrina e umas regras criativas e singulares, **despertou entre os Irmãos uma primeira reação de incredulidade**. Mas é certo que, quando começávamos a ler algumas de suas “melhores” cartas, percebíamos claramente essa “decepção” de serem tão curtas e de dizerem tão pouco, comparativamente falando, do Fundador ao qual estávamos acostumados na biografia. A respeito disso recorde as orientações que me deu para realizar meu trabalho de pesquisa: *“Quando o biógrafo nos oferece uma palestra, supostamente do Fundador, com nove pontos, sendo que o último deles se subdivide em outros quatro, não é possível que essa conferência seja do Santo. Ele falava pouco, dava um ou dois pontos e penetrava o coração.”* (Apontamentos em *l’Hermitage*, 3, IX, 2001).

A proximidade com os autógrafos de Champagnat, que nos proporcionou o Ir. Balko, trazia como conse-

quência um **desmoronamento da personagem**. Tratava-se de um tema difícil de assimilar **porque se tratava do Fundador!** Os irmãos haviam sido formados com a imagem de um homem que deixara as coisas claras para seus discípulos. Em que cabeças cabiam essas afirmações? Por essa razão, depois de um período em que era 'moda' escutar novidades em Roma, o Ir. Balko se converteu num pesquisador incômodo, e ele mesmo começou a dar-se conta das dificuldades que seu trabalho implicava.

Com essa experiência pode entender-se melhor o conselho que me deu, quando lhe apresentei minha ideia de fazer o doutorado sobre nosso Fundador: *"Do ponto de vista metodológico, irmão, tenha presente que dos problemas nasce a luz, por isso não pode iludi-los. É preciso analisá-los e refletir sobre eles; caso contrário, não se consegue nada de novo"* (Entrevista, 1.9.2001, Hermitage).

b) Marcelino quis que na finalidade do Instituto estivesse a educação não-formal das crianças pobres e marginalizadas

Um artigo decisivo do Ir. Balko, na atividade de pesquisador, foi o denominado: **"Projet de prospectus de 1824"**. (Un Père Champagnat oublié). Foi publicado em FMS, em 1979. Creio não exagerar ao dizer que esse artigo marca um antes e

um depois, à hora de conseguir uma visão renovada e fundamentada de nosso carisma, no que se refere aos nossos destinatários. A mensagem do artigo é o seguinte: nosso carisma nasceu para educar as crianças do campo (pequenos povoados). E além disso, educar as crianças marginalizadas como as que estavam nos orfanatos. Trata-se de crianças que, em ambos os casos, não podiam ser atendidas pelas instituições religiosas existentes. **Aí se enraizava a necessidade eclesial de nosso Instituto e a justificativa do novo carisma.**

Todo o artigo resultava polêmico. Em primeiro lugar, porque o Instituto, em todo o mundo, havia mudado ao dedicar-se a grandes colégios, e marcando presença nas cidades mais importantes das diversas nações. O mais incompreensível, no entanto, para os Irmãos daquele tempo, era a insistência obsessiva do artigo em apresentar nosso Fundador empenhado em organizar centros para jovens marginalizados.

Para confirmar suas afirmações, o Ir. Balko trouxe à luz os primeiros rascunhos do Fundador, em que escreve a finalidade do Instituto: *"A instrução das crianças em geral, e em particular a dos pobres órfãos é o objetivo de nosso estabelecimento"*. Os textos manuscritos de Champagnat que apresentam essa finalidade são muitos e confirmavam um fato: Champagnat, ao longo de toda a sua vida, alimentou o projeto de consagrar irmãos a dirigir centros educati-

vos para crianças marginalizadas, tais como os orfanatos e os centros para surdos.¹

Ouvir essas afirmações, no fim dos anos setenta, **caiu como uma bomba relógio**, num momento em que nossa instituição estava em plena ebulição, com centenas de irmãos abandonando o Instituto, pelas razões as mais diversas. Quem sabe, não era o momento oportuno de falar de tudo isso? O diálogo so-

bre o carisma com marginalizados converteu-se em tabu, em algumas Províncias, enquanto, em outras, foi instrumento de discórdia entre os irmãos.

Concluindo, o artigo de Balko estabelecia um paralelo entre o fim do Instituto escrito nas Regras de 1837 e aquele que figura nas Regras de 1852 (apenas 15 anos mais tarde); e foi este que se tornou definitivo para os Maristas:

“O fim dos Pequenos Irmãos de Maria é: . . . Para isso manterão escolas.” (Regras de 1852)

O fim da sociedade dos Irmãos é ainda de dirigir casas de providência ou de abrigo para jovens”. (Regras de 1837)

Hoje, podemos dizer que a primeira geração de Irmãos não teve a coragem e o atrevimento do Fundador, e REDUZIU o carisma à instrução dos jovens em geral e dos mais pobres em particular, mas, para entender-nos, hoje, sem fazer menção de uma educação não-formal, própria de instituições que educam crianças marginalizadas.

Alguns provinciais, para se oporem a essa corrente de pensamento, promovida por esse gênero de artigos, promoveram publicações, diametralmente opostas à linha do Irmão.

São publicações, hoje, desacreditadas pela falta de rigor nas fontes, mas que, naquela época, fizeram sofrer muito a um irmão que começou a sentir-se sozinho, apesar da objetividade de suas afirmações e do rigor das fontes usadas.

Os Capítulos gerais seguintes deram, pouco depois, uma volta copernicana neste assunto, sobretudo, em nível de documentos, embora na hora de analisar os resultados, na destinação de obras à juventude necessitada, estamos ainda muito longe dos destinatários primeiros para os quais fomos fundados.

¹ Seu artigo trazia à luz não apenas esses textos, mas também demonstrava que o primeiro centro educativo marista foi, na realidade, o dos órfãos acolhidos, em La Valla, vivendo com os primeiros formandos maristas, sem a separação necessária. Essa boa obra Champagnat a manteve também, nos primeiros meses, em l’Hermitage, mas com resultado negativo e dela desistindo.

c) Revisão da nossa espiritualidade em alguns pontos-chave

O Ir. Balko continuou a surpreender-nos com a análise da espiritualidade do santo e da congregação. Pelo fato de não aceitar nada por suposto e de procurar as confirmações nos manuscritos, seus estudos continuaram a oferecer-nos muitas novidades, algumas delas não ‘digeridas’ pela instituição, apesar dos anos já passados.

A BOA MÃE é, sem dúvida, a contribuição pela qual o Ir. Balko será mais lembrado, ao longo da história de nosso Instituto. O primeiro artigo em que faz um estudo da devoção a Maria foi publicado, em 1978, em *Voyages et Missions*.²

A expressão “Boa Mãe” encerra um modo novo de compreender a relação do Irmão marista com Maria. A aceitação, por parte do Instituto e dos irmãos, das novidades que implica a devoção à Boa Mãe, foi um processo longo e nada fácil, em alguns momentos.

Implicou, por exemplo, deixar em segundo plano o que, ainda hoje, consta em nossas Constituições como lema do Instituto: “*Tudo a Jesus por Maria, tudo a Maria para Jesus*”,³ colocando o acento dessa devoção nas relações mãe – filho, isto é, na confiança, naturalidade e identificação com Ela.⁴ A expressão “*Recurso habitual*” insiste mais no sentido prático e “suplicante” da invocação a Maria. Balko nunca negou esse papel que Maria tem em Caná, mas não lhe pareceu que esse aspecto fosse o mais genuíno da devoção de Marcelino à Virgem Maria.

Balko queixou-se do modo como nós, Irmãos, entendíamos a expressão que ele se esforçava de explicar, em suas conferências. Insistia que não se tratava de uma devoção nova dos Irmãos a Maria: “*Nossa devoção a Maria não tem nada de especial. Trata-se de uma devoção popular, e a expressão “Boa Mãe” não é genuína nem inventada por Champagnat. É uma expressão popular e carinhosa para designar Maria*”. Entretanto, seus protestos não deram resultado, porque os Irmãos sentem uma continua tentação de

² Outros artigos subsequentes, como a análise da oração escrita pelo Fundador para o Ir. Francisco, confirmam e aprofundam esse modo de entender a devoção de um Irmão a Maria. - Artigo EN FMS, nº 36, de 1979.

³ O documento “Água da Rocha” continua insinuando o lema como próprio da instituição (nº 25) embora deixe entrever que possa tratar-se de uma atribuição do biógrafo.

⁴ O lema de uma instituição religiosa parece ser a primeira coisa que os membros da instituição deveriam ter claramente presente, porque aparece nas cartas dos Fundadores, em seus próprios diários e nas primeiras Regras que dão a seus discípulos. Assim foi com São Marcelino. Ele nunca pensou em dar-nos um lema próprio nem original, mas partilhado com a Sociedade de Maria e inspirado nos jesuítas: “Tudo para a maior glória de Deus e honra da Augusta Maria, Mãe de nosso Senhor Jesus Cristo”. Esse lema pode ser lido em suas cartas, em seu diário de resoluções e no início das Regras de 1837. Falecido o Fundador, um lema ‘associado’ à outra Congregação não parecia muito apropriado, e a instituição, adolescente e com desejos de autonomia, decidiu por um lema próprio: “Tudo a Jesus por Maria, tudo a Maria para Jesus”.

ver na “Boa Mãe” uma devoção própria, colocando na estátua que Marcelino tinha em seu quarto, em l’Hermitage, o “ícone” dessa devoção.

Balko viveu essa devoção a Maria com simplicidade, confiança e sentimento de intimidade. O rosário e as orações mariais mais simples eram sua forma ordinária de relacionar-se com Ela. Lembro que, chegada a hora de nos despedirmos, num de nossos encontros em l’Hermitage, encomendou-me duas estampas de Maria para quando voltássemos a encontrar-nos, porque as entregava a familiares e amigos, por ocasião das férias. Minha surpresa foi quando me mostrou alguns modelos de imagens que lhe pareciam mais adequadas: tratava-se de imagens tradicionais que inspiram sentimento e devoção e são muito apreciadas pelo povo simples. Para mim foi uma lição ir à loja e escolher o tipo de imagens que me havia solicitado; vi, nessa simples encomenda, o modo como ele vivia a devoção à “Boa Mãe”.

Os três primeiros lugares representam uma lição por demais esquecida nas palestras que nos dava. Se procurarmos, no Ir. Balko, a negação escrita dos três primeiros lugares (Presépio, Cruz e Altar), não vamos encontrá-la, apesar de ser um tema do qual falava com frequência, devido às perguntas dos irmãos que o escutavam.

O motivo dessa ausência, em seus escritos, poderia ser *o respeito*

que tinha por nossas Constituições, com as quais não quis polemizar, apesar de suas divergências ao lê-las. Belém e a Cruz (Encarnação e Redenção) não podem nunca ser negadas como pilares de toda espiritualidade cristã. Mas a afirmação é genérica e não implica um modo concreto de viver um determinado carisma.

Querer encontrar, como elemento característico de nossa espiritualidade, os três primeiros lugares, a partir dos textos diretos do Fundador é uma tarefa impossível, embora documentos atuais como “*Água da Rocha*” continuem a apresentá-los como importantes. Foi esta uma das ‘tristezas’ com que teve que viver o resto de sua vida. Ouvi-o, com frequência, lamentar-se sobre esse modo de entender nossa espiritualidade.

Dos três primeiros lugares ele sempre viu o ALTAR como o lugar privilegiado e realmente marista, confirmado continuamente pelos escritos e pela tradição dos primeiros irmãos: o modo de celebrar a missa e a recomendação de tê-la diariamente, as continuas referências a respeito, na Regras de 1837, as visitas ao Santíssimo em horário marcado e as recomendadas em momentos específicos, a construção das capelas... denotavam uma espiritualidade centrada na Eucaristia. Esse lugar era real e estava baseado nas práticas diárias ou semanais do Instituto que chegaram até nossos dias.

Ele teria gostado que **a simplicidade** fosse sua contribuição definitiva, na pesquisa sobre nossa espiritualidade. Ele fez um estudo que sintetiza as três virtudes da humildade, simplicidade e modéstia, na simplicidade. É verdade que em muitos âmbitos, esse seu postulado foi tomado como um bom modo de aprofundar a espiritualidade marista, mas é certo que ainda é preciso caminhar muito para podermos dizer que o Instituto tenha feito uma sólida base sobre esse tema.

Finalmente, **o nome de nossa Congregação** também foi estudado por ele. **Pequenos Irmãos de Maria** era provavelmente o nome que o Fundador nos quis dar. O Ir. Balko pouco se esforçou para fazer-se ouvir sobre a discussão desse ponto. Marcelino, dizia, empregava dois nomes: "Pequenos Irmãos de Maria" em cartas oficiais, como aos bispos. Esse nome era sinal distintivo face aos "grandes Irmãos" das escolas cristãs, e lhe dava um sentido puramente burocrático. Mas, quando queria mesmo identificar um Irmão, usava o nome "**os filhos de Maria**". Este era o nome que ele quis para os Irmãos e que aparecia nas cartas dirigidas a eles.

CONCLUINDO este artigo sobre o Ir. Balko, diríamos que é uma vida que nos dá contínuas lições para viver o seguimento de Cristo, por meio de nosso Fundador.

Seu método de trabalho a partir dos manuscritos provocou o des-

moronamento de uma imagem do Fundador que não conferia com a realidade. Num primeiro momento, encheu seus ouvintes de aflição e de certa decepção. Entretanto, agora, depois de uns anos, é visto como o caminho mais autêntico e seguro para obter maior transparência no conhecimento do santo.

Suas afirmações sobre os destinatários do carisma marista provocaram reações, em alguns casos, profundas à sua pessoa, e no entanto, agora, converteram-se no contrário: os últimos Capítulos gerais apontam os jovens pobres e marginalizados como destinatários privilegiados do carisma.

A Boa Mãe, com a imagem da Virgem com o menino, do quarto de Champagnat, converteu-se no símbolo de nossa renovada devoção a Maria, apesar de contrastar e ter que conviver com o lema atual de nossas Constituições (Tudo a Jesus por Maria...) e com a expressão "Recurso habitual".

Essas realidades nos fazem ver que *o Ir. Balko não foi um Irmão a mais*. **Converteu-se**, sem pretendê-lo, **em um gênio**, um homem surpreendente para seu tempo; em pesquisador do tipo que pensa e trabalha muito, mas escreve pouco. Por isso é que a publicação de cada um de seus artigos era tão celebrada, quando vinham à luz.

Seu pensamento e suas conclusões não foram como as de outros,

e isso provocou estranheza, insegurança, inclusive rejeição, em alguns casos. Entretanto, suas afirmações impuseram-se por si só, com o passar do tempo. E é exatamente o

tempo quem dá razão quando as coisas são bem feitas, especialmente no campo da pesquisa. Daí nosso título para este artigo: **genial e controvertido.**

MINHA VOCAÇÃO DE PESQUISADOR

Alexandre Balko, *fms*, 08/09/2008

A Comissão internacional do patrimônio espiritual, em junho de 2008, em Roma, teve a intenção de elaborar um "Ensaio sobre a história do trabalho patrimonial do Instituto", sendo este o subtítulo do artigo publicado no número 26 de "Cadernos Maristas", escrito pelo coordenador desta comissão, o Ir. André Lanfrey. Com este objetivo, foi solicitado ao Ir. Alexandre Balko um relato sobre a sua participação no trabalho patrimonial dos Irmãos Maristas, sendo-lhe precisado nestes termos: "não se trata aqui dos resultados de seus trabalhos, mas de sua vida de pesquisador do patrimônio espiritual do Instituto". O que encontrarão aqui é seu próprio testemunho, escrito quatro meses antes de sua morte, ocorrida em 31 de janeiro de 2009. Os principais artigos, em francês, publicados pelo Ir. Alexandre, foram reunidos na obra "Repensons à nos origines", publicado em Roma, pela Casa Geral, com um prefácio do Ir. Henri Vignau.

O apelo se concretizou através de um telefonema do Ir. Gabriel Michel, Secretário geral, no final das férias de verão de 1971. Fiquei sabendo, na sequência, que o projeto interessava, há algum tempo, os membros do Conselho geral. Pessoalmente, eu não sabia de nada e preparava a volta às aulas em nossa escola secundária de Friburgo, na Suíça. Totalmente surpreso e convencido da minha impossibilidade de realizar um trabalho tão especial como este, fui depressa até o Ir. Gabriel Michel, em Varennes-sur-Allier, onde ele se encontrava naquele momento. Foi inútil argumentar evocando meus problemas de dores de cabeça. Roma tinha falado...

Então fui até Roma, por pura obediência. O Ir. Gabriel Michel já tinha entrado em contato com o padre Jean Coste, hoje já falecido, que prometia a sua colaboração. Mas, o que era preciso fazer? O Conselho geral desejava um trabalho sob a forma de tese. Recebi uma boa sugestão do prof. Jourjon, diretor da Faculdade de Teologia de Lyon, onde eu já havia preparado minha licenciatura em filosofia e seguido alguns cursos de teologia. Assim, eu poderia também concluir a licenciatura em teologia e me orientar na elaboração de uma tese no mesmo sentido. Frequentei novamente cursos de teologia e os preparatórios para a elaboração de uma tese... No outono de 1972, tive condições de apresentar um trabalho sobre os sermões do Padre Champagnat. E, ao mesmo tempo, encontrei as indicações para as minhas pesquisas ulteriores.

Embora o Padre Champagnat, na prática, não tenha deixado nada escrito de estritamente teórico, ele deixou muitos textos, que testemunham, mais ou menos diretamente, suas convicções, sua espiritualidade pessoal,

suas orientações práticas para a formação dos irmãos, etc. Estes escritos formam um conjunto considerável, que se apresenta como um mundo a ser explorado e analisado, com cartas, sermões, rascunhos de regras, notas íntimas, etc. Seria preciso extrair o núcleo substancial de todos estes dados indiretos, para construir uma doutrina fiel e original, sobre o carisma e a pessoa do fundador.

Meu trabalho sobre os sermões do Padre Champagnat, ao me lançar em uma pesquisa bibliográfica exigente sobre as fontes dos textos, revelou-se muito útil na sequência. Ao mesmo tempo, fui rapidamente solicitado a apresentar o fruto do meu trabalho. Pode-se dizer que os irmãos estavam sedentos de uma doutrina marista renovada. Efetivamente, depois da edição da história da Vida do Padre Champagnat, em 1856, apenas repetíamos o conteúdo dos “livros do Instituto”. A partir de 1956, no centenário da primeira edição de “A Vida”, os Irmãos Gabriel Michel e Pierre Zind, iniciaram pesquisas históricas que, apesar de sua qualidade, não sacudiram realmente a mentalidade dos irmãos.

Um contacto sério com os escritos do Padre Champagnat me fez entrever que o conteúdo deles sugeria uma imagem do fundador muito diferente daquela preconizada pelo seu primeiro biógrafo. Agora eu penso que muitos irmãos tiveram essa mesma impressão, embora sem manifestá-la claramente. Aliás, os primeiros resultados de minhas pesquisas se orientavam nessa direção.

Posso citar um exemplo sugestivo. O padre Etienne Bedoin, pároco de La Valla, antigo condiscípulo e amigo do Padre Champagnat, ao ler a sua biografia, muito edificante, observava que Marcelino, durante os dois primeiros anos do seminário, fazia parte do “grupo brincalhão”, e que foi a morte de um amigo e condiscípulo que marcou a ocasião de sua conversão (cito de memória). Tive o trabalho de ir a Verrières para procurar indícios desse testemunho interessante, e pude ler, nos registros da paróquia, que Denys Duplay, originário de Jonzieux, faleceu no dia 2 de setembro de 1807, no colégio de Verrières. Eis aqui todos os elementos de um testemunho precioso.

No começo eu procurei explorar os arquivos da região, aqueles que podiam conter algumas informações sobre Marcelino. Às vezes recebia a ajuda dos irmãos originários da região, como o saudoso Ir. Marcel Soutrenon, o Ir. Colombat, antigo provincial, e outros. Evidentemente, explorei os arquivos departamentais, diocesanos, os arquivos e as bibliotecas dos Padres Maristas e outras congregações, principalmente em Roma. Aqui eu devo fazer uma menção especial ao saudoso padre Jean Coste, que foi para mim um mestre, excelente e dedicado.

Foi ao longo do meu trabalho de pesquisas que tive consciência das dificuldades especiais da tarefa que me tinha sido confiada. Tratava-se de conhecer profundamente Marcelino Champagnat e seus escritos, a fim de poder compará-los com os elementos correspondentes da literatura marista. Poderíamos chegar a isso somente depois de exames minuciosos e inúmeras comparações. Considerando que o Padre Champagnat não deixou praticamente nenhum texto diretamente teórico, era preciso explorar todos os seus escritos para tirar deles os elementos que permitiriam conhecer os diferentes aspectos de sua pessoa e de sua obra. Digamos claramente que não se pode fazer um trabalho rápido sobre o nosso fundador.

Foi assim que, ao lado das pesquisas históricas, eu comecei a analisar os longos e minuciosos textos. Redigi um estudo completo sobre uma centena de cartas mais significativas do fundador. Fiz igualmente uma análise detalhada de suas notas íntimas e resoluções. Estudei sistematicamente os rascunhos das regras. O estudo dos sermões foi objeto de meu trabalho de conclusão da licenciatura em Teologia.

Este trabalho, que exigia muito tempo, deveria servir à elaboração de uma tese sobre o Padre Champagnat. Alguns problemas de saúde acabaram por comprometer o resultado final de todos estes esforços.

No entanto, é preciso salientar que consagrei muito tempo às conferências que os irmãos de vários lugares solicitavam. Essas conversas familiares, estabelecendo sempre um diálogo com o auditório, foram provavelmente mais úteis do que a apresentação de uma tese em boa e estrita forma. Habitualmente, eu distribuía também um texto de referência, permitindo a eles de aprofundar o assunto, além de escrever em revistas maristas. Houve, também, edições de textos selecionados, publicadas no Brasil e na Espanha. Aliás, pode-se afirmar que a tese também foi elaborada, mas feita pelo Ir. Manuel Mesonero, da província de Madrid, que trabalhou muito comigo.

Quando deixei a comunidade de Roma, em 1983, penso que meu trabalho consistia, principalmente, em acompanhar os peregrinos e os visitantes de todos os países que iam a Notre Dame de l'Hermitage. As conferências formais estavam se tornando cada vez mais raras, mas os contatos diretos com os irmãos e leigos, geralmente muito motivados, me ofereciam ainda a ocasião de apresentar diretamente São Marcelino Champagnat, principalmente aos leigos. Esta forma de apostolado me proporcionou dias muito felizes e, quem sabe, também aos visitantes.

Atualmente, eu me benefico de uma aposentadoria de muitos estudos, em nossa casa de Varennes-sur-Allier. Eu trouxe comigo os meus livros e minhas anotações, trabalhando sempre, com o objetivo de, se Deus o permitir, prosseguir a missão que me foi confiada. O Padre Champagnat continua sempre um estudo aberto.

Não é assunto que falta. Gostaria ainda de apresentar algumas cartas do fundador. Existe um trabalho completo sobre as notas íntimas do Padre Champagnat que poderia ser editado, após revisão. Eu sonho também em elaborar um texto de caráter mais geral, sob o título "A vocação marista". Tenho anotações abundantes de reflexões sobre os temas importantes de nossa vida religiosa...

Mas, vamos parar de sonhar! Tenho 84 anos de idade.

Ir. Alexandre Balko

